



Nuno Domingos

Futebol e Colonialismo

Corpo e Cultura Popular
em Moçambique

ICS

Nuno Domingos

**Futebol
e Colonialismo**

**Corpo e Cultura Popular
em Moçambique**

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
DOMINGOS, Nuno, 1976-
Futebol e colonialismo : corpo e cultura popular em Moçambique /
Nuno Domingos.
- Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012
ISBN 978-972-671-292-3
CDU 79



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Soares de Almeida
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: ??????/11
1.ª edição: ??????? de 2012

Índice

Agradecimentos	13
Prefácio	15
<i>Harry G. West</i>	
Capítulo 1	
Da etnografia do futebol suburbano em Lourenço Marques, por José Craveirinha, a uma ciência das obras	19
Investigar o futebol	25
Capítulo 2	
O corpo no jogo	33
O jogo de futebol enquanto uma «ordem da interacção» e uma economia das práticas e das trocas simbólicas	33
Uma «ordem da interacção» gerida por uma economia das práticas e das trocas simbólicas	40
Um « <i>habitus</i> motor»	42
Relações de homologia	46
Capítulo 3	
O jogo no corpo	49
O futebol enquanto <i>stock</i> de conhecimento social e repertório da interacção	49
Repertório de interacção e laços sociais	53
Narrativas de contacto e participação social	54
Um espaço público específico	56
Capítulo 4	
Uma desportivização colonial	59
Lourenço Marques e o sistema colonial português	59
Práticas de lazer na «cidade de cimento», estratificação e o futebol ..	68
Associações e clubes	72
Jogadores	75
O futebol como espectáculo público urbano	77

Fronteiras sociais	80
A legitimação estatal da discriminação	81
«Uma certa maleabilidade, até para permitir a experiência, o ensaio»	88
Narrativas imperiais	91
Gestão social e autonomias políticas.	93
Capítulo 5	
O corpo e a cidade do Estado Novo	99
Os exercícios físicos como um instrumento de regulação	102
Criar um « <i>habitus</i> motor» politicamente moldado	105
Os laboratórios do movimento ortodoxo.	108
O desporto fora do Estado: corrigir os movimentos heterodoxos.	112
Um modelo em adaptação	116
Capítulo 6	
O futebol no subúrbio de Lourenço Marques	119
O processo de disseminação das práticas desportivas	119
Jogos de bairro	121
A institucionalização do futebol suburbano.	124
Controlo político.	130
Assimilação e elites intermediárias	132
O espectáculo do subúrbio para o subúrbio.	135
Novas sociabilidades	140
Uma fronteira.	143
Capítulo 7	
Uma ordem de interacção suburbana	145
Um <i>habitus</i> motor local	145
Da lei do futebol, da violência e da doença	146
Violência	150
Doença	153
Depuração desportiva	155
O futebol como problema social	156
Interpretar a violência	158
A memória do desempenho	161
O público como elemento de um desempenho colectivo.	163
Um sentido de jogo e de fronteira e o factor medo	165
A segunda natureza da malícia	168

Capítulo 8

A construção social da malícia e o subúrbio

de Lourenço Marques	173
Uma genealogia da experiência urbana no subúrbio de Lourenço Marques.	174
Uma ordem da interacção urbana.	177
Pensar a gestão social.	180
Intervir sobre o espaço do subúrbio	184
Os fundamentos de um <i>habitus</i> suburbano	187
Condições urbanas	191
Malícia enquanto sentido prático e capital simbólico	195
De regresso à ordem da interacção no jogo	196
Construindo uma comunidade.	200

Capítulo 9

As práticas feiticistas como elemento de uma economia

simbólica	203
O <i>vovó</i>	205
A arte do <i>vovó</i>	208
O efeito da crença nos corpos.	210
O mercado do <i>vovó</i> : especialização, rivalidades e eficácia	213
O <i>vovó</i> nunca falha	215
Protecção e direito comunitário	217
O <i>vovó</i> como fonte de narrativas locais: a história do relógio e a manipulação da modernidade	218
Os heróis da comunidade	220
A periferia invade o centro	221
A universalidade do <i>vovó</i> : o feiticheiro húngaro	224

Capítulo 10

Doçura e velocidade: a tática como desencantamento

do mundo	227
Tática e corpo.	227
A mentalidade tática	230
A criação de uma ordem da interacção eficiente	233
O WM: fundamentos da racionalização do futebol	239
A circulação do WM e a sua chegada a Lourenço Marques	243
A tática no subúrbio	248

Um outro <i>association</i> , uma outra comunidade	252
O «baile» enquanto capital simbólico.	253
A doçura e a velocidade: o desencantamento do mundo	254
A profissionalização e os grandes intérpretes moçambicanos	256
Capítulo 11	
Narrativas futebolísticas e rituais sociais	259
Cultura popular e transformação social na última fase do colonialismo português.	259
O futebol como decadência cultural.	259
A doença nas redes	260
Os pioneiros e o efeito de representação	263
Vínculos triplos	266
Os <i>media</i>	269
Integração e subalternização de uma narrativa mediática	271
Narrativas radiofónicas	273
Representar comunidades	276
Transformações políticas e económicas	278
Dinâmicas espaciais e mobilidade social.	279
Interdependências, <i>performances</i> e rituais sociais	284
O que sucedeu à narrativa suburbana?	286
A nobilitação dos jogos de bairro	289
Capítulo 12	
História incorporada	295
Referências	301
Bibliografia	303
Índice remissivo	315

Índice de mapas e figuras

Mapas

4.1	Moçambique: a capital, Maputo (antiga Lourenço Marques), está situada no Sul	60
4.2	Lourenço Marques em 1876: primeiro núcleo de ruas ainda rodeadas pelo pântano.	61
4.3	Lourenço Marques em 1903: a estrutura da «cidade de cimento»	61
6.1	Lourenço Marques e os seus subúrbios em 1915: uma das primeiras representações que incluem os subúrbios	123
8.1	Lourenço Marques em 1940. Neste mapa é possível observar a representação de algumas estradas e caminhos suburbanos e à esquerda, em cima, a forma concêntrica do bairro indígena	185

Figuras

4.1	Estudantes da Mocidade Portuguesa de Moçambique em Lourenço Marques	84
4.2	Capa do <i>Boletim da Mocidade Portuguesa de Moçambique</i>	85
5.1	Exercício do método sueco de educação física	107
5.2	Planta de um ginásio moderno	109
5.3	Existem óbvias semelhanças entre a planta de um ginásio moderno e a representação da estrutura geométrica da «cidade de cimento» em Lourenço Marques	109
10.1	Capa do livro de Cândido de Oliveira <i>Football, Técnica e Tática</i>	236
10.2	Triângulos dominantes no jogo de passe curto	237
10.3	As passagens dominantes no jogo de passe largo	237
11.1	Mário Coluna, Vicente Lucas e Juca, Mário Coluna e Matateu	273
11.2	Cinco anos depois de deixar o subúrbio de Lourenço Marques, Eusébio era o exemplo de uma trajectória fulgurante de mobilidade social	283

Agradecimentos

Diversas pessoas e instituições foram cruciais para a elaboração da tese de doutoramento que serviu de base a este livro e ao trabalho de reescrita que resultou na sua versão publicada.

Gostava de agradecer a Harry West o excelente trabalho de supervisão de que usufruí e o ambiente aberto de discussão que sempre partilhámos. Estou ainda a grato ao professor John Peel, que também acompanhou a produção da tese, ao Departamento de Sociologia e Antropologia da School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres, que me proporcionou as condições sem as quais não seria possível ter desenvolvido este projecto, e aos meus colegas de doutoramento Paul Hansen, Mao Wada, Alex Verbeek, Mira Moshini, Robert McKenzie e Dorota Szawarska. Beneficiei ainda de forma significativa das propostas de alteração e das críticas que recebi, durante a minha defesa de tese, dos professores Deborah James e João de Pina Cabral.

Estou particularmente agradecido a Nelson Teixeira e Miguel Pinheiro pela assistência que me proporcionaram durante a minha estada em Moçambique. Aí contei ainda com a colaboração preciosa de Humberto Coimbra, Natu Harilal, Carolina Leia, Teresa Cruz e Silva, Aurélio Rocha, Renato Caldeira e Fátima Mendonça e do pessoal do Arquivo Histórico de Moçambique, do Ministério da Juventude e Desportos de Moçambique e da Universidade Eduardo Mondlane.

As leituras críticas e atentas e as sugestões de Bárbara Direito, Frederico Ágoas, Inês Brasão, Isaura Domingos, Jorge Domingos, José Neves e Rahul Kumar foram decisivas para este resultado final.

Gostava ainda de agradecer, por diferentes mas importante razões, ao Diogo Ramada Curto, João Paulo Oliveira, Tom Herre, Sofia Miranda, Paulo Catrica, Isabel Pombo, Diana Félix da Costa, Eduardo Ascensão, Miguel Jerónimo, Nuno Dias, Rui Santos, José Mapril, Pedro Martins,

Victor Pereira, Cláudia Castelo, Fernando Domingos, Alfredo Margarido, Nina Tiesler, Pancho Guedes, Salwa Castelo-Branco, José Sobral, Onésimo Teotónio Almeida, Pedro Roxo, João Fazenda, Raquel Borges, João Pedro George, Roberto Chichorro, Inês Galvão, Nuno Medeiros, Clara Cabral, à Biblioteca Nacional de Lisboa e ao Socinova. Por fim, gostava de agradecer à Imprensa de Ciências Sociais, que acolheu a publicação deste projecto.

Sem o contributo de todos os antigos jogadores e treinadores de Maputo que tive a oportunidade de conhecer, este trabalho não teria sido possível.

Harry G. West*

Prefácio

A perspectiva de conjunto é por vezes melhor apreendida nos mais pequenos detalhes. De acordo com Thomas Hylland Eriksen, a importância da antropologia reside precisamente na habilidade para examinar «grandes questões» em «lugares pequenos».¹ É exactamente isso que Nuno Domingos consegue em *Futebol e Colonialismo. Corpo e Cultura Popular em Moçambique*.

À primeira vista, este trabalho é sobre futebol e o modo como era praticado em Lourenço Marques – a maior cidade e centro administrativo da colónia portuguesa de Moçambique – na primeira metade do século XX. O trabalho interpreta o desenvolvimento do jogo desde a fundação dos primeiros clubes formados por expatriados ingleses, passando pela organização em Moçambique de filiais de clubes metropolitanos, como o Sporting e o Benfica, até à abertura destes clubes a membros de uma elite africana, a maior parte deles mestiços, e à criação da Associação Africana de Futebol, com jogadores, na sua maioria, provenientes das classes trabalhadoras africanas que viviam na periferia pobre da cidade onde estes jogos decorriam.

Os historiadores do futebol irão, com certeza, ficar interessados em aprender algo mais sobre o contexto que produziu talentos como Mário Coluna ou Eusébio, ambos figuras maiores do futebol europeu em meados do século XX. E a reivindicação de que o futebol é um – senão o – desporto mundial será apenas reforçada pelas descrições do entusiasmo com que os moçambicanos, de diferentes origens, abraçaram o jogo há tantos anos. O trabalho de Nuno Domingos vai, no entanto, muito além de uma narrativa histórica da disseminação de um jogo europeu (na sua versão moderna) numa colónia africana. A sua «grande questão» é a relação ente o colonizador e o colonizado concebida desde o jogo de futebol.

* Professor de Antropologia SOAS, Universidade de Londres.

¹ Thomas Hylland Eriksen, *Small Places, Large Issues: An Introduction to Social and Cultural Anthropology* (Pluto Press, 1995).

Deste modo, esta investigação baseia-se e dá continuidade a uma tradição das ciências sociais que tem vindo a produzir, no domínio dos estudos africanos, resultados relevantes nas últimas décadas: o estudo da «cultura popular». Até à data, os estudos da cultura popular africana focaram-se sobretudo nas artes, na escultura, na pintura, na música, na dança, na literatura, no cinema e no teatro. Estes trabalhos tornaram visível a interacção dinâmica entre tradição e modernidade no continente africano, destacando os meios pelos quais as formas africanas de expressão se articularam com a experiência vivida dos processos históricos que ligaram o continente a um mundo mais largo, do colonialismo até ao nacionalismo revolucionário, ao socialismo e ao neoliberalismo. Através destes processos, os africanos adoptaram e adaptaram géneros expressivos para os seus próprios fins e, como este trabalho demonstra, contribuíram profundamente para as trajectórias globais destas diversas formas.

O próprio Nuno Domingos adopta e adapta os estudos da «cultura popular» para perseguir os seus objectivos neste trabalho. Fazendo-o, estende a abordagem a uma área ignorada com demasiada frequência por historiadores e cientistas sociais, o desporto. Ao observar a forma como o futebol era jogado no Moçambique urbano por intermédio do enquadramento conceptual do *genre* põe de parte a asserção de que o jogo – definido como é por um conjunto de regras – viaja inalterado de um contexto social para o outro. Tal como as artes, o trabalho mostra-nos que o futebol foi transformado por aqueles que o praticaram em locais como o Moçambique colonial. Mas não é a transformação do jogo em si mesma que mais interessa a Nuno Domingos. Ele está, sobretudo, mais interessado nas «grandes questões», isto é, em saber como o jogo transformou, ou não, aqueles que jogavam neste contexto colonial e em como foram, ou não, capazes de usar o jogo para transformar o mundo em que viviam.

O pouco que se tem escrito sobre desporto em contexto colonial tende a focar-se no seu uso como instrumento de poder. Ao jogar – ou sendo compelidos a jogar – os jogos dos colonizadores, defende-se que os corpos dos colonizados foram disciplinados e as suas mentes orientadas em direcção a novas ideias, tais como a «competição estruturada», o *fair play* e o «Estado de direito». O trabalho de Nuno Domingos demonstra claramente que, em certa medida, o regime colonial português concebeu o desporto, nomeadamente o futebol, como uma forma de «civilizar». Demonstra também, no entanto, que este não foi um projecto inteiramente bem sucedido. O modo como os moçambicanos urbanos jogaram futebol permitiu-lhes exprimir e reforçar as suas formas de estar

no mundo, em parte para se transformarem a si próprios, numa tentativa de acederem a um universo que quase sempre os excluía.

A utilização neste livro dos textos do poeta e jornalista protonacionalista José Craveirinha – que escreveu sobre o futebol praticado nos bairros suburbanos da «cidade de caniço» – proporciona aos leitores um aprofundamento acerca do modo como o jogo foi praticado pelos africanos da classe trabalhadora, inclusivamente sobre os detalhes mais ínfimos, tais como os termos que designavam a *performance*, os gestos físicos e as disposições morais que animavam jogadores e público nos inúmeros «pequenos lugares» onde se encontravam. Em campos improvisados, no meio dos subúrbios sujos e sobrepopoados que rodeavam a «cidade de cimento», o humor, a criatividade, a dissimulação e a violência faziam parte do jogo, tal como faziam parte da vida de todos os dias dos residentes destes bairros sob domínio colonial. Ao jogar futebol desta forma, os habitantes destas «ruas perigosas» submetiam-se às regras do futebol e simultaneamente desafiavam-nas, resistindo ao poder colonial e procurando capturá-lo. O reconhecimento e a exploração pelo autor de paradoxos como estes sustentam uma narrativa histórica de rico e subtil detalhe.

Nestas páginas o futebol não é apenas um jogo, mas a peça-chave de um quadro vivo cujas personagens principais têm até ao momento sido insuficientemente estudadas. Assim sendo, o trabalho de Nuno Domingos não só identifica as peças em falta na visão de conjunto da história portuguesa e moçambicana, para não falar da história do futebol, como oferece uma perspectiva excepcionalmente pormenorizada da experiência vivida do colonialismo português em Moçambique – permitindo comparações com experiências semelhantes noutros contextos – ao mesmo tempo que nos alerta para as inúmeras e muitas vezes contraditórias potencialidades do desporto enquanto meio para moldar as subjectividades humanas.

Capítulo 1

Da etnografia do futebol suburbano em Lourenço Marques, por José Craveirinha, a uma ciência das obras

Em 1955, José Craveirinha, poeta e jornalista moçambicano,¹ escreveu no jornal *O Brado Africano*² dois artigos sobre o futebol praticado nos subúrbios de Lourenço Marques. No primeiro, intitulado «O negro, o desporto e o feiticismo», aludiu ao modo como o jogo, uma invenção europeia, havia sido adoptado pelos jogadores suburbanos (Craveirinha, 22-1-1955, 8). A presença no futebol local do que designou por «práticas feiticistas» revelava-se uma das dimensões mais evidentes desta adopção, especificamente focada no artigo. A exploração do tema conduziu-o a lançar um desafio: «que tremendo estudo, essas manifestações não estão pedindo para um melhor conhecimento do negro, seus problemas, seus choques com a civilização europeia, enfim, todo um tratado de etnografia útil e instrutivo» (id., *ibid.*).

¹ José João Craveirinha nasceu em Lourenço Marques em 1922. Poeta consagrado, jornalista, colaborou em diversas publicações periódicas, nomeadamente em *O Brado Africano*, no *Itinerário*, no *Notícias*, na *Mensagem*, no *Notícias do Bloqueio* e no *Caliban*. Nestas colaborações, o desporto foi um dos seus temas mais recorrentes. Foi funcionário da Imprensa Nacional de Lourenço Marques. Jogou futebol em clubes de Lourenço Marques. Foi preso pela polícia política do Estado Novo (PIDE) e ficou encarcerado durante cinco anos. Após a independência de Moçambique foi membro da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e presidiu à Associação Africana. Foi Prémio Camões em 1991. É um dos mais reconhecidos poetas da língua portuguesa e um dos maiores escritores africanos. A sua primeira obra, *Xibugo*, data de 1964.

² Jornal fundado em 1918 no âmbito da política do associativismo africano local, cujas acção e influência serão avaliadas mais aprofundadamente ao longo deste trabalho.

Craveirinha, nas páginas de *O Brado Africano*, iniciou, ele próprio, este trabalho. A sua «etnografia» do futebol suburbano deve ser interpretada no contexto de um debate desenvolvido à época, de carácter transnacional, sobre «as qualidades das raças», nomeadamente sobre a relação da «pertença racial» com a acção humana. Em Lourenço Marques, *O Brado Africano* e o seu antecessor, *O Africano* (n. 1908), promoveram militantemente esta discussão, que se constituía como um espaço de referências, retóricas e discursos a partir do qual se permitia a uma elite africana confrontar as políticas da administração colonial (Neves 1989 Rocha 2002; Zamparoni 1998) num registo progressivamente eufemizado e à medida que o sistema colonial se tornou mais repressivo e em muitos casos integracionista (no sentido de: «nós também merecemos fazer parte da nação portuguesa»). Ao introduzir o futebol no debate, Craveirinha usou-o como elemento de análise da «capacidade do africano», sinal de demonstração da sua habilidade natural, mas também da competência em adoptar e reinventar o jogo europeu.³ O elogio ao jogador do subúrbio autorizava o poeta a escapar à fatalidade de discutir a «evolução do moçambicano» com base nos critérios de «modernidade» impostos pelo sistema de assimilação colonial português: a posse de uma educação escolástica, nacionalista e católica, a ocidentalização das formas de ser e de estar, o modo de vestir, de habitar, de comer, a aquisição de uma ética de trabalho, a inclusão numa economia de mercado e a imperiosa rejeição de costumes e tradições (Henriques 1999, 225-229).

A «etnografia» do jogo prosseguida por Craveirinha assumia uma deriva original no âmbito da sua agenda política. Inspirado nas ideias de Senghor, o poeta considerava o futebol suburbano, como outras actividades locais, um exemplo de troca: os moçambicanos não deveriam abdicar «de uma cultura indígena, nem renegar uma corrente europeia [...]» (Craveirinha, 6-11-1954, 6); como denunciou numa das recorrentes polémicas travadas com elementos de uma pequena burguesia mestiça e negra de Lourenço Marques, o snobismo desvalorizador das tradições locais corroía a aspiração de miscigenação cultural (id., *ibid.*). A adopção do futebol pelo africano evidenciara, em primeiro lugar, a aptidão para aceitar

³ A divisão entre o africano e o europeu é uma das mais poderosas formas de classificar os grupos humanos que estiveram envolvidos no encontro colonial. É conhecida, porém, a insuficiência desta classificação, desestruturada por um conjunto de processos históricos que dão origem a outras classificações muitas vezes sobrepostas: indígena, negro, moçambicano, natural, etc. De acordo com os contextos de acção presentes ao longo deste trabalho, procurar-se-á utilizar o termo que melhor permita descrever, em determinada ocasião particular, o grupo a quem o substantivo se refere.

novas actividades e técnicas. Comprovando a sua humanidade, tal competência não se manifestava apenas pela faculdade de adopção: o africano acrescentou algo ao jogo do europeu, transfigurou-o e recriou-o. Dois meses depois do artigo sobre a relação do futebol suburbano com as «práticas feiticistas», Craveirinha, continuando a investigar o «jogo africano», procedeu à análise de um conjunto de termos em ronga, língua do Sul de Moçambique, que designavam situações do jogo de futebol para as quais não existiam expressões em português. Num artigo de jornal («Terminologia ronga no futebol, em conjugação oportuna e sua interpretação») referiu: «Parece-nos oportuna a divulgação da gíria futebolística do africano local (ronga) não só porque ela revela da parte do indígena um espírito pronto para se adaptar a coisas novas como também para transformá-las ou então redescobri-las» (Craveirinha, 12-2-1955, 8). No artigo sobre as denominadas «práticas feiticistas», o poeta iniciara a análise destes termos, destacando aqueles que traduziam o humor do intérprete local, elemento distintivo no futebol suburbano: «O seu sentido de humor reflecte-se na alegria do jogo, teatralidade nas fintas e dribles e expressões que usa para amesquinhar chocarreiramente o jogador que acaba de ser iludido: «pysonho», «psyêtu», etc. (leia-se psonho e psêto), termos onomatopeicos que só ali se aplicam» (Craveirinha, 22-1-1955, 8).

A presença do humor no jogo suburbano, considerava José Craveirinha, distinguia esta actividade desportiva de outras concepções de práticas físicas: «esses agregados de côr inebriam-se com a prática do desporto mas não como uma actividade de revigoroamento físico; abstraem-se até desse conceito restritivo» (id., *ibid.*). Historicamente, o projecto de transformação do desporto num mecanismo de «revigoroamento físico» desenvolvera-se na Europa pela tentativa de institucionalização estatal de uma dinâmica de contornos mais largos, típica das sociedades industrializadas e urbanas onde se expandiram novas práticas de lazer. O movimento desportivo de carácter nacionalista, higienista, pedagógico e por vezes pré-militar que se desenvolveu a partir do século XIX tomou a forma de modelos organizados de revigoroamento físico (Weber 1971; Gutmann 1994; Psfister 2003). O desporto submetia-se a um projecto civilizador, inicialmente mobilizado para educar as classes populares europeias, sobretudo as proletarizadas e urbanizadas, e integrá-las dentro da dinâmica moral e produtiva da nação. A expansão imperial estimulou a formação de escolas de educação física, locais de instrução de quadros coloniais, preparados para servir os interesses estatais. De acordo com José Craveirinha, o futebol do subúrbio de Lourenço Marques afastava-se destas práticas e dos seus princípios morais.

Em alguma da sua prosa jornalística, o poeta optou por justificar a especificidade do jogo suburbano e a competência e engenho do africano recorrendo a critérios essencialistas. Decorrente das condições particulares do debate sobre as «qualidades das raças», esta argumentação estorvava uma prometedora agenda de investigação. A predisposição do jogador negro para adoptar o futebol, salientou, podia

atribuir-se não só aos méritos de resistência e elasticidade com que a natureza dotou grande contingente de raças negras, mas também de um estranho e invulgar poder de captação e improvisação em que o senso instintivo menos embotado que no ocidental, no africano ocidentalizado se revela exuberantemente. O negro vive – e com que calor! – determinada modalidade desportiva, entregue a uma vibração sensorial muito rara em outros grupos rácicos [Craveirinha, 22-1-1955, 8].

A naturalização do corpo do africano conferia-lhe um conjunto de predicados físicos e psicológicos. A relevância concedida à improvisação e ao humor procurava, no terreno das essências, combater imagens do africano enquanto ser incivilizado, grosseiro e instintivo, forte, mas pouco inteligente, que haviam sido reificadas pelo poder colonial português e vertidas de modo cruel na ordem da interacção que caracterizava as situações de contacto entre colonizadores e colonizados numa cidade como Lourenço Marques.⁴ Fora precisamente a necessidade de enfrentar esta condição civilizacional «atrasada» que legitimara no terreno da retórica a ocupação colonial e a instauração de sociedades discriminatórias, «fardo do homem branco», que ocultavam as políticas de exploração do trabalho indígena.

A análise de Craveirinha excedia em muito, no entanto, extrapolações essencialistas.

Ao reflectir acerca da relação do futebol com as «práticas feiticistas», Craveirinha salientou a influência de «velhos tabus, crenças, superstições» no processo de disseminação do futebol no subúrbio de Lourenço Marques (Craveirinha, 22-1-1955, 8). Estas crenças exerciam um efeito poderoso sobre «o sistema de reflexos» dos jogadores (id., *ibid.*). Contava-se no subúrbio que o Beira-Mar, equipa do Bairro de Chamanculo, ganhara durante vários anos o campeonato da Associação de Futebol Africana

⁴ Sobre os preconceitos nas representações do negro em contexto colonial, v. Henriques (1999), Alexandre (1999), Margarido (2000), Castelo (2001), Matos (2006) e Jerónimo (2010). Sobre o negro em Portugal, v. Henriques (2009).

(AFA) porque «antes dos jogos os atletas bebiam um chá especial em casa do presidente e a determinada altura surgiam por detrás da baliza do adversário um certo número de corvos, pretos e brancos, que indicavam quantos golos o adversário sofreria» (id., *ibid.*). «Os negros e muitos mistos», prosseguiu o poeta, «ainda vão para o campo com pequenas moedas de ‘cobre’ metidas nas botas ou esfregando os joelhos com certos «medicamentos» para proteger o corpo contra os encantamentos do adversário» (id., *ibid.*). Os africanos, constatou, aceitavam «gostosamente, um sem-número de imposições e usos de civilização mais adiantada», mas, simultaneamente conservavam um conjunto de práticas tradicionais, consequência do modo «como viam o mundo» (id., *ibid.*).

O encontro cultural que Craveirinha se propunha descrever não era sereno nem harmonioso. No futebol manifestaram-se, segundo o poeta, «mil e uma importâncias quotidianas» e «problemas anímicos, perturbadoramente chocantes», que abalavam os habitantes do subúrbio (id., *ibid.*). Nos corpos dos jogadores, nos seus reflexos motores, mas também num conjunto de práticas que envolviam o jogo, exteriorizaram-se visões do mundo criativas mas também perturbadoras.

*

A adopção de práticas desportivas em Lourenço Marques era um elemento particular de um processo de troca maior, profundamente desigual, que afectou as condições de existência das populações moçambicanas. A introdução e adopção do jogo de futebol no subúrbio de Lourenço Marques exprimiu assim uma experiência histórica singular, ou, na conhecida expressão de Balandier, uma mesma «situação colonial» (Balandier 1951).

Na história urbana em África, cidades coloniais como Lourenço Marques constituíram-se, em particular a partir do último quartel do século XIX, como um caso particular de organização social. Vértice de uma rede de relações económicas transnacional dependente de decisões tomadas pelos centros políticos metropolitanos e pelos mercados de bens internacionais, a cidade colonial apresentava uma especialização funcional enquadrada por leis e instituições diversas; a sua fundação implicou um reforço da ocupação militar e dos meios coercivos, a organização de uma máquina administrativa, a formulação de leis reguladoras dos direitos, deveres e movimentos de populações entretanto excluídas de uma cidadania europeia e o advento de um regime de exploração económica, concentrado na reprodução da mão-de-obra, que integrou nas redes de comércio e produção mundial mercadorias e trabalhadores africanos. As cidades co-

loniais diferenciavam-se entre si pela posição funcional num conjunto de relações comerciais e produtivas, pelo enquadramento proporcionado pelo sistema político e pelo grau de intervenção da máquina estatal, pela estratificação social e profissional, pela estrutura demográfica e pela composição étnica. Integrando um processo amplo de reconfiguração das relações sociais, as diversas cidades coloniais apresentavam dinâmicas peculiares.⁵

Na urbe colonial africana, a imposição de uma segregação social de teor racista deu origem a espaços urbanos divididos entre o centro europeu e o subúrbio africano. O desenvolvimento de uma especialização funcional registou uma etapa decisiva a partir da década de 30, e sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de matérias-primas e de mão-de-obra barata desencadeou uma explosão demográfica (Coquery-Vidrovitch 1991, 49). Muitos africanos foram então inseridos na dinâmica da economia capitalista, tornando-se operários, empregados, mas também consumidores, participantes numa cultura urbana em crescimento. Em condições particulares, habitaram uma cidade que em grande medida construíram. Local de reinvenção linguística, religiosa, cultural, a cidade, pela especificidade das suas relações sociais e espaciais, gerou novas relações de cooperação e conflito, novas práticas e formas de ver o mundo.

Símbolo do último período do colonialismo português em Moçambique, o crescimento de Lourenço Marques representou, de modo singular, o advento deste processo. Uma dimensão desta singularidade, no quadro mais vasto do domínio português em África, caracterizado por uma frágil territorialização do poder, pela insuficiência de capital, de conhecimento e de recursos humanos, relacionava-se com a dependência de uma economia regional dominada pela África do Sul e, mais a norte, pela Rodésia. Esta posição conferiu-lhe uma funcionalidade económica específica, condicionando o sistema de reprodução de mão-de-obra e o tipo de intervenção de um Estado predador.

No subúrbio desta cidade, erguido pela persistência das suas populações, desenvolveu-se o futebol que Craveirinha desejava estudar.

⁵ Esta variedade urbana tornou-se um dos eixos de desenvolvimento dos estudos das cidades coloniais e pós-coloniais em África, motivo para a realização de investigações comparativas centradas em múltiplos aspectos, desde o tipo de estrutura produtiva, até à recomposição étnica, passando pela dimensão legal e jurídica. A este propósito, v. os estudos clássicos de Epstein (1967), Cooper (1983), Mitchell (1987), King (1990), Coquery-Vidrovitch (1991) e Freund (2007).

Investigar o futebol

Numa passagem da sua introdução ao livro *A Busca da Excitação*, Norbert Elias referiu:

A observação das condutas num jogo de futebol pode ser um contributo valioso como introdução para se compreender tais termos [configuração social ou processo social] enquanto interligações de planos e acções. Cada equipa pode ter planeado a sua estratégia de acordo com o conhecimento que produz de si própria e das competências técnicas e pontos fracos dos seus opositores. Todavia, no decurso do jogo, produzem-se, com frequência, configurações que não foram intencionais ou previstas por cada um dos lados. De facto, o modelo dinâmico formado pelos jogadores e bola num jogo de futebol pode servir como explicação gráfica não só do conceito de «configuração social» mas, também, do conceito de «processo social». O processo do jogo é exactamente este: uma configuração dinâmica de seres humanos cujas acções e experiências se interligam continuamente, representando um processo social em miniatura [Elias 1992a, 86-87].

A sociedade em miniatura do campo de futebol enunciava um conjunto de oportunidades de interpretação da dinâmica de processos estruturais de longa duração. A investigação de uma actividade situada, composta por acções e interacções ordenadas e inteligíveis, criava um centro a partir do qual se poderia tecer uma narrativa de explicação histórica. Os gestos e movimentos dos jogadores de futebol do subúrbio de Lourenço Marques sugeriam uma leitura da situação colonial.

A experiência imperial inglesa suscitou a avaliação do papel do desporto enquanto instrumento de dominação cultural.⁶ James Mangan mencionou a formação de um «laço cultural» que afectou as «culturas indígenas», as relações políticas e as percepções dos governados sobre os governantes, e vice-versa (Mangan 1992, 3-4). Eixo curricular da selecção de quadros coloniais nas *public schools*, lugar da educação do carácter e das virtudes viris, os jogos desportivos, no contexto colonial britânico, transmitidos às elites locais pela escola e pelas missões religiosas, procuravam domesticar os corpos e instituir uma ordem cultural. Esta perspectiva coadunava-se com o estudo das formas hegemónicas de dominação, disciplina e regulação dos corpos e das consciências que habitavam a empresa cultural do colonialismo e que complementavam

⁶ Vários autores, estudando contextos diferentes, referiram-se a estes processos de instrumentalização (Mangan 1987 e 1992; Kirk-Green 1987; Stoddart 1988; Guttmann 1994; Bale e Sang 1996; Badenhorst e Mather 1997; Nauright 1997).

as formas de poder económico, político e militar (Cohn 1996; Comaroff e Comaroff 1991, 313). No contexto africano, o espaço de lazer foi objecto de inúmeras tentativas de regulação e controlo, cobiçado pela acção de educadores, agentes religiosos, políticos e negociantes, que pretendiam gerir as populações de acordo com os seus interesses. Numa fase particular da conquista colonial, a análise do desporto possibilitava o exame da morfologia do poder, tanto da sua matriz mais coerciva e explicitamente instrumental como das mais subtis políticas de produção de consentimento e hegemonia que enquadraram modalidades de dominação económica e política. Estas perspectivas focaram os projectos e as intenções dos poderes coloniais, as instituições do Estado, local e metropolitano, a sua ligação com a produção de saberes e conhecimento e a relação destes mecanismos de dominação com os diversos interesses envolvidos na gesta imperial.

Outras investigações, diversificando os métodos, os conceitos e as escalas de análise, mas sem abdicarem da análise das relações de poder, apontavam para leituras distintas do fenómeno desportivo na África colonial. Nem coerentes, nem homogéneos, os projectos coloniais revelavam contradições e inconsequências; as instituições cediam a grupos de interesses que subvertiam intenções anunciadas e retóricas oficiais; a grandeza dos discursos contrastava com a carência de meios e a incapacidade de aplicar medidas legislativas e programas institucionais. Manipulações e apropriações realizadas por distintos grupos sociais, nomeadamente os subordinados, activos criadores da sua história, foram desvendadas por estudos concentrados nos contextos de recepção. A circulação de ideias, objectos, hábitos e técnicas originou adaptações e recriações; a cultura popular urbana foi um espaço privilegiado para a ocorrência destas trocas (Coplan 1979; Barber 1993; Hannerz 1997). O processo de desportivização em África, dependente do processo colonial, resultou de uma dinâmica de difusão heterogénea, não limitada à iniciativa e controlo de instituições estatais ou económicas (Vidacs 2006 e 2010). Mesmo no caso inglês, onde o domínio sobre os dispositivos culturais de regulação seria mais extenso, a disseminação desportiva foi heterodoxa. O futebol, por exemplo, não se integrava, na tradição dos jogos de elites (como o críquete, o pólo e mesmo o rãguebi, mas também o ténis, o *squash*, o badminton), no currículo dos quadros coloniais formados em Cambridge e Oxford. Como notou Perkin, as bolas de futebol viajaram menos nas malas de diplomatas, administradores e missionários do que de soldados, pequenos negociantes, trabalhadores do caminho-de-ferro e professores (Perkin 1992, 216; Hutchinson 1996, 178-179).

A pesquisa das práticas desportivas modernas⁷ na África colonial permitia aceder às lutas de indivíduos e populações e interpretar o modo como, num contexto de dominação radical, procuravam construir as suas formas de vida (Ranger 1987; Martin 1995; Fair 2001; Vidacs 2006); esta perspectiva adequava-se a análises do processo de urbanização em África empenhadas em recuperar as práticas e representações dos grupos subordinados (Cooper 1983), autores da sua história, e interpretar a sua «economia moral» (Thompson 2008 [1971]) e as estratégias que transformavam e pressionavam as estruturas de dominação (Scott 1985 e 1990).⁸ O associativismo desportivo, por exemplo, negligenciado desde os primeiros estudos que se debruçaram sobre o papel das associações na inserção dos africanos rurais no mundo urbano (Little 1957; Parkin 1966), ajudou a consolidar uma cidadania alternativa.⁹

O estudo do corpo e da sua expressividade, como o comprovaram trabalhos clássicos sobre a dança em África (Mitchell 1956, Ranger, 1975), proporcionava a articulação da observação situada com o exame de tendências históricas.¹⁰ Um dos méritos dos textos de Craveirinha sobre o fu-

⁷ Embora alguns autores tenham encontrado continuidades entre as práticas desportivas modernas e tradições africanas de actividade física (Blacking 1987), o contexto de surgimento dos desportos modernos tem especificidades estruturais, como argumentou Elias, que implicam uma ruptura evidente entre as duas realidades. No seu clássico *Usos e Costumes dos Bantu*, Henri Junod descreveu os jogos e passatempos dos africanos adultos, onde se incluía «beber cerveja», o «passatempo preferido dos homens no Sul de África» (Junod 2009 [1911-1912] 281). O jogo mais atraente era, no entanto, a *ncwaa*, ou jogo das covinhas, que o missionário descreve ao pormenor (id., *ibid.*, 285-287). Descreve também um conjunto de jogos infantis (id., *ibid.*, 90-94). Junod fez ainda referência à pesca e à caça, «os grandes desportos indígenas» (id., *ibid.*, 287), embora afirmasse que estas actividades são «naturalmente, também trabalho» (id., *ibid.*, 278). O caso da caça representa precisamente um caso particular onde a ruptura entre o tradicional e o moderno se torna evidente. A sua utilização enquanto actividade de sobrevivência das populações locais contrastou com as suas apropriações desportivas, mas também comerciais, por parte dos colonizadores (McKenzie 1988; Steinhart 2006).

⁸ Para um trabalho sobre Moçambique que corresponde a um exercício de antropologia histórica «vindo de baixo», v. West (2005).

⁹ Num contexto social diferente, uma comunidade rural no País de Gales, o antropólogo Ronald Frankenberg, colega dos antropólogos africanistas de Manchester e do Rhodes Livingstone Institute, estudou a importância das associações desportivas como um recurso de poder comunitário (Frankenberg 1999 [1957]).

¹⁰ No seu clássico *Kalela Dance*, Mitchell criou um observatório performativo a partir do qual examinou o processo de integração no Copperbelt. O trabalho de antropólogos, como Mitchell, filiados no *Rhodes Livingstone Institute*, instituto fundado na Rodésia do Norte em 1937, sob o patrocínio do British Colonial Office (Hanerz 1980, 119-162; Kuper 1996; Assad 1993, 314-324), apesar de focado na questão funcionalista da adaptação e da estabilidade social urbana, procurou encontrar soluções metodológicas e teóricas para responder a um conjunto de novos problemas suscitados pela urbanização colonial.

tebol foi o modo como aplicou a uma prática desportiva princípios de interpretação usualmente destinados a outras actividades, como, por exemplo, a análise da produção artística. Tratava-se, no caso do poeta, de exaltar a capacidade de quem adopta e de sugerir que a linguagem básica destas actividades, embora de natureza muito distinta, assume representações do mundo envolvente e de experiências diversas, oferecendo uma interpretação do processo histórico e social. Actividade central nas práticas de lazer e dos consumos, sobretudo a partir do século XX, marginalizada pela investigação académica, o futebol podia integrar-se assim nos trabalhos de uma «ciência das obras» (Bourdieu 1996). Tratava-se de perseguir, como enunciou Raymond Williams para os estudos sobre literatura, a determinação da «fusão do elemento formal e do significado como resultado de um processo de desenvolvimento social» (Williams 1977, 37).

Por intermédio da linguagem do jogo seria possível aceder a vivências de populações com pouco acesso a meios de expressão e de registo das suas práticas, estratégias e representações do mundo. A concretização deste programa de investigação sugeria a utilização de instrumentos teóricos e metodológicos que permitissem, simultaneamente, recuperar esta linguagem e integrá-la em regimes de causalidade mais amplos. Isto implicava dois passos suplementares. Em primeiro lugar, considerar a linguagem do jogo procedente não apenas das acções dos jogadores ou de todos aqueles próximos da produção do jogo, mas também das classificações e esquemas de apreciações partilhados pelo público. O papel do público na delimitação de espaço dos possíveis estilísticos sugeria a importância de investigar o efeito das suas experiências sociais e representações do mundo sobre o estilo de jogo, vertidas na valorização de determinados gestos em detrimento de outros. A cultura popular, manifestando-se no consumo do espectáculo do futebol, assumia-se também com um «lugar» do estudo de práticas e representações dos grupos sociais presentes em interacções quotidianas que não deixam registo. O exame dos usos de um conhecimento particular e da sua função quotidiana de-

A proposta de uma análise situacional e dos estudos de casos alargados (*extended case method*), como a *kalela*, que caracterizaram a escola de Manchester, sustentou-se na inovadora utilização de conceitos como redes sociais (*social networks*) (Mitchell 1969; Hannerz 1980, 163-200; Cooper 2005, 33-55). Terence Ranger, quase vinte anos depois da *kalela*, publicou *Dance and Society in Eastern Africa* (1975), utilizando uma dança, o *mbebi*, um antepassado da *kalela* estudada por Mitchell, para examinar a história política da África oriental na sua longa duração. Apesar de escapar a uma definição de prática desportiva, o clássico de Geertz sobre a luta de galos no Bali constituiu-se como um caso de análise de situação a partir do qual se procura investigar toda uma ordem simbólica (Geertz 1973).

pende da recuperação de quadros da organização quotidiana e das convenções que ordenavam ordens da interacção situadas, neste caso, nos diversos espaços da cidade colonial de Lourenço Marques. Em segundo lugar, a investigação da linguagem do jogo exige a avaliação da evolução de processos de racionalização da sua linguagem formal, decorrente da autonomização de campos de actividade específicos.¹¹ O «estilo de jogo» resulta então de um conjunto amplo de relações e interdependências. Este facto é ainda mais saliente, encontrando-se o futebol no âmago da cultura popular urbana.

O estudo das dinâmicas e tensões presentes num jogo de futebol consentia o acesso a uma história processual feita corpo, uma história incorporada (Bourdieu 1989, 75-106), base de práticas, de representações, de interesses e de estratégias que muitas vezes permanecem ocultos, recalcados por leituras do processo colonial que integram os processos sociais em narrativas económicas, políticas, nacionais, ideológicas ou imperiais. A discussão do «caso colonial português» a partir das dinâmicas de um jogo de futebol interpreta uma experiência situada e particular de um processo social, procurando não reificar a existência de um agencialismo nacional.¹² Na análise do futebol este tipo de agencialismo exprime-se na naturalização de uma estética dependente de referentes externos (nacionais, étnicos, culturais ou políticos) que transcorre para os esquemas de interpretação partilhados pelos adeptos do jogo, naturalizando os próprios princípios de que se assume como um reflexo: a nação, a raça, a identidade, a cultura (o estilo brasileiro, o estilo africano, o estilo inglês). A proposta de Elias, relacionando o corpo dos jogadores com uma cons-

¹¹ No contexto dos estudos sobre a arte, o conceito de «campo» porposto por Bourdieu (1996) e o conceito de «mundos da arte» (*artworlds*) utilizado por Howard Becker (2010 [1982]) definiam este espaço de relações próprio.

¹² A assunção de um agencialismo nacional ou imperial, sustentado pela reificação de sujeitos históricos, «o colonialismo inglês fez», «o império agiu», «o colonialismo português foi», ou por lógicas de adjectivação holista que sintetizam em palavras, com leituras políticas (como para o caso do império português em África, o «colonialismo não económico» [Hammond 1966], «o colonialismo dos fracos» [Filho 2004, 21-59] ou «o ultracolonialismo» [Anderson 1966]), processos complexos nos quais a dominação não se fica pelos aparelhos institucionais, mas se estende pelas formas de percepção dos indivíduos, tornam as narrativas históricas instrumentos de absolvição ou condenação destes sujeitos colectivos nacionais, confinando a análise de dinâmicas mais largas, fundamentais para perceber as acções e interesses de indivíduos e grupos e os seus contextos de produção de sentido. Alguns trabalhos sobre o «terceiro império português», evitando a retórica do excepcionalismo português, salientaram, por exemplo, a importância da sua dimensão económica no âmbito das características estruturais que definiam o projecto colonial (Alexandre 1979; Clarence-Smith 1985).

telação de relações e interdependências situadas, evitava interpretar o gesto como mera consequência de uma acção individual, do esforço ou da sorte, ou das inferências causais prescritivas.¹³

Na capital de Moçambique o futebol, inscrustado numa cultura popular urbana, envolveu-se com as relações quotidianas, reflectiu formas de dominação, mas também a acção, as lutas práticas e simbólicas e as expectativas e visões do mundo de indivíduos e grupos. Como as dinâmicas entre os jogadores dentro do campo, o consumo do futebol no subúrbio de Lourenço Marques proporcionava, a partir da cultura popular, um observatório particular de interpretação da situação colonial e da sua transformação.¹⁴

É a partir desta base que se procurará desenvolver o projecto de investigação do jogo suburbano enunciado por José Craveirinha.

*

A esta introdução seguem-se onze capítulos. Os dois seguintes centram-se na relação entre o futebol e o corpo, foco a partir do qual se dará conta de um processo histórico singular. O «corpo no jogo» projecta uma pesquisa do futebol enquanto prática corporal. A articulação de um conjunto de conceitos («padrão de jogo», «ordem da interacção», «*habitus* motor», «repertório motor», «economia das práticas e das trocas simbólicas») procura oferecer à narração histórica um dispositivo de ligação entre a linguagem formal do jogo e o contexto em que é produzido. No «jogo no corpo» assinalam-se os efeitos da transformação do futebol num espectáculo público integrante numa cultura popular emergente, base de práticas e representações, de julgamentos éticos e estéticos e de uma forma particular de participação social quotidiana.

¹³Nas versões mais sofisticadas deste externalismo, o estilo de jogo pode manifestar a lógica de um sistema económico (o capitalismo), político (o comunismo), de um mecanismo de dominação específico, como a teoria do laço cultural aplicada ao projecto colonialista, ou uma troca cultural, analisada, por exemplo, por conceitos como criouliização (Hannerz 1997), produtores de um estilo de jogo criouliizado.

¹⁴As múltiplas dinâmicas que envolvem o estudo do corpo, um objecto marginalizado na história das ciências sociais, justificaram a criação de uma área de estudos especializada. A pesquisa sobre o corpo, promovida por autores como Turner (1984 e 1992), Farnell (1999), Shilling (1993), Mellor e Shilling (1997), Williams e Bendelow (1998), Falk (1994), Martin (1994) e por publicações como o jornal *Body and Society* (n. 1995), sustentou a formação de cânones de referências, entre as quais se encontram Marcel Mauss (1989 [1935], 97), Hertz (1960 [1909]) e Merleau-Ponty (1942). Dir-se-ia, no entanto, que a especialização, como, aliás, noutras áreas, parece redundar numa marginalização de segundo grau, ao afastar o corpo do centro da pesquisa e da teoria em ciências sociais, confinando-o a um conjunto de debates relativamente circunscritos.

O capítulo 4, «Uma desportivização colonial», descreve a introdução de práticas desportivas em Lourenço Marques, referindo-se aos principais agentes disseminadores e ao surgimento de uma cultura popular urbana. Trata, por um lado, do universo «cidade de cimento» e da relação das suas populações com as práticas desportivas. Por outro, refere-se à tensão entre as políticas do Estado colonial e a actividade promovida por um emergente associativismo desportivo, de modo distinto ambos agentes de legitimação das bases do sistema de organização social. No capítulo seguinte, «O corpo e a cidade do Estado», examinam-se os fundamentos ideológicos do modelo de práticas físicas montado pelo Estado Novo na década de 30. Embora a inscrição deste modelo no espaço colonial tenha sido frágil, como, aliás, sucedeu na metrópole, a identificação de uma concepção ideológica de movimento corporal representava um projecto de sociedade concebido a partir do corpo. Metáfora social, célula de uma vida comunitária, a política de movimento pensada pelo regime servia de contraponto comparativo ao estudo do jogo de futebol no subúrbio de Lourenço Marques. O capítulo imediato, «O futebol no subúrbio de Lourenço Marques», descreve precisamente o modo como o futebol se envolveu com o processo de construção suburbana, como se transformou num espectáculo local, como serviu para vincar identidades, mas também para formar laços entre os elementos de uma comunidade.

Em «Uma ordem da interacção suburbana» (capítulo 7) inicia-se a interpretação da linguagem do futebol do subúrbio. Com base num conjunto de termos coligidos pelo poeta e jornalista José Craveirinha, que designavam alguns dos gestos predominantes no jogo de futebol suburbano, procura-se identificar as principais características do jogo local, os gestos e movimentos mais valorizados por jogadores e públicos e a sua moralidade. De seguida, em «A construção social da malícia e os subúrbios de Lourenço Marques», procura-se correlacionar a lógica prática e as mundividências inerentes a este jogo com o processo de crescimento do subúrbio de Lourenço Marques sob o domínio colonial, nomeadamente a partir da formação de um contrato social suburbano enquadrado pelo sistema de reprodução da mão-de-obra e pelo tipo de intervenção do Estado. O exame desta relação de homologia prolonga-se pela observação do papel específico, no jogo e na vida quotidiana no subúrbio, de um conjunto de práticas e crenças locais partilhadas pela população local («As ‘práticas feiticistas’ como elemento de uma economia simbólica»). Em a «Doçura e velocidade: a tática como desencantamento do mundo» interpreta-se o contraste entre o jogo de futebol suburbano e a lógica de racionalização dos gestos e movimentos dos jogadores inerente à aplica-

ção de esquemas táticos, método organizado para responder ao problema do resultado, mas que partilhava características com a dinâmica de processos históricos modernizadores. O capítulo 10, «Narrativas futebolísticas e rituais sociais», interroga o papel da cultura popular na última fase do colonialismo português em Moçambique. A evolução das três narrativas futebolísticas dominantes nas práticas de lazer que despontaram durante o século XX na cidade, a «suburbana», a «da baixa» e a «metropolitana», permite interpretar a constituição e morfologia de redes sociais urbanas e a forma como estas se relacionaram com o desenvolvimento das formas de poder colonial. Por fim, em «História incorporada» recuperam-se os principais pontos do livro, afirmando a importância de uma história incorporada, sustentáculos de hábitos urbanos, rotinas sociais e formas de ver o mundo para compreender as práticas e representações dos grupos.

Capítulo 2

O corpo no jogo

O jogo de futebol enquanto uma «ordem da interacção» e uma economia das práticas e das trocas simbólicas

Padrão de jogo e ordem da interacção

A resposta ao desafio etnográfico de José Craveirinha, convertido agora numa investigação histórica, implicava a reunião de um conjunto de instrumentos teóricos que permitissem decifrar a inteligibilidade dos gestos dos jogadores africanos. Como meio para estabelecer uma ligação lógica entre o jogo de futebol e o seu contexto histórico e social de produção, entre os gestos e movimentos que constituem a prática da modalidade e a configuração envolvente, Norbert Elias e Eric Dunning propuseram o conceito de «padrão de jogo» (1992, 280). O estudo de pequenos grupos, como aqueles que desenvolvem a sua actividade no contexto de um jogo de futebol, permitia discutir a artificialidade da divisão epistemológica entre o indivíduo e a sociedade: o movimento dos jogadores era individual, mas a soma dos movimentos individuais formava um movimento colectivo e a dinâmica deste condicionava o movimento individual:

As pessoas agrupam-se, segundo formas específicas, com a finalidade de efectuar um jogo. Enquanto o jogo se desenvolve, reagrupam-se continuamente, de maneira semelhante às formas que os grupos de bailarinos adoptam no decurso de uma dança. A configuração inicial de que partem os jogadores transforma-se em movimento contínuo, noutras configurações. É a esta dinâmica que nos referimos quando utilizamos o termo «padrão de jogo» [Elias e Dunning 1992, 280].

Dependente do movimento dos atletas, a dinâmica do jogo absorvia características da configuração social dominante. A prática do futebol define-se por condições básicas que delimitam o desempenho: o manuseamento de uma bola e a relação com um certo espaço e durante determinado tempo. A elaboração de um corpo de regras, originalmente definidas em 1863, no contexto das competições desportivas entre *public schools* inglesas, e supervisionadas desde 1886 pelo *International Board*,¹ deu origem a um modelo ortodoxo de jogo, o *football association*, distinto de inúmeras versões populares baseadas em convenções locais não partilhadas, que tenderam a desaparecer. A universalização de formatos desportivos modernos, regidos por regras predefinidas, era um elemento fundamental do que Elias designou por «processo de desportivização», fenómeno de regulamentação de passatempos específicos de uma configuração social moderna onde preponderavam dinâmicas estruturais como o processo de industrialização (Elias 1992b, 192).²

As regras submetiam o jogador a um código e constringiam a sua acção individual, mas não determinavam a grande maioria dos gestos nem a dinâmica genérica do jogo. O estudo dos padrões desenhados por movimentos individuais e colectivos permitia inquirir as lógicas que tornavam as acções compreensíveis e não o resultado de um aparente vazio normativo. A partir de um conjunto de homologias, o exame ao padrão de jogo possibilitava a aferição de mudanças de longa duração a partir dos corpos dos jogadores, como, por exemplo, o exame da disseminação de determinados comportamentos, a incorporação individual de princípios de acção prática e de visões do mundo, o grau de tolerância à violência, o autodomínio individual (Elias e Dunning 1992, 280-297); tais interpretações denunciavam o nível de formação de um Estado moderno e a sua capacidade de moldar a vida social, o grau de crescimento de uma rede de interdependências sociais decorrente da complexidade da divisão social do trabalho, o grau de integração estatal e o desenvolvimento do que o sociólogo alemão designou por «democratização funcional», a distribuição mais equitativa de poder entre grupos interdependentes (id., *ibid.*).

¹ O *International Board* foi criado pelas associações de futebol da Inglaterra, da Escócia, de Gales e da Irlanda. A FIFA foi fundada em 1904 em Paris.

² Como questionou Elias, comparando a ideia de desportivização das competições e dos jogos, o que implica a sua regulação, e o processo de industrialização, «será possível descobrir orientações que sejam tão singulares [no processo de desportivização] como as que se observam na estrutura e organização do trabalho, a que nos referimos quando falámos de um processo de industrialização?» (Elias 1992b, 192).

Como as configurações sociais possuíam características distintas, o padrão de jogo, inicialmente delimitado pelas regras comuns, assumiu, no seu processo de disseminação, diferentes morfologias. A diversidade de padrões de jogo manifestava a profusão de apropriações da versão ortodoxa do futebol; o jogo constituía-se como uma prática situada produtora de gestos remissíveis para constelações de significados locais. O exercício comparativo oferecia inúmeras possibilidades de pesquisa. Convertendo-se numa forma social absorvente, expressão de múltiplas apropriações e normatividades situadas, a versão ortodoxa do jogo servia de barómetro de avaliação da expansão de tendências estruturais e processuais de longa duração, bem como da adaptação local destas mesmas tendências: imitadas, recriadas, subvertidas ou objecto de resistências. Neste sentido, proporcionou uma expressão singular do que Eisenstadt designou por «múltiplas modernidades» (Eisenstadt 2007).

O efeito de racionalização específica da linguagem formal da actividade desportiva, decorrente da autonomização relativa de um campo de actividade, acrescenta uma outra mediação à interpretação do gesto desportivo. O processo de desportivização desencadeou um conjunto de fenómenos interligados que afectaram a organização do padrão de jogo nos contextos em que o futebol se transformou num espectáculo competitivo dirigido a um público. O efeito da competição e a progressiva pressão exercida por um público apaixonado, que procurava a vitória sobre os clubes e os jogadores, converteram o futebol numa actividade «séria», em contraste com a «desinteressada» prática amadora (Dunning 1992, 299-325). A pressão sobre o desempenho deu origem, deste modo, a uma inevitável profissionalização. Só um profissional, com uma rotina de treinos, poderia representar condignamente o clube e os adeptos. A comercialização do jogo gerou as receitas que amparavam a profissionalização. No que respeita à morfologia do padrão de jogo, à interpretação da relação entre o gesto e a configuração social, dentro de um quadro de regras limitado, devia acrescentar-se a mediação que resulta de uma racionalização particular do movimento individual e colectivo e que impele jogadores e equipas a executar os movimentos mais ajustados para alcançar um determinado objectivo. O futebol mais competitivo criou progressivamente uma linguagem própria, uma gramática corporal que representava um processo de racionalização do padrão de jogo. Esta linguagem partilhava especificidades com tendências históricas estruturais. Alguns autores sugeriram, pelo modo como o futebol competitivo adoptou lógicas modernas de especialização e organização do trabalho, no contexto do treino mas também durante o jogo, a sua contiguidade com o desenvolvimento

do modo de produção capitalista.³ No seu trabalho sobre os fundamentos racionais da música moderna, Max Weber, a partir da análise formal de um objecto distinto, descreveu um processo de absorção formal de características estruturais, nomeadamente do capitalismo moderno (Weber 1995). A racionalização moderna da forma musical, baseada na possibilidade de medição dos sons e no desenvolvimento de um sistema de notação, proporcionou um domínio da linguagem por intermédio da antecipação e cálculo (Weber 1995, 53-55 e 26-27).⁴

No caso do futebol, o domínio sobre a linguagem, mediante uma predeterminação do padrão de jogo, operou-se pelo desenvolvimento progressivo de um pensamento táctico. Os esquemas tácticos eram as formas mais racionais de garantir eficácia à equipa. Definido por este sistema, o padrão de jogo exigia aos jogadores a incorporação de formas de agir e de se movimentar, afectando a sua *performance*. Um dos instrumentos teóricos que conseguem de modo mais eficaz dar conta do processo de formação desta linguagem própria é o conceito de campo de produção, espaço de relações e de lutas de que resultam formas dominantes de conceber uma actividade (Bourdieu 1996). A organização do campo musical explorado por Weber diferenciava-se significativamente, em especial no que concerne às bases da sua autonomia, de um campo do desporto competitivo. Na música moderna, o desenvolvimento de uma linguagem singular relacionou-se proximamente com a constituição de um campo de produção que continha um grau de autonomia elevado, onde o investimento dos agentes se efectuava em relação a critérios de apreciação e avaliação impostos pelo próprio campo, genericamente um conjunto de instituições de ensino, investigação e divulgação consagradas por relações entre pares e um público especializado. Nas condições de formação de um campo de actividades desportivas, as possibilidades de surgir

³Autores como Bero Rigauer (1981 [1969]), Jean-Marie Brohm (1978) e mais recentemente Alan Ingham (2004) associam este processo à imposição de relações de produção capitalista, de que o jogo profissionalizado seria apenas mais um efeito. A transformação do jogo num espectáculo articular-se-ia com formas de controlo social, sendo o futebol um novo ópio do povo. A relação do desporto moderno com o advento do sistema de organização capitalista é evidente. No entanto, a redução do jogo ao efeito de uma racionalidade instrumental tende a eliminar as possibilidades de adopção criativa, de subversão, bem como a análise da pluralidade de práticas situadas, em grande medida dependentes de características históricas, sociais e culturais particulares. A acção humana, de jogadores e de público, no âmbito daquela perspectiva, reduz-se a um automatismo, irracionaliza-se, passando o indivíduo a reagir passivamente a estímulos.

⁴ A manipulação proporcionada pela harmonia articulava diversas vozes com autonomia tonal num novo colectivo integrado (Weber 1995 [1922], 107).

um dodecafonismo ou um serialismo futebolístico eram escassas. No futebol espectacularizado dirigido a um público, o desenvolvimento formal, absorvendo também alguns dos princípios partilhados com outras actividades modernas (cálculo, predeterminação), dependia de um campo que elegera o valor da eficiência instrumental como o seu capital simbólico primordial, eixo de uma relação de dependência entre produtores profissionais do espectáculo (jogadores, treinadores, dirigentes, jornalistas) e os seus consumidores. Sendo certo que o consumidor de objectos artísticos, mais ou menos consagrados, ou mesmo dos produtos de uma cultura de massas, nunca investe neste consumo apenas para satisfazer desejos de fruição estética, incompreensíveis aliás fora de uma constelação de relações sociais, no caso do futebol este interesse em confirmar uma posição social por intermédio de um consumo, concretizando uma relação de distinção, dependia em larga medida da materialização de um objectivo preciso: a vitória. O resultado tornava-se assim um capital especificamente desportivo convertido em capital social, dado que a equipa representa o indivíduo em diferentes situações quotidianas. Desportos como o futebol transformaram-se assim num meio de identificação individual e colectiva quotidiana, um tipo de religião secular (Dunning 1992, 299).

Por intermédio de uma lógica de circulação, sustentada no trabalho da imprensa, mas também no contacto entre equipas de locais diferentes, os princípios de organização táctica do padrão de jogo difundiram-se. As possibilidades de formação de campo especializado eram, no entanto, desiguais, o que explica a disseminação desequilibrada desta racionalização do padrão de jogo. Nos contextos em que as condições de desenvolvimento de um campo de actividade específico, portanto de uma tendencial universalização de um padrão de jogo, se faziam sentir de modo mais frágil, a pressão para predeterminar o movimento dos atletas era menor, originando múltiplos padrões heterodoxos, definidos por outros princípios reguladores da acção, «outros futebolis», como se lhes referiu o antropólogo Arlei Sander Damo (Damo 2005, 9-10). A imposição de uma versão ortodoxa do jogo foi célere onde as interdependências sociais eram mais fortes, a organização da vida quotidiana suscitava mais interacções, proporcionadas, em graus diferentes, que convém aquilatar para cada contexto, pela divisão do trabalho, pelo aumento das comunicações, pela urbanização e pela integração estatal. A definição funcional de um campo de actividade específico, tendencialmente profissional, pressionava os elementos nele envolvidos a contribuírem para a existência de um padrão de jogo disciplinado, isto é, formado por jogadores, sujeitos

a um treino intensivo, que incorporam concepções (novas disposições) sobre a sua movimentação, quais os gestos correctos, quais os movimentos incorrectos. Da relação entre o movimento individual e colectivo e a necessidade de obtenção de um resultado surgiu uma legalidade própria, uma regra soberana, mas disputada, que condiciona o desempenho dos atletas.⁵

Na sua função de classificador e apreciador do espectáculo, o adepto não se reconhecia muitas vezes na lógica do padrão de jogo, isto é, não estabelecia uma relação directa entre uma determinada racionalização dos gestos dos jogadores e a obtenção dos resultados. Esta tensão constituía apenas uma das dimensões de uma economia da troca entre o acto desportivo e o seu consumidor que perturbavam a organização do movimento dos jogadores. A fruição do jogo de futebol envolvia outros valores apreciativos, como a etnografia de Christian Bromberger demonstrou (1995). Esta tensão remetia para as lutas pela definição do que era o movimento mais «conforme», o desempenho mais espectacular, o caminho mais profícuo para alcançar a vitória. O usufruto do jogo relacionava-se também com a sua dimensão espectacular e performativa. Introduzindo elementos de apreciação estética, relativamente autónomos do princípio da eficiência, a pressão sobre o padrão de jogo diversificava-se. O processo de racionalização de uma actividade desportiva espectacularizada como o futebol é peculiar, partilhando características com actividades económicas, no sentido utilitarista do termo, mas também com a lógica que organiza alguns campos artísticos, o que remete para outros valores e para a formação de um campo de possibilidades estilísticas que define os termos de manipulação de uma linguagem própria.

O advento de um processo de racionalização do padrão de jogo decorrente do domínio sobre os gestos individuais e colectivos, mas sujeito a um quadro específico de relações entre a produção do espectáculo e as apreciações dos seus consumidores, permitia acrescentar uma mediação à relação entre os gestos dos jogadores e as configurações sociais que os envolvem. A interpretação do padrão de jogo a partir destas diversas camadas de significado possibilitava escapar à formulação de relações causais mais imediatas, como as que ligavam os movimentos dos jogadores a uma pertença étnica, regional ou nacional, para não falar das mais simplistas representações racialistas. As comparações entre estilos

⁵ Muitos dos divulgadores do futebol, em livros específicos e em jornais, utilizavam, não por acaso, metáforas militares para explicar o princípio de eficiência, citando, por vezes, estrategos como Clausewitz.

de jogo podem ocultar, por detrás da imediata referência nacional («futebol brasileiro», «futebol inglês», etc.), o facto de os seus padrões, dinâmicas individuais e colectivas, se relacionarem com uma configuração social, que pode assumir traços regionais, mas que genericamente depende de processos sociais transnacionais, inscritos na lógica das práticas e das relações, e de um efeito de racionalização produzido pelo campo específico, que tende a homogeneizar os processos de organização dos movimentos individuais e colectivos. Descrever o padrão de jogo por intermédio de uma submissão conceptual a noções que tendem a eliminar o dinamismo dos processos, como os que implicam a sua formação identitária, contribui, assim, para a proliferação de um «nacionalismo banal» (Billig 1995), muitas vezes generalizado pela interpretação produzida pelos *media*.⁶ A nacionalização, culturalização ou racialização dos «estilos de jogo» essencializa os gestos e os movimentos dos jogadores, marginaliza tanto a lógica que enquadra as apropriações locais de uma actividade como o futebol como a eficiência da circulação de princípios de organização do movimento que remetem para a existência de campos relativamente autónomos. O mesmo princípio aplica-se a outras actividades sujeitas a uma ciência das obras, como por exemplo as que remetem para a circulação de estilos artísticos, literários ou mesmo de conceitos e técnicas científicas. Nos processos de consumo do jogo, a relação identitária entre o gesto e uma pertença qualquer assume uma função explicativa do próprio gesto, concedendo-lhe uma inteligibilidade que, em simultâneo, justifica subjectivamente a pertença do adepto. Estas representações não esclarecem, contudo, os princípios geradores dos próprios gestos.⁷

⁶ Note-se como persistem referências, por exemplo, a um «estilo de jogo africano», muito reproduzidas pelos *media*, que reificam estereótipos e preconceitos, muitos deles decorrentes da retórica que acompanhou o processo de conquista colonial.

⁷ Como nota Bourdieu: «Assim, do mesmo modo que o ensino do ténis, do violino, do xadrez, da dança ou do boxe decompõe em posições, em passos ou em golpes práticas que integram todas essas unidades de comportamento, artificialmente isoláveis, na unidade de um comportamento organizado, também o discurso por meio do qual o informador se esforça por assumir as aparências do domínio do simbólico da sua prática tende a chamar a atenção para os ‘golpes’ mais notáveis, quer dizer, mais recomendados ou mais reprovados, de diferentes jogos sociais, mais do que para os princípios a partir dos quais esses golpes e todos os seus compostos, equivalentes ou diferentes, podem ser engendrados e que, pertencendo ao universo do indiscutido, permanecem a maioria das vezes no estado implícito» (Bourdieu 2002, 201).

Uma «ordem da interacção» gerida por uma economia das práticas e das trocas simbólicas

A noção de padrão de jogo definia um espaço conceptual onde se estabelecia uma relação entre o gesto do jogador e o movimento da equipa e o processo histórico e social. A dinâmica deste colectivo emanava das constantes interacções, relativamente ritualizadas, entre os jogadores. O padrão de jogo podia ser definido pela existência de determinada «ordem da interacção», escala de análise cuja autonomia foi consagrada por Erving Goffman: «O funcionamento da ordem da interacção pode facilmente ser encarado como a consequência de sistemas de convenções deontológicas, no sentido de regras de base de um jogo, condições do Código da Estrada ou regras da sintaxe de uma linguagem» (Goffman 1999, 202).⁸

Como o «padrão de jogo» de Elias e Dunning, a ordem da interacção constituía-se como um elemento de comparação entre diferentes realidades.⁹ Em relação ao padrão de jogo, a ordem da interacção sugere uma interpretação a uma escala mais definida e situada. Noutro sentido, autoriza a produção de homologias entre as normas de interacção durante um jogo e o acordo tácito entre os intervenientes de uma dada situação social que caracterizava a ordem da interacção em contextos quotidianos, como os definidos pela existência urbana no subúrbio de Lourenço Marques. Durante o jogo de futebol, uma situação social específica e ritualizada, o significado dos gestos e movimentos produzidos pelos jogadores em interacção é partilhado segundo expectativas criadas colectivamente.

Ainda na perspectiva de Goffman, a ordem da interacção compreende uma determinada «moralidade», ou, noutros termos, engendrava uma «economia moral» (Thompson 2008 [1971]), reproduzida e negociada pelos jogadores durante o seu desempenho. Os critérios de classificação e apreciação do público instauram-se também como um elemento desta

⁸ Goffman adicionou outros sentidos a esta definição: «A emoção, o estado de espírito, a cognição, a orientação do corpo e o esforço muscular estão intrinsecamente implicados, introduzindo um inevitável elemento psicobiológico. O bem-estar, o mal-estar, a desenvoltura e a circunspecção são elementos centrais [na ordem da interacção]» (Goffman 1999, 196).

⁹ Ao longo deste livro, os conceitos de ordem da interacção e padrão de jogo serão diversas vezes utilizados como sinónimos, embora quase sempre se opte pelo primeiro, mais próximo da coerência conceptual avançada neste trabalho.

moralidade partilhada, influenciando a *performance*, interpretando os gestos, reconhecendo a sua moralidade implícita, vigiando o seu cumprimento e transgressão, confirmando o conhecimento partilhado. A economia moral inerente à ordem da interacção no jogo de futebol era constituída por práticas significantes produzidas pelos gestos e movimentos individuais e colectivos que perfaziam o padrão de jogo. O termo «economia» proporciona uma interpretação dinâmica de uma relação de troca e interdependência; ao atribuir-se-lhe uma moralidade, escapa à fatalidade de uniformizar as suas relações de causalidade, o que sucederia se considerássemos que os movimentos dos jogadores de futebol, independentemente do seu contexto, responderiam pela mesma morfologia e pelo mesmo interesse, como numa relação económica pura. As «moralidades» do jogo, dependentes de diversas mediações contextuais, surgiam como lugares particulares de uma troca simbólica. O movimento corporal estabelecia-se como a unidade fundamental da troca e a economia do gesto possuía uma inegável dimensão simbólica, partilhável, o que sugeria o advento de uma economia das trocas simbólicas, expressão que Bourdieu define como o princípio de legitimação de uma determinada «ordem das coisas» (Bourdieu 1998, 169). Os atletas geriam o seu corpo como um elemento de criação de significados em troca constante. A ordem da interacção, como projecção situada e singular de uma configuração social, não possuía uma autonomia específica, embora determinasse uma escala de comportamento própria.¹⁰

Podemos designar por «repertório motor» o conjunto de gestos realizados pelos jogadores. Em cada ordem da interacção predominava um certo conjunto de gestos, variando contextualmente o seu valor simbólico. A racionalização do futebol moderno, por exemplo, tornou o «passe» o centro da economia do jogo, o que representou uma subalternização de outros gestos, como o drible, sujeitos agora a uma utilização mais ponderada. A especialização de posições, por seu turno, atribuiu a cada colocação em jogo um repertório motor particular, onde a proporção e tipos de movimentos dependem do desempenho da função, associada também a determinadas características físicas e performativas dos próprios atletas (centrais altos, extremos rápidos, etc). A reprodução de um repertório motor sustentava a lógica da troca na ordem da interacção situada, delimitada por um espaço dos possíveis estilísticos. Desta forma,

¹⁰ Elias e Dunning insistiram contra o erro de tomar os conceitos de configuração social ou de padrão de jogo como meras somas de interacções (Elias 1992a, 86; Elias e Dunning 1992, 291).

a economia das trocas simbólicas, não se constituindo como uma realidade autónoma, respondia e legitimava uma «economia das práticas», isto é, um conjunto de trocas concretizadas pelos gestos e nos movimentos dos jogadores.¹¹ Na ordem da interacção trocavam-se gestos e significados. A remissão da lógica da troca para os seus contextos de produção combatia todas as leituras «economicistas» e «utilitárias», ou substancialistas e identitárias, que, também no caso da ordem da interacção dominante num jogo de futebol, poderiam impor prescritivamente uma regra ou um modelo à dinâmica dos movimentos.¹²

Um «*habitus motor*»

A ordem da interacção no jogo de futebol e a sua economia simbólica dependiam da articulação de inúmeras acções individuais. Neste contexto, os corpos em interacção constituíam-se como um reservatório de conhecimento e automatismos corporais, memórias do corpo (Conner-ton 1993). Os jogadores que reproduzem e transformam com os seus gestos a ordem da interacção são simultaneamente educados por ela, não apenas no sentido de uma educação motora, mas também do modo como esta traduz princípios de acção e visões do mundo. O corpo do jogador adquire técnicas, no sentido da definição icónica de Mauss (1980 [1935], 365-386),¹³ que o tornam apto a realizar *performances* dentro da

¹¹ Como notou Bourdieu, «os sistemas simbólicos devem a sua coerência prática, ou seja, as suas regularidades e também as suas irregularidades, ou até mesmo as suas incoerências, umas e outras igualmente necessárias porque inscritas na lógica da sua génese e do seu funcionamento, ao facto de serem o produto de práticas que não podem preencher as suas funções práticas a não ser na medida em que envolvem, no estado prático, princípios que são não só coerentes – quer dizer capazes de engendrar práticas intrinsecamente coerentes ao mesmo tempo que compatíveis com as condições objectivas – mas também práticos no sentido de cómodos, isto é, imediatamente dominados e manejáveis porque obedecendo a uma lógica pobre e económica» (Bourdieu 2002, 217).

¹² Em *A Distinção*, Bourdieu coloca a «economia das práticas» como o princípio relacional de interpretação da produção e dos consumos, base da produção de gostos, opiniões e julgamentos, captado por um instrumento conceptual como o «campo» (Bourdieu 2010 [1979]). Os campos sociais são constituídos por determinadas economias das práticas. Já formulada em *Esboço de Uma Teoria da Prática* (2002), esta ideia, associada à noção de troca simbólica, procura ultrapassar as divisões entre o económico e o não económico. Todos os sistemas de práticas têm os seus princípios de troca, isto é, a sua economia; não existe, portanto, uma ciência geral da economia das práticas.

¹³ «As maneiras que, de sociedade para sociedade, as pessoas sabem como usar o seu corpo» (Mauss 1980 [1935], 365-386).

lógica prática e da troca simbólica intrínsecas às relações de interacção no espaço do jogo. A relação entre o corpo dos jogadores e a ordem da interacção, a ligação entre o corpo como produtor de gestos significantes e o mundo envolvente, entre a acção individual e as formas de existência, torna-se mais discernível se invocarmos para este modelo de interpretação o conceito de *habitus*. No capítulo «O conhecimento pelo corpo» (Bourdieu 1998, 113-144) das suas *Meditações Pascalianas* Bourdieu sintetiza o papel do corpo na sua teoria, definindo da seguinte forma o conceito de *habitus*:

[...] os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: estes sistemas de esquema e percepção, de apreciação e de acção permitem operar actos de conhecimento prático, baseados na identificação e no reconhecimento dos estímulos condicionais e convencionais aos quais estão dispostos a reagir, e engendrar, sem posição explícita de fins nem cálculo racional, os meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, mas dentro dos limites das imposições estruturais das quais elas são o produto e que as definem [Bourdieu 1998, 122].

Apesar das críticas ao determinismo do conceito (Jenkins 1992; Alexander 2000), é possível, invocando a própria definição de Bourdieu, concebê-lo como um princípio de monitorização da acção estratégica exercida nos limites do espaço dos possíveis históricos, sociais e culturais.¹⁴ Ajustando-se às circunstâncias, o *habitus*, mais do que um mecanismo de reprodução social automático, engendra estratégias, reveladoras de um «sentido prático», e não, genericamente, de uma acção consciente ou intencional.¹⁵ Tornar a estratégia o centro da teoria das práticas, recuperando o tempo, a história e o espaço para a teoria da acção, evita, mais uma vez, os mecanicismos presentes em determinados usos desistoricizados das noções de «regra», «modelo», «identidade» ou cultura», presen-

¹⁴ «O *habitus* como sistema de disposições para ser e para fazer é uma potencialidade, um desejo de ser que, de certo modo, procura criar as condições da sua consumação e, portanto, impor as condições mais favoráveis àquilo que ele próprio é [...] Mas, seja como for, o agente faz o que está no seu corpo sob a forma de capacidades e de disposições moldadas por condições de existência» (Bourdieu 1998, 132).

¹⁵ «O sentido prático é o que permite agir como deve ser (*ós dei*, dizia Aristóteles) sem pôr nem executar um deve ser» (kantiano), uma regra de comportamento. Maneiras de ser que resultam de uma modificação duradoura do corpo operada pela educação, as disposições que o sentido prático actualiza permanecem inapercebidas não só enquanto não passam ao acto, como até mesmo então, dada a evidência da sua necessidade e a sua adaptação imediata à situação» (Bourdieu 1998, 122).

tes em diversos modelos de análise e também nos estudos sobre o colonialismo.¹⁶

A ordem da interacção não se instituía como uma entidade mecânica, mas como um princípio regulador perante o qual os jogadores tomavam opções e empreendiam estratégias dentro de um espaço de possibilidades estilísticas. No âmbito de uma actividade corporal situada, com uma componente técnica e espectacular, este princípio sugeria que o *habitus* era também uma fonte de inovação performativa.¹⁷ Adaptando a conhecida formulação de Marx no *18 do Brumário* (1971), na ordem da interacção é o indivíduo que faz a história sob condições de possibilidades particulares, aquelas que o seu *habitus* consegue descodificar, negociar ou subverter. Construção histórica que dialoga com as suas condições sociais de produção, a ordem da interacção exprimia contradições e era espaço de negociações, desafios e subversões. De acordo com as características dos processos históricos, podemos surpreender ordens da interacção mais estáveis ou instáveis, *habitus* mais ou menos adaptados, moralidades mais ou menos desafiadas.

O interesse em atribuir uma dimensão mais concreta às disposições actuantes no contexto de desempenhos desportivos conduziu à formulação do conceito de «*habitus motor*», mecanismo de gestão das disposições incorporadas dos atletas. A expressão *habitus motor* perfilha o conceito de «*hexis corporal*»:

Do mesmo modo que o *ethos* e o gosto (ou, se se quiser, a *aisthesis*) são a ética e a estética realizadas, assim também a *hexis* é o mito concretizado, incorporado, tornado disposição permanente, maneira duradoura de estar, de falar, de andar, e, por isso, de sentir e de pensar, sendo deste modo que toda a moral da honra se encontra ao mesmo tempo simbolizada e realizada na *hexis corporal*» [Bourdieu 2002, 189-190].

Em *A Distinção*, o autor descreveu a *hexis corporal* como uma «dimensão fundamental do sentido de orientação social [...] maneira prática de experienciar e exprimir o sentido que se tem, como se diz, do seu próprio valor social» (Bourdieu 2010, 690). Alguns investigadores desenvolveram conceitos que procuravam situar e tornar mais dinâmica a for-

¹⁶Foram feitas por diferentes autores críticas importantes aos usos destas noções. No que respeita às noções de regra e modelo, v. Bourdieu (1977) sobre a identidade e Cooper e Brubaker (2005, 59-90), bem como Kuper (2000) e Crehan (2002), sobre a noção de cultura.

¹⁷Como nota Schieffelin, a *performance* não apenas confirma um conhecimento anterior, mas também incorpora inovações formais (Schieffelin 1985, 720).

mulação mais genérica de *habitus*, como foram os casos da praxis corporal (*body praxis*) proposto pelo antropólogo Michael Jackson (1983, 328), ou do «esquema prático» (*practical schemata*) com que Loïc Wacquant estudou os movimentos dos pugilistas de Chicago (Wacquant 2004, 104). O antropólogo Sérgio Leite Lopes sugeriu a expressão «*habitus* corporal» (*bodily habitus*) na sua antropologia histórica ao estilo de jogo do futebol brasileiro (Lopes 1997, 74). Por sua vez, a expressão «práticas corporais» (*bodily practices*) sustenta a análise de Paul Connerton (1993) aos mecanismos da memória social, no contexto de relações institucionais e cerimoniais. No contexto deste trabalho, o *habitus* motor é também o criador individual dos desempenhos cuja inteligibilidade e textura estética dependem da relação com a ordem da interação.¹⁸

A expressão «*habitus* motor», que não pretende alterar os princípios que definem o conceito de *habitus*, procurava também dialogar com os trabalhos sobre o movimento do corpo que envolviam disciplinas integrantes da ciência da educação física ou da motricidade humana; sobretudo no que respeitava à relação entre as disciplinas do movimento, como a anatomia ou a fisiologia, e as que tratavam da motivação e do interesse que levavam o corpo a mover-se, como era o caso da psicologia. Esta questão será examinada com pormenor no capítulo que explora a formação de um modelo oficial de práticas físicas durante o período do Estado Novo português. Os problemas da relação entre movimento e interesse estiveram na base dos trabalhos dos teóricos da educação física próximos do regime. Aqui também se procurava criar, mais do que analisar, uma relação entre o gesto e um referente exterior, neste caso uma configuração política e ideológica. O conceito de *habitus*, e consequentemente o de *habitus* motor, possibilitava adicionar uma componente social e histórica ao debate do interesse e da motivação, remetendo a origem do investimento no jogo (considerado aqui na sua dupla asserção, enquanto modalidade desportiva e enquanto investimento social) para as economias das práticas e das trocas simbólicas que organizavam a ordem da interação. A existência de uma razão prática expressava, segundo o termo de Bourdieu, uma *libido* específica produto da crença nas «paradas em jogo», base da formação de um interesse não necessariamente consciente ou intencional.

¹⁸ A ordem da interação, num contexto de desempenho situado, tem efeito conceptual semelhante ao de campo, reproduzindo, em certo sentido, a relação entre *habitus* e *habitus* motor.

O conceito de *habitus* motor pode assim ser brevemente definido como o resultado de um processo histórico e social de incorporação que sustenta a existência de disposições corporais, dispositivos e esquemas motores que estão na base de *performances* atléticas realizadas em contextos determinados. Em face destas condições, o *habitus motor* não é um reflexo de uma condição naturalizada ou identitária, mas um produto de estratégias historicamente localizadas. A acção corporal dos indivíduos exprime um *habitus* (um *habitus motor*), resultado da internalização das convenções inerentes à ordem da interacção que os próprios jogadores constroem e modificam com os seus movimentos. Cada ordem da interacção, de acordo com a sua lógica situacional, possui um conjunto de gestos e movimentos predominantes produtores de significados particulares. A gestão que os *motor habitus* individuais fazem dos gestos e movimentos disponíveis, do seu «repertório motor», depende do seu valor simbólico no contexto das trocas inerentes à ordem da interacção.

Relações de homologia

Meios de operacionalizar a relação entre o movimento do corpo e o processo histórico, os conceitos de padrão de jogo e ordem da interacção, associados a uma economia das práticas e das trocas simbólicas, relacionavam-se, por homologia, com o seu contexto histórico e social de produção. A economia das práticas e das trocas simbólicas que caracterizava o jogo de futebol no subúrbio de Lourenço Marques, responsável pela definição da sua ordem da interacção, não se constituía como uma entidade auto-sustentada, dependendo de condições de produção particulares, decorrentes de diversas mediações. Para Elias, a utilidade do conceito de padrão de jogo como observatório de processos de longa duração assentava na possibilidade de estabelecer uma relação entre a sua dinâmica e a configuração social dominante ou, dito de outra forma, um espaço social historicamente definido por relações de poder assimétricas que, em si mesmas, impunham concepções de acção dominantes, através de um poder simbólico, e que encontravam resistências e adaptações resultantes de concepções alternativas de conceber o quotidiano. Os conceitos de ligação procuram sintetizar e interpretar a tradução corporal e específica de condições de existência. Como o «padrão de jogo» proposto por Elias e Dunning, a interpretação da ordem da interacção remetia para aspectos fundamentais da configuração social.

No caso da presente investigação, a organização social dominante na cidade de Lourenço Marques durante a última fase do colonialismo português em Moçambique engendrou um conjunto de condições de vida decorrentes de uma estrutura de organização laboral e de reprodução de mão-de-obra específica e de uma experiência particular do espaço urbano que juntou em condições precárias pessoas com origens diferentes e que as obrigou a construir e partilhar convenções mínimas de organização quotidiana. A homologia entre a ordem da interacção e este contexto, entre a morfologia do padrão de jogo e a morfologia espacial e social que caracterizava uma experiência urbana, é fundamental para inquirir a linguagem específica do jogo, procurando descodificar o significado dos gestos fundamentais do repertório motor local. É possível sugerir a mesma relação homóloga ao corresponder o *habitus* motor dos jogadores do subúrbio de Lourenço Marques a um genérico *habitus* suburbano ajustado às condições de formação da existência no subúrbio. A esta mediação acrescentava-se a decorrente da circulação de princípios de organização da ordem da interacção suscitados pelo desenvolvimento do processo de desportivização e da constituição, mais ou menos precária, de um campo de actividade relativamente autónomo, o que confere às relações de homologia e mediação uma outra complexidade.

Capítulo 3

O jogo no corpo

O futebol enquanto *stock* de conhecimento social e **repertório da interacção**

A economia das trocas simbólicas que geria a ordem da interacção do jogo, executada pelos corpos dos jogadores, incluía também, de forma mediada, as representações, filiações e avaliações de todos os indivíduos que participavam no espectáculo enquanto consumidores. Em Lourenço Marques, desde as primeiras décadas do século XX, tanto no centro da «cidade europeia» como no subúrbio africano, o futebol estabeleceu-se como um dinâmico elemento de práticas de lazer emergentes, impondo-se como um espectáculo comunitário. Aqui, como por todo o mundo, ao tornar-se um evento público, o jogo deixava de ter apenas uma existência significativa para os jogadores dentro do campo. A *performance* passava a ser partilhada com uma audiência, com aqueles que assistiam ao espectáculo no local e com todos os que receberam a informação indirectamente, por intermédio de interacções pessoais, ou mediante canais de transmissão específicos, como os *media*. Um processo social particular transformava os desempenhos dos jogadores, células de uma actividade desportiva, em conhecimento partilhado.

A disseminação deste conhecimento por redes de práticas e identificações não se realizava arbitrariamente. A informação incrustada nas vivências quotidianas expressava pertenças, identificações e sentimentos e possuía uma evidente dimensão ritual e prática, ajustando-se a domínios práticos e simbólicos. A inter-relação entre o espectáculo do futebol, enquanto cultura popular, e as dinâmicas do quotidiano beneficiava da existência de determinadas condições sociais e históricas, como as que iam caracterizando formações urbanas, como as cidades coloniais, espaços de interdependências sociais fomentadas pelas vias abertas pelos negócios,

pelo comércio, pelos serviços, pelo tentacular aparelho de Estado e pelo crescente mercado de trabalho. Esta cultura popular específica integrou-se assim numa **ordem de interacção** urbana; o conhecimento sobre a actividade desportiva, sobretudo a mais organizada de teor competitivo (via-se o jogo, falava-se sobre o jogo, lia-se nos jornais e ouvia-se na rádio sobre o jogo), envolveu-se em encontros e trocas quotidianos. A gestão individual desta informação, no decorrer de uma ordem prática, dependia do domínio sobre um *stock* de conhecimento social específico, expressão que Peter Berger e Thomas Luckmann empregaram para se referirem ao conhecimento acumulado pelos indivíduos e depois partilhado durante as interacções sociais (Berger e Luckmann 1967, 41). Para os autores, este reservatório de conhecimento social apresentava-se como um acervo de saberes diversos, mas também de «esquemas tipificadores», que permitiam aos indivíduos lidar com as rotinas do quotidiano (id., *ibid.*, 43). No contexto deste trabalho, o *stock* de conhecimento é entendido como um acervo de informação específico.

A divisão social do conhecimento, dependente em grande medida do estado da estratificação social, do surgimento de classes e grupos de interesses, da divisão social do trabalho e da especialização do ensino, originou a formação de «corpos de conhecimento específicos», consentâneos com uma experiência colectiva do mundo e competentes para actuar nesse espaço (id., *ibid.*, 116-117). As práticas de lazer contribuíam para desenvolver estes universos de conhecimento, mais ou menos disseminados. Várias investigações estabeleceram uma relação entre as posições sociais e determinadas práticas de lazer e consumos sociais e culturais.¹ Os indivíduos relacionavam-se com este *stock* de conhecimento de acordo com a sua posição e trajectória social e, significativamente, no caso em questão, com o seu género. Apesar de os consumos culturais se encontrarem estratificados, ajustados a culturas de classe e a outros grupos de interesses, como o caso de Lourenço Marques exemplifica com perfeição, algumas actividades de lazer revelaram um potencial de disseminação social que deve ser interpretado pela sua relação com o crescimento de uma cultura urbana moderna, caracterizada por novas condições espaciais e ligações quotidianas, proporcionadas pelo aumento das interdependências sociais; o processo de desportivização, como indicou Elias, encontrava-se ligado por uma inferência intercausal com o advento desta organização social. Neste quadro, os indivíduos desenvol-

¹ De Veblen (1899) a Bourdieu (2010 [1979]), passando por Mary Douglas (1970) e, mais recentemente, Bennett *et al.* (2010).

veram competências relacionais, acumularam recursos e conhecimentos ajustados a uma ordem da interacção complexa.

Como informação susceptível de ser partilhada no âmbito de uma cultura popular urbana em desenvolvimento, o futebol tornou-se estratégico para o desenvolvimento de interacções e para a criação de laços sociais, constituindo-se como um idioma de inter-relação. O efeito representativo gerado pela pertença desportiva conferia ao uso deste idioma a função de conceder aos indivíduos uma forma de participação social. O conhecimento específico, traduzido em informações organizadas (um nome de um jogador, a memória de uma jogada especial, a lista de resultados), tinha o estatuto de um capital simbólico, gerido pelos indivíduos de acordo com as situações interaccionais. É possível estabelecer correlações lógicas entre este efeito agregador e o surgimento de outros instrumentos de leitura do mundo que simultaneamente respondiam a propósitos práticos, como, por exemplo, a faculdade do «idioma social» atribuída pelo antropólogo John Peel às religiões monoteístas, no contexto de crescimento das grandes cidades africanas sob domínio colonial (Peel 1984, 154).² Nestes mesmos contextos, a criação de uma consciência de classe respondia de modo diferente a problemas suscitados por uma nova existência.

Uma das características mais significativas do processo de acumulação deste conhecimento específico era o modo como a informação produzida pelo jogo, independentemente da sua escala, se organizava por intermédio de uma textura narrativa. Quem pode contar o que aconteceu, falar dos gestos e movimentos que completaram uma *performance* colectiva, é quem viu, ou recebeu, a informação mediada. A lógica de organização da informação dependia do contexto, variável, da sua produção institucional: dos jogos informais nos bairros geradores de um conhecimento de proximidade até às competições institucionalizadas, baseadas em concepções mais restritas da versão ortodoxa do jogo, produtoras de informação regular e progressivamente disseminada pelos *media*. Dos jogos mais simples, na sua estrutura, resultavam narrativas, embora limitadas a redes de partilhas mais pequenas.

Quando um jogo de futebol se transmuda num espectáculo público tende a adquirir um formato regular e recursivo. O ritmo das competições

² O efeito é similar ao descrito por Thomas Eriksen em *Common Denominators*, ao estudar as relações entre membros de diferentes grupos étnicos nas Maurícias. Eriksen fala de «plataformas» comuns para discursos e interacções utilizados nas práticas quotidianas e também no universo de relações políticas (Eriksen 1998, 18).

reforça a disposição narrativa, conferindo uma estrutura cronológica à ordenação do conhecimento.³ Cada competição, em períodos predeterminados, opõe recorrentemente um conjunto de equipas identificadas que representam os seus adeptos. A recursividade das competições assegura a continuidade temporal destas «narrativas desportivas», ou, neste caso, das «narrativas futebolísticas» (Domingos e Kumar 2006). Os limites narrativos das competições dependem da sua escala, usualmente medida pela dimensão geográfica (local, regional, nacional, internacional), mas também pela capacidade de difusão mediática. O crescimento das interdependências sociais expressa-se no universo do futebol pela organização de uma rede rizomática de instituições federadas. Em Lourenço Marques, por exemplo, predominavam três narrativas institucionalizadas, procedentes de três competições diferentes: o campeonato da «cidade europeia», o campeonato do «subúrbio africano» e o campeonato da metrópole, seguido pelos meios de comunicação social locais.

A natureza da relação do adepto com estas narrativas sustenta-se, normalmente, pela identificação com uma equipa que, no contexto das competições, o representa. A identificação individual com um grupo desportivo assume-se como um elemento, mais ou menos significativo, do que Goffman chamou a «apresentação do eu na vida de todos os dias» (Goffman 1993). A origem desta identificação remete para a partilha de um laço que, como foi notado, pode reforçar pertenças preexistentes. As equipas são assim elementos estruturantes das narrativas, núcleos de organização da informação produzida pelas competições. É normalmente a partir de uma posição definida, ancorada portanto numa identificação, que o indivíduo vai manejar o *stock* de conhecimento social específico durante as interações. A *performance* da equipa, como foi notado, converte-se num capital simbólico, importante para o uso narrativo deste conhecimento. A pressão dos adeptos sobre as equipas para conquistarem bons resultados, o agente instigador do processo de desportivização, decorre do valor da vitória enquanto capital empregue no âmbito da dinâmica interaccional; a produção de excitação agradável suscitada pelos desempenhos desportivos, de que fala Elias (1992), redimensionava-se, não se limitando ao período do jogo, mas encontrando-se disseminada por outros tempos e espaços interaccionais. Tal envolvimento quotidiano estava ligado ao modo como as narrativas desportivas proporcionavam aos

³ A noção de narrativa não adquire, neste contexto de utilização, um carácter teleológico, como se de uma narrativa religiosa ou ideológica se tratasse.

indivíduos que as manejavam, a partir do desenvolvimento de relações sociais, um meio de participação social. Este quadro introdutório poderá contribuir para interpretar o papel desempenhado por formas emergentes de cultura popular urbana, nomeadamente pelo futebol, como um dos espectáculos públicos que mais cedo se afirmaram em Lourenço Marques, como, aliás, por quase todas as grandes cidades africanas, durante as primeiras décadas do século XX.

Se a codificação das regras do futebol possibilitou a interacção entre os atletas segundo premissas que estabeleciam um denominador mínimo para a troca de gestos e movimentos, a partilha do conhecimento produzido pelas competições permitia aos adeptos, independentemente da sua filiação desportiva, participarem num mesmo universo de referências, organizado segundo uma estrutura narrativa: a regra do jogo proporcionava a interacção em campo, o *stock* de conhecimento facilitava a interacção entre aqueles que dominavam as narrativas.

Repertório de interacção e laços sociais

O grau de expansão das narrativas desportivas, como parte de uma cultura popular urbana, relaciona-se com a capacidade de serem reproduzidas em situações de interacção. O *stock* de conhecimento específico depende da sua utilização prática enquanto «repertório da interacção», termo inspirado no conceito de «material interaccional» (*interaction material*) proposto por Erving Goffman (1999, 219-220). Como repertório da interacção, o corpo de conhecimento, organizado em narrativas, suporta formas de participação social, permitindo aos indivíduos, dentro de esferas de relacionamento particulares, comunicar com a sua sociedade e desenvolver contactos. A extensão destes contactos e a intensidade dos seus usos interaccionais derivam do seu valor relativo em determinada economia das práticas quotidianas, o que, evidentemente, varia consoante os contextos. Integradas em relações sociais caracterizadas pela existência do que Max Gluckman (1955 e 1962) designou por «laços múltiplos» (*multiplex ties*), as narrativas desportivas eram susceptíveis de operar como elemento de reforço das fronteiras práticas e identitárias de conjuntos humanos organizados por laços determinados, étnicos, religiosos, de classe ou de pertença espaciais (um passado de partilha regional, uma nova existência em bairros urbanos), fortalecendo a auto-identificação do grupo em contextos de interacção com grupos de origens diferentes, por exemplo, em meio urbano. Em Lourenço Marques, onde o desen-

volvimento das sociabilidades estava condicionado por um sistema de dominação inscrito no espaço urbano e na estratificação social, a circulação do conhecimento, a aprendizagem de técnicas, de hábitos e de esquemas de interpretação do mundo, sujeitava-se a diversos fechamentos sociais e favorecia a reprodução de pertenças e identidades, laços activados para responder às numerosas questões práticas do quotidiano.

Independentemente desta capacidade de reforçar identificações preexistentes, as narrativas desportivas, incrustando-se numa cultura popular em crescimento, possuíam a faculdade de assistir a interações entre indivíduos que não partilhavam outras filiações nem mesmo uma proximidade social e espacial que não fosse a pertença a uma comunidade urbana estratificada. Nesta perspectiva, este *stock* de conhecimento específico podia converter-se num agente de criação do que Mark Granovetter denominou «laços fracos» (Granovetter 1973). Se os grupos reproduziam sistemas de conhecimento particular, reificando fronteiras sociais e diferentes formas de lidar e conhecer o mundo, num contexto de urbanização intensa, onde pessoas de origens diferentes se viam na contingência de interagir umas com as outras, a criação de conhecimento e formas de agir comuns assegurava-se como um princípio crucial de coexistência. A formação de uma cultura urbana, no sentido que lhe é conferido por Simmel (2004, 75-94) ou, mais tarde, pelos sociólogos de Chicago, princípio denominador comum de existência que possuía uma dimensão prática por vezes negligenciada, desenvolvia-se em simultâneo com aqueles processos de fechamento social que operavam por um conjunto de exclusividades: o domínio da educação, da língua e da linguagem, da técnica, o consumo de objectos selectos. Os laços fracos constituíam pontes ténues, mas cruciais, para permitir o interconhecimento entre indivíduos com origens diferentes, que se viam compelidos a interagir. A identificação desportiva, ajustando-se, como outras formas de cultura popular, a uma organização quotidiana mais interdependente, tornou-se assim uma forma de entrada em mundos sociais situados a diferentes escalas e apresentando determinada morfologia social (Halbwachs 2010 [1930]).

Narrativas de contacto e participação social

A possibilidade de as narrativas desportivas suportarem formas de participação social, oferecendo aos indivíduos determinados recursos relacionais, concretizava-se na ordem da interação por intermédio de um conjunto de dispositivos. Esta informação integrava-se na interação pela

utilização de arranjos retóricos e performativos. A exteriorização destes dispositivos subordina-se à agilidade dramaturgica dos indivíduos e à definição da situação onde decorre a interacção. Estas *performances* quotidianas, reproduzidas em contextos familiares, na escola, no trabalho, nas relações de lazer, são servidas por «técnicas expressivas» partilhadas, por retóricas, por intermédios das quais se expressam opiniões e sentimentos. A linguagem e os gestos que compõem estas interacções traduzem uma textura local, por intermédio de exercícios criativos. Transformado em **repertório da interacção**, o conhecimento sobre o jogo alimenta a existência de «comunidades verbais» (Todorov 1984, 48), que se constituem, de modo mais genérico, como comunidades de práticas.

O uso retórico da narrativa concede o desenvolvimento de interpretações pessoais sobre um conjunto de factos, que podem ser partilhadas, ou não, com outros indivíduos. A estrutura da argumentação depende do grau de manipulação deste *stock* de conhecimento organizado narrativamente, parcialmente definido por elementos objectivos: a história de equipas e jogadores, os resultados das competições, os troféus ganhos. Durante a dinâmica interaccional, esta objectividade factual é desafiada e recriada por intermédio de argumentos retóricos, filtrada por interpretações conflitantes. Dado que a narrativa, ao vincular opiniões individuais, possibilita a ocorrência de conflitos ilimitados, os debates não são apenas travados com membros de outros clubes, já que a partilha de identificações desportivas pressupõe a existência de opiniões contrastantes em relação a inúmeros aspectos do jogo: as exibições individuais, a condição da equipa, as decisões do treinador ou o comportamento do árbitro.

A natureza argumentativa de muitas destas interacções enfatiza a importância do conflito como um elemento activo da produção de contactos e da criação de laços sociais. As identificações desportivas tornaram-se, em algumas ocasiões, meios para exteriorizar lutas e fronteiras sociais, acentuando a força das identidades e dando origem ocasionalmente a rupturas radicais;⁴ o conhecimento futebolístico, como **repertório da interacção**, facilitava também a criação de laços a partir de conflitos não disfuncionais, meio de reconhecimento da diferença em determinados contextos sociais (Coser 1964). A habilidade de manter relações de conflito evitando rupturas estimula o papel específico do desporto enquanto produtor de excitação (Elias 1992a). O confronto performativo

⁴ Sobre a importância do desporto como reforço identitário, v. MacClancy (1996), Cronin e Mayall (1998), Armstrong e Giulianotti (1999) e Mangan e Ritchie (2004). Sobre futebol e conflito, v. Armstrong e Giulianotti (2001).

entre as equipas, no quadro da ordem da interacção que define o padrão de jogo, prossegue nas interacções entre adeptos e nos encontros sociais quotidianos, reprodutores criativos, quase sempre por linha masculina, da informação organizada narrativamente. Os *media* tratam de alimentar estas discussões, suscitando polémicas e opiniões seguidas e contestadas pelos adeptos.

Um espaço público específico

Apesar de o conteúdo destas retóricas performativas expressar um domínio factual e argumentativo de narrativas desportivas, o modo como se transformava num recurso relacional, possibilitando uma participação em encontros quotidianos, sugeria uma leitura mais ampla. A manipulação da informação em situações interaccionais valida a formulação de argumentos, a justificação de opiniões, a participação em debates, a exteriorização e a partilha emocionais⁵ e a produção de julgamentos morais e estéticos. Mais do que reprodutora dos conteúdos de um *stock* de conhecimento específico e de filiações particulares, desportivas ou de outra qualquer forma identitária, a narrativa desportiva transposta para a interacção assume-se como uma «forma social» a partir da qual, dependendo das posições, trajectórias e mobilidades, é possível participar no mundo. Encontrando-se na posse de uma informação pericial, em alguns aspectos mais democratizada do que outros corpos de saberes, os indivíduos utilizam-na como mecanismo de afirmação individual perante outros, que tanto podem encontrar-se no seu círculo mais próximo, reificando laços múltiplos, ou socialmente mais afastados. O uso da narrativa ia ao encontro da necessidade de diferenciação decorrente da própria dinâmica colectiva urbana.⁶ Desenha-se assim um espaço público específico, fundado em conteúdos particulares mas ajustando-se a um universo de mul-

⁵ A função representativa implica que a gestão deste conhecimento seja estruturada emocionalmente, servindo uma plataforma de sentimentos, o que nos aproxima do conceito de «estrutura de sentimento» (*structure of feeling*) proposto por Raymond Williams. Em *The Long Revolution* alude ao conceito, referindo: «Porque encontramos aqui um particular sentido da vida, uma comunidade particular de experiência que praticamente não precisa de se expressar [...]» (Williams 1965, 63-64). Em *Marxism and Literature*, a utilização do termo «consciência prática» (*practical consciousness*) favoreceu uma descrição dinâmica e menos paroquial. Assim, este sentimento traduzia-se numa consciência prática, não articulada ou consciente (1971, 130-131).

⁶ Com um efeito semelhante ao da «moda» descrita por Simmel (2004, 95-132).

tiplicação das interdependências. As faculdades formais das narrativas desportivas são comparáveis, de modo particular que interessará noutra ocasião explicitar, a outras narrativas produzidas no âmbito de culturas populares urbanas.⁷

Noutro aspecto, dependendo da situação, é provável que por intermédio da manipulação da narrativa desportiva se produzam comentários sobre outras esferas da realidade. Estes comentários não implicam a manifestação de uma opinião sobre um assunto particular, político, económico, moral, religioso, embora também possam ser um meio para julgamentos sobre estas matérias. De modo mediado e implícito, a produção de julgamentos estéticos e éticos em relação às ocorrências da própria prática desportiva fornece indicações sobre a avaliação de acções e atitudes, a aprovação ou condenação de certas práticas, enfim, um conjunto de referentes que legitimam ou invalidam formas de agir e visões do mundo e que representam a força de uma razão prática. É assim que a ordem da interacção situada que caracteriza determinado jogo de futebol depende de um conjunto de práticas e trocas simbólicas, produzidas pelos gestos e pelos movimentos dos jogadores, que envolvem também os adeptos, elementos de condicionamento simbólico e prático do desempenho.

Em Lourenço Marques, num contexto de urbanização e de aumento das interdependências sociais, o futebol, lazer dinâmico, favoreceu a reprodução de pertenças sociais e culturais, mas também se transformou, como **repertório da interacção**, num instrumento de sociabilidade, base de reivindicação de uma expectativa de pertença ao mundo, da adesão a novas práticas, hábitos e consumos.⁸ A evolução de redes que partilhavam determinado conhecimento realizou-se num espaço segregado, onde preponderavam significativas assimetrias de poder promovidas por leis e políticas institucionais, manifestadas também na interacção quotidiana, onde a variável fenotípica e a pertença de classe classificavam dramaticamente os indivíduos. O vínculo do jogo, prática expressiva e significante, e também dispositivo de relação social, com este esquema segregador, revela as características da dominação colonial local, bem como da sua progressão temporal. A economia das práticas e das trocas simbólicas que governavam o jogo local autorizava igualmente um exercício de inquirição ao desenvolvimento no subúrbio de Lourenço Marques de um contrato social tácito, com as suas convenções, legitimadas e disputadas pelos

⁷ Pense-se, por exemplo, em narrativas cinematográficas, ou televisivas, ou na presente nas revistas mundanas.

⁸ Uma expectativa de modernidade na certa designação de Ferguson (1999).

membros de uma comunidade em construção sob condições particulares. O jogo, deste modo, permitia a leitura de processos situados em diferentes escalas, da dominação colonial, na sua expressão mais lata, até às formas concretas de existência desenvolvidas num espaço urbano particular.

Capítulo 4

Uma desportivização colonial

Lourenço Marques e o sistema colonial português

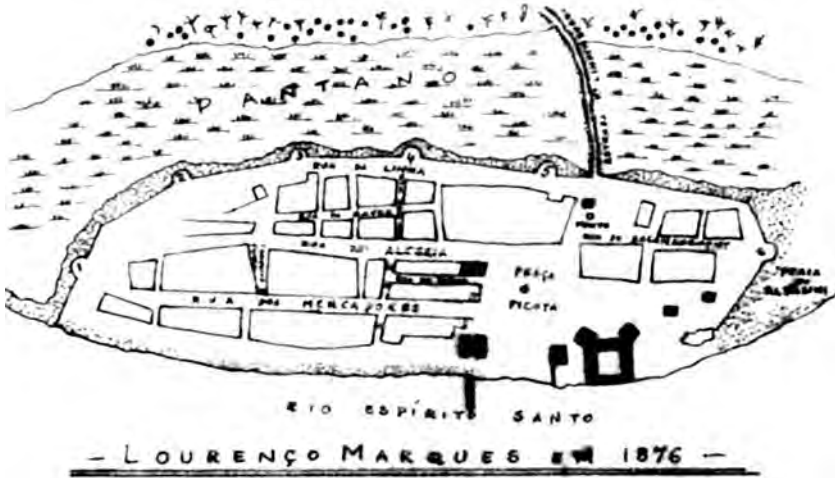
A construção de um presídio em 1782 foi o ponto de partida para a edificação em Lourenço Marques de uma frágil malha urbana. Os primeiros colonos, chegados em 1825, traçaram desordenadamente o núcleo de ruas primário. Neste período desenvolveu-se um comércio dinâmico de escravos para o Brasil. Na mesma altura instalou-se uma pequena comunidade proveniente de Damão e Diu. Em 1850, Lourenço Marques alcançava os 600 habitantes. O poder português, confinado ao litoral, confrontava-se com os reinos locais e a vigilância interessada das esquadras inglesas, que procuravam fiscalizar o tráfico de escravos. Quando passou a vila, em 1876, já havia um pequeno centro administrativo e comercial. Depois da chegada, em 1877, da expedição de obras públicas liderada pelo engenheiro Joaquim José Machado, futuro governador do território, iniciou-se a secagem do pântano que envolvia o pequeno conjunto urbano, permitindo o alargamento da urbe. Em 1887, Lourenço Marques ganhou o título de cidade. O plano de ampliação, da autoria do engenheiro António Araújo, foi aprovado em 1892. Inspirado nas técnicas da engenharia militar, Araújo propôs a construção de um desenho urbano ortogonal cuja geometria correspondia a métodos modernos de edificação. Vários processos de expropriações permitiram o crescimento da cidade colonial. Em 1891, as populações locais foram retiradas da zona central de Maxaquene para os Bairros de Mafalala, Muhnwana, Hulene e Chamanculo (Capela 1984, 12). A peste que assolou a cidade em 1907 justificou nova selecção social (Zamparoni 1998, 321). A estrada de Lydenburg, passagem de ligação à região sul-africana do Transval, que começou a ser construída em 1871, tornou-se um eixo em

Mapa 4.1 – Moçambique: a capital, Maputo (antiga Lourenço Marques), está situada no Sul



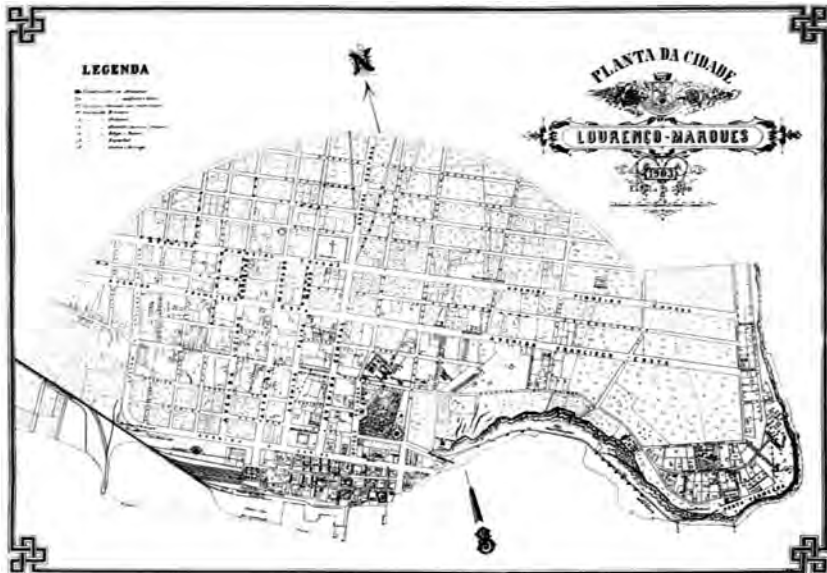
redor do qual o subúrbio se organizou e cresceu. A abertura deste caminho rodoviário, que tinha o nome da região de Lydenburg, no Transval, onde foram descobertas jazidas de ouro em 1874, assinalava a influência do mercado de trabalho sul-africano no aumento da densidade populacional suburbana em Lourenço Marques (Mendes 1976, 34). A zona periférica da cidade, que incluía ainda os Bairros de Malanga, de Malhangalene e de São José de Lhanguene, era composta por estradas e

Mapa 4.2 – Lourenço Marques em 1876: primeiro núcleo de ruas ainda rodeadas pelo pântano



Fonte: Moraes (2001, 63).

Mapa 4.3 – Lourenço Marques em 1903: a estrutura da «cidade de cimento»



Fonte: Moraes (2001, 100).

caminhos, acompanhando as necessidades de deslocação locais. Em Lourenço Marques, onde coexistiam diversos tipos de estratificação espacial e social, a fronteira primordial separava a chamada «cidade de cimento» do seu subúrbio, também designado pelo «caniço», material de construção da maioria das casas suburbanas. A estrada da circunvalação, concluída em 1903, marcava não apenas física, mas simbolicamente, a linha de separação. A estrutura urbana desenhada pelo Plano Araújo determinou a base de evolução da cidade, o que hoje, princípio do século XXI, é ainda notório.

Em 1971, o arquitecto moçambicano Pancho Guedes descreveu as características fundamentais do «caniço»:

Todas as cidades e pequenas vilas em Moçambique são rodeadas por *caniços*. Estes são os edifícios construídos em redor dos espaços urbanos – os lugares onde vivem os criados e os restantes trabalhadores. No Sul de Moçambique os caniços são o material de construção tradicional mais frequentemente usado para murar as casas. Os caniços são cultivados nos vales perto dos rios e dos pântanos, cortados e atados em fardos e trazidos de camião para a cidade. A imagem de um camião carregado é bastante impressionante – dado que o *caniço* é leve e o seu volume se torna tão grande que quase esconde a presença do camião. Os *caniços* estão presentes desde as aldeias dispersas à volta de pequenas cidades até aos enormes bairros pobres que cercam as grandes vilas e cidades [...] Em Lourenço Marques parte dos *caniços* ocupam as margens de uma velha lagoa; sofrem com as cheias e a chuva intensa mas estão muito próximos da parte principal da cidade [Guedes 1971, 200].¹

A população proveniente do mundo rural construiu as suas casas com as técnicas que trouxera do campo, usando troncos, ramos, bambu, capim, fibras, argila (Rita-Ferreira 1967-1968, 165).² As inovações tecnológicas e a utilização de novos materiais transformaram a qualidade destas edificações. A população mais pobre e os trabalhadores migratórios ocupavam palhotas frágeis, construídas com sacos e latas (id., *ibid.*). Este tipo de construção foi sendo substituído por habitações melhor apetrechadas. Em 1968, a maioria das casas (87,9%) eram rectangulares, cobertas a zinco, «com paredes de caniço ou pau-a-pique maticado ou a descoberto, quer de zinco, quer de blocos de cimento, casas com quintal vedado a caniço contendo o alpendre da cozinha, o cercado para banhos e latrina

¹ Tradução do autor. Todas as traduções presentes neste livro são da autoria do autor.

² Embora o livro de António Rita-Ferreira tenha data de 1967-1968, a sua publicação foi mais tardia, o que explica que o autor faça referência a dados de 1969.

e outras instalações rudimentares» (id., *ibid.*, 168-169). Nessa época, as casas de alvenaria representavam apenas 5,9% das habitações, propriedade de uma classe local mais privilegiada.

Lourenço Marques passou a ser a capital de Moçambique em 1898, substituindo a antiga capital situada na ilha de Moçambique, embora legalmente apenas em 1906, convertendo-se no símbolo de uma nova era do colonialismo português em Moçambique. O último quartel de Oitocentos clarificara a soberania portuguesa sobre o território. A definição de fronteiras, realizada na Conferência de Berlim e ratificada em 1891, beneficiou dos equilíbrios decorrentes das lutas entre as principais potências coloniais. O papel de Portugal nesta nova fase de expansão colonial não deixaria de ser marcado pela sua condição estrutural. Durante a década de 1890, incapaz de colocar com eficácia no terreno a sua máquina administrativa, cedeu a grandes empresas de capitais estrangeiros, denominadas «companhias majestáticas», uma parte substancial do território moçambicano. A nova capital de Moçambique, servida por um importante porto de águas profundas, seria um dos eixos de uma economia regional alimentada por uma precoce industrialização sul-africana, liderada por capitais britânicos e assente na prospecção de ouro e diamantes (Newitt 1997, 419-421). A ligação por comboio das principais cidades moçambicanas às regiões vizinhas, de Lourenço Marques ao Transval e da Beira à então Rodésia, depurou a função económica do território colonial, nomeadamente das suas principais cidades.

Placa giratória de mercadorias, Lourenço Marques estabeleceu-se como o centro de um dos principais mercados de mão-de-obra regionais. O governo português celebrou com as regiões vizinhas diversos acordos de transferência de trabalhadores, uma das principais fontes de receita da administração colonial. Milhares de africanos rumavam anualmente às minas sul-africanas. O fenómeno do trabalho migratório atingiu as populações mais desfavorecidas, em especial aquelas cuja estrutura de vida rural fora abalada pelo «encontro colonial», pela imposição fiscal e pela obrigação do trabalho (Harris 1959 e 1960). A negociação em regime de monopólio de trabalhadores para o Transval tinha como contrapartida a passagem pelo porto de Lourenço Marques de uma parcela das exportações e importações da região sul-africana.

O modelo económico prevalecente no sistema colonial português, pouco industrializado, atrasado quanto à utilização de processos capitalistas (Torres 1991, 58-59), sustentado no sistema fiscal, em formas de trabalho forçado e no aluguer de mão-de-obra migratória, não proporcionou, localmente, o crescimento de um operariado extenso (Capela 1984,

9), apesar do incremento das actividades económicas nas últimas décadas de poder português. Cidade colonial moderna, Lourenço Marques não apresentava as características de algumas cidades africanas, fortemente estruturadas à volta de grandes empreendimentos industriais. Muitos dos trabalhadores que regressavam das minas sul-africanas, passando por Lourenço Marques, dirigiam-se às suas aldeias, mobilidade sazonal que contribuiu para atenuar as consequências da proletarização (Harries 1993, 198; Hedges 1999, 5-6). A precariedade laboral dos que procuravam fixar-se contribuiu para manter uma estreita ligação entre a cidade e o campo, reserva última de uma segurança social assente na família extensa perante a débil intervenção do Estado. O controlo sobre o trabalho indígena transformou-se num desígnio colonial (O’Laughlin 2002), na sequência, aliás, de uma história de ocupação sustentada pelo comércio e exploração do trabalho escravo (Duffy 1959). Na região de Lourenço Marques, a actividade laboral do indígena sujeitava-se à regulação de instituições como a Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração, que funcionava junto do governador-geral desde 1903 e que passaria, em 1907, a denominar-se Secretaria dos Negócios Indígenas. Desenvolveu-se uma matriz de controlo disciplinar instrumentalizada por leis que exigiam ao indígena identificações, autorizações de residência, de trabalho, de deslocações. O incumprimento destes procedimentos justificava a imposição de regimes de trabalho forçado, localmente designados por *chibalo* (Penvenne 1995, 4; Zamparoni 1998, 93-108). O *chibalo* sustentava os investimentos do Estado, mas também os privados, que beneficiavam da protecção política e económica do sistema colonial.

As críticas realizadas a partir da década de 1870 à noção de «assimilação uniformizadora» presente na legislação liberal anunciavam a necessidade de o período de conquista que se avizinhava ser enquadrado por novos instrumentos ideológicos, políticos e legislativos. O controlo e classificação das populações, baseados num conjunto de princípios sociais-darwinistas, metamorfosearam, como refere Isabel Castro Henriques (1999, 230), a categoria indeterminada de «selvagem» no mais maneável «indígena», definição conveniente ao exercício de integração do «africano» na dinâmica da actividade produtiva. Sucessivos códigos laborais (1892, 1899, 1911 e 1914) classificaram os modelos de trabalho a que o africano estava sujeito: forçado, voluntário, correcional, por vadiagem, por infracções à lei. A missão civilizadora que legitimava ideologicamente a presença portuguesa em África alicerçava-se num conjunto de leis que distinguiram os direitos e deveres dos «indígenas» dos atribuídos à população «civilizada». O regime português considerava ainda a existência de

uma terceira categoria de indivíduos, constituída pelos «assimilados», os que, tendo provado a sua adaptação à civilização europeia e à «cultura portuguesa», passavam a gozar dos direitos concedidos aos «civilizados».

Em Moçambique, a primeira lei que definia a população indígena foi publicada em 1894 (Zamparoni 1998, 467). Em 1909, um decreto regulamentador da concessão de terras introduziu nos critérios de classificação a variável «cor», acentuando a institucionalização de um processo de racialização: o indígena, discriminado nos direitos à propriedade, era o «não branco».³ Em 1917, uma portaria do governador-geral de Moçambique inscreveu na lei a distinção entre indígena, não indígena e assimilado.⁴ A portaria listava as condições necessárias para a obtenção do alvará do assimilado, documento que provava o novo estatuto.⁵ Uma versão menos selectiva desta lei, nomeadamente no que respeita ao domínio escrito da língua portuguesa, foi aprovada em 1927.⁶ O sistema colonial português, alicerçando-se numa suposta intenção evolucionista, pouco fez para criar as condições económicas, educacionais e sociais que possibilitassem a «assimilação».⁷ A falência de um projecto educacional em Moçambique, que se quedou essencialmente pela retórica (Jerónimo 2010, 170-175), contrastava com a perene concepção civilizadora assente na reprodução da força de trabalho.

Em Lourenço Marques, a segmentação social excluiu os indígenas do acesso a actividades e formas de cultura urbana que envolviam os colonos; de modo mais genérico, afastou-os de qualquer modelo de cidadania oficializado pelo poder (Zamparoni 1998, 250-360). A política colonial portuguesa delineada no último quartel do século XIX, vincando uma posição racialista e nacionalista, colocou em causa a posição de classe de uma pequena burguesia local, sobretudo mestiça, que desde princípios do século XIX conseguira posições importantes em circuitos comerciais e

³ *Regime Provisório para a Concessão de Terrenos do Estado na Província de Moçambique*, 9-7-1909.

⁴ De acordo com esta lei, os indivíduos de raça negra e os seus descendentes que tivessem abandonado completamente os usos e costumes da sua raça, que falassem, lessem e escrevessem em português, que adoptassem a monogamia, que tivessem um emprego compatível com a civilização europeia e que ganhassem dinheiro, por meios lícitos, que lhes permitisse, para eles e para as suas famílias, pagar comida, roupa e habitação, estavam na condição de serem considerados assimilados (Portaria provincial n.º 317, de 13-1-1917).

⁵ Portaria provincial n.º 317, de 13-1-1917. 80% da população portuguesa metropolitana não estaria, na altura, em condições de satisfazer os requisitos da lei (Rocha 2002, 238, n. 122).

⁶ Diploma Legislativo n.º 36, de 12-11-1927.

⁷ Em 1955, numa população de 5 764 362 indivíduos, 117 405 eram considerados «civilizados», incluindo apenas 4554 negros (*Anuário de Moçambique*, 1958, 20).

na administração pública (Zamparoni 1998; Rocha 2002; Hedges 1999).⁸ Perante o endurecimento da repressão colonial nas primeiras décadas do século XX e o aumento da concorrência profissional, decorrente da chegada de população colona, despontou neste grupo uma dinâmica de contestação política e social, também inspirada por movimentos internacionais, que assumiu a defesa dos direitos dos «nativos», grupo diverso do ponto de vista religioso, étnico e nacional mas que surgiu como uma categoria fundamental na representação das sociedades coloniais. O Grémio Africano de Lourenço Marques (GALM), criado em 1908, constituiu-se como o centro institucionalizado destes protestos, cujos princí-

⁸ Valdemir Zamparoni, na sua tese de doutoramento sobre o período colonial em Lourenço Marques entre 1890 e 1940 (1998), designou este grupo por «pequena burguesia filha da terra». Na sua opinião, que contrasta com as perspectivas de Jill Dias (1984), Jean-Marie Penvenne (1995) e Aurélio Rocha (2002), o termo «elite» não definia adequadamente a posição deste grupo no contexto de uma nova estrutura de poder caracterizada fundamentalmente pela imposição de relações de classe (Zamparoni 1998, 386-393). Esta posição é pertinente. O termo «elite» obscurece a estrutura lógica das relações hegemónicas, melhor revelada pelo conceito de classe. No entanto, num contexto de progressiva racialização da estrutura social, como era o caso de Lourenço Marques durante este período, o termo «elite» poderia demonstrar alguma operacionalidade. Apesar de o processo colonial ser responsável pela criação de uma nova estrutura de classe, onde todos os grupos se relacionam a partir da sua posição numa interligada estrutura económica, a sua natureza racial sugere a existência de uma dupla estrutura social. O efeito desta dupla estrutura assemelha-se à imagem de um sistema de castas, como o descrito por Bourdieu a propósito da situação colonial na Argélia, onde as duas «comunidades» justapostas não se haviam unificado num grupo maior, dado a pertença comunitária ser definida pelo nascimento. Neste sentido, enquanto era possível progredir socialmente dentro da comunidade, como se de uma casta se tratasse, era quase impossível sair das suas fronteiras. A criação de um espírito de casta constituiu-se como um obstáculo à criação de uma consciência de classe (Bourdieu 1962, 132-134). Se, como Zamparoni argumenta, esta elite africana em Lourenço Marques se impunha, à luz de de uma estrutura unificada de classes, como uma «pequena burguesia», o seu papel como intermediária entre o poder colonial e as populações locais empossava-a de um estatuto de elite local. Em inúmeras situações sociais que decorriam nas margens da «sociedade do subúrbio» este estatuto de elite era evidente, sendo complicado, do ponto de vista conceptual, confinar estas relações a uma simples análise de classe, como vários autores referiram para outros contextos africanos [Meillassoux para o caso de Bamako (1965) ou Fortescue para o de Acra (1990)]. A segregação que promovia a separação social criava dentro do subúrbio de Lourenço Marques uma diferenciação social e a atribuição de um estatuto a determinados indivíduos que os compelia a permanecerem num local onde beneficiavam, material e simbolicamente, da sua condição. Neste texto, a expressão «elite africana» refere-se quase sempre ao estatuto de determinado grupo entre a população suburbana. A expressão adapta-se fundamentalmente ao espaço social do subúrbio, no qual as relações estavam parcialmente dependentes de formas locais de organização e hierarquização. Em algumas ocasiões, no entanto, quando se revela importante interpretar a posição desta elite local num contexto mais largo do processo colonial, será usada a expressão «pequena burguesia», que nos parece fiel à posição destes elementos.

pios fundamentais foram veiculados em publicações como *O Africano* (n. 1908) e *O Brado Africano* (n. 1918). Este grupo, educado, identificado culturalmente com a sociedade europeia colonial, exerceu um papel activo na denúncia de situações de trabalho forçado, lutando pela igualdade dos direitos de cidadania, em especial pelo acesso do «indígena» à instrução e à língua, instrumentos fundamentais de mobilidade (Neves 1989; Rocha 2002, 191). Assumindo a causa «africana», influenciado pelo movimento «pan-africanista» internacional, por associações políticas na metrópole e pelo processo político na África do Sul, o movimento foi muito activo até 1926.

A ditadura militar imposta em Portugal nesse mesmo ano, que preparou o advento, em 1933, do regime do Estado Novo liderado por António de Oliveira Salazar, tratou de actualizar o regime de dominação jurídica precedente. Ainda antes do golpe militar de 28 de Maio de 1926, o governo de João Belo publicou o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, primeiro esteio do sistema do indigenato (O’Laughlin 2000), aperfeiçoado em 1929, altura em que foi aprovado o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas. Segundo este estatuto, o estádio civilizacional dos indígenas não permitia que lhes fossem aplicados os direitos constitucionais, ficando assim submetidos a um regime jurídico próprio, baseado nos seus usos e costumes, que a administração colonial procuraria codificar. Portugal prometia ir integrando os elementos indígenas pelo trabalho e pela educação. Os diplomas seriam complementos das leis fundamentais, definidoras do lugar das colónias portuguesas no seio da nação. O Acto Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina, ambas de 1933, configuram a política centralizadora que o Estado português impôs aos seus domínios coloniais. Já em 1928, em resposta a pressões internacionais, o governo aprovou o Código de Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África, onde não constava a obrigatoriedade do trabalho forçado.⁹ No entanto, várias cláusulas de excepção, contemplavam-no como método de aplicação da justiça. A ambiguidade da lei e a inoperância da fiscalização permitiram a interesses públicos e privados a continuação de práticas semiesclavagistas, suporte de uma estrutura produtiva débil assente em trabalho intensivo (Penvenne 1995). O Diploma Orgânico das Relações de Direito Privado entre

⁹ A apresentação do relatório Ross em 1925 na Sociedade das Nações deu bastante visibilidade às políticas de trabalho forçado impostas pela administração colonial portuguesa (Jerónimo 2010).

Indígenas e Não Indígenas, de 1929, fechou este quadro jurídico. Fora da ordem corporativa imposta pelo regime do Estado Novo na metrópole e estendida às colónias em 5 de Março de 1937, o indígena possuía uma condição laboral própria.¹⁰ Tinha também um ensino separado, cuja atribuição à Igreja Católica, depois de o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e de Timor, em 1926, ter assumido o papel da Igreja na educação dos indígenas, foi definitivamente consagrada pelo Acordo Missionário de 1940 e pelo Estatuto Missionário do ano seguinte. O papel educativo confiado à Igreja Católica procurava combater o efeito «desnacionalizador» atribuído à influência das missões protestantes que desde finais do século XIX, muito por influência sul-africana (Harries 1998, 317), exerciam uma acção regular na região de Lourenço Marques (Silva 2001).¹¹

Em Lourenço Marques, desde a transição para o século XX o novo núcleo do desenvolvimento do território, local para onde afluíram diversos interesses económicos, negociantes, trabalhadores e múltiplas actividades públicas e privadas, a imposição de um sistema de dominação colonial relacionou-se com a dinâmica de urbanização que tornou a cidade, dentro das fronteiras da segregação, um local cosmopolita, onde pessoas, mercadorias, novos hábitos, práticas e consumos transitavam em permanência. Entre os vários grupos nacionais que habitavam a «cidade de cimento» em princípios do século XX, destacava-se, pelo seu poder e influência, a comunidade britânica.

Práticas de lazer na «cidade de cimento», estratificação e o futebol

Como em muitas outras regiões do mundo, também em Lourenço Marques a presença de cidadãos ingleses foi decisiva para o desenvolvimento de práticas desportivas organizadas. Para além de fundarem clu-

¹⁰ O Decreto n.º 27 552, de 5-3-1937, aplicou às colónias as bases gerais do Regime Jurídico dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica, o Estatuto do Trabalho Nacional e as normas sobre a formação de grémios e sindicatos. O facto de grande parte da população colonial se encontrar fora do regime corporativo (95%) conduziu o historiador Michel Cahen a discutir a natureza do fascismo nas colónias, considerando que é a partir do tipo de regime económico e de enquadramento estatal que o colonialismo português deve ser analisado (Cahen 1997).

¹¹ O regresso de mais de 60 000 trabalhadores, quando se iniciou, em 1898, a guerra sul-africana, foi um acontecimento fundamental para o aumento da actividade das igrejas protestantes no Sul de Moçambique (Harries 1998, 330).

bes de âmbito associativo, como o *English Club* (1905), o *British Club* (s. d.) ou a *Caledonian Society* (1919), os britânicos instituíram clubes desportivos próprios, como o *Lourenço Marques Athletic Club*, fundado em 1908, e o *Delagoa Bay Football Club*. Participaram ainda na formação de clubes de elite, como o *Lourenço Marques Lawn Tennis Club* (1908), o *Club de Golf de Lourenço Marques* (1918) ou o *Club da Polana* (1923). Parte da elite colonial portuguesa integrou-se nestes circuitos de sociabilidades desportivas. Nas duas primeiras décadas do século XX, o britânico *Athletic Club* foi um dos principais promotores da prática desportiva, sobretudo do futebol. As crónicas da época sugerem que os jogos de futebol associaram-se a um conjunto de actividades mundanas, espaços de encontro para os membros das classes coloniais dominantes e para os atletas exibirem um *ethos* amador.¹² O sofisticado *sportsman*, cuja ética e gestos representavam uma emanção corporal moderna de uma posição social privilegiada, ecoava também pelo mundo colonial. A expansão de algumas práticas desportivas durante o princípio do século em Lourenço Marques acompanhava as afinidades electivas de uma classe dirigente constituída pela alta administração estatal e pela burguesia colonial, portuguesa e não portuguesa, que explorava as oportunidades de negócio proporcionadas pela economia regional em expansão.¹³

Entre os desportos introduzidos em Lourenço Marques desde o início do século, o futebol conquistou mais adeptos. Um dos primeiros registos sobre a actividade desportiva em Moçambique, escrito em 1931 pelo capitão do exército português Ismael Mário Jorge, por ocasião do Congresso Colonial de Paris, indicava que em 1904 já se organizavam jogos de futebol (Jorge 1931, 8).¹⁴ As tripulações dos navios acostados em Lourenço Marques formavam equipas que se batiam contra turmas locais. O aumento do número de colonos, alguns deles praticantes na metrópole, contribuiu para o desenvolvimento do jogo. Em princípios do sé-

¹² Em 1923, num jogo que opôs uma equipa constituída por jogadores portugueses a outra formada por jogadores ingleses, «não faltaram refrescos, bolos, chá e outras bebidas, e bem assim cadeiras e bancadas à sombra» (*Guardian*, 23-6-1923, 5). O cônsul britânico e o encarregado de negócios inglês foram convidados a assistir. O governador civil era uma presença nestes eventos, que marcavam a vida social da cidade.

¹³ Os interesses desta classe dirigente estavam representados no Conselho do Governo e em instituições como a Câmara do Comércio, a Associação dos Proprietários, ambas criadas em 1905, a Associação do Fomento Agrícola e a Associação dos Lojistas.

¹⁴ Ismael Mário Jorge foi uma figura importante no desenvolvimento do desporto em Moçambique: capitão de infantaria, professor no Liceu 5 de Outubro, chefe dos escoteiros, presidente da Junta de Salvação Pública e dirigente da Associação de Futebol de Lourenço Marques.

culo surgiram vários clubes, projectos efémeros mas que expressavam, ainda assim, o desenvolvimento de um espírito associativo.¹⁵

Os jogos de futebol juntaram-se a outros espectáculos promovidos na cidade, actividades de lazer de uma comunidade em construção. Inaugurado em 1912, o Teatro Variéta apresentava espectáculos de ópera e cinema e possuía um salão de festas. No ano seguinte foi a vez do Teatro Gil Vicente, que incluía um cinematógrafo. Em 1916 funcionavam em Lourenço Marques trinta bares e botequins (*Anuário de Lourenço Marques*, 1916). O censo de 1912 assinalou 13 353 habitantes, 5324 europeus, dos quais 1299 não portugueses. Nos arredores da cidade viveriam 12 726 indivíduos (Morais 2001, 101). Neste período levantaram-se edifícios públicos, estabelecimentos comerciais, espaços de recreio, bancos e hotéis. O Hotel Polana, ainda hoje o mais sumptuoso hotel de Maputo, foi inaugurado em 1922 na zona leste da cidade, área quase deserta, em terrenos concessionados a capitais privados.¹⁶ Na mesma zona, antes de erguido o hotel, a comunidade britânica construiu um espaço para a prática do futebol e um campo de golfe de nove buracos (Morais 2001, 110). Perto do presídio, na «baixa» da cidade, o *English Club* improvisou um terreno para o críquete, onde jogavam também os membros do Clube Indo-Português, associação de goeses fundada em 1921 (id., *ibid.*).

Lourenço Marques cresceu da zona litoral, onde se encontrava a traça urbana inicial, para o interior. A grande maioria da população, chegada do campo, parava nos subúrbios ou, em menor número, em zonas pobres de transição, como o Bairro do Alto-Maé ou o Alto de Maxaquene (Morais 2001, 130). Na zona da «baixa» e na área central dominava o comércio e a administração. A área industrial ficava a oeste, limitada pelo caminho-de-ferro. Parte da população operária laborava na empresa do caminho-de-ferro, no porto, na imprensa nacional, na construção civil, nos carros eléctricos e na indústria metalúrgica. A área residencial espelhava as diferenças de classes e de origem nacional e geográfica. Na Ponta Vermelha e na Polana concentrou-se a população europeia, em especial a classe dirigente. O Bairro Central, mais heterogéneo, era, na maioria, ocupado por comerciantes de origem indiana (Zamparoni 2000; Hedges 1999, 263-265).

¹⁵ Em 1905 surgiu o Sport Clube Português, em 1910 o Grupo Lusitano e em 1912 o Grupo Desportivo Francisco Lázaro. Há ainda referências ao Adamastor e ao Club Sportivo de Lourenço Marques (*O Africano*, 29-11-1961).

¹⁶ Mais precisamente a Oscar Somerchield, Allen Wack e à *Eastern & South African Telegraph Company*. A concessão terminaria em 1950.

Na avenida paralela à costa que demarcava o início da cidade moderna situavam-se os campos de futebol dos clubes mais populares, aqueles ainda hoje dominantes nas competições moçambicanas: Sporting de Lourenço Marques (1920, hoje Maxaquene), Grupo Desportivo de Lourenço Marques (1921) e o Clube Ferroviário (1924).¹⁷ Pela sua localização, estes clubes passaram a ser designados por «equipas da baixa». A hierarquia do futebol seguia, do topo para a base da pirâmide, da «baixa» para o subúrbio. O 1.º de Maio, clube fundado em 1917 por um grupo de operários do caminho-de-ferro, completava o quarteto que durante largo período monopolizou as competições oficiais.¹⁸ O Grupo Sportivo Indo-Português (1921) foi um dos participantes mais activos nestas competições iniciais e um dos fomentadores do jogo do críquete. O progresso do futebol em Lourenço Marques justificou, em 1923, a criação da Associação de Foot-ball da Província de Moçambique, a partir de 1926 rebaptizada com o nome de Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM), instituição filiada na então União Portuguesa de Foot-ball. A nova associação propunha-se promover o *football association* de acordo com as normas estipuladas pelo *International Board*, organização responsável pela aplicação universal das regras do jogo. Em 1924, no subúrbio de Lourenço Marques, surgiu uma outra associação de futebol, a Associação de Futebol Africana (AFA). Agregando um conjunto significativo de clubes, a AFA organizou competições próprias, elementos de uma vigorosa vida urbana que crescia na periferia da capital e que será analisada com mais pormenor num capítulo à parte. A dupla organização associativa denunciava processos de discriminação social, também evidentes na distribuição dos espectadores pelas bancadas dos estádios da «baixa». Estes recintos eram apenas um dos espaços urbanos onde se constituía uma política de separação social. Como relatou com pormenor Valdemir Zamparoni (1998, 247-362), o uso da cidade, dos espaços de lazer (praias, cinemas, teatros, cafés, jardins), das instituições estatais (administração, justiça, correios, escolas e hospitais), dos transportes públicos (comboios, eléctricos), mas também das próprias ruas da «cidade de cimento», onde os indígenas não podiam passar a partir de determinadas horas, expressavam uma cidade selectiva e exclusiva.

¹⁷ A actual Avenida 25 de Setembro. Antes de 1910 designava-se Avenida D. Carlos I e entre 1910 e o processo de independência Avenida da República.

¹⁸ O clube foi fundado em 1 de Maio de 1917 por Luís Gomes Jardim, Artur Joaquim Maia, Manuel Vitorino, José Ferreira e Artur Cruz, operários do caminho-de-ferro de tendência anarco-sindicalista (Capela 1984, 227-228).

Enquanto o ténis, a vela e o automobilismo continuaram a assinalar as actividades distintivas da burguesia colonial de Lourenço Marques, o futebol diversificou-se socialmente. O processo de difusão do futebol não afastou a elite colonial portuguesa do movimento associativo desportivo, esteio de uma identidade colona em formação. O Clube Ferroviário, fundado por um grupo de trabalhadores, era gerido pela cúpula da administração do caminho-de-ferro. Com vários dirigentes representados nos órgãos de gestão colonial, o Sporting de Lourenço Marques encontrava-se conotado com o poder militar e policial. O Desportivo, organizado por funcionários públicos e pequenos comerciantes, foi rapidamente apadrinhado por notáveis locais, constituindo-se como o clube mais representativo do grupo dos chamados «velhos colonos».¹⁹ O patrocínio prestigiava os clubes; reciprocamente, a popularidade das agremiações aumentava a reputação destas figuras locais. A presença de notáveis na administração dos clubes desportivos, de industriais, funcionários, comerciantes, advogados, banqueiros, estabeleceu-se como um padrão reconhecido noutros contextos coloniais, nomeadamente francófonos (Deville-Danthu 1997, 52). A ascensão do associativismo português em Lourenço Marques decorreu em paralelo com a perda de influência inglesa.²⁰

Associações e clubes

A formação de clubes de futebol integrou uma dinâmica associativa desenvolvida em Lourenço Marques nas primeiras décadas do século, em especial no período correspondente à I República Portuguesa (1910-1926), quando se organizaram associações de classe, cooperativas, associações de socorros mútuos e caixas económicas (Rocha 2002, 144-154). A rede associativa contribuiu para a integração social dos colonos, muitos

¹⁹ O presidente do Desportivo, em 1934, era o médico Frank Martins, o presidente da assembleia geral era Adriano de Sousa Maia, presidente da Associação dos Proprietários. Em 1935, o presidente da assembleia geral era o capitalista Paulino dos Santos Gil. Em 1940, o vice-presidente é Carlos Gouveia Pinto, membro da Câmara do Comércio.

²⁰ A percentagem de membros ingleses em associações desportivas em Moçambique desceu de 13% em 1930 para 2% em 1958. De acordo com o *Anuário de Lourenço Marques* de 1935, os ingleses representavam 4,2% da totalidade dos membros das associações desportivas em Lourenço Marques, 3,2% em 1945 e 1,8% em 1955. Estas percentagens foram obtidas a partir dos números presentes na secção Desportos e educação física do *Anuário Estatístico de Moçambique, 1926-1973*.

deles pobres, chegados a África em situações de desamparo. As organizações assistencialistas e mutualistas supriam a ausência de uma política de enquadramento social realizada pelo Estado. De modo distinto e mais informal, as associações recreativas e desportivas proporcionavam aos colonos o contacto com redes de conhecimentos e partilhas que, muitas vezes, reproduziam pertenças metropolitanas, destacando-se, neste âmbito, as de carácter regional.²¹ Alguns clubes desportivos, por seu turno, ergueram-se como delegações das principais agremiações do futebol português. O Grupo Desportivo de Lourenço Marques era uma filial do Sport Lisboa e Benfica (n. 1904) e o Sporting de Lourenço Marques do Sporting Clube de Portugal (n. 1906).²² As décadas seguintes assinalariam a expansão das delegações destes clubes por todo o território.²³

Situação diversa esteve na origem do Clube Ferroviário. Formado num período de forte agitação laboral²⁴ por iniciativa de um grupo de trabalhadores ferroviários, foi patrocinado pela empresa dos caminhos-de-ferro, empreendimento industrial sólido cuja expansão se encontrava ligada à constituição de uma rede regional de relações comerciais sustentada pelo florescimento económico sul-africano. A estrutura burocrática da empresa e o controlo exercido sobre os tempos livres dos assalariados, que incluiu a organização de uma banda de música e de uma biblioteca, converteram o Clube Ferroviário num exemplo de paternalismo indus-

²¹ Daniel Melo, num dos raros trabalhos sobre este tema, salienta a importância da identificação regional para a integração urbana na cidade colonial. As associações regionalistas portuguesas no espaço colonial resultam de uma dinâmica associativa que ocorreu na metrópole sobretudo na transição para o século xx. Em Lourenço Marques surgiu, em 1912, o Club Transmontano, em 1935 o Grémio dos Lisboaetas, em 1938 a Casa das Beiras, em 1947 a Casa do Porto, em 1953 a Casa do Algarve, em 1953 a Casa dos Poiveiros, em 1954 a Casa do Alentejo e em 1956 a Casa do Minho (Melo 2004, 3).

²² Na década de 20, em Lourenço Marques, jogava a equipa da que terá sido a primeira filial do clube na cidade, conhecida por Sport Lisboa. Na mesma altura jogavam ainda outras equipas na cidade, como o Clube Império e o Clube Victoria e ainda o Sport Club Viriato de Lourenço Marques, criado em 1925.

²³ O Sporting criou filiais na Beira (1931, embora o clube tivesse actividade desde 1929), Moçambique (1932), Quelimane (1933), Gaza (1934), Nampula (1948), Guijá (1949), Mucucune (1959), Massinga (1962) e Pucucune (1962). O Grupo Desportivo de Lourenço Marques, filial do Benfica, abriu delegações em Moçambique (1931) e Quelimane (1931). Já sob o nome de Benfica, em Nampula (1954), Quelimane (1954), Machava (1955), Lourenço Marques (1955), Chimoio (1957) e Guruè (1961). O Belenenses tinha uma filial na Beira (1965), em Homóine (1966), em Nampula (1967). Em 1962 já havia surgido o Belenenses de Lourenço Marques, resultado da alteração de nome do Clube Carreira de Tiro.

²⁴ As principais greves ferroviárias ocorreram em 1917, 1920 e 1925-1926 (Capela 1984, 166-190).

trial, prática de gestão da massa laboral típica de contextos onde as relações de produção se encontravam mais especializadas. Comum na Europa desde finais do século XIX (Hargreaves 1986), a associação da organização desportiva ao paternalismo industrial desenvolveu-se no meio colonial africano sobretudo nas áreas industrializadas, como na África do Sul (Nauright 1997, 110; Badenhorst e Mather 1997; Alegi 2004) e no *Copperbelt* (Martin 1995).²⁵ No meio colonial português a utilização das práticas desportivas como instrumento de enquadramento do trabalho, embora pouco estudada, efectuou-se em inúmeros contextos. O Ferroviário, e a rede de delegações que fundou por todo o território, constituiu-se como um exemplo precoce e relevante da relação estabelecida entre clubes de futebol e empresas de capital público e privado em Moçambique. A modificação da infra-estrutura económica colonial no período a seguir à Segunda Grande Guerra incrementou a ligação entre as práticas desportivas e associativas e as políticas laborais das empresas, no âmbito de um corporativismo de iniciativa privada que o Estado colonial procurou também apoiar.²⁶

²⁵ Na África do Sul, nas *townships* suburbanas de Joanesburgo, como Sophiatown ou Alexandra, em contextos industriais de grande escala, como as minas no Witwatersrand, o futebol serviu a moralização dos tempos livres. Os bons jogadores ficavam com melhores condições de trabalho (Nauright 1997, 110). Na década de 50, o Estado procurou combater os efeitos de uma «urbanização negra» através de uma política de retribalização da «cultura popular africana», iniciativa já antes realizada pelos patrões da indústria mineira (Badenhorst e Mather 1997, 481). No universo desportivo, esta política reflectiu-se na promoção de práticas tradicionais (Nauright 1997, 116).

²⁶ Em Moçambique havia outros clubes desportivos com origem na expansão do caminho-de-ferro, como o Trans-Zambezia Railway Recreation Club (1930), que se tornou, em 1953, o Clube Ferroviário de Inhalinga, ou o Grémio Desportivo Ferroviário do Lumbo (1931). Em 1947 foi instituída a *Sturrock Cup*, que opunha as equipas dos caminhos-de-ferro moçambicanos e sul-africanos. Em 1940, a AFLM organizou um campeonato corporativo (*Anuário de Lourenço Marques*, 1943). Ainda antes da Segunda Guerra Mundial diversas instituições estatais criaram os seus grupos desportivos, casos do Clube dos Correios e Telégrafos, do Clube da Câmara Municipal, do Clube da Polícia Civil, do Clube da Repartição da Fazenda e do Clube das Obras Públicas (*Anuário de Lourenço Marques*, 1941). Depois da guerra, o número de clubes ligados a empresas públicas e privadas aumentou. Alguns destes clubes, como o Grupo Desportivo da Companhia de Seguros Nauticus (1948), o Clube Recreativo e Desportivo da Companhia dos Algodões de Moçambique (1950), o Grupo Desportivo das Obras Públicas de Inhambane (1951), o Clube Recreativo dos Empregados da Companhia do Boror (1951), o Clube dos Empregados da Sena Sugar Estates de Marromeu (1970), o Grupo Desportivo da Fagor (1972) ou o Grupo Desportivo dos Empregados do Banco Pinto e Sotto Mayor (1972), viram os seus estatutos serem aprovados pela administração (datas entre parênteses), mas a maior parte não oficializou as suas actividades.

Jogadores

As equipas da AFLM, esteios da espectacularização do futebol na cidade colonial europeia, eram predominantemente constituídas por jogadores provenientes da metrópole e pelos seus filhos; a pertença de classe proporcionava a alguns jogadores das velhas famílias locais, sobretudo mestiços, um lugar no campeonato da «baixa». Quando, em 1926, Guilherme Cabaço (n. 1919), velho colono que iniciava à época uma longa carreira no funcionalismo público colonial, se tornou sócio do Grupo Desportivo de Lourenço Marques, as cores negra e branca da camisola oficial da equipa simbolizavam, segundo nos assinalou, a existência de dois mundos em Moçambique.²⁷ Nas décadas de 20 e 30, assegurou este antigo funcionário colonial, o Desportivo incluía atletas brancos, negros e sobretudo «mistos», como, por exemplo, os irmãos Bento. Com a excepção do Sporting de Lourenço Marques, onde apenas jogavam brancos, «nos outros havia mistura». Esta «mistura» situava-se, porém, nos limites estritos da pertença a uma «classe dirigente». O 1.º de Maio, mais afastado deste círculo de relações, era, como o designou Cabaço, um «clubes de operários e gente do subúrbio».

Nas primeiras décadas do século XX, o espectáculo do futebol permaneceu como uma prática de classe no âmbito da sociedade europeia local. A procura de talentos concedeu, no entanto, oportunidades a alguns colonos oriundos de grupos sociais menos favorecidos, indivíduos que chegavam à cidade e se iam integrando no sistema de ocupações, em algumas profissões operárias, sobretudo nos caminhos-de-ferro, mas também no pequeno comércio e no funcionalismo público. Quando o jogo se tornou um espectáculo público competitivo, fomentador de rivalidades, os clubes procuraram cativar os melhores jogadores. O fenómeno, já visível nos anos 30, deu origem à formação, ainda muito embrionária, de um mercado.²⁸ O jogador de futebol conquistaria uma condição própria, reconhecido pelas suas competências performativas e pelo facto de representar um colectivo socialmente identificado perante colectivos adversários.

²⁷ Outra versão, não despreciada, sugeria que a camisola do Desportivo era inspirada pelo equipamento da equipa da Associação de Futebol de Lisboa. As parencas são evidentes.

²⁸ Em 1930, *O Brado Africano* anunciava, em destaque de primeira página, a chegada a Lourenço Marques do «Sr. Catolino Brandão», guarda-redes do clube português Vila-novense, que passaria a representar o Ferroviário (*O Brado Africano*, 26-4-1930, 1).

A progressiva chegada de colonos portugueses vincou as diferenças sociais entre a população de origem europeia à medida que a administração e o mercado de trabalho se especializaram. A população colona atingiu em 1930 os 17 842 habitantes, chegando aos 27 438 em 1940, aos 48 213 em 1950 e aos 97 245 em 1960 (Hedges 1999, 165);²⁹ em 1974, um ano antes da independência de Moçambique, alcançara os 200 000 habitantes (Newitt 1997, 406). O associativismo desportivo colono, acompanhando o crescimento da cidade, organizou-se nos bairros, estabelecendo uma relação umbilical com estes espaços de sociabilidade. Surgiram, assim, clubes como o Malhangalene, bairro conquistado pelos colonos à população local, e o Clube do Alto-Maé, fundados, respectivamente, em 1934 e 1937. Na década de 50 destacaram-se o Carreira de Tiro, de 1950, e o clube de futebol o «Central», de 1951.³⁰ Nas décadas seguintes, novos clubes replicaram o mesmo padrão de pertença espacial e social a determinados bairros.³¹ A rede de clubes e associações desportivas organizada na cidade europeia constituía-se como um suporte da integração das novas populações colonas. O pequeno clube permitia, simultaneamente, reforçar redes próximas, ligadas pela origem regional dos seus membros, e desenvolver redes mais vastas, colocando o novo colono perante as instituições da comunidade mais alargada. Apesar das diferenças entre estes clubes, por exemplo, entre os grandes clubes da «baixa» e as pequenas associações desportivas, reveladoras da estratificação social da população colona, a actividade destas associações, mesmo depois do período de alguma abertura vivido a partir da década de 60, vincava sobretudo a origem europeia dos seus membros e um conjunto de sociabilidades que reforçavam o que Dane Kennedy designou por «ilhas de branco» (*islands of white*) (Kennedy 1987).

²⁹ Recentemente, Cláudia Castelo notou a fragilidade de alguns destes números perante a inexistência de dados fidedignos sobre as entradas de metropolitanos nas colónias (Castelo 2007).

³⁰ O Central foi fundado por dois empregados comerciais residentes no Bairro Central, Luís Fonseca e Manuel Antunes (AHM, DSAC, caixa 31, processo 27/173).

³¹ O crescimento de Lourenço Marques deu origem à edificação de novos bairros residenciais e ao desenvolvimento de uma cintura industrial concentrada na Matola e na Machava. Novos clubes foram formados: em 1961, o Clube Desportivo da Matola; em 1966, o Clube Desportivo do Bairro do Fomento, com sede na Matola; em 1967, o Clube Recreativo os Bairristas de Mavalane, com sede em Lourenço Marques, no Bairro do Aeroporto; em 1969, o Clube Recreativo, Desportivo e Cultural do Bairro do Jardim; em 1971, o Clube Recreativo e Desportivo e Cultural do Bairro Choupal; em 1972, o Clube do Bairro Silva Cunha, concelho da Matola, mesmo ano em que surgiram o Clube Desportivo e Recreativo «Os Ferrageiros», o Clube Desportivo Real Sociedade de Moçambique e o Grupo Desportivo e Recreativo da Catembe.

No discurso de Cabaço, o velho colono, o futebol das primeiras décadas exprimia, pelo esforço dos fundadores dos clubes, que organizaram jogos e construíram campos, o heroísmo dos pioneiros edificadores da cidade. A própria bola de jogo, nesses tempos de conquista, adquire propriedades históricas e torna-se uma metáfora das contrariedades da época:

Era horrorosa, era um martírio, porque era de couro e tinha por dentro uma borracha que se enchia à bomba e a abertura era um cordão de cabedal. A gente pensava duas vezes, antes de meter a cabeça à bola. Uma pessoa dava uma cabeçada e ficava sem a pele da testa. O cordão era saliente, era um horror, até para os guarda-redes. Se a bola vinha de esguelha, o tipo metia a mão e ficava quase sem pele. Hoje não, é uma bolinha quase de brincadeira, daquelas bolinhas de borracha com que eu brincava em casa.

O futebol como espectáculo público urbano

O futebol converteu-se, nas primeiras décadas do século, num dos mais concorridos lazeres organizados em Lourenço Marques. Os clubes promoveram-se em centros de encontro e partilha, espaços de mobilização e organização comunitária. Os recintos de prática, inicialmente muito precários, recebiam com regularidade as primeiras competições. Os jornais incrementavam o acompanhamento das competições, fazendo reportagens dos principais encontros. Em 1922 nasceu a primeira publicação especializada, *A Semana Desportiva*, que duraria apenas um ano, regressando em 1932, também efemeramente. Em 1938, o *Eco dos Sports* tornar-se-ia o primeiro jornal desportivo a singrar no mercado dos periódicos, como instrumento de divulgação e porta-voz das reivindicações da comunidade desportiva face ao Estado local e metropolitano.³² Os jornais foram veículos essenciais da popularidade do jogo. A imprensa fez da rivalidade um objecto de leitura, de identificação e de imaginação. A presença do futebol nos jornais, ritmada pela regularidade das competições, assemelhava-se a um folhetim interminável, acompanhado com paixão pelo leitor. A organização do primeiro campeonato de futebol de

³² Após a sua fundação, o *Eco dos Sports* foi uma das vozes mais reivindicativas dentro da comunidade desportiva contra a falta de intervenção do Estado no desporto. Em 1949, por exemplo, o seu director, Cerqueira Afonso, escreveu na primeira página do jornal uma missiva dirigida ao governador-geral exigindo que fosse criado um órgão que coordenasse o desporto local e que investisse em novas infra-estruturas para a prática de diversos desportos (*Eco dos Sports*, 20-12-1949, 1).

Moçambique em 1956, uma das primeiras iniciativas que juntou representantes de diversas províncias de Moçambique, resultou do trabalho persistente da imprensa desportiva local.³³

Momentos mediáticos por excelência eram os que resultavam da cobertura dos confrontos entre a selecção dos melhores jogadores de Lourenço Marques, da AFLM, e de selecções visitantes, sobretudo equipas sul-africanas, como o Transval do Norte e o Transval do Sul, mas também metropolitanas, inglesas, brasileiras e de outras nacionalidades.³⁴ As visitas da metrópole, bastante frequentes depois da década de 40, reavivavam laços, envolviam uma componente festiva, nostálgica, constituindo-se também como momentos de demonstração do vigor colono face ao representante da sede do império.³⁵ O efeito era ainda mais significativo quando nestes jogos participava a chamada equipa dos «naturais», conjunto formado apenas por jogadores nascidos em Moçambique, filhos de colonos. Fonte de orgulho local, o desporto sustentou reivindicações e serviu de expressão a uma consciência própria, de dimensão restrita, mas que ainda assumiu, por vezes, posições proto-autonomistas.³⁶ A exigência de participação em provas que incluíssem representantes de todos os territórios portugueses, das quais os clubes colonos estavam afastados, foi a reivindicação mais insistente, presente não apenas na imprensa,³⁷ mas também no âmbito de intervenções oficiais e de relações institucionais.³⁸

³³ O director do *Eco dos Sports*, Cerqueira Afonso, mencionou pela primeira vez a intenção de criar este campeonato em 1942. Em 1953, os jornalistas do *Guardian Desportivo* Carlos Dinis e Severiano Correia iniciaram uma jornada épica pelo território moçambicano com vista a avaliarem as possibilidades e o interesse em organizar uma competição que procuraria encontrar o campeão de Moçambique (*Guardian Desportivo*, 18-11-1953, 1).

³⁴ Aberdeen (1937), Newcastle (1952), Dundee United (1953), Djurgardens, com Stanley Matthews (1955), Dinamo de Praga (1956), Ajax (1958), Portuguesa de Santos (1959), Ferroviário de Araraquara (1960).

³⁵ Académica de Coimbra (1939 e 1951), Marítimo (1950), Benfica (1950 e 1962), Atlético (1951), Sporting (1954), F. C. Porto (1958), Belenenses (1960). Em Março de 1968, na inauguração do estádio Salazar, a selecção portuguesa jogou com a congénere do Brasil.

³⁶ Neste contexto, é de realçar a ruptura entre o Benfica de Lisboa e o Desportivo de Lourenço Marques. Numa agitada assembleia geral, o Desportivo decidiu não trocar as suas camisolas brancas e negras pelas vermelhas do Benfica. Como relatava o *Lourenço Marques Guardian*: «embora colocados como filiais ou delegações [os nossos clubes] têm o direito de ser respeitados [...] Isto de se rebaixar, acatando silenciosamente o que as sedes pretendem impor, já não se usa.» O jornalista sintetizou a questão em tom de desafio: «Cá em Moçambique é assim» (*Guardian*, 20-1-1956, 7).

³⁷ O jornalista F. Paula, no *Lourenço Marques Guardian*, foi, durante a década de 50, uma das vozes mais críticas (Paula, 3-4-1955, 11).

³⁸ Em 10 de Abril de 1958, o então deputado Sarmento Rodrigues, ministro do Ultramar entre 1950 e 1955 e futuro governador-geral de Moçambique entre 1961 e 1964, di-

Depois dos jornais, a rádio exerceria uma influência decisiva na difusão do jogo. Em Março de 1934, a derrota da selecção nacional portuguesa de futebol pela congénere espanhola em Madrid foi transmitida pela Estação Emissora do Grémio dos Radiófilos a partir de altifalantes colocados na sede de um dos principais jornais locais, o *Notícias*. A transmissão, uma novidade na cidade, realizou-se «perante uma multidão enormíssima de pessoas que se aglomerava» (*O Brado Africano*, 23-3-1934, 2). O relato do jogo chegou a Lourenço Marques com dois minutos de atraso, distância mínima para quem estava habituado a receber notícias pelos jornais várias dias depois. A novidade tecnológica inaugurava uma outra relação com o futebol, uma nova mediação que permitia ao adepto acompanhar e imaginar um acontecimento longínquo no seu tempo real a partir de um relato oral eventualmente partilhado. Acompanhar um jogo já não dependia da presença no estádio. O relato revelou-se também um acontecimento social. A progressiva privatização da recepção radiofónica, consentida pela evolução tecnológica, não impediu que as transmissões se constituíssem como uma ocasião de encontro no espaço público não apenas na «cidade de cimento», mas também no subúrbio.

Num período relativamente curto, o futebol deixou de ser uma actividade reduzida a um grupo pequeno de praticantes para se impor como um espectáculo público regular organizado por associações desportivas apoiadas pelos seus adeptos. A identificação dos indivíduos com os clubes sedimentou-se e expandiu-se. O jogo estabeleceu-se então como a base de um *stock* de conhecimento específico, produtor de narrativas locais e reproduzido nas interacções quotidianas. Embora, no que respeitava à prática e a um conjunto de iniciativas promovidas pelas associações desportivas, a expansão do jogo na «cidade de cimento» quase se confinasse a estimular redes de sociabilidades entre colonos, maioritariamente por vínculo masculino, como informação socialmente disponível, a sua disseminação foi mais abrangente, passando, como se irá notar, as margens que separavam a «cidade europeia» dos seus subúrbios africanos. Algo de semelhante sucedia, aliás, com todo o conhecimento que completava a existência de uma «narrativa

rigiu-se à Assembleia Nacional para saudar a vitória da equipa de hóquei em patins que venceu o torneio de Montreux, equipa constituída quase na totalidade por jogadores moçambicanos, e defender a unificação das competições nacionais, concluindo não se «compreender que haja campeonatos nacionais só na metrópole» (sessão n.º 136, 5 e 6 de Abril). Esta reivindicação foi repetida por Alexandre Lobato, também na Assembleia Nacional, em 10-12-1964.

do futebol metropolitano» em Lourenço Marques, promovida essencialmente pelos colonos, pelos *media* e pelas digressões dos clubes da metrópole às cidades coloniais. Como elemento de uma cultura popular urbana, o futebol, criador de laços e identificações, rompia, não de forma arbitrária, com a organização rígida e segregadora das práticas. Na prática do jogo, tudo era diferente.

Fronteiras sociais

A entrada de jogadores suburbanos no «campeonato da baixa» dependia da política dos clubes e da AFLM. Até ao final da década de 50 o número de atletas não brancos a competir na associação foi ínfimo. O mercado de transferências da «baixa», alimentado pelo fluxo de colonos, raramente envolveu jogadores do subúrbio. Alguns atletas, ainda assim, conseguiram «dar o salto». Em 1938, Vicente, do Beira-Mar, e Américo, do João Albasini, passaram a jogar na equipa do Desportivo (*O Brado Africano*, 12-3-1938, 3). Em 1941, *O Brado Africano* informou que o jogador Laquino abraçara uma carreira profissional e que receberia 40\$00 a 50\$00 por jogo. Para o jornal, a situação era lamentável: «Ao que chegou o futebol no meio africano, jogar-se por dinheiro e não por amor ao desporto» (*O Brado Africano*, 9-8-1941, 3). O Desportivo e o 1.º de Maio abriram as portas a jogadores não brancos (*O Brado Africano*, 28-7-1934). No entanto, a possibilidade de equipas africanas jogarem com as «equipas da baixa» não era, antes da Segunda Grande Guerra, sequer considerada. Em 1943, Jack, um colono português cronista em *O Brado Africano*, iniciou uma campanha a favor da participação do Beira-Mar, campeão da AFA, no campeonato da AFLM.³⁹ Pouco tempo depois desta iniciativa, *O Brado Africano* anunciava a saída deste colaborador, na sequência de um ofício da AFLM que o acusava de escrever «artigos inconvenientes para a Causa Desportiva e para a política indígena seguida pelo Governo da Nação» (*O Brado Africano*, 18-9-1943, 5, e 24-7-1943, 5). O jornal protestou diversas vezes contra a exclusão dos poucos jogadores negros e mestiços que jogavam na «baixa» das selecções representativas da cidade; a situação persistia por ocasião das viagens à África do

³⁹ Para Joaquim Augusto Correia, conhecido por Jack, a integração do Beira-Mar era a forma de honrar o processo de assimilação. Jack denunciou as práticas racistas dos clubes da «baixa», que tinham medo do «contacto» (*O Brado Africano*, 10-7-1943, 5).

Sul ou quando as equipas sul-africanas se apresentavam em Lourenço Marques.⁴⁰

Esta contestação, na defesa das posições da pequena burguesia da terra, confrontava a retórica assimiladora do regime.⁴¹ A partir da década de 50, o jornalista e poeta José Craveirinha, nas páginas de *O Brado Africano* e do *Notícias*, foi quem mais sistematicamente procurou defender o direito de as equipas e os atletas africanos poderem participar em competições que lhes estavam vedadas. As *performances* de atletas negros, sobretudo norte-americanos, desde a prestação de Jesse Owens em Berlim até ao idolatrado Joe Louis, demonstravam ao mundo o valor da «raça» que o europeu desprezava.⁴² Suporte de um «orgulho negro», o elogio destes atletas empossava o desporto como meio de reivindicações. Para grande parte dos habitantes da «cidade de cimento», o universo do futebol do subúrbio pertencia a uma realidade desconhecida, um elemento de um espaço imaginado pelo preconceito e pelo estereótipo.

A legitimação estatal da discriminação

As políticas do Estado colonial legitimaram as lógicas de discriminação inscritas na organização das práticas e dos consumos desportivos. Como é notório na descrição épica e pouco fidedigna, mormente no que toca ao desporto facultado aos indígenas, do desenvolvimento da educação física no território de Moçambique na década de 20 apresentada por Ismael Mário Jorge ao Congresso Colonial de Paris em 1931, o Estado incentivou a separação do desporto educativo e associativo reservado aos colonos e assimilados das práticas disciplinares a que eram submetidos os indígenas, no âmbito da sua integração em estruturas militares portuguesas e na rede escolar.

⁴⁰ Em 1949, o jogo entre Lourenço Marques e a equipa do Transval Sul só envolveu jogadores brancos (*O Brado Africano*, 15-10-1949, 5). Em 1955, o 1.º Maio foi jogar à África do Sul e deixou sete jogadores negros e mestiços em casa (*O Brado Africano*, 8-10-1955, 6).

⁴¹ Em 1955, num artigo intitulado «O aproveitamento dos indígenas na valorização do desporto português», lamenta-se a exclusão de atletas negros por alguns clubes. O jornal propõe à Secretaria dos Negócios Indígenas que promova um jogo entre a equipa da AFLM e uma equipa de jogadores africanos. Esta última, refere, venceria facilmente (*O Brado Africano*, 15-10-1955, 6).

⁴² *O Brado Africano* celebrou a prestação dos atletas norte-americanos nos Jogos Olímpicos de Berlim, não deixando de cair em concepções naturalizadas sobre os corpos e as raças. «Sob o ponto de vista muscular a raça demonstrou superioridade incontestável, sob o aspecto técnico demonstraram que souberam assimilar conselhos e explicações» (*O Brado Africano*, 12-9-1936, 5).

O Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas não concedia direitos políticos em instituições de carácter europeu;⁴³ era-lhes ainda interdita a possibilidade de organização de corporações administrativas, tal como estavam definidas pela Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) de 1933. Estas resoluções vedavam aos indígenas o direito de constituírem associações, incluindo as desportivas. A Carta Orgânica do Ultramar, aprovada em 1929, e a RAU facultavam à administração colonial a prerrogativa de fiscalizar a actividade de todas as associações, aprovar estatutos, orçamentos e direcções e, se necessário, extinguí-las.⁴⁴ A fiscalização competia à Direcção dos Serviços de Administração Civil (DSAC), que reservava parte dos seus serviços para as agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo. Todos os clubes desportivos tinham um processo na DSAC. Embora os indígenas não pudessem liderar as associações, a sua participação nas actividades de alguns clubes africanos, como sócios e praticantes, sujeitava estes clubes à fiscalização da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas (DSNI), igualmente representada por uma secção dedicada a agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo.

Quando, em 1939, foi criada em Lourenço Marques a Mocidade Portuguesa de Moçambique (MP), primeira instituição especializada na promoção e regulação das práticas desportivas no território, a sua actividade destinava-se apenas à população «civilizada». Organização pré-militar dirigida à juventude, a MP de Moçambique reproduzia o modelo da Mocidade Portuguesa metropolitana, inspirada nas *balilas* fascistas italianas e na Juventude Hitleriana e instituída em 1936 no âmbito da Reforma da Educação Nacional levada a cabo nesse mesmo ano.⁴⁵ A missão da MP prosseguia o empenho do Estado Novo, na sequência de preocupações e de políticas anteriores, em usar a educação física como meio de

⁴³ Pelo seu artigo 7.º

⁴⁴ O n.º 3 do artigo 20.º concede à administração o dever de aprovar os estatutos de associações com fins diversos: associações de classe, comerciais, industriais ou agrícolas, dos montepios ou associações fundadas exclusivamente no princípio da mutualidade. Estas prerrogativas foram confirmadas pela Carta Orgânica do Império Colonial Português, aprovada em 1933, no n.º 5 do artigo 37.º De acordo com o artigo 560.º da RAU, faziam parte das corporações administrativas os institutos públicos, associações particulares que fizessem trabalho de utilidade pública, associações de fins ideais reconhecidas de utilidade pública e associações sem carácter especulativo nem fins lucrativos. As associações de carácter religioso ficavam fora dessa designação, pois eram enquadradas por legislação própria. As associações particulares seriam extintas caso se provasse actividade que fosse contra o interesse público (artigo 563.º).

⁴⁵ No ano lectivo de 1938 foram aplicados às colónias os programas do ensino primário elementar que expressavam a reforma de Carneiro Pacheco (Portaria n.º 3312, de 7-2-1938).

educação moral, higiénica e militar (Carvalho 2005). O regime prosseguia, assim, um movimento europeu de institucionalização de modelos ginásticos que, na sua diversidade, respondiam às necessidades de natureza pedagógica, higiénica e pré-militar dos modernos Estados-nações. Alguns destes modelos tornaram-se hegemónicos, como foram os casos dos *turnen* alemães e da ginástica sueca ou método de Ling (Weber 1971; Guttman 1994; Pfister 2003). A importância da educação física como dimensão da formação de quadros coloniais, relevante no caso francês e sobretudo no inglês, ecoou também, mas de modo muito débil, em Portugal.⁴⁶ A Sociedade de Geografia de Lisboa foi das primeiras instituições a organizar em Portugal, em 1930, um curso de educação física especialmente direccionado para os quadros coloniais. O modelo de educação física desenvolvido pelo Estado Novo, a que se fará referência no próximo capítulo, promovia um esforço de «regeneração da raça». Desta «raça», no entanto, não faziam parte as populações africanas. Em Moçambique a MP responsabilizou-se pela fiscalização dos estatutos de todas as associações com actividades onde participavam jovens «civilizados».⁴⁷ Um decreto de 1939 incluiu nos centros escolares da Mocidade Portuguesa «todas as associações escolares, cantinas, caixas escolares, caixas de excursões, caixas ou associações filantrópicas existentes nos liceus, nas escolas de ensino técnico profissional, nas escolas práticas de agricultura, nas escolas de regentes agrícolas e nos estabelecimentos de ensino particular correspondentes.»⁴⁸

O princípio de exclusão inerente à actividade da MP de Moçambique permaneceu na lei de reorganização das actividades gimnodesportivas de 1956, a primeira legislação que procurava integrar sob a alçada do Estado, de modo global, as práticas desportivas, preparada na sequência de uma missão de estudo.⁴⁹ O parecer da Câmara Corporativa, redigido por Ce-

⁴⁶ No âmbito das estratégias de instrumentalização do desporto em meio colonial, a política portuguesa, sustentada no ensino da educação física, aproximava-se, nas suas premissas gerais, do modelo francófono (Deville-Danthu 1997). É fundamental considerar que, embora seja possível definir um modelo geral, a sua aplicação variou bastante de território para território.

⁴⁷ Decreto n.º 31 908, cuja aplicação a Moçambique foi regulada pela Portaria n.º 10 122, de 24-6-1942.

⁴⁸ O Decreto-Lei n.º 32 234, de 31-8-1942.

⁴⁹ A missão foi coordenada pelos irmãos Marques Pereira, que eram filhos do alto funcionário colonial general Alberto Feliciano Marques Pereira. Alberto foi professor de Educação Física na Mocidade Portuguesa, na FNAT, na Escola Colonial e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. De Celestino falar-se-á com mais pormenor no próximo capítulo.

Figura 4.1 – Estudantes da Mocidade Portuguesa de Moçambique em Lourenço Marques



Fonte: *Jornal da Mocidade Portuguesa de Moçambique*, 1947, n.º 1 (3).

lestino Marques Pereira, sugeria a necessidade de o Estado enquadrar rapidamente o problema do desporto indígena:

A educação física das populações indígenas nas províncias ultramarinas representa problema actual de alta incidência no futuro e progresso desses territórios. A excelência dos resultados obtidos nas tentativas já feitas por alguns organismos particulares e oficiais mostra a possibilidade de uma resolução gradual do problema. A Câmara considera-a aspecto de grande interesse na vasta questão de assistência social ao indígena e crê que os múltiplos organismos que servem a vida económica das províncias ultramarinas poderão eficazmente contribuir para o problema, se o Estado, pelos seus órgãos próprios, lhes prestar a indispensável orientação, estímulo e apoio.⁵⁰

Em 1957, o Conselho Legislativo de Moçambique publicou a lei que criava o instrumento de execução das políticas desportivas pela lei de 1956.⁵¹ Ao Conselho Provincial de Educação Física de Moçambique

⁵⁰ Actas da Câmara Corporativa, n.º 72, VI Legislatura, 1956, 20/1, parecer n.º 34/VI. No seu relatório, Celestino Marques Pereira notou que as competições coloniais eram um estímulo para a educação dos jovens e para a formação do seu carácter, como havia sucedido com a juventude francesa, belga, anglos-axónica e bóer nos territórios ultramarinos (id., *ibid.*).

⁵¹ O diploma n.º 1670, de 4-5-1957. O território português da África oriental foi o primeiro a executar a Lei n.º 2083.

Figura 4.2 – Capa do *Boletim da Mocidade Portuguesa de Moçambique*, 1947, n.º 2



(CPEF) cabia elaborar «planos e soluções para a gradual integração das actividades gimnodesportivas dos indígenas no regime do presente diploma». ⁵² Na discussão efectuada no Conselho Legislativo, o governador Gabriel Teixeira considerou que, apesar do entusiasmo revelado pelos desportistas indígenas, «até nos recantos do mato», permanecia a «impossibilidade de, pelo seu estado cultural, [estes] se adaptarem a regras criadas para civilizados». ⁵³ Embora a lei sobre o direito de associação publicada em Maio de 1954 não discriminasse os indígenas, o facto de estes não possuírem direitos políticos contrariava aquela disposição.

⁵² Pelo artigo 101.º

⁵³ «Actas do Conselho Legislativo». In *Boletim Oficial de Moçambique*, acta n.º 2, 10-4-1957, 19-20.

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a um ritmo ainda assim hesitante, a questão indígena passou a ser equacionada de forma diferente, o que explica a presença de uma retórica eufemizada em inúmeros documentos oficiais. O processo de eufemização do exercício do poder realizou-se ao mais alto nível em 1951, quando o governo português substituiu os termos «império» e «colónias» pelos de «ultramar» e «províncias ultramarinas»: Portugal era «uno e indivisível». Poucos anos mais tarde, a teoria luso-tropicalista do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, rejeitada nos anos 30 pelos seus princípios miscigenadores, foi adoptada como bandeira de legitimação da excepcionalidade do colonialismo português (Alexandre 1979; Castelo 2001).⁵⁴ No mesmo período, o regime preparava-se para uma nova fase de exploração económica dos territórios africanos (Leonard 1999, 48). A elaboração de planos de fomento económico, investimentos públicos que serviam também para acomodar o crescente interesse do capital privado na exploração colonial, assinalou a nova etapa de expansão.⁵⁵ Como argumentou Gervase Clarence-Smith, apesar do discurso de propaganda da missão civilizadora, o terceiro império português aprofundava a sua vocação económica (Clarence-Smith 1985). O investimento do Estado em infra-estruturas, mas também na produção de conhecimento especializado, ao multiplicarem-se as esferas de acção da ciência colonial, procurava enquadrar o afluxo de capital, concentrado nos grandes grupos económicos metropolitanos.

A concentração de trabalhadores nas cidades, a adaptação a uma vida regulada por instituições sociais modernas, a monetarização das trocas e a perda dos vínculos tradicionais constituíam-se como factores de provável instabilidade. No contexto colonial africano, tendo em conta a

⁵⁴ O luso-tropicalismo foi um teoria de explicação histórica criada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. O luso-tropicalismo argumenta a excepcional apetência do português para se misturar com outras raças, facto que tornaria o colonialismo português um caso único. Nos anos 50, quando a pressão descolonizadora se começou a abater sobre Portugal, o Estado Novo recuperou a teoria de Freyre para justificar culturalmente a manutenção do seu império colonial (Freyre 1951, 1958 e 1961).

⁵⁵ O primeiro destes planos (1953-1958) privilegiou o investimento em infra-estruturas, sobretudo os transportes e comunicações (Hedges 1999, 167). No âmbito da execução do II Plano de Fomento (1959-1964), o investimento passa a ser acautelado por políticas sociais, em especial nas áreas da educação, cultura e melhoramentos locais, perfazendo 19% do orçamento (Hedges 1999, 167). Na década de 50 aumentou o volume de produção das actividades transformadoras e o número de assalariados na agricultura e nos serviços públicos (id., *ibid.*, 171- 172) O mercado interno conseguiu aumentar a sua quota do consumo industrial, 28% em 1942, 40% em 1955, 46% em 1960 (Hedges 1999, 171). Em 1961 projectou-se a criação de um espaço económico português, espécie de união alfundegária ultramarina (Decreto-Lei n.º 44 016, de 8 de Novembro).

natureza da massa trabalhadora, os problemas decorrentes da «questão social» foram agrupados pelos teóricos das políticas coloniais sob o desígnio da noção de «destribilização», termo que descrevia o processo de adaptação social, cultural e económica a um contexto urbano e industrializado. Apesar de os indígenas «destribilizados» não usufruírem dos direitos concedidos aos «civilizados», integraram-se numa cultura urbana de que foram legítimos edificadores. O racismo colonial atingia, além dos indígenas, todas as populações, chineses, indianos, mestiços, que sofriam os efeitos do processo de racialização na capital de Moçambique (Zamparoni 2000). O efeito político da segregação preocupava os governantes coloniais; o caso do desporto, em particular, inquietava pela sua capacidade de sedimentar identidades e organizar consciências. Em Lourenço Marques, o regime empreendeu uma política progressiva de aproximação a populações desportivamente discriminadas. Em 1947, o Indo-Português passou a integrar a AFLM. Em 1952 a criação de uma 2.^a divisão na AFLM, constituída na sua maior parte por uma segunda linha de clubes de colonos, incluiu duas equipas formadas por mestiços, o Atlético de Lourenço Marques e o Vasco da Gama. A circunstância de este clube ter transitado da AFA desencadeou um longo debate entre instituições coloniais; a discussão revelava as contradições das políticas oficiais portuguesas. Ao sugerir a não inclusão do Vasco da Gama, a Direcção dos Serviços de Administração Civil argumentou que a inscrição no campeonato da AFLM de uma equipa formada na sua totalidade por jogadores «não brancos» podia gerar, pela lógica competitiva proporcionada pelo futebol, um problema de gestão da ordem pública.⁵⁶ O governador-geral Gabriel Teixeira discordou. A abertura não deixava de ser um exercício de aproximação às elites mestiças, revelando o potencial integrador do futebol. A nova competição, além de ter permitido o acesso daqueles clubes ao «futebol da baixa», estimulou a circulação de jogadores entre a AFA e a AFLM. O número de atletas que mudavam de associação não era ainda significativo, mas os seus desempenhos, por um lado, e o facto de as transferências significarem quase sempre a

⁵⁶ Como constava no documento: «A acção contínua destas lutas poderá dar ao indígena a concepção errada, a de assistir a lutas entre brancos e indígenas com os inevitáveis despiques entre jogadores e entre a assistência, o que é desagradável e urge evitar» (AHM, Direcção dos Serviços de Administração Civil, secção A, administração, caixa 14, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, 1934-1971, processo n.º 27/191, assunto: Grupo Desportivo Vasco da Gama – 1934-1952).

obtenção de um emprego, por outro, valorizaram o futebol como meio de integração.⁵⁷ A constituição de uma 2.^a divisão respondia também à crescente insatisfação das direcções e adeptos de alguns clubes formados por colonos que se sentiam discriminados pelos notáveis mandantes do futebol local. Esta dimensão da integração assinalava que a gestão social não se resumia às dualidades indígena/civilizado ou branco/não branco, mas entendia-se por um espaço de classes progressivamente complexo.

«Uma certa maleabilidade, até para permitir a experiência, o ensaio»

As retóricas integracionistas presentes nas leis de reorganização das actividades desportivas de 1956 e de 1957 contrastavam com a permanência de práticas de discriminação. A percentagem de negros membros de clubes e associações desportivas em Moçambique, contabilizados pela estatística oficial, decresceu com o tempo: 15% nos clubes e associações em 1935, 14,3% em 1940, 10,4% em 1945, 6,6% em 1950, 4,1% em 1955 e 4,7% em 1958. A percentagem de mestiços estabilizou com o tempo: 8,7% em 1935, 12,1% em 1940, 9% em 1945, 9,3% em 1950, 9,4% em 1955 e 9,2% em 1958.⁵⁸ Tomando em consideração que o número total de membros dos clubes desportivos aumentou significativamente durante este período (5579 em 1935, 10 531 em 1945, 28 664 em 1955 e 33 814 em 1958), conclui-se que o crescimento do associativismo desportivo nas zonas centrais de Lourenço Marques se efectou por exclusão da população negra.⁵⁹

Durante a discussão no Conselho Legislativo sobre a constituição do Conselho Provincial de Educação Física, o governador-geral de Moçambique salientou que, embora os indígenas não se encontrassem abrangidos pela lei, deviam ser pensadas soluções para a sua progressiva integra-

⁵⁷ *O Brado Africano*, criticando a existência de duas associações de futebol em Lourenço Marques, arrolou os jogadores que passaram da AFA para a AFLM e posteriormente para a metrópole: Amoreira, Jorge Nicolau, Monteiro, Matateu, Joseph Wilson, Coluna, Justino; aqueles que foram para a metrópole sem passarem pela AFA: Mário Wilson, Albasini, Adalberto, Naldo; os que saíram da AFA e jogavam na altura na AFLM: Merali, Barata, Amerali, Justino, J. Albasini (*O Brado Africano*, 29-5-1954, 3).

⁵⁸ Percentagens decorrentes dos dados presentes no *Anuário Estatístico de Moçambique* (1935-1958).

⁵⁹ Os dados demonstravam que os mestiços, quando em comparação com a população negra, se encontravam mais próximos do tipo de actividades de lazer da população colona.

ção desportiva; esta devia ser realizada com «uma certa maleabilidade, até para permitir a experiência, o ensaio».⁶⁰ Mais rapidamente do que o Estado, a lógica do processo de desportivização iria pôr à prova esta «política de maleabilidade». Em 1957, quando já brilhavam na metrópole jogadores africanos, como Matateu e Coluna, o Carreira de Tiro, equipa de colonos, pediu ao recém-criado Conselho Provincial de Educação Física informações sobre a possibilidade de acolhimento de jogadores indígenas. O CPEF viu-se então a braços com uma questão para a qual a lei não facultava qualquer resposta. Legitimado tacitamente pelo modelo de organização social, este racismo desportivo apenas descia ao espaço público quando os visados, pertencendo a uma pequena burguesia africana, conseguiam manifestar-se por intermédio dos *media*. O pedido do Carreira de Tiro desencadeou um complicado processo de decisão institucional, revelador de um conjunto de estratégias de eufemização que procuravam conciliar a manutenção de acções e políticas racistas com a nova face luso-tropical da propaganda portuguesa e com preocupações mais generalizadas de controlo social urbano.⁶¹

A retórica enviesada de Fernando Olavo Gouveia da Veiga, presidente do CPEF, procurando sintetizar o problema e fazer doutrina, emerge como uma metáfora da política colonial portuguesa durante este período. A política racista não estava inscrita na lei, já que esta não fazia distinção entre jogadores indígenas e não indígenas. Ficava ao critério dos clubes a sua utilização; em Lourenço Marques havia quem o fizesse. O presidente do CPEF assinalou as vantagens políticas da «integração dos indígenas». Um adiamento teria «perniciosos reflexos [...] nos meios indígenas mais evoluídos, sabido que o desporto é um dos principais veículos de paixão, nem sempre facilmente controláveis». Em coerência com a imagem internacional que o país procurava vender, a discriminação era «contrária aos princípios superiores da nossa Constituição, mas ainda por adversa à nossa mentalidade e acção governativa, ditada por motivos de integração e assimilação». Simultaneamente, a inclusão não devia me-

⁶⁰ «Actas do Conselho Legislativo». In *Boletim Oficial de Moçambique*, acta n.º 8, 30-4-1957, 58.

⁶¹ O CPEF remeteu a questão para a Repartição de Instrução Pública. Esta escreveu ao Governo-Geral. O encarregado do Governo-Geral, Juvenal de Carvalho, remeteu o assunto para os Negócios Indígenas e depois novamente para o Conselho Provincial de Educação Física (AHM, Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 4, Grupo Desportivo Carreira de Tiro solicita autorização para inscrever jogadores indígenas).

lindrar o «meio ‘não-indígena’» que «aceitará, com relutância, a inscrição indiscriminada de indígenas nos quadros de jogadores dos respectivos clubes e associações». O modo de conciliar o prevalecente racismo local com a necessidade de criar leis propícias à integração dos indígenas passava por legalizar a sua participação desportiva, deixando, porém, «ao livre arbítrio dos clubes» a possibilidade de lhes bloquear o acesso. Nessas ocasiões invocar-se-iam razões de ordem desportiva e associativa. Tal solução seria, concluiu o responsável do CPEF, «uma demonstração, mesmo no *campo* internacional, da nossa real política de integração dos indígenas no nosso sistema social». Numa nota no mesmo documento, o chefe interino do Serviço dos Negócios Indígenas concordou com a inscrição de elementos isolados, mas adiantou que a inscrição de agrupamentos exclusivamente formados por indígenas devia ser bem estudada.⁶²

Em 1959, a administração colonial decidiu abolir a Associação de Futebol Africana, integrando alguns clubes na 3.^a divisão da AFLM, criada para o efeito.⁶³ No mesmo ano, os clubes africanos foram obrigados a eliminar dos estatutos palavras que sugerissem discriminação racial, embora essas expressões, como «africano», se tivessem instituído como uma reacção ao racismo colonial.⁶⁴ A integração procurava pôr fim a um con-

⁶² AHM, Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas – secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 4, Grupo Desportivo Carreira de Tiro solicita autorização para inscrever jogadores indígenas, 1957.

⁶³ A acta n.º 8, relativa à reunião do CPEF de Moçambique realizada em 25 de Março de 1960, demonstra que foi o Estado a suportar os custos da criação da 3.^a divisão da AFLM: «Foi decidido oficializar a Associação Provincial de Futebol para dar início ao campeonato da 3.^a divisão da AFLM, devendo as despesas deste campeonato ser contabilizadas separadamente e correndo por conta deste Conselho Provincial o *deficit* que porventura houver, sendo este pago mensalmente contra a apresentação do respectivo balancete» (ACPEFM, actas das reuniões do Conselho Provincial de Educação Física de Moçambique, livro 2). Peter Alegi refere que em 1958, sob a ameaça de expulsão pela FIFA, os líderes da associação branca de futebol na África do Sul (FASA) tentaram promover a integração de outras associações de futebol do país, nomeadamente as que representavam clubes negros (Alegi 2004, 111-114). Embora não haja notícia de pressões idênticas em Moçambique, é possível conceber que tal pressão foi levada em conta pela Federação Portuguesa de Futebol, a quem a AFLM estava vinculada, e pelas autoridades locais.

⁶⁴ A DSAC emitiu uma circular onde pedia a eliminação nos estatutos das associações de palavras que sugerissem discriminação racial, «por exemplo a palavra africano, que se pode manter desde que africano seja o indivíduo nascido em África, independentemente da cor, ou indígena, que em alguns estatutos deve passar a protegido» (AHM, DSAC, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 22, processo 27, 1.^a, corporações administrativas, sua organização, fundação, informação de Afonso Ivens Ferraz de Freitas, administrador de 1.^a classe, 14-11-1959).

junto de situações denunciadoras da hipocrisia do sistema de assimilação português.⁶⁵ Quando passaram para a 3.^a divisão da AFLM, os clubes da AFA fizeram-no em condições particulares. Os jogos realizavam-se nos «campos da baixa», que possuíam as melhores condições para a prática do jogo, nas horas que sobravam dos jogos das duas divisões principais, quase sempre de manhã cedo. No primeiro ano não se considerou a hipótese de o campeão da 3.^a divisão subir à divisão seguinte.⁶⁶ A situação seria posteriormente rectificada. A dissolução da AFA, como se relatará nos capítulos seguintes, prejudicou a vigorosa organização desportiva nos subúrbios de Lourenço Marques.

Na década de 60, a estatística oficial indicava um maior acolhimento de membros não brancos nos clubes e associações desportivas. Entre 1959 e 1964 o número de associados negros aumentou por todo o território: de 5,89% em 1959 para 19,7% em 1964. Esta integração foi mais lenta em Lourenço Marques: 7,7% em 1960, 9,1% em 1961, 8,5% em 1962, 10,6% em 1963 e 11,6% em 1964.⁶⁷ É provável que estas estatísticas incluam clubes africanos nunca antes contabilizados. A inclusão dos seus sócios na aritmética relativiza uma possível abertura.

Narrativas imperiais

As tentativas de instrumentalização do desporto para efeitos de gestão política e social, apresentando-o como um exemplo de integração social, contrastavam com a discriminação no terreno. Apesar da permanência desta situação, Portugal desenvolveu uma narrativa imperial propagandística que explorou o êxito de alguns atletas africanos na metrópole. Este

⁶⁵ Em 1955, de uma população com 5 764 362 indivíduos, apenas 117 405 eram considerados civilizados. Destes, apenas 4554 cabiam na categoria de africanos civilizados, portanto assimilados. Existiam ainda 29 873 «mistos», todos considerados civilizados. Existiam 5 646 957 africanos não civilizados. Apenas 4538 africanos, pertencentes ao grupo dos assimilados, eram considerados portugueses (*Anuário de Moçambique*, 1958, 20).

⁶⁶ Em 18 de Junho de 1961, o jornalista de *O Brado Africano* Guerra Manuel interrogava: «Outra coisa que não compreendemos [...] é ao campeão da 3.^a divisão ser-lhe negado o direito – não sabemos sob que pretexto legítimo – de ascender à divisão seguinte, isto é, à disputa do jogo de passagem com o último da 2.^a divisão» (18-11-1971, 6).

⁶⁷ A percentagem de mestiços nos clubes em Moçambique era de 10,5% em 1960 e 9,5% em 1964 e em Lourenço Marques de 10,9% em 1960 e 9,7% em 1964. Lourenço Marques tinha 63,5% do total dos membros das associações desportivas em 1960 e 56% em 1964. Estas percentagens foram trabalhadas a partir dos dados do *Anuário Estatístico de Moçambique* (1959-1964).

discurso aproveitou, a um grau que interessa investigar com mais acuidade, a poderosa penetração da narrativa futebolística numa cultura popular urbana mediatizada para investir numa retórica luso-tropical de largo espectro e difusão, que se tornou ainda mais actuante quando mediada pela prosa aparentemente neutra da comunicação social especializada.⁶⁸ A presença de jogadores africanos, os mais conhecidos provenientes de Lourenço Marques, em clubes metropolitanos populares e na selecção nacional promoveu um «luso-tropicalismo banal», subproduto do nacionalismo banal de que fala Billig, adoptado pelo governo português, especialmente quando o Benfica de Eusébio e Coluna ganhou, em 1961 e 1962,⁶⁹ a Taça dos Campeões Europeus e a selecção nacional alcançou o 3.º lugar no Campeonato do Mundo de 1966.⁷⁰ Antes da participação da selecção nacional portuguesa no Campeonato do Mundo de 1966, os jornalistas já se referiam a um estilo «euro-africano», veículo de metáforas políticas e preconceitos culturais. As narrativas mediáticas revelavam muitas vezes a naturalização de um *habitus* motor imperial, síntese de um corpo lusófono criado pela gesta portuguesa. Os movimentos do corpo do jogador da selecção expressavam, de acordo com esta perspectiva, uma identidade própria, não comparável com outro tipo de futebol nacional. Vítor Santos, redactor do jornal desportivo *A Bola*, salientou a influência do «'traço técnico' da execução do praticante originário das paragens tropicais e subtropicais» no «'tipo' do futebol lusitano»:

O resultado da milagrosa mistura da técnica fácil, feita de desconstracção e de um bamboleio hípico, próprios do praticante das latitudes tropicais e subtropicais, com o metodismo de preparação, conducente à seriedade e à propriedade de um rendimento óptimo, decorrente do hábito de estudo que, de algum modo, define a gente «cá de cima», deste Velho Continente carregado de história e de tradição.⁷¹

As semelhanças com a narrativa luso-tropicalista de Gilberto Freyre são evidentes. Para Freyre nas inúmeras páginas dedicadas às característi-

⁶⁸ Faltar, no caso português, realizar um estudo semelhante ao de John McKenzie para a relação da propaganda imperial com o espaço público em Inglaterra (MacKenzie 1984). Em Portugal o trabalho de João Nuno Coelho sobre futebol procurou pensar alguns dos termos desta relação (Coelho 2002).

⁶⁹ Eusébio apenas conquistou a taça em 1962. Sobre Eusébio, v. o trabalho de Ana Santos (2004).

⁷⁰ Em 1960, o ministro da Educação promoveu a medalha de mérito desportivo, procurando, assim, nacionalizar e politizar as vitórias desportivas.

⁷¹ Este artigo foi especialmente escrito para a 1.ª edição do jornal desportivo moçambicano *A Equipa* (5-12-1966, 1).

cas únicas das práticas corporais do jogador brasileiro, o futebol manifestava uma identidade nacional, necessariamente não europeia.⁷² O desempenho de jogadores africanos no âmbito da actividade de equipas portuguesas deu origem a inúmeras metáforas políticas e nacionalistas (Coelho 2002; Santos 2004; Neves 2004). Depois de o Benfica ganhar a sua 2.^a Taça dos Campeões, o director de *A Bola*, Silva Resende, homem afecto ao regime, referiu-se aos benefícios da presença de africanos, como Eusébio e Coluna, jogadores com o «ar de felinos que distingue os homens de cor», nas equipas portuguesas, introduzindo no «jogo, uma espécie de elemento novo para os hábitos de um público que talvez não tenha também compreendido que Portugal, sem deixar de ser Portugal, é uma nação plurirracial» (*A Bola*, 5-5-1962, 90).

Gestão social e autonomias políticas

Para lá da acção de propaganda desenvolvida pelo Estado português a partir da década de 50, que se converteu num processo de eufemização do racismo presente nos espaços coloniais, os desafios colocados por uma nova fase de expansão económica, pela urbanização e pelas consequências da chamada «destribalização» conduziram a uma articulação prática entre políticas desportivas e políticas sociais. A «integração desportiva do indígena», também uma dimensão da propaganda colonial, perseguia objectivos de gestão social que foram sendo bloqueados pela resistência de grande parte dos colonos e das suas elites a qualquer abertura. Deve acrescentar-se a este panorama a ineficiência geral das políticas desportivas e a sua inadequação para desempenhar o papel de regulador social.

A actividade da Mocidade Portuguesa, ao excluir as populações indígenas, contrariava os objectivos de integração. Mesmo em relação à população abrangida pelas suas actividades, a instituição era largamente inoperante. Os relatórios enviados pelo Comissariado Colonial ao governador-geral entre 1949 e 1951 confessavam uma situação difícil, caracterizada pela incapacidade de actuar fora das sedes de distrito e pela

⁷² Freyre procurou aplicar a sua teoria ao caso específico do futebol, inspirando-se em Ruth Benedict (nomeadamente em *Padrões de Cultura*, 1933) para distinguir o jogo apolíneo dos europeus, racional, e o jogo dionísico dos brasileiros, impulsivo, individualista e emocional. V. o prefácio de Gilberto Freyre à obra de Mário Filho (2003 [1947]) e sobre Freyre e o futebol Maranhão (2008, 71-84).

permanente falta de verbas, de materiais e de funcionários.⁷³ A MP viu-se na contingência de recrutar professores no «meio civil e especializado», embora estes docentes e técnicos recusassem muitas vezes o cargo porque a gratificação era menor do que a auferida nos clubes.⁷⁴ Em 1952, a criação de um Centro de Medicina Desportiva, com poderes de coordenação e fiscalização sobre clubes e associações, procurava melhorar o controlo do Estado sobre a actividade desportiva.⁷⁵ A lei de regulação das actividades gimnodesportivas de 1956, reconhecendo a falência das políticas estatais, tardou em articular-se com os objectivos de gestão social. O desenvolvimento do modelo desportivo oficial no último período do colonialismo português, perante a falta de investimento directo, dependeu da fiscalidade aplicada à actividade desportiva competitiva. Parte do orçamento do Conselho Provincial de Educação Física de Moçambique provinha do Fundo de Expansão Desportiva, resultante da cobrança de 5% do valor das receitas de bilheteiras das competições federadas.⁷⁶ Em 1966, a introdução no território de um concurso de apostas desportivas,

⁷³ Em 1951, a Mocidade Portuguesa tinha 15 centros e 2703 filiados na ala a sul do Save, sete centros e 5749 filiados na ala de Manica e Sofala, dois centros e 1888 filiados na ala da Zambézia e dois centros e 514 filiados na ala do Niassa. Apenas dois centros, o do Liceu Salazar e da antiga Escola Técnica, tinham instalações próprias. A generalidade das escolas não possuía instalações apropriadas para a actividade da MP. Em alguns dos centros com mais filiados só havia um monitor e um ou dois professores da escola. AHM Governo-Geral, caixa, 348, Mocidade Portuguesa, elementos para o relatório do governador-geral, informação do Comissariado da Mocidade Portuguesa de Moçambique, António da Rosa Pinto ao chefe de gabinete do Governo-Geral. Nos liceus não havia professores de ginástica. No Liceu Salazar só leccionava um, que não podia ministrar a disciplina à maioria dos alunos. Na Escola Técnica Sá da Bandeira, com 100 alunos, não havia qualquer professor (AHM, Governo-Geral, caixa 508, 1949-1958, Comissariado Colonial da Mocidade Portuguesa, processo S-11, MP organização, pessoal, material, etc., informação a S. Ex.^a o Governor-Geral em 10-3-1949, Mocidade Portuguesa).

⁷⁴ Em 1951, o Comando da MP de Moçambique informou o governador-geral de que a falta de equipamentos impedia a realização de aulas de ginástica (AHM, Governo-Geral, caixa 508, 1949-1958, Comissariado Colonial da Mocidade Portuguesa, processo S-11, MP organização, pessoal, material, etc., Mocidade Portuguesa, informação do Comando da Mocidade Portuguesa ao governador-geral, 23-1-1951). No ano seguinte houve nova queixa: não havia verba para adquirir fardamentos para os alunos da Mocidade (AHM, governo-geral, caixa 508, 1949-1958, processo S-11, MP organização, pessoal, material, etc., Mocidade Portuguesa, milícia, relatório das actividades no ano lectivo de 1951-1952 por Hermes Araújo de Oliveira, comandante da milícia, 18-8-1952).

⁷⁵ Instituído pelo artigo 37.º do Decreto n.º 38 980, de 8-11-1952. O centro seria organizado em 1953 pela Portaria n.º 9868, de 2-5-1953.

⁷⁶ Apesar disso, os subsídios do Estado aos clubes desportivos e associações cresceu na década de 50. Em Lourenço Marques a contribuição do Estado alcançou os 4,08% das receitas dos clubes em 1943, 3,79% em 1948, 13% em 1951, 9,82% em 1953, 10,8% em 1955 e 10,43% em 1958 (*Anuário Estatístico de Moçambique*, 1943-1958).

o Totobola, aumentou as verbas destinadas ao desporto, conduzindo o Estado, num período em que o esforço de guerra já consumia grande percentagem do orçamento, a reduzir ainda mais o investimento directo na área.⁷⁷ A análise dos livros de actas das reuniões do Conselho realizadas entre 1959 e 1967 demonstra que grande parte do seu expediente foi preenchido com a resolução de questões relacionadas com as competições federadas, como, por exemplo, a ratificação de transferências de futebolistas solicitadas pelos clubes e associações respectivas.⁷⁸ O instrumento disciplinar que ambicionava regular e impor uma nova lógica à actividade desportiva de cariz associativo, nomeadamente às competições de futebol, encontrava-se refém do próprio sistema sobre o qual se propunha actuar.

Nos derradeiros anos do poder português em Moçambique o Estado colonial procurou utilizar as políticas desportivas para inverter o seu papel de legitimador de uma sociedade profundamente hierarquizada e racializada. Para tal efeito foi determinante a instrumentalização propagandística do desporto, a instituição de políticas sociais, sobretudo nas grandes cidades, mas também a dinâmica própria e relativamente autónoma de um campo de ensino e teorização especializado que foi aban-

⁷⁷ O financiamento das actividades gimnodesportivas pelo jogo do Totobola foi aprovado pelo diploma legislativo n.º 2600, de 16 de Junho de 1965. 50% da receita líquida deste concurso eram canalizados para o CPEF. Até 1966, a dotação do CPEF provinha do orçamento geral de Moçambique e do Fundo de Expansão Desportiva. Entre 1957 e 1971, o Fundo de Expansão Desportiva contribuiu com pouco mais do 7% do total do orçamento do CPEF (29 109 70\$00 sobre um total de 40 713 640\$00) (Secretaria Provincial de Educação, Moçambique, Fundo de Fomento Desportivo, plano de trabalhos, 1972, assinado pelo presidente do Fundo, José Maria de Noronha Feio, 67). As receitas do Totobola, contribuindo apenas desde 1966, acabaram, no mesmo período de tempo, por fazer 60% da verba total (2 455 5712\$00). Quanto ao investimento estatal directo, preencheu 32,5% do orçamentado (13 246 958\$10) (id., *ibid.*, 67). A parcela relativa ao investimento do Estado foi reforçada em 1969 com a criação do Fundo de Fomento Gimnodesportivo, embora grande parte desta verba não viesse efectivamente do Estado. Em 30-10-1969 o Decreto n.º 49 339 criou o Fundo de Fomento Gimnodesportivo de Moçambique, cuja principal receita (80%) provinha de percentagem das receitas do Totobola. O restante era distribuído por receitas de bilhetes vendidos em competições desportivas (5%), de subsídios do governo e autarquias e de participações de grandes empresas. Entre as empresas que mais contribuía encontravam-se a Shell, Somorel, Companhia de Cervejas e Refrigerantes Mac-Mahon, Fábrica de Cervejas Reunidas, Piscinas Penguin, BNU, Instituto de Crédito de Moçambique (id., *ibid.*, 8). Entre 1966 e 1971 a dotação destinada ao CPEF com origem no orçamento do território caiu abruptamente: 38% em 1966, 20,5% em 1967, 10,5% em 1968, 3% em 1969 e 5% em 1970 e 1971.

⁷⁸ No ACPEFM não se encontram todos os livros de actas do CPEF. Existem, deste modo, alguns períodos em falta: os anos de 1957 e 1958, entre Fevereiro de 1967 e Julho de 1968 e o todo o período após Outubro de 1970.

donando a perspectiva semimilitarizada da MP para abraçar sistemas de ensino da educação física que, apesar de integrados no regime, sofriam há já algum tempo a influência de tradições mais progressistas. A reforma do Instituto Nacional de Educação Física, em 1957, assinalara a consagração em Portugal de um pensamento sobre o desporto mais técnico, no qual a componente pré-militar perdia centralidade (Ferreira 2004, 208). Mas foi apenas depois de 1967, quando José Maria Noronha Feio, antigo director do INEF em Lisboa, foi nomeado director do CPEF de Moçambique, que as políticas desportivas e as políticas sociais de integração urbana se articularam com maior eficiência. Noronha Feio rompeu com a prática semimilitarizada da MP de Moçambique, cujos membros ainda possuíam influência no CPEF.⁷⁹ Sobre esta acção sócio-desportiva Noronha Feio destacou a prioridade em organizar «actividades lúdicas educativas que desenvolvam o espírito gregário junto das populações menos evoluídas, em áreas como a higiene, as relações humanas e a fixação à terra», concluindo que «é um elemento mais a acrescentar ao todo das acções que naquele sentido vêm a ser incentivadas pelas entidades responsáveis da Província. Esta acção corresponde a uma das grandes preocupações do Governo da Nação – o da integração das populações» (id., *ibid.*, 18). A cobertura desportiva da área suburbana de Lourenço Marques constituiu-se como um dos seus principais projectos, integrado num vasto plano de intervenção social designado por Plano de Beneficência da Área Suburbana de Lourenço Marques.⁸⁰ Noronha Feio abandonou Moçambique em 1973, quando foi eleito director-geral dos Desportos.

*

O processo de desportivização promovido desde o início do século em Lourenço Marques reificou as divisões do sistema colonial, os interesses de classe e as linhas raciais marcadas no espaço urbano e na estrutura produtiva. A disseminação dos desportos, alicerçada na prática e consumo do jogo de futebol, realizou-se, em grande medida, fora da iniciativa directa do Estado e por acção de redes de associações e clubes que

⁷⁹ Depois da reforma de 1957, o novo currículo do INEF substituiu a retórica militar, doutrinária e religiosa por uma abordagem mais técnica (Decreto n.º 41 447, de 17-12-1957).

⁸⁰ A estrutura institucional que suportava este plano incluía a Escola de Instrutores de Educação Física de Lourenço Marques, o Gabinete de Engenharia e Arquitectura Desportiva, o Centro de Documentação e Informação e o Gabinete de Estudos e Programação Técnico-Pedagógica (Feio 1972).

criaram competições regulares. A relação do Estado colonial com a dinâmica desportiva de origem particular foi ambivalente. Os líderes dos clubes e associações, sobretudo dos mais influentes, provinham na grande maioria da classe colonial dominante. A sua relação de patrocínio com o desporto, conferindo-lhes uma notoriedade local, proporcionava ainda, em contexto de desenvolvimento comercial e industrial, meios de regulação dos ambientes de trabalhos, proveitosos para alcançar a paz social e a produtividade. Neste contexto, a divisão entre desporto particular e desporto estatal, promovida pelo próprio poder colonial, perde operacionalidade na interpretação de um mundo de tensões e conflitos, onde as práticas e os interesses locais contrastavam muitas vezes com a mundividência das políticas e dos projectos do Estado metropolitano. Apesar de politicamente controlados, os clubes e as associações promoviam desportos competitivos considerados oficialmente sem interesse pedagógico, que juntavam público ao qual transmitiam concepções erradas sobre a função do desporto. Ao não conseguir impor, desde Lisboa, um projecto oficial de práticas físicas que havia sido organizado nos anos 30, o Estado acabou por usar a cultura popular desportiva, promovida por um associativismo federado organizado em redes transnacionais, para o exercício de propaganda; foi apenas na última fase de domínio português em Moçambique que o desporto se juntou a um programa tardio de políticas sociais e se procurou mais diligentemente gerir um processo de integração.

Capítulo 5

O corpo e a cidade do Estado Novo

Quando procurou iniciar uma «etnografia» do jogo de futebol suburbano, José Craveirinha caracterizou a sua lógica, hedonista e humorada, como sendo contrária às ideias de «revigoramento físico». Referia-se, nesse contexto, a concepções como as que presidiam às políticas desportivas oficiais portuguesas, bem como a um senso comum cultivado por pedagogos, médicos e militares que consideravam a educação física um instrumento de formação moral e social.

O modelo de «revigoramento», dimensão do projecto educativo do Estado Novo, de acordo com as premissas de modelos em circulação internacional (Carvalho 2005), ambicionava adestrar o «corpo» e regular os movimentos dos atletas.¹ Durante a década de 30, depois de um período em que a institucionalização do ensino da educação física foi lenta e pouco organizada (Crespo 1977 e 1991; Ferreira 2004), o Estado Novo ergueu um modelo de práticas físicas assente num conjunto de instituições complementares. A organização de exercícios físicos para trabalhadores competia, desde 1935, à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), instituição de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores portugueses. Depois da Mocidade Portuguesa, em 1936, seguiu-se, em 1940, o Instituto Nacional de Educação Física (INEF), centro de formação de quadros, concebido à imagem das escolas especializadas, civis e militares, desenvolvidas em vários países europeus, casos de Joinville Le-Point, do Instituto Superior de Educação Física da Universidade de Gand e do Instituto Central e Real de Ginástica de Estocolmo. A criação de um organismo de coordenação e fiscalização do desporto realizado fora do Estado fechou o quadro institucional; à **Direcção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar**

¹ Sobre o projecto educativo do Estado Novo, v. Nóvoa (1992), Ramos do Ó (2003).

(DGEFDSE) cumpria controlar o associativismo desportivo² e regular os espectáculos públicos competitivos, como o futebol, uma das raras manifestações de massas do Portugal do Estado Novo.³ A lei de reorganização do desporto ultramarino de 1956 e os diplomas posteriores que instituíram em cada território os conselhos provinciais de educação física inspiravam-se no regulamento da DGEFDSE: 63% do conteúdo da lei moçambicana de 1957 replicava este documento (Decreto n.º 32 946, de 3-8-1943).⁴ A legislação colonial preconizava a utilização das associações particulares para promover o modelo estatal de educação física. Associações e clubes deviam organizar aulas de ginástica, sob pena de exclusão dos seus atletas das competições.⁵ A lei condenava o desporto-espectáculo; a competição só era aceitável se cingida à tutela do Estado.⁶ Como foi notado, as políticas oficiais achavam-se dependentes das verbas geradas pelas competições desportivas. A fragilidade do Estado nesta área não impedia uma disseminação pública e institucional de um discurso sobre o «revigoramento da raça»; em Moçambique esta retórica ecoava não apenas entre os colonos, mas também entre elementos da pequena burguesia da terra, que tomavam como referência de civilização e comportamento a prática corporal estimulada pela escola e pela MP. A mundividência da prática desportiva, prescritiva e estatal, contrastava com a difusão do futebol entre os africanos do subúrbio, celebrada por Craveirinha como uma adaptação criativa do desporto europeu. Na concepção de um modelo integrado de práticas físicas durante as primeiras décadas do Estado Novo encontrava-se implícita uma ideia totalizadora de corpo e de movimento, ideologicamente condicionada.

² O controlo sobre o associativismo desportivo foi uma dimensão de um projecto mais vasto de normalização do movimento associativo em Portugal (Melo 2001).

³ O campeonato nacional de futebol fora criado em 1934 e institucionalizado definitivamente em 1938.

⁴ «Actas do Conselho Legislativo». In *Boletim Oficial de Moçambique*, acta n.º 2, 10-4-1957, 14.

⁵ Artigos 29.º e 31.º do Diploma Legislativo n.º 1670. Esta tentativa de impor um modelo ginástico aos clubes que promoviam fundamentalmente o futebol registou em Angola um capítulo que em Moçambique não terá sucedido. Em 1959 foi publicado pelo CPEF angolano um *Manual de Preparação Física no Futebol* no qual o jogo era concebido como um espaço no qual se poderia desenvolver uma preparação ginástica (Conselho Provincial de Educação Física da Província de Angola, 1959).

⁶ No parecer sobre a lei, Celestino Marques Pereira lembrou que a competição, no contexto colonial, era um estímulo à educação dos jovens e do seu carácter, como vinha sucedendo com a «juventude gaulesa, belga, anglo-saxónica e bóer dos territórios ultramarinos vizinhos» (*Actas da Câmara Corporativa*, n.º 72, VI Legislatura, 1956, 20/1, parecer n.º 34/VI).

O regime português procurou impor, pela acção das instituições do Estado, uma prática física que sustentasse uma educação integral que adequasse o cidadão à ideologia do regime. Na economia deste texto, a avaliação deste projecto totalizador é importante por duas razões fundamentais. Por um lado, pelo seu significado político, que de algum modo se estendeu a Moçambique. Por outro, pela exploração do processo teórico, cientificamente fundado na emergente ciência da educação física, que conduziu os especialistas das instituições do regime a pensar a relação interdependente entre o gesto desportivo e uma desígnio político. É neste sentido que se afirma ter o Estado procurado idealizar um dispositivo de gestão dos movimentos, um *habitus* motor específico, que encontrava numa morfologia política imaginada como uma realidade sobreposta a toda a sociedade a sua condição de homologia.

O modelo de práticas físicas desenhado durante a década de 30 por especialistas próximos do regime procurava combinar as lógicas inerentes aos modelos ginásticos adoptados por toda a Europa com as expectativas inerentes à ideologia do Estado. À frente deste esforço teorizador encontra-se um grupo de militares de carreira que haviam estudado em algumas escolas de educação no estrangeiro. Deste grupo de militares destacaram-se o tenente Celestino Marques Pereira e o capitão António Leal de Oliveira.⁷ A intenção de pensar a regulação das práticas físicas consagraria o advento de um corpo educado que, simultaneamente, era também um corpo educador, transmissor de hábitos e de representações sociais. A identificação de uma ortodoxia do movimento, metáfora da vida quotidiana, exigia uma definição das fronteiras entre o gesto correcto e o incorrecto. A classificação das práticas desportivas procurava, à luz de uma legitimação científica e ideológica, separar os elementos próprios da ortodoxia dos elementos heterodoxos, impuros científica e ideologicamente. Deste ponto de vista, o jogo de futebol foi encarado com ambiguidade e considerado na legislação, em várias obras de divulgação

⁷ Celestino Marques Pereira foi um dos mais importantes teóricos da educação física em Portugal. Doutor pelo Instituto da Universidade Livre de Bruxelas, foi professor na MP e no INEF. Aluno da Escola de Educação Física do Exército recebeu, em 1934, uma bolsa de estudo do Instituto para a Alta Cultura que lhe permitiu frequentar o Instituto Central e Real de Ginástica de Estocolmo. Da passagem de Celestino Marques Pereira pela Suécia, e depois também pela Dinamarca, resultou um relatório que viria a ser publicado em 1939 pelo Instituto de Alta Cultura e que esteve na base da organização do INEF (Pereira 1939). António Leal de Oliveira doutorou-se na Universidade de Gand. Foi director do INEF e presidente da *Fédération Internationale de Education Physique* (1958-1970). Leal de Oliveira, durante muitos anos director do INEF, foi responsável pela elaboração de diversos programas de educação física dirigidos aos currículos escolares.

desportiva e no trabalho de teóricos da educação física afectos ao regime como um exercício pouco científico e genericamente inadequado.⁸ A sua tendência profissionalizante desafiava ainda o enquadramento corporativo oficial, baseado no princípio de que as relações de classe deveriam manter-se estáveis.⁹ O sucesso de jogadores provenientes de classes trabalhadoras numa actividade com um impacto mediático sensível difundia uma ideia «errada» da organização social. A ideologia do corpo era também uma ideologia do lugar do gesto no quotidiano social, visível nas considerações críticas, inerentes ao próprio modelo de educação física, sobre a cidade moderna e os hábitos que nela prosperavam, sobretudo quando envolviam classes populares.

Os exercícios físicos como um instrumento de regulação

Leal de Oliveira explicara, em 1934, por ocasião do Congresso da União Nacional, partido único, representante do regime, que a evolução social retirara o homem do seu «meio natural», onde realizava «movimentos naturais», lançando-o na cidade insalubre, dominada pela máquina e pelo trabalho industrial, repetitivo e burocrático (Leal de Oliveira 1935, 297). Na sua perspectiva, num contexto de modernidade onde imperavam novas relações sociais e económicas, a cidade produzia movi-

⁸ Em 1932, o decreto que criou, no então Ministério da Instrução, a Direcção dos Serviços de Educação Física (n.º 21 034, de 18-3-1932) considerava os jogos desportivos a «antítese de toda a educação» e uma forma de «deformação física» e «perversão moral». O Regulamento de Educação Física dos Liceus, aprovado em 1932 pelo Decreto n.º 21 110, de 16 de Abril, proibia «os desportos anglo-saxónicos e os jogos atléticos, bem como os desafios e *matches* em geral, especialmente os de *foot-ball*, visto ser nulo ainda o seu papel educativo, e cujos malefícios são óbvios». Os princípios que fundamentavam estas opiniões baseavam-se muitas vezes numa bibliografia francesa, como é o caso da obra *O Futebol Tornado Perigo Social*, escrita em 1928 pelo tenente e professor de Educação Física Artur Rebelo de Almeida e sustentada em autores como Georges Hebert (*Le sport contre l'éducation physique*) e Phillippe Tissie (*L'éducation physique de la race*), bem como em *A Educação Intelectual, Moral e Física* de Herbert Spencer, citado da tradução francesa (Rebelo de Almeida 1928).

⁹ Ao contrário do que sucedeu em relação à Espanha franquista (Aja 1998) e à Itália fascista (Martin 2004; Teja 1998), ainda não foi realizado em Portugal um estudo aprofundado sobre a relação do futebol com o Estado Novo, sobretudo no que respeita à sua utilização como instrumento de regulação social. No entanto, a sua utilidade pedagógica, medicinal e científica foi sempre rejeitada pelo escol que liderou a aplicação do modelo oficial de práticas físicas.

mentos unilaterais, posturas erradas e degenerativas e gestos incorrectos. Face à impossibilidade de regressar a um universo utópico resultante de uma visão pastoral do país, afigurava-se necessário recorrer a técnicas modernas para eliminar os problemas resultantes da «vida moderna». A educação física, disciplina científica e racional, contribuiria para fazer regressar a «naturalidade do corpo», regulando a adaptação do indivíduo ao seu novo meio social (id., *ibid.*, 299). Estes princípios, ajustados ao modelo sueco de Ling, determinariam a prática desportiva do regime de Salazar.¹⁰ Como instrumento de formação, a educação física não era uma técnica pura destinada ao prazer ou à recreação. O ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, arquitecto da reforma de 1936, criticara a «razão» que «nega a existência de qualquer ser transcendente, que lhe não estivesse plenamente sujeito, para ela o analisar por todos os lados e categorizar, 'cientificamente'» (Pacheco 1941, 257-258). Tal materialismo da técnica destruíra, nas palavras do ministro, «a interdependência vital e os laços íntimos que nos forcem a viver na comunidade social» (id., *ibid.*). Dotar a vida moderna de vontade e sentimento implicava colocar a técnica ao serviço de valores morais e ideológicos.

O estudo científico da relação entre técnica desportiva e valores moldou o trabalho dos principais teóricos da educação física ligados ao Estado Novo. Desta perspectiva, a ciência da educação física dedicava-se a medir e sistematizar o movimento, de acordo com o conhecimento de princípios mecânicos e fisiológicos. A ciência provava que no princípio do movimento se encontrava um impulso nervoso, alavanca do gesto motor. O domínio sobre os valores motivacionais que suscitariam no cérebro a vontade de agir constituía-se como o cerne desta ciência aplicada. A psicologia, saber especializado nas questões da motivação, garantiria a base técnica que proporcionaria ao ensino dos gestos desportivos uma estrutura moral, sendo coadjuvada nesta função pela pedagogia. A emoção que antecede o movimento, como notou Leal de Oliveira, decorria da «existência da moral, da religião, da educação, da civilização» (Leal de Oliveira 1940a, 131). Como técnica ao serviço de um projecto social, os exercícios físicos deveriam ser «executados de acordo com normas e intenções determinadas, a fim de, em harmonia com os restantes meios educativos próprios à educação moral, intelectual, etc., contribuírem para o seu aperfeiçoamento e torná-la, quanto possível, apta ao cumprimento dos seus fins» (id., *ibid.*, 132).

¹⁰ Sobre a relação do método de Ling com o ensino em Portugal, nomeadamente com o ensino da educação física, v. Gomes (1991) e Carvalho (2005).

Celestino Marques Pereira, completando este quadro, considerou que a formação completa e integral do ser humano se evidenciava «também por manifestações físicas»; tal educação, informada ideologicamente, devia-se «impor à personalidade do indivíduo como um somatório de deveres sagrados» (Marques Pereira 1944, 136). Fundado na técnica, o modelo português de práticas físicas respondia a uma moral, síntese do pensamento cristão, da herança histórica da latinidade e do moderno ideário corporativo.¹¹ O padre Manuel Rocha, director dos Serviços de Acção Moral da Mocidade Portuguesa, salientou caber ao INEF o ensino da anatomia, que «fornece o conhecimento da estrutura do corpo humano», da fisiologia, que «revela o funcionamento dos diferentes órgãos», da biometria, da biotipologia e da higiene, mas sobretudo da função moral destas disciplinas. Pertencia à psicologia aplicada e à pedagogia, mas também à psicologia geral, ciência que estudava os mecanismos da motivação, a responsabilidade do estudo filosófico da própria vida ao serviço «do pensamento cristão nacional» e da «formação corporativa» (Rocha 1941, 263). António Leal de Oliveira e Celestino Marques Pereira, estudantes em universidades católicas na Bélgica, foram influenciados pelo movimento desportivo católico, baseado sobretudo em Espanha, na Itália, na França e na Bélgica.¹²

O modelo necessitava, porém, de um aperfeiçoamento teórico que apoiasse a sua aplicação. Leal de Oliveira procurou reflectir sobre este problema. Com a excepção das ocasiões em que resultava da influência de uma força externa (como um empurrão), o movimento dependia de um impulso interior, de «determinada actividade celular, origem de uma energia que aparece sob a forma de calor, electricidade e movimentos chamados activos» (Leal de Oliveira 1941a, 275-276). À educação física estatal interessava orientar este impulso. A explicação científica reconheceu o efeito estimulante de emoções como a «alegria, o entusiasmo, o patriotismo, o amor próprio, os sentimentos de honra, a esperança, a fé». O sentimento religioso, por exemplo (id., *ibid.*, 280-281), provocava uma «superactividade glandular, nomeadamente uma maior secreção de adrenalina e produção de glicose que elevam o potencial de energia das massas musculares» (id., *ibid.*, 281). A origem dos impulsos interiores da maioria dos movimentos produzidos pelos indivíduos no quotidiano derivava das respostas às contingências das suas vidas. Num contexto pré-mo-

¹¹ A importância da herança latina no contexto deste modelo de práticas físicas foi várias vezes salientada em artigos no *Boletim do INEF*, por exemplo, Viana (1952).

¹² Sobre o movimento ginástico católico belga, v. Tollener (1998).

demo, a actividade física, embora instintiva, pertencia a uma ordem natural. No ambiente artificial da cidade industrializada, estes impulsos encontravam-se deseducados. À educação física moderna, no seu papel de regulador social ao serviço do Estado, competia reparar os movimentos «impuros» resultantes de uma nova natureza composta de «técnicas motoras herdadas e involuntárias» e «movimentos reflexos inatos» (id., *ibid.*, 282), adaptando-os às condições morais características de uma ordem política, ideológica e religiosa.

Em termos técnicos, tal processo de racionalização exigia uma pre-determinação dos movimentos do corpo, segundo uma «significação intelectual e eventualmente moral dum objectivo consciente» (id., *ibid.*, 284). Leal de Oliveira designava o movimento previamente elaborado por «ideo-motor»: «Chamam-se ideo-motores os movimentos derivados directamente de uma ideia, aliás integrada em uma tendência instintiva que, por sua vez, é mobilizadora e coordenadora de actos reflexos» (id., *ibid.*, 284). Todos os movimentos voluntários eram ideo-motores. A sua execução estava «condicionada por uma força, ou poder pessoal, que assegura à consciência reflexiva a faculdade de os executar, ou não, e de certa maneira» (id., *ibid.*, 285). A educação regulada pelo Estado tratava de generalizar a «ideia», constituída em princípio da acção. Os corpos cujo movimento não correspondesse a um impulso predeterminado eram potencialmente perniciosos. A utopia deste modelo total concretizava-se pela eliminação das bases sociais e culturais dos «impulsos não educados», génese de gestos heterodoxos e impuros (id., *ibid.*, 283). Alcançado este objectivo, os corpos produziriam, sem interferência pedagógica, a naturalização de uma nova ordem.

Criar um «*habitus* motor» politicamente moldado

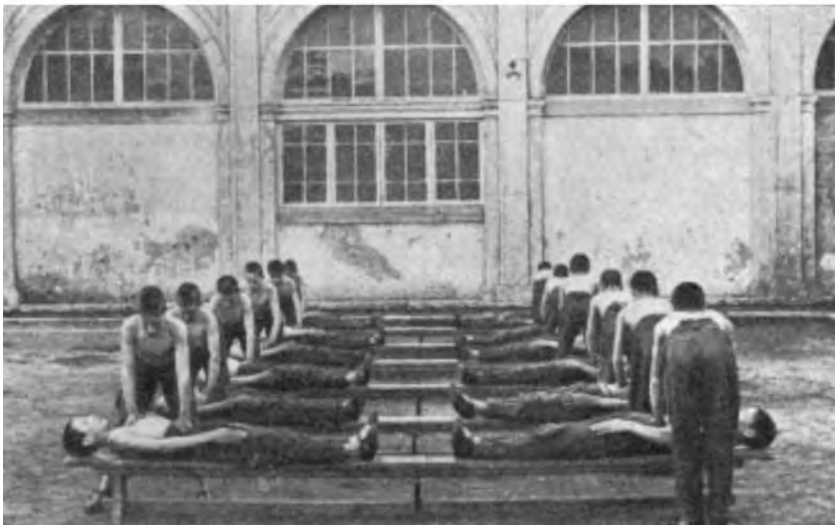
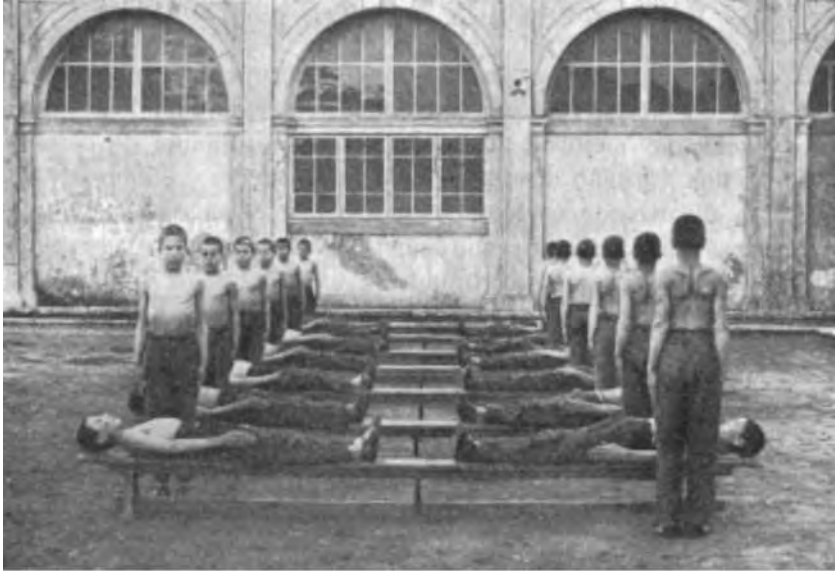
Esta educação pelo movimento ambicionava transformar o movimento em rotina automatizada (Leal de Oliveira 1941a, 286). A criação de uma disposição corporal baseava-se na incorporação de «reflexos condicionados ou adquiridos»; os movimentos ideo-motores e voluntários tornavam-se automáticos, como as «técnicas motoras instintivas» (id., *ibid.*, 287). O automatismo não implicava uma inconsciência dos princípios morais do movimento: não se pretendia desenvolver um *robot*, mas um homem ciente da relação dos seus movimentos com a estrutura moral e pedagógica que os justificava. Os movimentos indicados para educar este corpo reproduziam os do método de ginástica sueca (Leal de

Oliveira 1941b, 382). Os movimentos segmentares eram primordiais (movimentos de suspensão, de apoio, de equilíbrio, de marcha, de corrida, de levantar e transportar, de lançar e de saltos); os movimentos ritmados, muito usados pela ginástica, proporcionavam uma «maior facilidade de trabalho em comum, porque o ritmo representa uma ordem, uma disciplina natural que obriga à harmonia e concordância dos esforços parciais e à sua fusão» (id., *ibid.*). A ideia de ritmo cadenciado, de ordenação, estruturava outras práticas educativas, caso da instrução musical. Muitos dos exercícios promovidos pela MP realizavam-se ao som de marchas. O canto coral, por sua vez, metáfora da sociedade, envolvia os intérpretes numa ideia de totalidade social (Deniz 2005, 265-325). A correcção de um gesto, de acordo com uma perspectiva moderna, definia-se pela utilidade, de acordo com uma relação eficiente entre esforço e resultado. Os movimentos úteis estavam em harmonia com o homem e a colectividade, os outros eram violentos e prejudiciais (Leal de Oliveira 1941b, 389). Os exercícios naturais, «a marcha, a corrida, trepar, equilibrar-se, lançar, levantar, transportar, nadar», definiam-se pela utilidade e correcção, «quando realizados em forma anterior a quaisquer modificações trazidas pela civilização» (id., *ibid.*, 395).

A simetria constituía-se como a característica fundamental dos exercícios deste método ginástico. Sinónimo de ordem e disciplina, a simetria proporcionava todo o tipo de metáforas políticas e sociais; era ainda condição fundamental para a criação de um *habitus* motor ideal. Como referiu Leal de Oliveira, os exercícios assimétricos dificilmente se poderiam constituir em rotina por «exigirem a dissociação de coordenações simétricas fixadas pelo hábito. A atenção tem de se distribuir sobre as duas partes homólogas do corpo por onde seguem impulsos correspondentes e ideias que se sucedem imediatamente no espírito» (id., *ibid.*, 398). Nesta perspectiva, a dissociação da atenção, a possibilidade de escolha, a confusão entre ideias, determinavam disposições corporais mal definidas. É impossível apartar esta concepção técnica sobre os exercícios assimétricos de um modelo de pedagogia organizado para construir *habitus* motor politicamente enquadrados. Leal de Oliveira salientou ainda encontrar-se a estética do movimento dependente da sua utilidade; os «movimentos rectilíneos», típicos da ginástica, expressavam «calma e determinação»; os «curvilíneos», presentes, por exemplo, em desportos como o futebol, promoviam a «indecisão» (id., *ibid.*, 400)

A organização do desporto na Mocidade Portuguesa, os programas escolares e as emanações reguladoras das competições desportivas procuravam aplicar uma ortodoxia do movimento amparada pelo regime

Figura 5.1 – Exercício do método sueco de educação física:
fotografias tiradas no campo de correção de Caxias em 1906



Fonte: Luiz Furtado Coelho, Lisboa, 1935, 59.

moralizador da ginástica. Criado um *habitus* motor, o corpo estaria preparado para contactar com práticas físicas mais heterodoxas. Os gestos simétricos e ordenados da ginástica, os rituais colectivos coordenados, manifestavam a incorporação de um comportamento social idealizado.

Os laboratórios do movimento ortodoxo

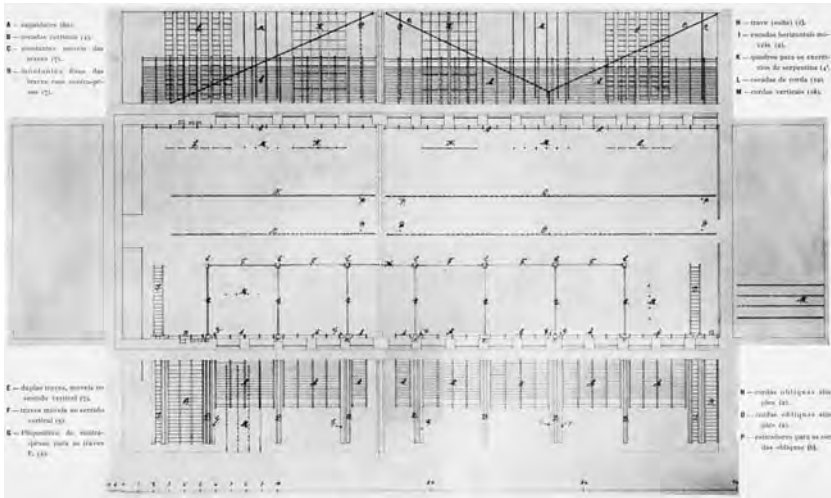
A aprendizagem da ortodoxia do movimento exigia um espaço apropriado. O ginásio moderno, progressivamente generalizado na Europa desde finais do século XIX, definia um lugar normativo onde as relações entre instrutor e instruendos podiam ser reguladas por um conjunto de valores e hierarquias. Espaço fechado, medido e organizado por cruzamentos de linhas rectas, o ginásio moderno, separando os indivíduos do seu universo social, era um laboratório de corpos e de maneiras de ser e fazer (Leal de Oliveira 1942, 22).¹³ A função socializadora desta espécie de instituição total (Goffman 1968), inspirada no ginásio grego, adaptara-se aos tempos modernos. A propósito das funções normativas do ginásio, o primeiro comissário da Mocidade Portuguesa, Francisco Nobre Guedes, inspirado em Pierre de Coubertin, enfatizou a necessidade de «preservar o ginásio do perigo que representa a dupla vizinhança da escola e da sociedade desportiva. Uma e outra, desde que possam penetrá-lo, fá-lo-ão desviar do seu objectivo e neutralizarão a sua acção principal» (Nobre Guedes 1947, 17-18).

O controlo disciplinar sobre o espaço onde os corpos se movimentavam fazia parte das preocupações dos teóricos da educação física do regime português. O ensino da simetria adulterava-se pelos movimentos produzidos em contextos espaciais não regulados, casos da associação desportiva, do campo de futebol e do recreio escolar. Nas aulas de ginástica, o professor de Educação Física garantia a ordem, colocado, no decurso da sua acção, num lugar onde pudesse «dominar o conjunto da classe e vigiar cada aluno em particular» (Leal de Oliveira 1940b, 176-177). Aos professores incumbia ainda vigiar o tempo entre as aulas, sobretudo o espaço do recreio, para «evitar os exageros e desvios da actividade espontânea das crianças», sobretudo no decorrer de «jogos de grande movimentação» (id., *ibid.*, 180).

Mais discutíveis, do ponto de vista educativo, eram os movimentos executados em espaços como os campos de futebol, onde se competia, de forma mais ou menos institucionalizada, perante um público. O campo de futebol comprovava-se um espaço desregrado, sobre o qual o Estado não exercia jurisdição e onde a organização federativa, apesar

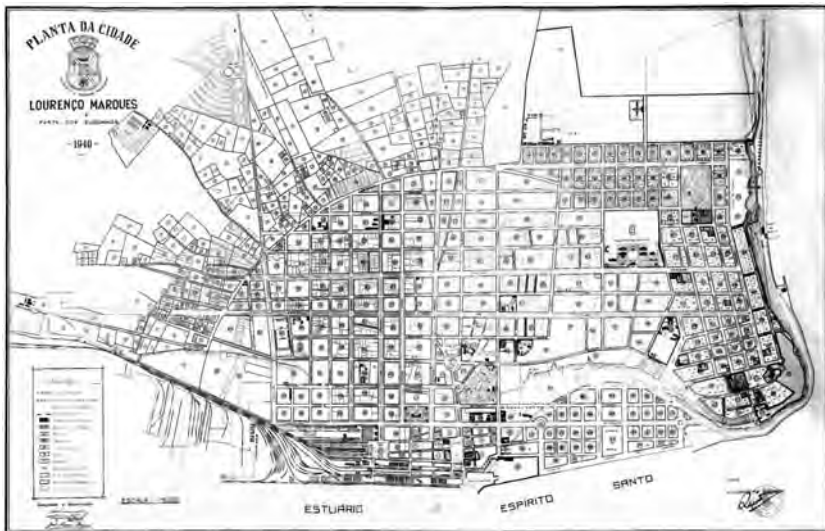
¹³ Loïc Wacquant referiu-se ao ginásio de boxe na Chicago contemporânea como um produtor de corpos e de formas de acção, processo para o qual contribuíam todas as interacções dentro do ginásio (Wacquant 2004). O ginásio, neste caso, era um refúgio, uma contra-socialização em relação ao que se passava no espaço circundante.

Figura 5.2 – Planta de um ginásio moderno



Fonte: Celestino Marques Pereira (1939, 163).

Figura 5.3 – Existem óbvias semelhanças entre a planta de um ginásio moderno e a representação da estrutura geométrica da «cidade de cimento» em Lourenço Marques



Fonte: Morais (2001, 106).

do esforço da Direcção-Geral dos Desportos, não conseguia impor o respeito pela hierarquia. No contexto das *public schools* britânicas, a utilização dos jogos desportivos como um instrumento educativo implicou o isolamento do espaço do jogo da sociedade envolvente (Hargreaves 1985). Nesse terreno de normas, o individualismo elitista coadunava-se com a regra justa e imparcial, o *fair-play* fomentado por um *ethos* amador separado do «comum», distante do mundo.¹⁴ Além de louvarem o espaço fechado do ginásio, os teóricos do modelo português privilegiavam o exercício ao ar livre. Os passeios no campo, organizados no âmbito das iniciativas da Mocidade Portuguesa, educavam o carácter. Elemento natural não corrompido pela modernidade, o campo possibilitava aos alunos o contacto com as origens e a aprendizagem da entreatura, num contexto de espírito escutista enquadrado pelas relações hierárquicas típicas de uma instituição de natureza pré-militar.

A aprendizagem dos movimentos realizada nestes espaços socializadores controlados, dirigindo-se em teoria a todos os jovens, estabelecia um conjunto de classificações que contribuía para a eficiência do método. A criteriosa adequação do tipo de movimento à idade e ao sexo reeditava a doutrina de Ling.¹⁵ A divisão sexual dos exercícios físicos ajustava-se ao pensamento do regime sobre o papel social das mulheres. A criação da Mocidade Portuguesa Feminina, em 1937, institucionalizou uma separação sexual e uma distinção consentânea do tipo de exercícios aplicados aos dois sexos (Brasão 1999; Ferreira 2004, 212-216). As mesmas categorizações reflectiam-se nos programas escolares. Na proposta de organização da educação física apresentada ao Congresso da União Nacional em 1934, Leal de Oliveira defendeu que a educação física preparava «o homem para todas as necessidades sociais em que avulta a defesa nacional», proporcionando-lhe «ocasiões de afirmação duma personalidade viril em exteriorizações de energia disciplinada, competição leal, de sublimação dos instintos de luta» (Leal de Oliveira 1935, 312). Por seu turno, a disciplina encaminhava as mulheres «para a vida familiar e fe-

¹⁴ Como refere John Hargreaves (1985, 38-57), a *public school* impôs-se como uma tecnologia social moderna na qual os filhos das classes altas eram socializados e normalizados.

¹⁵ Os jogos educativos, muitos deles recrutados na tradição portuguesa, forma de nacionalizar o ensino, acompanham as idades mais jovens, ao mesmo tempo que se vão introduzindo exercícios ginásticos. A ginástica pedagógica caracteriza a educação física dos jovens até à idade em que, já incorporado o *habitus* motor, poderiam iniciar-se nos jogos desportivos.

cunda» (id., *ibid.*). A mulher, como constava da proposta de lei de criação do INEF, devia ser

defendida dos grandes esforços musculares do atletismo, masculinizadores, aberração feminista repelida pela delicadeza do sexo e pela natural função de futura mãe e educadora, mas que, por esta mesma sagrada missão, deve cuidar da sua valorização física, como condição de saúde e de sã alegria, por exercícios ginásticos de técnica adequada, que nenhum disfarce ou produto de beleza pode suprir para a graça feminina.¹⁶

Os programas escolares marcavam a distinção entre a mulher, mãe e educadora, com gestos graciosos e actividades físicas remissíveis ao domínio sobre o espaço doméstico, e o homem atlético, preparado para defender a nação.

O ensino do movimento ortodoxo compreendeu ainda o trabalho de classificação produzido pelas técnicas biotípicas. A capacidade da medicina em categorizar os alunos segundo o seu biótipo, de acordo com características físicas, somáticas e psíquicas, permitiria perceber qual o tipo de movimento mais apropriado para cada indivíduo. A categorização biotípica, visando melhorar desempenhos físicos, corrigir os corpos e prevenir doenças, pretendia orientar os jovens na vida profissional, de modo a torná-los trabalhadores mais produtivos.¹⁷ O desenvolvimento da psicologia permitiu a utilização da psicotécnica para avaliar a natureza do carácter do indivíduo, o seu grau de inteligência e de equilíbrio emocional e moral. De acordo com tais pressupostos, definiam-se regimes de treino, planeava-se o movimento físico do aluno segundo as suas expectativas profissionais e interpretavam-se as suas carências morais e afectivas.¹⁸

¹⁶ *Diário da Assembleia Nacional*, sessão n.º 39 da Assembleia Nacional, 25-2-1939.

¹⁷ O médico Mesquita Guimarães, professor do INEF, referiu-se em 1941 à importância da orientação profissional realizada sob a ciência da antropotécnica, forma de encaminhar os indivíduos para a profissão mais consentânea com o seu biótipo. Baseado nos trabalhos da escola italiana, salientou a necessidade de classificar os corpos em relação a variáveis físicas e psíquicas (Guimarães 1941, 144)

¹⁸ Mário Gonçalves Viana (1955) considerava caber à psicotécnica a selecção e orientação dos atletas (Viana 1955, 32). A classificação dos indivíduos pela posse de qualidades físicas, como a robustez, a estatura, a agudeza dos sentidos, a longitude ou a amplitude dos movimentos, era cruzada com a avaliação das faculdades intelectuais, tais como o nível de inteligência e a especificidade da inteligência. A avaliação destes factores era complementada com uma interpretação das tendências caracteriológicas e a importância de alguns factores sociais, como a profissão. Classificado o atleta, restava garantir-lhe uma forte estrutura moral, tarefa reservada à ginástica. Neste quadro pedagógico, a orientação psicológica desejava disciplinar o «eu-afectivo» (id., *ibid.*, 38). Os educadores e treinadores

As técnicas de selecção e classificação facilitavam o trabalho pedagógico realizado no ginásio e ao ar livre. A evolução científica das ciências do corpo possibilitava um controlo mais específico do método educativo e uma intensidade normativa elevada.

O desporto fora do Estado: corrigir os movimentos heterodoxos

Ao Estado não bastava imaginar um modelo ortodoxo de práticas físicas. A sua inscrição prática não dependia apenas da acção das instituições estatais, mas da sua capacidade em disciplinar o movimento desportivo particular e associativo, modificar as suas premissas e convertê-lo num instrumento da «boa educação». A negatividade atribuída pelos teóricos da educação física afectos ao regime e pelas instituições que representavam os interesses do Estado a práticas desportivas populares, organizadas associativamente, baseava-se numa análise genérica da sociedade moderna. Os movimentos produzidos no âmbito destas competições desportivas encontravam-se carentes de uma base científica, como a proporcionada pelo método sueco, e de um controlo pedagógico e moral. Os princípios morais prevaletentes na prática amadora dos jogos desportivos haviam sido corrompidos pela sua popularização. A cidade sem ordem, onde cresceu o futebol, foi descrita em 1928 pelo psicólogo e pedagogo Faria de Vasconcelos, num texto celebratório das capacidades purificadoras do método de ginástica sueco: «Basta atentar na nossa vida, vida aos ziguezagues, às curvas sacudidas, de ritmos irregularíssimos, fogo fátuo da vontade e de trabalho, ora exacerbada em labareda, ora sonolenta se preguiça, de repentinos entusiasmos e de bruscos desânimos, vida, em suma, sem vigor, sem equilíbrio, sem controlo e sem disciplina» (Faria de Vasconcelos 1928, 7).

Para os teóricos da educação física em Portugal, os movimentos presentes no jogo de futebol representavam um espaço urbano, doente, imprevisível, conflitual, indeciso, preenchido por acções desordenadas: movimentos quotidianos executados por indivíduos que saíam da vida ritmada do campo para a cadência incerta da cidade; indivíduos que ha-

examinariam o nível intelectual e da cultura da turma, a sua capacidade de aprendizagem e as profissões dos seus componentes (id., *ibid.*, 43), o que contribuiria para planear a vida do desportista fora do clubes, verificar o seu regime moral, o seu regime higiénico e o seu regime alimentar (id., *ibid.*, 45).

bitavam casas promíscuas e frequentavam associações subversivas e tabernas onde se discutia política. Produto de uma escola de vícios, fora da pedagogia do Estado, este *habitus* motor alternativo não se adequava ao projecto do cidadão respeitável, educado pela escola nacionalista, pela Igreja Católica e pelo sistema corporativo, instrumentos primordiais de regulação social. O «regime de movimento» inerente ao modelo ortodoxo de práticas físicas concorria para a formação de uma classe popular respeitável, ordeira e não demasiado ambiciosa do ponto de vista social. O *habitus* motor pensado pelo Estado Novo projectava uma concepção respeitável da classe trabalhadora, simétrica e, portanto, previsível: os gestos desportivos eram homólogos dos gestos sociais.

A normalização dos gestos dos indivíduos envolvidos nos desportos competitivos estabelecia-se como uma etapa crucial deste projecto de incorporação.

O processo de racionalização dos gestos típicos dos desportos competitivos implicava a sua submissão prática aos princípios da ortodoxia do movimento imposta pelo modelo ginástico. Celestino Marques Pereira realizou vários estudos onde propôs esta adaptação (Marques Pereira 1947, 15). Planeando uma representação motora de uma concepção ideológica do mundo, o autor tentou aperfeiçoar a dimensão técnica da questão. O problema estrutural dos desportos residia na constatação de que os seus movimentos se subordinavam a um «fim utilitário» e a trajetórias com «forma indefinida», não simétricas (id., *ibid.*, 16-17). O fim utilitário, formatando o interesse do atleta, decorria da natureza competitiva dos jogos. Os movimentos individuais, sincréticos (e sintéticos), resultavam da intenção de bater o adversário. O fundamento interaccional dos jogos impedia a predeterminação dos seus gestos constituintes, de acordo com a racionalização inerente ao princípio ideo-motor, tal como o designara Leal de Oliveira. A progressão técnica dos desportos derivava de uma «base de ordem experimental» (id., *ibid.*, 18), da experiência imediata e de um conhecimento empírico, afastando da prática qualquer concepção de movimento com preocupações pedagógicas, higienistas e morais; a prática dos jogos não considerava ainda a questão da idade ou do sexo, não possuía uma lógica progressiva nem um fim correctivo (id., *ibid.*).

Estas insuficiências podiam ser corrigidas, na opinião de Marques Pereira, pela acção harmónica e progressiva da educação física sobre o sistema locomotor. Os menores de 19 anos, proibidos de competir, sujeitar-se-iam ao esforço socializador da preparação técnico-desportiva preparatória, fundamentada nos objectivos da ginástica em alcançar «a harmonia do desenvolvimento corpóreo» (id., *ibid.*, 17). Fomentar-se-ia,

noutro sentido, um esforço de reeducação dos corpos até aí sujeitos à violência da prática desportiva, uma ressocialização promovida pelo Estado dentro dos clubes. A prática da ginástica afirmava-se como uma pedagogia aplicada aos jogos desportivos.¹⁹ Cumpria realizar um estudo que determinasse a morfologia dos movimentos inerentes ao desporto, de modo a preparar a intervenção da ginástica, impor a simetria aos jogos e determinar a trajectória dos atletas (id., *ibid.*, 21). Este treino específico, racionalizado, seria ministrado por uma modalidade designada por ginástica desportiva: «os exercícios preparatórios da técnica desportiva são os movimentos que procuram fiscalizar as diversas posições empregadas em desportos e ainda os que têm por fim preparar os próprios movimentos da técnica desportiva. Representam, normalmente, a decomposição dos movimentos do referido desporto» (id., *ibid.*, 22-23).²⁰

A imposição de uma racionalização formal aos desportos, baseada na decomposição dos seus movimentos de acordo com os princípios da ginástica, concebia o movimento «fora da interacção». Os teóricos da educação física pareciam ignorar a especialização dos gestos desportivos produzida no interior de universos competitivos, como era o caso notável do futebol, realizada fora do controle do Estado, não comprometido com uma ideologia ou uma moral explícita. A racionalização do jogo de futebol, cuja dinâmica e grau de complexidade variava consoante o contexto e as condições da prática, fundamentava-se na tentativa de dominar, dentro do possível, as suas características elementares: a interacção, a intencionalidade e a imprevisibilidade. Estes elementos assinalavam a formação de um campo de actividade relativamente autónomo, no sentido de Bourdieu, que produziu uma linha particular de racionalização dos movimentos do corpo largamente negligenciada por estes teóricos da ciência da educação física. Os movimentos típicos dos jogos, com algumas excepções, realizavam-se em contexto de interacção, princípio fundamental para efectuar uma racionalização dos padrões de jogo.

¹⁹ Como referiu Celestino Marques Pereira: «Quanto à indeterminação do exercício desportivo é possível eliminá-la francamente, se no ensino dos jogos e desportos obrigarmos a juventude a técnicas de execução definidas e já estudadas previamente nos seus efeitos» (Marques Pereira 1947, 19).

²⁰ O inspector-geral dos Desportos, Salazar Carreira concordava que os desportos competitivos deviam estar subordinados à ginástica. O decreto que instituiu a DGEFDSE obrigava os clubes a contratar um professor de ginástica. A ginástica de Ling, insistia, «desenvolve nos executantes um complexo aglomerado de virtudes e hábitos da maior importância social: desde a disciplina à decisão, desde a confiança ao conhecimento exacto dos próprios recursos» (Salazar Carreira 1947, 73).

As poucas análises sobre futebol produzidas no âmbito da ciência da educação física em Portugal aplicavam ao jogo fundamentos do treino da ginástica, nomeadamente a ideia de predeterminação do gesto sob o ponto de vista da execução individual. Num dos primeiros artigos sobre futebol publicados no *Boletim do INEF* em 1951 (Duarte 1951), dedicado à execução do pontapé – de modo que, «com economia de esforço, consiga maior estabilidade, maior potência, maior precisão, e ainda, com tanta ou mais importância, permita o mais rápido e eficaz prosseguimento da acção, em jogo, depois de executado» (id., *ibid.*, 140) –, a análise é realizada como se de um exercício de ginástica se tratasse. Fora da interação que caracteriza o jogo, a análise do pontapé assemelhava-se a uma experiência de laboratório.

A doutrinação dos movimentos dos desportos competitivos preconizada por Celestino Marques Pereira exigia a regulação de todo o processo psico-fisiológico que precede o gesto. Nesta demanda, o autor sugeria a utilização das técnicas da fisiologia psicológica, nomeadamente os princípios dos reflexos condicionados (Marques Pereira 1950, 83). Marques Pereira desejava disciplinar o «excitante competitivo» e as «tendências humanas» para o jogo e para a luta. A conduta moral estrita, justificando a funcionalidade social da competição, responderia a um sistema de recompensas e punições materiais e espirituais (id., *ibid.*, 91). Tal socialização competitiva criava uma necessidade interior, uma consciência permanente (id., *ibid.*, 95) que actuava sobre a vontade, regulando o sistema nervoso central. A sugestão psicológica inculcada por esta técnica, ao serviço da pedagogia do «bom movimento» (id., *ibid.*, 99), contribuía para a formação de um novo «*habitus* competitivo»: «uma memória orgânica e uma segunda consciência que organize o comportamento individual de acordo com a escala hierárquica dos valores morais que presidem à nossa civilização» (id., *ibid.*, 101). Neste contexto pedagógico, o papel do professor era de natureza psicossomática. A sua função racionalizara-se: já não era necessário apenas um indivíduo moralmente exemplar, um arauto de bons exemplos e conhecimento; o pedagogo moderno deveria dominar as técnicas modernas de motivação e do condicionamento psicológico.

O laboratório de produção de corpos educados atingira um alto grau de complexidade. O controlo sobre todas as etapas mentais e físicas inerentes à execução de um gesto observava uma evidente intenção totalizadora. Do corpo interessava eliminar todos os vestígios dos movimentos desordenados. Celestino Marques Pereira ambicionava controlar o que designou por «somação espacial e temporal», isto é, dominar as condições

de produção espaço-temporal do gesto, para assim poder definir a utilidade funcional do reflexo motriz (Marques Pereira 1954, 41). Marques Pereira pensava ir ainda mais longe; o domínio sobre todos estes mecanismos possibilitaria construir uma máquina que imitasse o homem:

O pedagogo, o educador e o técnico, que são directamente interessados pelos problemas inerentes à análise do movimento, não devem admitir que tais máquinas sejam capazes de pensar, de escolher e de decidir. Devem limitar-se a desejar que os mesmos constituam um valioso elemento de cooperação do homem – pensante e criador –, capazes de tirarem conclusões de factos que lhe sejam fornecidos pelo homem, sem investigarem da maior ou menor exactidão destes últimos [Marques Pereira 1954, 50].

Concluía-se assim um esquema de controlo total sobre o movimento.

Um modelo em adaptação

A evolução política e social conduziu a modificações nas políticas de educação física. O regime, perante a incapacidade de sustentar a popularidade do futebol, desporto que desviava os jovens da escola e da oficina, como referiu o inspector-geral dos Desportos Salazar Carreira (*Guardian*, 30-8-1955, 7), procurou enquadrar o jogo. Na metrópole, a lei que reformara, em 1953, a educação física nacional havia reconhecido que às associações desportivas se devia «a iniciativa duma cultura física que, embora descontrolada ou insuficientemente praticada, tinha a virtude de aglutinar à sua volta os seus, que, movidos pelo prazer da competição ou pelo gosto da exibição, iam encontrar o complemento duma vida social cada vez mais absorvente».²¹ Em 1960 foi reconhecido o profissionalismo no futebol, no ciclismo e no boxe, medida justificada pela necessidade de separar o desporto amador, patrocinado pelas instituições do Estado, do desporto profissão, considerado pedagógica e moralmente condenável.²² A lei es-

²¹ Decreto n.º 30 279, de 22-6-1953.

²² Como assinalava a Lei n.º 2004, de 30-5-1960: «O profissionalismo desportivo é, pois, um facto social, e, se do ponto de vista do ‘desporto puro’ constitui um desvio, ou melhor, uma deturpação dos altos princípios que informam a actividade desportiva, nada, porém, contém em si que o possa tornar socialmente reprovável. O desporto e o chamado profissionalismo desportivo são, em determinados aspectos, duas realidades distintas e que, por isso, devem, quanto aos mesmos, ser também encaradas por prismas diferentes. Para o amador, o desporto pelo desporto; para o profissional, o desporto pela remuneração, sem que isto naturalmente exclua em muitos profissionais o centrado gosto pela actividade que praticam» (Lei n. 2004, de 30-5-1960.)

tendeu-se aos territórios ultramarinos em 1963,²³ quando o futebol, em cidades como Luanda ou Lourenço Marques, se transformou numa actividade social enérgica. Na «cidade de cimento» e nos seus subúrbios, o desporto, nomeadamente o futebol, juntava jovens e adultos, praticantes e consumidores de uma cultura popular que se constituiu como a base de um *stock* de conhecimento urbano: aumentou de forma constante o número de clubes e associações desportivas, bem como o total dos seus membros.²⁴ Mantendo a crítica ao carácter irracional e deseducativo dos jogos competitivos, o regime passou a encará-los sob outra perspectiva. O futebol possuía um efeito evasivo; proporcionava um espaço de manifestação de conflitos num contexto político em que os canais de protesto público se encontravam praticamente fechados.²⁵ No mundo colonial, como foi notado no capítulo anterior, estas transformações são inseparáveis do debate acerca da questão indígena, das políticas de propaganda e de gestão social urbana.

Na década de 60, em Lourenço Marques, o volume de transferências, estimulado pelo aumento do número de colonos e pelo fim do indigenato, atingiu um ritmo impressionante, embora o Estado tivesse procurado estancar este mercado, obrigando, por exemplo, os atletas a possuírem uma escolaridade mínima, sob pena de não competirem.²⁶ Apesar destas medidas restritivas, que afastaram da competição inúmeros jogadores, era indiscutível a hegemonia do futebol como grande promotor de gestos e movimentos desportivos, repetidos em práticas informais e consumidos como actividade de lazer dominante. Quase inofensivos do ponto de vista da actividade política, os clubes e as associações continuaram a animar uma «política de movimento» antipedagógica e tornaram-se ainda os principais núcleos de narrativas futebolísticas incrustadas na cultura popular. Os «gestos do jogo», considerados impuros, eram repe-

²³ Pela Portaria n.º 19 809 da Direcção-Geral do Ensino em 15-4-1963.

²⁴ Associações desportivas e clubes moçambicanos: 1930, 19; 1935, 23; 1940, 36; 1945, 52; 1950, 62; 1955, 95; 1958, 96; 1960, 193; 1964, 196; membros: 1930, 2911; 1935, 5579; 1940, 6157; 1945, 10531; 1950, 17 401; 1955, 28 664; 1958, 33 814; 1960, 49 602; 1964, 56 252 (*Anuário Estatístico de Moçambique*, 1930-1964).

²⁵ A inauguração do Estádio Nacional, em 1944, foi o grande momento de instrumentalização política do jogo de futebol.

²⁶ O número de transferências foi assente nas actas das reuniões da direcção (AC-PEFM, actas das reuniões do Conselho Provincial de Educação Física de Moçambique). A aplicação do artigo 22.º do Decreto n.º 40 964, de 1956, ao território colonial foi sendo, por pressão das autoridades das diversas colónias, sucessivamente adiada. Em 1967, o ministro do Ultramar, Silva Cunha, estendeu, finalmente, a norma ao espaço colonial, aprovando a Portaria n.º 21 323, de 4 de Junho. Só em Macau a lei não seria aplicada.

tidos nos bairros, nas escolas, nas praias, nas competições organizadas, contados pelos *media*, lidos e ouvidos.

Na concepção dos teóricos da educação física do Estado Novo, os gestos e movimentos não predeterminados, ou pela ordem natural do mundo, expressão de uma idealização pastoral, ou pelo papel reparador da ciência da educação física ao serviço de uma utopia política e social, não eram úteis. A imprevisibilidade das trajectórias dos atletas no decorrer de um jogo de futebol, os seus movimentos inconstantes, reflectiam uma sociedade sem ordem. As regularidades do jogo, o seu ritmo, revelavam a irregularidade da vida. Neste efeito de espelho, a visão dos teóricos do modelo estatal de práticas físicas reflectia uma concepção de sociedade. José Craveirinha, olhando para os gestos dos jogadores do subúrbio de Lourenço Marques, vislumbrava um cenário diferente: o jogo demonstrara a criatividade, a inteligência e a cultura dos africanos. Nos jogos de bairro informais e nas competições mais organizadas, os gestos e movimentos heterodoxos dos jogadores suburbanos, no contexto de uma experiência histórica e social singular, desafiavam uma visão totalitária do corpo. A sua interpretação exige, no entanto, o regresso ao processo de construção do subúrbio de Lourenço Marques e à forma como o futebol se integrou na economia das práticas locais.

Capítulo 6

O futebol no subúrbio de Lourenço Marques

O processo de disseminação das práticas desportivas

A difusão do futebol em Lourenço Marques não se limitou ao espaço da «cidade de cimento». Na segunda metade da década de 20, *O Brado Africano* fez referência à realização de diversos jogos de futebol no subúrbio.¹ É muito provável, porém, que o jogo tivesse sido praticado, de modo informal, em campos improvisados, desde a primeira década do século. A prática do futebol participou no processo de estruturação urbana do subúrbio de Lourenço Marques. A divulgação do jogo coube a diferentes elementos, não sendo clara a existência de um foco primordial. Uma proto-história do futebol suburbano assinala, em inícios da década de 1910, a presença de grupos desportivos diversos, como o *Mashakeni Football Becksing Club* (*O Africano*, 28-10-1911, 9), o *Buranga Club* e o *Club Esperanto* (*O Africano*, 1-3-1912, 3).

Apesar da segregação urbana, as linhas de contacto entre «a baixa» e a periferia conduziram à emulação espontânea e organizada de práticas de lazer. Embora não fizesse parte de repertórios missionários católicos, dos currículos escolares e das metodologias oficiais de treino militar, há indícios de que estas instituições fomentaram o jogo. Método simples de congregar um conjunto de indivíduos e de lhes inculcir regras e valores, o jogo foi organizado, entre 1927 e 1932, por batalhões militares indíge-

¹ Em 1926, tanto na página em português como sobretudo na secção em ronga/landim, começam a surgir notícias sobre jogos suburbanos (*O Brado Africano*, 12-6-1926, 1, e 3-7-1926, 3).

nas em Lourenço Marques (Azambuja Martins 1938, 16-17). No bairro suburbano de São José de Lhanguene, a missão católica com o mesmo nome formou uma equipa de futebol em 1930.² A escola, por seu turno, mesmo não fazendo o futebol parte dos programas oficiais, marcou as primeiras experiências desportivas de antigos jogadores africanos, cujas memórias do jogo recuam muitas vezes aos espaços, mais ou menos organizados, anexos aos estabelecimentos escolares. Não se encontrando entre os elementos incluídos nas «modalidades de controlo» coloniais (Cohn 1996), o futebol difundiu-se pelo trabalho de representantes de instituições religiosas, educacionais e militares que, muito provavelmente, haviam contactado com o jogo na metrópole, em contexto de sociabilidades, agora recuperadas no mundo colonial.

Uma interpretação mais precisa deste processo de disseminação exige um afastamento relativo da esfera de influência próxima do colonialismo português. O sistema de circulação de trabalhadores, mercadorias e capitais entre a região de Lourenço Marques e as regiões vizinhas da África do Sul tornou-se um eixo de múltiplas trocas. Entre a estrada da Zixaxa e a estrada de Lydenburg, caminho para as minas sul-africanas, nos Bairros da Munhuana, de Xipamanine e de Chamanculo, os mais urbanizados da região (Mendes 1979, 64), o futebol suburbano deu os primeiros passos. Pelo caminho para o Transval, local de passagem de milhares de trabalhadores, transitaram práticas, valores e formas de vida, objectos, novos hábitos de consumo e, sem dúvida, um conjunto de práticas de lazer (Harries 1998, 99-103). Na África do Sul, jogava-se desde o último quartel do século XIX; nas primeiras décadas do século seguinte já era o

² A presença da Igreja Católica nesta região resultou, em grande medida, da reacção à empresa protestante. Até 1882, o trabalho missionário católico dirigia-se apenas a europeus, goeses e «assimilados» (Hedges 1999, 15). O Estatuto das Missões Católicas de África e Timor, aprovado em 13-10-1926, pelo Decreto n.º 12 485, não fazia nenhuma menção a qualquer iniciativa na área da educação física e do desporto (artigo 21.º). Em 1929, o governo protegeu a actividade das missões católicas e impôs o português como idioma de culto e de educação (pelos Diplomas Legislativos n.ºs 167 e 168, de 3-8-1929). O Estatuto Missionário de 1941 reificou os princípios missionários: nacionalização e moralização do indígena, aquisição de hábitos de trabalho. A missão de São José foi criada em 1892. O seu primeiro responsável, D. António Baroso descreveu, nesse mesmo ano, em carta dirigida ao ministro da Marinha e do Ultramar, os princípios da sua acção missionária: «O fim principal desta missão é civilizar os pretos do distrito, e especialmente os da cidade, por meio de agricultura e oficinas, onde se ministre o ensino profissional aos indígenas, implantando naquela região a influência portuguesa e católica em contraposição à inglesa e protestante que tem feito progressos» (*Relatório da Missão de São José de Lhanguene*, 1942, 5). Lutando inicialmente com dificuldades, esta missão incrementou a sua actividade a partir dos anos de 1920 e de 1930, quando construiu várias escolas e oficinas. Em 1942, a missão tinha sob sua jurisdição uma vasta área em torno de Lourenço Marques (id., *ibid.*).

desporto mais popular entre a população negra urbanizada (Nauright 1997, 102-104; Alegi 2004, 15-18).³ As missões protestantes, no Sul de Lourenço Marques desde finais do século XIX, acompanharam este fluxo de trabalhadores emigrantes e ter-se-ão também estabelecido como núcleos da experiência do jogo.⁴ A consolidação de redes de relações associativas locais ligadas às principais cidades sul-africanas tornar-se-ia a causa maior da institucionalização da sua prática. Antes da concretização desse processo, o futebol já habitava os bairros suburbanos.

Jogos de bairro

Promovido por diversos agentes, o futebol envolveu-se no quotidiano do subúrbio de Lourenço Marques. Os seus primeiros contextos de *performance* foram os jogos de bairro, elementos da paisagem suburbana desde as primeiras décadas do século. Jogadas com pé-descalço e bolas de meia, as «peladas de bairro» mobilizavam uma pertença espacial e acompanharam a socialização urbana de crianças, jovens e adultos que se haviam fixado na cidade. Infra-estruturas básicas das práticas futebolísticas, estes jogos vincavam a importância do bairro como componente de estruturação de relações sociais na organização dos afectos e das solidariedades. A identificação de um espaço de pertenças sedimentou-se pelo reconhecimento das fronteiras que separavam os bairros suburbanos. A representação da diferença ajudou à imaginação de um espaço comunitário composto por distintas parcelas. Mário Coluna (n. 1939), mestiço, figura maior do futebol moçambicano, capitão da selecção portuguesa, passou a infância a jogar no Bairro do Chamanculo, onde as equipas locais desafiavam grupos de outros bairros, apostando latas de castanhas de caju, «quem ganhava levava aquilo tudo». No «tempo do pé-descalço», recordou, «não havia relógio, quem fizesse os primeiros quatro golos ganhava». O antigo internacional português Vicente Lucas

³ A primeira associação desportiva «negra» na África do Sul foi o *South African Coloured Rugby Football Board*, criado em 1897. Na vizinha Rodésia o jogo, de acordo com Giulianotti, foi transmitido pelos mineiros que regressavam das minhas do Transval (Giulianotti 2004, 82)

⁴ Os jogos realizados junto da Missão Suíça fizeram parte da infância de alguns jogadores africanos, como, por exemplo, Mário Coluna (Caldeira 2003, 20). Noutros contextos, nomeadamente anglófonos, as missões tiveram um papel importante no desenvolvimento do futebol, como no Quénia (Hognestad e Tollisen 2004, 220), na Nigéria (Bóer 2004, 66) e em Zanzibar (Fair 2004, 103-113).

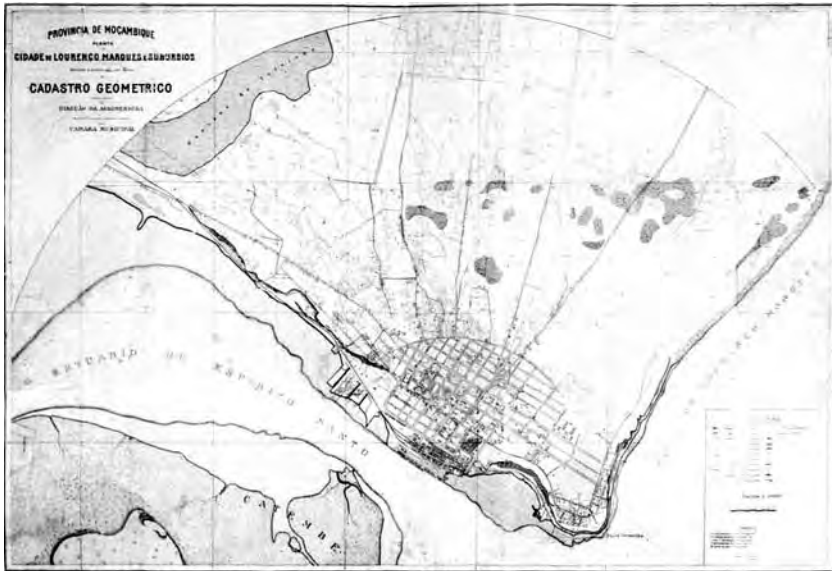
(n. 1935), irmão do famoso Matateu, um dos primeiros futebolistas moçambicanos a viajar para a metrópole, lembrou os jogos com Coluna numa equipa suburbana chamada *Acrobático*. Patrocinados pelo João Albasini, da Associação de Futebol Africana (AFA), os membros do Acrobático podiam usar a sede daquele clube para organizar festas e bailes. Com o dinheiro adquirido nestes eventos compravam caixas de castanha de caju para apostar nos próximos jogos de bairro.

Issufo Batata (n. 1934), jogador e treinador em diversas equipas do subúrbio de Lourenço Marques, iniciou-se no futebol no Bairro da Mafalala, onde, na década de 40, «em todo o lado se jogava». Se não houvesse escola, depois do «mata-bicho, era correr para o futebol». O jogo mais popular era o «mete a três»: «Fazia-se uma baliza com postes de caniço, sem traves e às vezes com um fio e cada um chutava para aquele sítio. Quem marcava três é que ia para a baliza». Issufo brincava na rua, no pátio da zona e no colégio com uma «bolinha de ténis», a que se seguiu uma «bolinha de borracha» e só depois surgiu a bola de porco, aquela que quando se cabeceava provocava «certos cortes» na cabeça. Hilário da Conceição (n. 1939), criado na Mafalala, internacional português com carreira no Sporting de Lisboa, descreveu o grupo de amigos com quem jogava na infância como um conjunto de miúdos «de bairros pobres com várias carências. O que estava mais aconchegado podia arranjar uma bola da Facobol (fábrica de borracha). Quem não tinha essa possibilidade pegava na meia, enchia de pano, fazia uma bola de meia e começava a jogar no bairro».

Issufo evocou estas peladas no Bairro do Chamanculo, no Campo da Glória e no campo do São José, organizadas pela missão no Largo da Igreja. As equipas de bairro, patrocinadas por madrinhas, jogavam muitas vezes a dinheiro, sinal de que a vida no subúrbio, mesmo nos momentos de recreação, incorporara os processos de troca económica instituídos na cidade colonial. As apostas a dinheiro cresceram depois da Segunda Guerra Mundial, quando aumentou a circulação de numerário. Estes encontros, referiu Hilário, eram uma «tradição antiga». Augusto Matine, atleta negro do Bairro do Chamanculo, que viria mais tarde a prosseguir uma carreira profissional no Benfica de Lisboa, descreveu o processo da seguinte forma:

Eram jogos a dinheiro. Nós fazíamos uma recolha. Na altura cada um dava um escudo, um escudo angular, que era a moeda utilizada. Eram dez «paus» contra a outra equipa, também a pôr os dez «paus». Aos dois golos mudava-se de campo e aos quatro ganhava-se. Dois muda, quatro ganha. Nessa altura não havia tempo, era através dos golos.

**Mapa 6.1 – Lourenço Marques e os seus subúrbios em 1915:
uma das primeiras representações que incluem os subúrbios**



Fonte: Morais (2001, 116).

No bairro, sobretudo pela dinâmica dos jogos informais praticados nos terrenos vazios, o futebol foi um primeiro espaço de *performance*, um espectáculo realizado por intérpretes suburbanos para um público local não organizado. Surgiram destas práticas as primeiras codificações de gestos e movimentos, traduzidos em coreografias rudimentares, consagradas em narrativas de jogos e jogadas. Estas histórias, a circular por redes ainda pequenas, falavam dos primeiros heróis do subúrbio, daqueles cujos gestos mais agradavam aos companheiros e a quem assistia. Despontaram também neste período formativo as rivalidades com equipas de bairros vizinhos. O futebol suburbano envolveu-se assim com as formas de vida, servindo as relações de proximidade e criando pontos de contacto e sociabilidade entre indivíduos com percursos distintos, mas que se viam na contingência de desenvolver novas formas de relacionamento. Nestes jogos de bairro, contexto elementar das adaptações criativas que tanto interessavam a José Craveirinha, o futebol suburbano de Lourenço Marques fabricou a sua moralidade própria.

Desde as décadas de 40 e 50, os nomes de algumas equipas informais anunciavam a chegada ao subúrbio de outras narrativas futebo-

lísticas. Issufo recorda-se do Águias de Mafalala, formada por adeptos do Benfica de Lisboa, ou do Botafogo, em homenagem ao clube brasileiro com o mesmo nome. Hilário da Conceição começou a jogar no seu bairro numa equipa chamada Arsenal, em homenagem ao clube de Londres, que alguém vira jogar no ecrã de um cinema suburbano no intervalo de um filme. Eusébio da Silva Ferreira, o mais conhecido futebolista moçambicano e grande referência do Sport Lisboa e Benfica e da selecção nacional, assumiu a alcunha de Néne, nome de um jogador brasileiro, quando jogava descalço no Bairro da Mafalala em finais da década de 50. Já nesses dias o seu ídolo desportivo era a estrela do Real Madrid Alfredo di Stefano, cujos feitos se espalhavam pelos jornais e pelas ruas da cidade (Armstrong 2004, 253-254).

A institucionalização do futebol suburbano

O futebol no subúrbio africano, nunca deixando de ter na sua base a dinâmica dos jogos de bairro, assumiu uma matriz mais estruturada, mantida pela actividade dos clubes e da Associação de Futebol Africana. O processo de institucionalização foi crucial para a reprodução de um conhecimento específico, base de uma narrativa futebolística presente na cultura popular. Conjuntamente com os grupos musicais, as confissões religiosas e as organizações laborais, o associativismo desportivo proporcionou o crescimento de redes de sociabilidades, cimentando uma comunidade em construção. A institucionalização garantiu ainda condições para a emergência de um público. Esta audiência, composta por indivíduos de origens distintas, aprendeu a partilhar princípios de apreciação deste espectáculo urbano. Hábito de lazer, o consumo do jogo transformou-se num recurso de interacção quotidiano, utilizado nos mais diversos contextos.

O movimento de institucionalização do futebol suburbano ocorreu durante as décadas de 20 e 30. O mais antigo clube no subúrbio de Lourenço Marques a estabilizar a sua actividade terá sido o Mahafil Isslamo, criado em 1915 no âmbito do trabalho de assistência social e ensino de uma associação de muçulmanos provenientes das ilhas Comores: a Anjuman Anuaril Isslamo (Zamparoni 2000, 214-215). A associação fora criada em 1912 no Bairro de Xipamanine e servia como plataforma de contactos entre as comunidades muçulmanas, descendentes de mercadores indianos e árabes, cuja presença no Sul de Moçambique se fazia

sentir desde finais do século XIX.⁵ O clube de futebol veiculava essas relações. Pouco tempo depois da fundação do clube foi construído, com o dinheiro de uma subscrição, um campo de futebol na zona de Kokolwewne-Minkadjuíne, na estrada da Zixaxa, via de ligação do bairro pobre do Alto-Maé ao mercado de Xipamanine (Zamparoni 2000, 214-215). Entre 1915 e o final da década de 30 quase duas dezenas de clubes seriam organizados no subúrbio de Lourenço Marques, a grande maioria com os seus estatutos aprovados pela administração colonial. Como no caso do Mahafil, os clubes africanos do subúrbio de Lourenço Marques funcionaram primordialmente como espaços de reprodução de grupos de interesses, eixos de redes de conhecimentos e entajuda e portas de entrada na vida urbana.

A fundação da Associação de Foot-ball Africana em 1924 (a AFBA, que pouco tempo depois passaria a ser conhecida por AFA, Associação de Futebol Africana), etapa decisiva neste processo de institucionalização, foi influenciada pelo movimento desportivo sul-africano. Mahomed Sicândar, presidente do clube Victoria da Malanga, formado por estudantes desta região de Lourenço Marques, ao regressar de uma viagem à África do Sul, decidiu conceber uma prova idêntica às disputadas na região vizinha. Falou então com Samo Matafene, dirigente do Clube Internacional e com Castigo Miglietti, líder do Tigre Gulama.⁶ Juntos fundaram a AFA. Em 1925 realizou-se o primeiro campeonato oficial, ganho pelo Victoria da Malanga. Em 1926, o clube mudou de nome para Primo Rose, provável corruptela de Primrose, cidade do Transval com uma importante actividade mineira e onde muitos moçambicanos trabalhavam (Harries 1998, 195).⁷ Em 1929, o Primo Rose passou a chamar-se Beira-Mar.⁸

⁵ Estes muçulmanos provinham de diferentes origens: filhos de pai indiano e de mãe negra; filhos de pai indiano e mãe mestiça e negros convertidos ao islamismo (Honwana 1989, 72).

⁶ ACPEFM, processo do Grupo Desportivo Beira-Mar (n.º177), «Discurso proferido no acto de apresentação dos nossos trabalhos em 29 de Março de 1970».

⁷ Valdemir Zamparoni fala de Primrose num contexto diferente. Em 1922, a polícia da cidade da Beira prendeu dois mineiros moçambicanos que acabavam de regressar da cidade do Cabo. Eram ambos membros da *Universal Negro Improvement Association and African Communities (Imperial) League*, liderada por Marcus Garvey. A associação tinha a sua sede na Rua Primrose, na cidade do Cabo. Diversos trabalhadores moçambicanos pertenciam a esta associação (Zamparoni 1998, 166-168).

⁸ Os primeiros registos de jogos de futebol entre equipas africanas revelavam a existência de outros grupos desportivos a jogar no subúrbio nesta época, casos do Grupo Universal de Football e do *Zebra Club (O Brado Africano, 19-7-1919, 2)*, do *Espring Boat (O Brado Africano, 14-1-1920, 3)* e, mais tarde, o *New King (O Brado Africano, 12-5-1928, 5)*.

Uma das características das competições sul-africanas que interessaram sobremaneira a Mohamed Sicandar era o facto de as equipas lutarem também por um troféu, e não apenas por dinheiro ou por uma lata de castanha de caju.⁹ A alteração da recompensa possuía um significado profundo. O prémio monetário favorecia os elementos da equipa, embora a vitória pudesse ser fundamento de orgulho local. O troféu, no entanto, não pertencia unicamente aos jogadores, nem mesmo aos clubes, já que estes, em campo, representavam o público, os associados, os residentes no bairro. Com a representação nascia uma responsabilidade. A rivalidade, publicamente assumida, já não se resumia a uma luta entre duas equipas, mas a algo sentido por um conjunto vasto de pessoas. O futebol suburbano desenvolvera condições para se converter num espectáculo público com uma capacidade mobilizadora, assente em associações e clubes que congregavam indivíduos, fortalecendo identificações preexistentes, mas capaz de inculcar outros modos de identificação e pertença, nomeadamente a sensação de que todos, apesar das diferenças, pertenciam a um novo colectivo urbano.

Esta facultade do futebol enquanto elemento de sociabilidades, partilhas e mobilizações interessou a uma elite local que já assumira a condução do associativismo africano na luta contra a progressiva repressão colonial. Até princípios da década de 30, *O Brado Africano*, porta-voz das sensibilidades desta elite, havia revelado pouco interesse pela actividade do futebol suburbano, colocado na base de uma hierarquia noticiosa dominada pela intervenção política e pelo protesto perante a situação colonial. As poucas notícias publicadas sobre futebol destinavam-se a descrever os jogos dos clubes da «baixa», nos quais participavam alguns jogadores mestiços, elementos da pequena burguesia da terra. Merecedores de uma atenção pontual, os jogos africanos eram tratados na secção escrita em landim/ronga, língua então dominante na zona de Lourenço Marques. As alterações ocorridas no sistema colonial português no período de transição para a década de 30 motivaram uma mudança de atitude por parte desta elite. Perante o endurecimento da administração local e a proibição de associações políticas e de natureza laboral, o associativismo configurava-se como um meio de reorganização de movimentos de protesto.

As primeiras referências jornalísticas à dinâmica do futebol suburbano sugerem a existência de uma relação próxima com a dinâmica associativa

⁹ ACPEFM, processo do Grupo Desportivo Beira-Mar. «Discurso proferido no acto de apresentação dos nossos trabalhos em 29 de Março de 1970».

ancorada no Grémio Africano de Lourenço Marques (GALM). O Clube Desportivo João Albasini, fundado em 1920 com o nome de Tigre Gulama, foi rebaptizado em homenagem à principal figura do associativismo africano, o mestiço João Albasini, durante muito tempo redactor principal de *O Brado Africano* e figura tutelar do Grémio Africano. A influência de elementos do GALM verificou-se ainda na composição do Grupo Desportivo Beira-Mar (n. 1920), inicialmente chamado Victoria da Malanga. Em 1922 o GALM teria a funcionar uma comissão sportiva (*O Africano*, 22-10-1922, 3). O Clube Internacional (n. 1921), mais tarde Sport Nacional Africano, estava próximo do Congresso Nacional Africano, primeira cisão no GALM inspirada no pan-africanismo de Marcus Garvey, e com ligações ao Partido Nacional Africano, fundado em Lisboa em 1921. Foi talvez o clube mais controlado pela administração colonial. Terá sido ainda neste período que surgiu o Luso-Africano, clube de futebol próximo da Igreja Luso-Africana, a mais forte organização religiosa independente de cariz messiânico em actividade no Sul de Moçambique, também com ligações ao GALM (Rocha 2002, 225).¹⁰

Em Abril de 1930, *O Brado Africano* anunciou com destaque o início do campeonato de futebol da AFA, competição regular, com calendário semanal, na qual participaram os clubes do núcleo inicial da associação, o Mahafil Isslamo, o Luso-Africano, o Grupo Internacional e o Beira-Mar, a que se juntava o Nova Aliança, fundado em 1928, mas com actividade no subúrbio de Lourenço Marques pelo menos desde 1924, o Vasco da Gama, formação de mestiços próxima do GALM, o Sporting Clube Munhuanense, popularmente conhecido por «Azar»,¹¹ fundado em 1928 no bairro suburbano da Munhuana,¹² e o Atlético Mahometano, clube muçulmano em actividade desde 1929, em sequência de uma cisão no Mahafil Isslamo.

¹⁰ Esta igreja, que chegou a ter mais de 80 missões na região, alimentava-se do forte movimento de igrejas independentistas existente na África do Sul (Harries 1998, 332). As igrejas messiânicas surgiram no Sul de Moçambique nas primeiras décadas do século xx (Rocha 2002, 72-73).

¹¹ Em entrevista ao semanário desportivo *A Equipa*, o presidente do clube, Inácio Tomé Magaia, informou que a expressão «azar» tinha origem numa canção tradicional que dizia «o azar que tem o azar». Quando o clube foi fundado, alguém perguntou: o que aconteceu ao clube? Talvez o azar. Os dirigentes queriam há muito suprimir o termo, mas os sócios opunham-se (*A Equipa*, Janeiro de 1967, n.º 4, 8).

¹² No seu grupo de fundadores encontravam-se importantes dirigentes do GALM, como são aos casos de Eugénio da Silva Júnior, tipógrafo, responsável pela página em ronga em *O Brado Africano*, Francisco de Haan, antigo empregado dos caminhos-de-ferro e comerciante, e Francisco Benfica, tipógrafo da imprensa nacional.

Em Março de 1931, na cerimónia de entrega das taças relativas ao campeonato da AFA, presidida por Miguel da Mata, presidente da AFA e membro destacado do GALM, vários discursos, destacados por *O Brado Africano*, denunciavam a existência de uma reflexão sobre o significado do «desportismo no meio africano» (*O Brado Africano*, 3-1-1931, 1-2). Francisco de Haan, em nome do GALM, reafirmou o empenho da associação, «baluarte de defesa dos nossos sagrados interesses políticos e civis», no «movimento desportivo que dia a dia se vai intensificando de uma forma geral no nosso meio» (id., *ibid.*). No dia seguinte, na festa oferecida pelo Mahafil, campeão da AFA, aos seus jogadores, o mesmo orador pressionou os clubes e a AFA a submeterem os seus estatutos à aprovação da administração colonial, oficializando-se, algo até aí concretizado apenas pelo anfitrião da cerimónia (*O Brado Africano*, 10-1-1931, 2). O desporto africano, institucionalizado, seria um instrumento de união e civilização e um foco organizador do programa de «evolução africana» defendido pelo GALM (id., *ibid.*).¹³ O ambiente de unidade que caracterizou a cerimónia foi perturbado pelo discurso de Francisco da Silva, presidente do Beira-Mar, que denunciou as persistentes divisões entre negros e mestiços no seio do associativismo africano. Em resposta, António Ceita, membro do GALM e presidente do Grupo Internacional, afirmou que «o desporto não reconhece religiões, não reconhece castas nem qualidades, em suma o desporto é uma educação física e moral que faz desaparecer no inimigo o espírito de justiça» (*O Brado Africano*, 3-1-1931, 1-2). O desejo de união, materializado pelo associativismo desportivo, «escola de civismo, lealdade e cavalherismo», como se lhe referiu Jorge Albasini, secretário da AFA, na primeira destas cerimónias, possuía, como se irá notar, poucas condições de concretização.

A existência de conflitos não colocou em causa, no entanto, a crescente popularidade do futebol no subúrbio de Lourenço Marques. Em 1 de Agosto de 1934, a AFA passou a ser reconhecida pela administração colonial, depois dos estatutos aprovados. Com sede na estrada da Zixaxa, compreendia os representantes dos seus membros associados. O presidente eleito, Mário António Pereira, membro destacado do GALM, liderava o Vasco da Gama.¹⁴ Em relação ao núcleo do campeonato de 1930

¹³ A constituição dos corpos dirigentes da AFA para o ano de 1931 revelou a presença importante de homens do GALM não apenas na direcção, presidida por Miguel da Mata e com Gabriel Malta a vice-presidente, mas também nos assuntos da prática desportiva, regulados por uma comissão técnica liderada por Francisco Dias Morgado e António dos Santos Ceita.

¹⁴ Estiveram presentes Francisco Xavier Oliveira (Munhuanense Azar), Simões da Costa Correia (Nova Aliança), Jorge Rodolfo Poitevin (Atlético Mahometano), Chopes

apresentaram-se para a época de 1934 três novos clubes. O Alto Mar Nhafoco, de Inhambane, que passará a chamar-se, em 1936, Inhambanense, e o Beirense, da cidade da Beira, representavam os naturais daquelas duas províncias moçambicanas. Acrescentava-se o São José de Lhanguene, clube da missão católica.¹⁵ Fora do grupo fundador permaneceram algumas equipas, como o Zambeziano e o Victória Gazense, cujos membros eram originários, respectivamente, das províncias da Zambézia e de Gaza. Estabelecendo-se como núcleos da organização de redes de interesses no novo ambiente urbano, os clubes identificados por um laço regional reflectiam a composição diversa do subúrbio de Lourenço Marques.¹⁶

No início de 1935 começou a ser construído em Xipamanine o novo campo da AFA, por iniciativa dos dois clubes muçulmanos, o Mahafil e o Atlético Mahometano. Num momento de crise generalizada, a demonstração de vigor financeiro denunciava a rede de interesses comerciais que envolviam estes clubes, que correspondiam aos padrões de actividade local dos muçulmanos. Na mesma altura, o Beira-Mar anunciou a edificação do seu campo no popular Bairro de Chamanculo.¹⁷ Estácio Dias, figura maior da história do GALM, escreveu um editorial em *O Brado Africano* onde comunicava, em tom de celebração, o nascimento do espírito associativo entre os africanos (2-3-1935, 1). A efervescência, sobretudo visível nas associações desportivas, assinalava, segundo este dirigente, uma nova era de civilização. O africano aproximava-se de «uma consciência racional, fugindo dos lugares de bebidas para os ajuntamentos onde se discutia a vida política e se trata da regeneração pelo desporto». O movimento, notou, encontrava-se ainda pouco coeso, mas havia que dar «tempo ao tempo».

Manecas (Sport Nacional Africano), Joaquim Domingos (Atlético Luso-Africano), Luís Inhambisse (Grupo Desportivo Beirense), António Pascoal (Alto Mar Nhafoco) António dos Santos Ceita (Beira-Mar), Taybot Parsotam Tricamo (Mahafil Islamo), Samson Augusto Simões (São José) e Victor Tavares (João Albasini).

¹⁵ O São José era constituído por negros educados sob a lógica assimiladora e nacionalista da Igreja Católica. Alguns membros do Grémio Africano de Lourenço Marques foram educados na missão de São José, a única que fazia a celebração de S. Benedito, figura religiosa negra saudada por diversas correntes pan-africanas (Rocha 2002, 327, n. 63).

¹⁶ Em 1930, a população negra da cidade estava estimada em 28 300 indivíduos, dos quais 14 950 provenientes do distrito de Lourenço Marques, 2872 de Inhambane, 617 de Quelimane, 627 de Moçambique, 417 de Manifa e Sofala e 416 de Tete (Rocha 2002, 114).

¹⁷ Situado na Rua 1.º de Maio, rua com ligação à estrada de Lydenburg.

Controlo político

As hipóteses de politização do movimento desportivo suburbano eram, em meados da década de 30, bastante frágeis. O discurso de Estácio Dias atribuía ao movimento desportivo do subúrbio um papel de educador civilizacional, de modo, aliás, não muito distinto das concepções de revigoração físico proclamadas pelo regime e que agora, sob a acção do GALM, urgia democratizar. A administração colonial impôs uma fiscalização rígida ao associativismo africano, procurando circunscrever a formação de novas associações, controlar a actividade das existentes e cooptar os seus membros. A criação, em 1932, do Instituto Negrófilo, associação composta por negros assimilados, foi patrocinada pelo regime e concertada com investidores locais e com a empresa de recrutamento de mão-de-obra sul-africana, a *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA) (Zamparoni 1998, 436; Hedges 1999, 61).¹⁸ A promoção de uma pequena burguesia negra contribuiu para fraccionar o movimento associativo, explorando as divisões raciais e sociais já sentidas no campo desportivo.¹⁹ Incapaz de mobilizar qualquer protesto colectivo, distante da esfera política e especialmente da laboral, centro do domínio português, esta elite afastou-se dos interesses mais prementes das populações indígenas das quais se afirmava representante.²⁰

¹⁸ O Instituto Negrófilo e o GALM mantiveram uma relação permanente com a administração colonial. AHM, DSAC, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo (associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 3, processo n.º 27/38, Associação Africana da Província de Moçambique, 1916-1971, e caixa 12, processo 27/70, Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique). O Instituto Negrófilo passou, em 1938, a designar-se por Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. O Decreto-Lei n.º 27 252, de 5 de Março de 1937, impôs às colónias o regime corporativo já existente na metrópole. Em virtude da exclusividade corporativa de nomes como «Grémio» e «Instituto», as associações africanas foram obrigadas a mudar de nome. O Grémio Africano de Lourenço Marques passou a designar-se por Associação Africana da Colónia de Moçambique.

¹⁹ Zamparoni argumenta que a concepção menos rígida de assimilação presente na lei de 1927, quando comparada com a portaria de 1917, procurava criar uma classe de negros assimilados que desse origem a uma cisão dentro do movimento associativo liderado pelo GALM (Zamparoni 1998, 476-477).

²⁰ A estrutura da exploração do trabalho, em especial após 1926, exigia, fundamentalmente, um movimento operário «nativista». O associativismo africano nunca conseguiu desempenhar este papel. O GALM esteve ligado à formação da única associação de classe africana, a União dos Trabalhadores Africanos, fundada em 1911. O projecto, do qual se conhece muito pouco, soçobrou pouco tempo depois (Rocha 2002, 193). As organizações laborais e de classe, que se multiplicaram nas duas primeiras décadas do século XX em Lourenço Marques, dirigiam-se ao trabalhador europeu (Capela 1984, 37).

A vigilância política sobre a actividade dos clubes também aumentou. Durante o processo de aprovação dos seus estatutos, o Grupo Desportivo Beirense foi investigado pela Direcção dos Serviços de Administração Civil (DSAC), atendendo ao receio de uma possível infiltração de indivíduos afectos a igrejas protestantes na direcção do clube,²¹ razão que justificara já o veto dos estatutos de outras associações e clubes.²² Apesar de os fundadores do Beirense não terem sido acusados, a aprovação dos estatutos do clube foi, em 1942, 1949 e 1950, sucessivamente barrada.²³ Consultado pela DSAC, o administrador do concelho argumentou que havia um número excessivo de clubes «para a população de cor da cidade e subúrbios». A hipotética ligação dos seus membros à Igreja Wesleyana e à União dos Negros Lusitanos da Colónia de Moçambique, associação dissolvida em 1937 por «desvio nos objectivos», fundamentou uma in-

²¹ AHM, DSAC, secção A, administração, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, 1934-1971, caixa 16, processo n.º 27/97, Grupo Desportivo Beirense, 1936-1950, informação da DSAC, 29-4-1940.

²² Em 1937 (21-11), os estatutos do Grémio Educativo de Moçambique foram rejeitados pela secção permanente do Conselho do Governo, dado ser suspeita a actividade dos seus signatários, catequistas, indígenas e mestiços da Missão Metodista Episcopal Americana de Cambine. O governador de Inhambane (31-7-1937) havia assinalado a ambição «desnacionalizadora» dos seus objectivos, que incluíam condições de trabalho, higiene e educação (AHM, DSAC, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 16, pedido de aprovação de estatutos rejeitado pela secção permanente do Conselho do Governo em 24-11-1937). O Grémio Luso-Africano de Tete, que procurava «por todos os meios ao seu alcance melhorar a condição social dos africanos, defendendo os seus interesses e principalmente os seus legítimos direitos», e ainda «interessar-se junto de quem de direito pela obtenção de emprego a qualquer dos africanos [...] e patrocinar as justas e legítimas pretensões destes», também não passou (AHM, DSAC, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 16, pedido de aprovação de estatutos rejeitado pela secção permanente do Conselho do Governo em 9-12-1936). Em 1956, o Clube Desportivo Nova Aliança de Maxixe, de Inhambane, foi investigado por hipotéticas ligações à Igreja Metodista Episcopal americana. Como eram os casos do Grémio Educativo de Moçambique (21-11-1937) (AHM, DSAC, caixa 35, processo n.º 27/286), e do Clube Desportivo Nova Aliança de Maxixe (AHM, DSAC, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 16).

²³ AHM, DSAC, secção A, administração, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais 1934-1971, caixa 16, processo n.º 27/97, Grupo Desportivo Beirense, 1936-1950, carta do governador da província de 7 de Setembro de 1940 à DSAC transcrevendo uma nota do administrador do concelho de Lourenço Marques.

quirição ao Vitória Gazense.²⁴ Uma denúncia alertou a DSAC para a existência de tumultos e discussões políticas travadas em língua local nas assembleias gerais desta associação.

Assimilação e elites intermediárias

A utilização destes meios coercivos de vigilância, particularmente atentos a influências externas, complementava um domínio mais difuso, assente no controlo social inerente ao sistema de assimilação, fragmentador do movimento associativo africano.²⁵ Espaço de privilégio, de acesso ao mundo europeu e expediente de aliciamento dos líderes locais, a assimilação criou um território social ambíguo.²⁶ A redacção dos estatutos submetidos pelos clubes africanos à aprovação da administração colonial revelou a dificuldade em imaginar um projecto comum. Dirigidos a associados africanos, por reacção à exclusão imposta pelas associações de origem europeia, os clubes locais não encontraram uma definição comum de africano, o que acabou por consagrar, mesmo quando isso não se encontrava explícito na redacção dos estatutos, cismas raciais, regionais e étnicos. A fuga à «condição de indígena» ia caracterizando as aspirações sociais dos assimilados e de todos aqueles que se consideravam próximos de acederem a essa categoria, um bloqueio simbólico à organização de resistências mais consequentes.

²⁴ AHM, DSAC, secção A, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 16, União dos Negros Lusitanos, aprovação dos estatutos em 1936-1937.

²⁵ Os casos do Beirense e do Gazense foram, no entanto, excepcionais. Os processos individuais que a DSAC e o Serviço dos Negócios Indígenas organizaram sobre os clubes africanos não incluíam, na maior parte dos casos, mais do que uma cópia dos seus estatutos e a lista dos seus corpos dirigentes.

²⁶ Em 12 de Outubro de 1949, a propósito de um subsídio pedido pela Associação Africana de Inhambane à Repartição Central dos Negócios Indígenas, o seu responsável, o capitão Montanha, escreveu ao secretário-geral afirmando que «de há muito se vem reconhecendo ser de boa política animar e amparar as associações formadas por nativos, prestando-lhes todo o auxílio possível, com o objectivo principal de criar o espírito associativo na massa indígena e, simultaneamente, levar essas associações a colaborarem na obra colonizadora e civilizadora do governo, sendo, em meu entender, por este processo que se consegue uma assimilação lenta e proveitosa» (AHM, DSNI, secção A, administração, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 2, processo da Associação Africana de Inhambane, carta do chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas, A. Montanha, ao secretário-geral dos Negócios Indígenas, 12-10-1949).

Em 1935, a inauguração do campo de Xipamanine, baluarte do futebol africano, contou com a presença do governador-geral do Sul do Save, do presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques e do presidente da AFLM (*O Brado Africano*, 20-7-1935, 2). Apesar de representada ao mais alto nível, a administração colonial não contribuiu para a construção do recinto. O governador esteve outra vez presente quando, no ano seguinte, o Beira-Mar inaugurou o seu campo. Nestas ocasiões, a administração concedia aos representantes da AFA, do Grémio Africano e do Instituto Negrófilo o direito a discursar. A representação das associações africanas em cerimónias oficiais, garantindo a uma pequena burguesia local um lugar na «vida colonial», remetia-a para uma posição dominada, com pouca margem para protesto. Já em 1932, por ocasião da visita do ministro do Ultramar, Armindo Monteiro, a comissão de recepção organizou uma grande festa desportiva na qual, antes da realização de um jogo entre o Ferroviário e uma selecção local, decorreu um encontro entre equipas da AFA (*O Brado Africano*, 18-6-1932, 1). Em 1939, quando o presidente da República Portuguesa, general Carmona, se deslocou a Moçambique, o protocolo repetiu-se.²⁷ Estes rituais de subordinação, momentos de representação pública da hierarquia social, revelavam a posição do movimento associativo africano.²⁸ Em finais da década de 30, a exígua participação associativa levou a Associação Africana (nova designação do Grémio Africano) a emitir uma circular pedindo o regresso de antigos sócios desencantados com o rumo da associação (*O Brado Africano*, 19-3-1939, 1).

Se a presença de membros de uma elite na liderança de muitos clubes de futebol africanos em Lourenço Marques reforçava a sua posição enquanto intermediários com a sociedade europeia, este estatuto reflectia-se também dentro das fronteiras da sociedade local. A liderança das associações desportivas legitimava as hierarquias presentes na estrutura social do subúrbio. Os clubes, contudo, não se constituíam apenas como eixos de recursos e sociabilidades, de reprodução de um espaço de relações familiares, profissionais, de amizade ou religiosas. Enquanto núcleos de uma narrativa da cultura popular urbana, representavam regularmente colectivos mobilizados, poder que lhes garantia uma influência suple-

²⁷ Na ocasião, o discurso de José Manuel, do Centro dos Negros de Moçambique (antigo Instituto Negrófilo), atingiu o mais perfeito servilismo (*O Brado Africano*, 24-6-1939, 1).

²⁸ James Scott utiliza o termo «rituais de subordinação» para definir um dos mecanismos que confirmam, no quadro do que designa o «registo público» (*public transcript*), as relações sociais de dominação (Scott 1990, 66).

mentar. A notoriedade suburbana em Lourenço Marques dependeu progressivamente da capacidade de determinados indivíduos se relacionarem com as estruturas quotidianas do poder impostas pelo colonialismo, como, aliás, se passou noutros contextos africanos próximos.²⁹ Os clubes e associações de futebol, instituições «modernas» cujo funcionamento exigia o domínio de instrumentos burocráticos e de procedimentos oficiais, constituíam-se como espaços de actividade onde os recursos educativos, o domínio da língua portuguesa, a integração no mercado de trabalho, a adopção de um estilo de vida europeu, a participação em associações reconhecidas pelo poder colonial, eram atributos valorizados (Magode 2005, 119).³⁰ A comunidade instituiu um estatuto local, muitas vezes concedido pela função do porta-voz, o interlocutor com o mundo colonial, o promotor e difusor de práticas e consumos. Em Lourenço Marques esta notoriedade ia sendo pautada pela condição do «assimilado». Estes notáveis encontravam-se num quadro de acção política constrangido por uma condição social particular, decorrente tanto do seu papel enquanto intermediários do regime colonial, apesar de socialmente discriminados, como da sua posição de liderança contingente na sociedade periférica de Lourenço Marques. A excessiva politização dos percursos destas figuras corre o risco de relativizar o seu papel enquanto elementos de transição cultural e social, pontes entre os centros e as periferias, nódulos de redes em crescimento e factores de uma coesão social precária.

²⁹ A preponderância de notáveis locais na liderança do movimento desportivo, cuja notoriedade foi reforçada no contexto do colonialismo, reproduz o padrão de institucionalização do desporto negro na África do Sul (Nauright 1997, 55). Nauright destacou a importância desta «classe» no desenvolvimento do desporto negro desde finais do século XIX. O desporto foi um instrumento de integração de uma pequena burguesia africana educada nas missões. Parte da elite política sul-africana, caso de alguns membros do Congresso Nacional Africano (ANC), cresceu sob a disciplina moral inculcada pelo desporto britânico. A partir de princípios do século XX a imposição de princípios segregacionistas levou a que os africanos criassem associações próprias, organizando os seus próprios campeonatos. Em 1898 surgiu o *Orange Free State Bantu Soccer Clube*, em 1930 a *Orange Free State Bantu Soccer Association*, depois a *South African Bantu Soccer Association*, que em 1933 tinha filiais no Transval, no Orange Free State, no Natal e no Northern Cape, e em 1932 a JAJFA, *Johannesburg African Football Association* (Nauright 1997, 104-107)

³⁰ Estes indivíduos, eixos de redes sociais, foram designados, como refere Ulf Hannerz, por diferentes expressões: «evoluídos», «assimilados», *brown sahibs*, *Afro-saxons* (Hannerz 1996, 72).

O espectáculo do subúrbio para o subúrbio

Em 1943, o governador-geral de Moçambique, José Tristão da Cunha, referiu no relatório enviado ao Ministério das Colónias que a actividade cultural no território, concentrada em Lourenço Marques, se revelava fraca e composta predominantemente por aquilo que denominou «cultura para brancos» (*Relatório do Governador-Geral de Moçambique*, 1945, 317). Só nos desportos, acrescentava, havia lugar para os indígenas. Se no universo cultural a que o governador se referia, decorrente de uma concepção erudita e socialmente localizada, valorizadora da actividade de teatros, museus e de algum cinema, o panorama era mau, no que respeitava à dinâmica associativa, a situação exibía um outro vigor:

Na colónia pululam associações de toda a ordem: culturais, económicas, regionalistas, desportivas, de recreio, de previdência e beneficência. A febre associativa atingiu o próprio indígena. Há catorze associações de negros espalhadas pela colónia, quasi todas desportivas, com futebol, muito apreciado pelos indígenas, como principal desporto [id., *ibid.*, 316].

A inconsequência política do associativismo desportivo não debilitou a força do futebol enquanto sujeito da construção urbana. No subúrbio, as competições da AFA destacaram-se pelo seu significado simbólico. Espectáculo organizado, os jogos de futebol ganharam um estatuto próprio, sustentáculo de uma recreação moderna, regulada por um calendário, que colocava em confronto grupos representativos dos bairros. Os jogos da AFA eram ainda as únicas provas suburbanas a registarem cobertura noticiosa, no início realizada por *O Brado Africano*. O acompanhamento jornalístico imortalizava o espectáculo, deixando para a posteridade uma versão dos acontecimentos discutida depois por uma comunidade de leitores, ainda reduzida, mas que fazia passar a informação por redes de contactos, consolidando uma narrativa futebolística em crescimento contínuo.³¹ As equipas exibiam-se perante a população local, segundo as regras do *football association*, avaliadas por um árbitro, em espectáculos com entradas pagas, circunstância que lhes conferia, num contexto empobrecido, uma dignidade local. Distinguiam-se estes jogos da infra-estrutura do futebol suburbano alicerçada nas pedradas de bairro, organizadas de modo mais imprevisível por equipas

³¹ O conceito de comunidade de leitores foi proposto por Janice Radway (1984).

compostas no momento e por um número de jogadores variável, em campos improvisados, com uma duração de tempo diversa e muitas vezes sujeitas a regras próprias, adaptadas localmente. A adopção de modalidades de desempenho mais próximas da versão ortodoxa do futebol afectou os padrões de jogo locais, mas não eliminou os princípios performativos e as classificações que legitimavam os gestos e movimentos que os jogadores do subúrbio traziam dos jogos de bairro. Sujeito a um conjunto de regras que limitavam o desempenho dos jogadores, o futebol praticado pelas equipas da AFA permanecia ligado ao futebol informal dos campos improvisados do subúrbio.

As competições suburbanas faziam parte da arquitectura do tempo livre comunitário: um espectáculo organizado pelo subúrbio para o subúrbio. Crónicas jornalísticas de princípios dos anos 30 descrevem um numeroso público em Xipamanine, realçando a presença de «meninas, com os seus vestidos novos, senhoras, crianças e cavalheiros» (*O Brado Africano* 6-5-1933, 2). À falta de bancadas nos campos, os espectadores procuravam acomodar-se da melhor maneira possível. Saïde Mogne, que começou a jogar futebol na AFA em finais da década de 40, recordou que algumas pessoas, para se sentarem, «traziam o caixote de casa», outros, a «sua cadeira»; o que trazia uma cadeira «já era um indivíduo [...]». Os miúdos, realçou, procuravam entrar nos campos de todas as formas, conseguindo-o, muitas vezes, carregando as botas ou as toalhas de um jogador. Os adeptos de um bairro juntavam-se, organizavam excursões e dirigiam-se ao campo de jogo, como refere Hamido Nazimo, antigo jogador do Mahafil Isslamo. O público animava o espectáculo com «canções, batucadas e danças». Os melhores jogadores tornavam-se pequenos heróis locais. Ir ao futebol, como refere Phylis Martin, descrevendo o ritual do jogo na Brazzaville colonial, «era estar no coração da experiência da cidade. Em nenhum outro sítio se poderia encontrar um drama numa escala tão grande e partilhá-lo com velhos e novos amigos» (Martin 1995, 118).

O cumprimento dos preceitos do *football association*, num espectáculo que se desejava concebido de acordo com os rituais do jogo moderno, requeria não apenas o cumprimento das regras por parte dos jogadores, mas também uma apresentação cuidada e a posse de um equipamento completo, incluindo a utilização de botas. Além de introduzirem um conjunto de procedimentos administrativos e protocolares, os estatutos de alguns clubes africanos impuseram aos atletas e associados, quando em representação do clube, um rigoroso código de vestuário, símbolo de respeitabilidade pública e da adopção de usos e costumes europeus,

condição de assimilação, reforçando a utilização de roupas ocidentais como meio de pertença e ligação ao mundo.³² O público dos jogos da AFA manifestava-se sensível às questões da apresentação, sobretudo em momentos de sociabilidade comunitária.

Do ponto de vista legal, na AFA, como refere Issufo Batata, estabelecendo a diferença em relação à situação na «cidade de cimento», todos eram aceites «sem distinção [...] não se exigiam documentos, se era indígena, assimilado ou branco, não se olhava para isso. Quem quis jogar, jogou». Hilário não se recorda de alguma vez ter visto «um branco a jogar no subúrbio». Abissínia Ali, jogador do Atlético Mahometano e um dos primeiros jornalistas desportivos africanos, iniciando-se ao serviço do *Lourenço Marques Guardian* na década de 50, assegurou que, com a excepção do Mahafil, não havia, mesmo em clubes que ostentavam uma pertença religiosa, como o Atlético Mahometano e o São José, qualquer prática discriminatória: «socialmente, entravam todos».

A exigência de um equipamento, sobretudo a posse de um par de botas, instituíam um filtro na selecção dos jogadores. Em 1943, os empregos dos jogadores da equipa do Beira-Mar revelavam, no contexto local, uma condição profissional relativamente privilegiada: cinco tipógrafos, um encadernador num jornal, cinco serralheiros, a maior parte nos caminhos-de-ferro, um motorista, um empregado comercial, um empregado de farmácia, um estofador e um dactilógrafo (*O Brado Africano*, 10-7-1943, 5). Saide Mogne confirmou que «não era qualquer gajo que jogava futebol». A maioria dos jogadores eram «filhos de fulano de tal que tem a sua casa, o seu negócio». Tinham quase todos empregos, «havia pedreiros», mas a maior parte pertencia a famílias relativamente estabilizadas, só assim podiam «comprar um par de botas de carneira, joelheiras, calção [...]». Era «raro, muito raro», acrescenta, «aparecer um indivíduo desgraçado». Alguns mais pobres viam o seu talento recompensado pelo patrocínio de um comerciante ou de um dono do clube. A posse de botas assinalava a passagem das «peladas de bairros» para os jogos da AFA. Uma promoção que exigia talento, mas também algum dinheiro. Quando transitou para as reservas do Mahafil Isslamo, Issufo Batata passou a usar botas. Os dirigentes dos clubes, refere Mogne, pagavam a inscrição e a emissão do cartão na AFA: «o resto, as botas, meias e calções, cada jogador comprava. Só recebiam a camisola do clube». A obrigação de jogar

³² O Grupo Desportivo João Albasini, o Beira-Mar e o Sport Nacional Africano eram alguns dos clubes onde o formalismo da indumentária adquiria um maior significado.

com botas, como salientou Matine, foi um problema para alguns jogadores, que, habituados ao «pé-descalço», nunca se conseguiram adaptar: «muitos ficaram pelo caminho, grandes jogadores de futebol que ficaram pelo caminho».

A distância social entre um jogador da AFA e o que Mogne designou por «indivíduo desgraçado», aquele que poucas vezes aparecia nestas competições, compreendia um conjunto diverso de condições sociais, progressivamente complexo, à medida que a divisão social do trabalho se ia diversificando na cidade. A população africana de Lourenço Marques distribuía-se por uma variedade de ocupações, muitas delas de carácter «informal». Território erguido pelos seus habitantes, o subúrbio era pouco comparável aos organizados bairros operários sul-africanos (Penvenne 1993, 123). Uma parcela destes habitantes encontrava-se em circulação para o mercado de trabalho da África do Sul. Este contingente diminuiu com o tempo, perfazendo, em 1968, 15% a 16% dos habitantes da cidade (Rita-Ferreira 1968, 337). A grande maioria dos homens trabalhava como «criados» ou operários não especializados. As mulheres, em número inferior, complementavam o salário dos homens, laborando muitas vezes numa agricultura familiar na periferia da cidade, em actividades de colecta e de pequeno comércio.

Os fundadores do Grupo Desportivo Beirense, apesar de possuírem um emprego estável, quase sempre em serviços proletarizados, estavam um pouco mais afastados do padrão profissional de uma elite local, na qual preponderavam os pequenos funcionários públicos, comerciantes, tipógrafos, operários especializados, quadros qualificados e semiqualificados dos caminhos-de-ferro e de outras empresas públicas e privadas. Dos sócios fundadores constava um negociante de peixe, dois empregados comerciais, três motoristas, sete contínuos, um banheiro, um contramaca do serviço da ponte cais, um cobrador e cinco serviçais. Nem todos os seus fundadores e dirigentes eram assimilados.³³ É provável que os jogadores do Beirense, bem como de outros clubes, ocupassem a mesma posição social dos seus dirigentes. A maior parte dos praticantes do Clube Vitória Gazense trabalhava na Fábrica Vitória (*Equipa*, 29-12-1966). Hilário da Conceição referiu-se aos jogadores de futebol do subúrbio como «os

³³ AHM, DSAC, secção A, administração, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, 1934-1971, caixa 16, processo n.º 27/97, Grupo Desportivo Beirense, 1936-1950, carta do governador da província de 7 de Setembro de 1940 à DSAC transcrevendo uma nota do administrador do concelho de Lourenço Marques.

gajos que moravam nos bairros, nas palhotas, digamos assim, casas de madeira e zinco», que trabalhavam em «fábricas ou bombas de gasolina, ou no cais, no caminho-de-ferro».

No futebol da AFA, dirigido pelas elites locais, nomeadamente por assimilados, participavam também trabalhadores semiqualeificados, carpinteiros, sapateiros e mesmo, mas em menor número, trabalhadores das profissões menos remuneradas, como pedreiros, carregadores do porto ou operários da construção civil. Jogavam aqueles que, mais ou menos estabilizados profissionalmente, cumpriam, com ou sem ajuda do clube ou de algum benfeitor, os requisitos mínimos para praticar. Alguns clubes mantiveram regras de selecção rígidas, mas outros eram permeáveis a indivíduos de menor estatuto social. Pela sua lógica competitiva, firmada na busca de talentos, o futebol incitou mobilidades profissionais. Os melhores clubes cobiçavam os jogadores talentosos, recompensando-os pelo desempenho. Hilário recordou as promessas de alguns directores de clubes africanos: «se tu ganhares levas uma caixa de cerveja, se tu ganhares levas um garrafão de vinho». Outros motivos, decorrentes da dinâmica da vida suburbana, conduziram a uma maior circulação de jogadores: uma mudança de bairro, um casamento, o desejo do atleta em jogar por outro clube.³⁴ Os clubes foram envolvendo, por intermédio de um conjunto de actividades locais, um maior número de indivíduos. Estas iniciativas contribuíram para vincar a relação destes adeptos com os seus bairros e com um espaço suburbano mais largo consolidado pela partilha de práticas e referências que a cultura popular urbana ajudava a desenhar.³⁵ A dinâmica associativa contribuiu para criar redes de laços sociais que rompiam com os circuitos sociais fechados fundados na origem regional dos seus membros. Sem anular a força do laço étnico, elemento permanente de reprodução social, a cultura popular, nomeadamente a desportiva, ajudou a criar as bases para outro tipo de interdependência urbana, já fomentada por outros fenómenos.

³⁴A escolha dos clubes por parte dos jogadores no princípio da época, descreveu Mogne, realizava-se muitas vezes nos chamados «torneios de preparação». Nessa altura «eu chegava ao campo e inscrevia-me num clube e jogava, no próximo domingo inscrevia-me noutro clube e jogava, até acertar num clube da minha preferência». Uma das ocasiões em que Mogne mudou de clube relacionou-se com a pressão da família da namorada, sua futura mulher, que considerava que ele devia deixar o Atlético Mahometano para actuar no Munhanense Azar, clube mais próximo da família da noiva, residente no Bairro da Munhuana. Durante uma época assim foi, o compromisso marital, ultrapassando o compromisso religioso, transformou-se num compromisso desportivo.

³⁵ Em 1939 foi anunciado o primeiro jogo oficial que opôs uma equipa da Munhuana aos representantes de Chamanculo (*O Brado Africano*, 22-4-1939, 3).

Nos jogos de bairro, nos terrenos livres com «pé-descalço», a variedade social dos praticantes aumentava. Matine recorda que nestas «peladas», sobretudo nos bairros mais pobres, aqueles que recebiam populações das regiões à volta de Lourenço Marques, abundavam «os carpinteiros, os pedreiros e aprendizes vários, os que sabiam engomar a roupa, em casa de uma família, aqueles que sabiam lavar a roupa no subúrbio, no rio [...] os que iam apanhar algodão. Estes jogavam ainda mais lá para dentro do subúrbio, a dez paus, a vinte paus». Onde quer que fosse praticado, o futebol afirmou-se como parcela de uma cultura urbana que punha em contacto sujeitos com diferentes origens. Este colectivo, criado em contraste com o universo da «cidade de cimento», estava também ele estratificado, processo que veio a sentir-se de modo mais sensível à medida que novas populações chegavam à cidade. A prática e o consumo do futebol no subúrbio distinguiam. Sem hábitos urbanos, as populações recentemente na cidade envolviam-se menos nas actividades desportivas e noutras práticas de lazer modernas. A distinção social operava também a outros níveis. O terreno de jogo, o equipamento dos atletas, a possibilidade de jogar a dinheiro, o cumprimento de preceitos regulamentares do *association*, encontravam-se entre as características que concediam ao futebol o poder de distinguir significativamente os seus praticantes e consumidores.

Novas sociabilidades

O incremento da prática e do consumo do jogo não foi o único meio através do qual o associativismo desportivo gerou novos laços urbanos. Os clubes de bairro tornaram-se dinamizadores da vida comunitária. Entre as actividades promovidas distinguiu-se a organização periódica de festas. As festas do Vasco da Gama ou do Atlético, clubes de mestiços, o último dos quais não pertencia à AFA, adoptavam o preceito europeu mais nobilitado, influenciado pelos bailes selectos promovidos pelos clubes ingleses. Os bailes de gala com fatos e vestidos a rigor e ao som de *jazz-bands* imitavam o espírito da época numa cidade cosmopolita onde proliferavam bares e clubes nocturnos (Zamparoni 1998, 505-520).³⁶ Os grupos sociais menos

³⁶ Nas primeiras décadas do século destacavam-se as noites dançantes do Athletic Club. As festas do GALM e do Vasco da Gama eram abrilhantadas por grupos de *jazz*, como o terceto Jazz-Luso (*O Brado Africano*, 18-5-1933, 2). Estes bailes e récitas incluíam *jazz*, *polkas*, rondas, mornas de Cabo Verde e a moçambicana marrabenta (Rocha 2002, 326, n. 58).

privilegiados optavam por versões festivas de rua, que juntavam géneros musicais ocidentalizados com batuques e danças tradicionais (id., *ibid.*; Rocha 2002, 326, n. 58). Em algumas festas, como referiu Hilário, à falta de um conjunto musical, dançava-se ao som de discos tocados num gramofone. Organizadas de modo mais ou menos informal, as festividades decorriam perto das «cantinas», espaços nucleares do comércio de álcool e de outros produtos comerciais no subúrbio (Zamparoni 2000, 207-208). *O Brado Africano* descrevia em 1933 o ambiente do futebol na Munhuana, bairro onde pontificava o Munhuanense Azar, clube ao qual pertencia «toda a elite dos arredores» e aquele com a claque mais «formidável», que festejava as derrotas com «foguetes, palmas e [...] bebidas». «Escusado será dizer ao leitor, concluía o jornalista do *Brado*, que à hora que escrevemos anda uma carroça ambulante, carregada de bebidas, pela Munhuana, festejando estrondosamente a vitória do Azar» (*Brado Africano*, 6-5-1933, 2).

As festividades mais solenes, para assinalar o aniversário da associação, apresentavam como principal realização um torneio com a presença de equipas provenientes da África do Sul. À noite, depois do jogo, recordou Saide Mogne, organizava-se um baile; «várias meninas, com uma caixa para receber donativos, juntavam uma quantia»; cada indivíduo oferecia «um escudo, dois e quinhentos». Tal como no futebol da «cidade de cimento», também no subúrbio se desenvolveram com regularidade, a partir dos anos 30, contactos com associações e equipas sul-africanas.³⁷ Paradoxalmente, muito antes de ser uma nação, Moçambique, pela mão do futebol, competia em jogos, no subúrbio e na «baixa», designados «internacionais». O intercâmbio no seio da AFA circunscreveu-se às relações com associações e clubes sul-africanos. A AFA firmou uma relação próxima com a Associação Africana de Futebol do Transval (TAFA) e com a Associação de Futebol Africana de Joanesburgo (JAFA) e respectivas equipas, tendo, inclusive, um representante na região. O Beira-Mar terá sido o primeiro clube a «internacionalizar-se», deslocando-se à África do Sul em 1933.³⁸ Em 1936, o All-Blacks Football Club de Joanesburgo jogou com uma selecção local.³⁹ Prevista no regulamento da associação,

³⁷ Em 12 e 13 de Julho de 1930 foi anunciado o que terá sido o primeiro jogo entre equipas de Lourenço Marques e de Joanesburgo. O governador-geral assistiu e cumpriu as equipas (*O Brado Africano*, 19-7-1930).

³⁸ Em 1934, o Nova Aliança foi a Joanesburgo jogar contra o Bantu Men's Social Centre (*O Brado Africano*, 29-9-1934, 2). Um dos antigos clubes negros da África do Sul, o Bantu, foi fundado em 1924 pelo missionário Ray Philips (Alegi 2004, 42).

³⁹ O All-Blacks era um clube mineiro que pertencia à Witwatersrand District Native Football Association (Alegi 2004, 40).

a formação de uma selecção reforçava a identidade do «futebol africano» e era um meio efectivo para, recorrendo à conhecida expressão de Benedict Anderson, «imaginar uma comunidade» (Anderson 1991). O processo de imaginação ancorava-se na manipulação quotidiana de um conhecimento específico produzido pelas competições de futebol e traduzido em narrativas individuais e colectivas discutidas em interacções. Nos debates acerca do critério de selecção dos melhores jogadores locais abundavam acusações de favoritismo. Destacando a importância de identidades raciais, bairristas e religiosas, estas disputas acabavam por legitimar, pela força das próprias práticas e interdependências que fomentavam, uma consciência comunitária. *O Brado Africano* tratava de generalizar a discussão, de colocá-la acima das conversas quotidianas.⁴⁰ A visita das equipas da AFA à África do Sul dinamizava grupos de adeptos que, autorizados pela administração colonial, partiam de autocarro para acompanhar a equipa. Mogne participou em algumas destas viagens. O sul-africano, referiu, «conseguiu pôr ali um sistema de bloqueio que não havia um branco dentro do campo.» Os jogos «internacionais» permitiam comparar estilos de jogo e avaliar a capacidade dos clubes locais perante os olhares do público e da imprensa.

O intercâmbio entre as equipas da AFA e as de fora da colónia contrastava com a quase ausência de relações entre clubes de Lourenço Marques e grupos de outras cidades moçambicanas, situação também patente no campeonato da AFLM; tal circunstância era reveladora da fragilidade dos laços económicos, sociais, culturais e linguísticos entre as diversas regiões do território de Moçambique, bem como da incapacidade do Estado colonial português em consolidar uma soberania prática.⁴¹ O incremento das competições de futebol na capital da colónia, indício da evolução do processo de integração económica e política deste espaço de relações, expressava fundamentalmente a dinâmica de um processo de urbanização localizado e a sua relação com a modernização sul-africana.

⁴⁰ Quando, em 1936, o All-Blacks Football Club de Joanesburgo, depois de jogar com o Beira-Mar, derrotou a selecção da AFA por 8-3, vários artigos em *O Brado Africano* assinalavam um descontentamento pelo modo como foi seleccionada a turma local.

⁴¹ O Beira-Mar terá sido o primeiro clube africano a sair de Lourenço Marques, ao realizar um encontro em Inhambane. O primeiro Lourenço Marques-Beira realizou-se apenas em 1949.

Uma fronteira

Num contexto em que a estratificação social se encontrava definida racialmente, a comunidade de subúrbio erguia-se, assim, como uma estrutura social paralela, com uma hierarquia e lógica próprias, embora dependente da relação com a estrutura de poder colonial e sobretudo do seu mercado de trabalho. Mosaico constituído por bairros onde coexistiam diferentes grupos de interesses, a comunidade suburbana tinha como fronteira primordial a linha que a separava da «cidade de cimento». Marcador desta fronteira, o desporto reeditava as ambiguidades do sistema de assimilação português e o seu teor racista. O sistema colonial, lembrou Issufo Batata, atribuiu ao «dono da terra» a categoria de indígena, retirando-lhe direitos. O indígena «não podia circular a determinadas horas da noite, não podia ir ao cinema, ao teatro». Organização social com normas, valores e relações de poder, o subúrbio, neste contexto, era um espaço de liberdade relativa, de mobilidade, recreação e de sociabilidade.⁴² A cultura popular foi um meio de reclamação de direitos constitutivos, mas não reconhecidos oficialmente, da existência urbana.

Quando, ainda nos anos 30, devido ao mau estado do campo de Xipamanine, se realizaram alguns torneios da AFA nos campos dos «clubes da baixa», a comunidade do subúrbio desmobilizou-se; a saída do seu espaço, local de formação social, cultural e afectiva, protegido dos protocolos interaccionais que vigoravam na «cidade de cimento», resultou numa enorme violência: era um problema «arrancar as pessoas da Munhuana» (*O Brado Africano*, 30-3-1935, 2). Apesar de *O Brado Africano* celebrar o «contacto», modo de «civilizar» o africano, de o tirar do subúrbio, essa espécie de antecâmara da cidade civilizada, o futebol suburbano pertencia ao seu espaço. Lugar de disputas entre grupos de interesses, as fronteiras diversas prevaletentes no subúrbio eram menos rígidas do que aquela que o separava do mundo do colonizador. Na «cidade de cimento», a ordem da interacção prevaletente impunha aos habitantes do subúrbio uma desigualdade fundadora, quase inegociável. As pessoas, recordou Vicente Lucas, «tinham medo de ir à 'baixa'. Nós evitávamos ir à 'baixa', o que íamos lá fazer?». Na sua opinião, a influência do sistema sul-africano fazia-se sentir em Lourenço Marques: «Os ingleses vinham todas as sextas-feiras para passar o fim-de-semana. Os pretos tinham de

⁴² Referindo-se aos subúrbios negros da África do Sul, Alegi utiliza a expressão «autonomia cultural» (Alegi 2004, 54-55).

estar separados, os brancos à direita, os pretos à esquerda, e isso acontecia em Lourenço Marques também.» A circulação dos africanos do subúrbio pela «cidade de cimento» restringia-se praticamente ao exercício de funções laborais.

Para Hilário da Conceição a Mafalala «era uma fronteira», um «gajo tinha nascido ali, um gajo vai morrer ali, sair dali para quê?». Esta divisão essencial, definidora de uma dupla cidadania fundada numa ecologia racial, não anulou os efeitos de uma experiência urbana particular à qual o futebol se encontrava fatalmente ligado.

Capítulo 7

Uma ordem de interacção suburbana

Um *habitus* motor local

Em *Os Africanos de Lourenço Marques*, António Rita-Ferreira atribuiu ao jogo do subúrbio de Lourenço Marques um carácter desordenado e quase ilógico: «Muitos jovens organizam grupos espontâneos no subúrbio» e «nos raros terrenos vagos, praticam um futebol sem regras durante as horas de ócio» (Rita-Ferreira 1967-1968, 417). Os desempenhos dos jogadores de futebol do subúrbio de Lourenço Marques, tanto nos jogos de bairro descritos por Rita-Ferreira como nas competições mais institucionalizadas organizadas pela AFA, não resultavam de um conjunto de movimentos aleatórios e arbitrários. As suas dinâmicas respondiam a convenções interaccionais e a uma economia de troca simbólica, cuja interpretação possibilitava a leitura de um processo social em curso, nomeadamente as condições de formação de uma experiência urbana sob o domínio colonial português.

Nestes jogos existiam gestos e movimentos predominantes, os mais salientes no repertório motor dos jogadores. Como a economia particular do jogo de futebol, criando autonomias próprias, remissíveis à evolução da sua linguagem formal, não se encontrava separada de uma economia das práticas e das trocas simbólicas envolvente, o significado da valorização destes gestos, células elementares de uma economia singular, deve ser examinado à luz da relação da ordem da interacção em campo com as características da situação colonial. A interpretação desta relação de homologia implicava o acesso à *performance* do jogo, à sua morfologia e aos movimentos que a compunham: à realidade formal de uma actividade particular. A inexistência de registos visuais para reconstituir tal desempenho situado sugeria a necessidade do recurso a descrições orais. A descrição oral de uma prática física, seja pelo intérprete ou por um

observador, raras vezes consegue, no entanto, traduzir a lógica do próprio movimento. O *habitus* motor respondia a um sentido prático, genericamente não consciente, circunstância que dificulta a verbalização da sua lógica. Ao delimitar algumas das características da estrutura performativa do jogador local, nomeadamente os gestos mais valorizados do seu repertório motor, o glossário de gestos e movimentos específicos do futebol suburbano publicado pelo poeta José Craveirinha em *O Brado Africano* contribuiu decisivamente para ultrapassar alguns destes obstáculos. A sua descrição permitia aceder a algumas das práticas que constituíam uma troca particular, estabelecendo um ponto de partida para interrogar os jogadores participantes nestes jogos e interpretar os sentidos atribuídos por eles às suas acções.

Da lei do futebol, da violência e da doença

No subúrbio de Lourenço Marques, a proliferação dos jogos de bairro assinalava a relação estreita entre o futebol e o processo de construção urbana. Nos terrenos vazios, entre as casas de caniço, o futebol adquiriu múltiplas morfologias e pequenas moralidades. Nestes contextos, a aposta, fosse a dinheiro ou a latas de castanha de caju, adquiria uma importante função motivadora do desempenho desportivo, acicando rivalidades bairristas. A metamorfose do futebol em espectáculo institucionalizado, no âmbito das competições organizadas pela AFA, garantiu-lhe um significado diferente. O espectáculo regular, com entrada paga, dirigido por notáveis locais, forjou um tempo de reunião pública da comunidade. A relevância do futebol, manifesta no subúrbio pelo menos desde os anos 20, conduziu elementos de uma pequena burguesia local a idealizá-lo como agente educativo, promotor da unidade africana, sob os valores da respeitabilidade. O campeonato da AFA comprovaria a capacidade de assimilação do africano, consagrando também o esforço dos organizadores: regeneradores do subúrbio, agentes da modernidade e, conseqüentemente, interlocutores privilegiados com o poder colonial. A prática do jogo revelar-se-ia assim uma escola de civilização.

Para alcançar este objectivo, o jogo deveria ser regido segundo leis definidas pelos centros codificadores da versão «universal» do *football association*, o *International Board* e a FIFA.¹ As regras dos campeonatos da

¹ Ao contrário da aspiração dos organizadores do jogo de críquete, que Gary Kildea e Jerry Leach filmaram nas ilhas Trobriand, não se tratava, no contexto da institucionali-

AFA prosseguiram as emanações do *International Board* de acordo com a adaptação específica realizada pela *Johannesburg African Football Association* (JAFA), o que determinou alguns ajustes.² Aprovados em 1934,³ os estatutos da AFA proclamaram as regras oficiais, delimitadoras de um padrão mínimo de gestos e movimentos: a execução legítima e a que se encontrava à margem da legalidade.⁴ Para coordenar e fiscalizar a aplicação da lei ergueu-se uma estrutura organizacional e burocrática semelhante à das associações desportivas representantes do poder colonial. Excluídos da associação de futebol organizada pelos europeus no centro da cidade, os clubes africanos, cumprindo a legislação colonial, podiam instituir um organismo paralelo com funções idênticas, promotor de uma mesma actividade regida pelas mesmas regras, um procedimento não extensível a outras áreas da vida colonial. A adopção da lei universal do futebol situava o futebol suburbano de Lourenço Marques, apesar da segregação, dentro do «movimento do mundo». Perfilhadas as regras do *association*, as equipas africanas, pelo menos no plano teórico, estavam em condições de jogar com qualquer outra equipa que abraçasse a mesma norma. O uso das regras universais do futebol proporcionava ainda o exercício fundamental de comparação do mérito do desempenho. A capacidade do africano de jogar segundo o estipulado pela lei universal do futebol provava a sua aptidão, justificando a integração noutras esferas da vida social.

Para que a correlação entre a prática desportiva e a reivindicação de cidadania se revelasse consequente e profícua enquanto elemento político prático, o campo de futebol deveria representar um espaço de relações no qual se manifestasse o cumprimento da lei, onde os movimentos dos jogadores expressassem o advento de um comportamento «conforme», enunciador da nova condição histórica da comunidade suburbana.

zação do futebol no subúrbio em Lourenço Marques, de reinventar a prática desportiva como forma de promover um programa político nacionalista de base culturalista que se opusesse a uma prática desportiva promovida pelo colonizador (*Trobriand Cricket: An Ingenious Response to Colonialism*, 1976).

² Uma das adaptações mais originais baseava-se no princípio de que um determinado número de cantos seria o equivalente a um golo (AHM, DSAC, Secção A, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 14, processo n.º 27/115, assunto Grupo Desportivo Beira-Mar, 1934-1971, Regulamento da AFA, 1935).

³ Portaria n.º 2283, de 1-8-1934.

⁴ A importância da lei era ainda reconhecida na orgânica de funcionamento dos órgãos da AFA, nas regras a que submetiam as discussões no âmbito de reuniões de direcção, bem como nos princípios disciplinares que presidiam à realização das assembleias gerais.

Como a democracia abstracta presente no campo de jogo, princípio de um *ethos* corporal idealizado, dependia da força da lei, os estatutos da AFA concederam um cuidado especial à figura do árbitro. Ao juiz, representante da lei e responsável pela sua aplicação e pela punição dos infractores, competia classificar a justeza dos movimentos e das interacções em campo, delimitando o significado simbólico dos gestos, ao remetê-lo para a moralidade inerente ao cumprimento da lei: o árbitro, braço da lei, definia «uma realidade» justa e igualitária. Assente na interpretação da lei, a sua subjectividade criava uma «objectividade»: «as faltas são as que o árbitro vê».⁵ Em 1935, nas salas do Grémio Africano, efectuaram-se prelecções sobre alguns dos fundamentos do *association*, nomeadamente sobre o problema da «autoridade do árbitro» e sobre a regra do *off-side*, princípio básico do futebol moderno.⁶

O regulamento da AFA, publicado em 1935, escalpelizou as condições de enquadramento que organizavam e delimitavam a *performance*.⁷ A regulação do espaço e do tempo do jogo constituíam-se como princípios de ordenação elementares. Os campos tinham de estar «devidamente marcados» e apresentar as «redes, postes, bandeiras nos seus lugares». O documento determinava a duração dos jogos, 60 minutos, divididos em duas partes iguais, com intervalo de cinco (artigo 5.º), e a sua regularidade, criando um «tempo futebolístico», com calendário próprio, inscrito num tempo de lazer, definido em relação ao tempo de trabalho.⁸ O árbitro controlava o tempo de jogo com um apito, espécie de continuação sonora do relógio. O apito, servindo a ordem imposta pelo relógio, assinalava o princípio e o fim do tempo futebolístico. Os jogadores

⁵ De acordo com as regras da AFA, os árbitros seriam examinados por uma prova teórica e outra prática, de acordo com os princípios da Federação Portuguesa de Futebol. Das funções do conselho técnico: elaborar regulamentos, prestar esclarecimentos, dar parecer, examinar árbitros, conceder diplomas e fiscalizar as inscrições.

⁶ Francisco de Haan realizou uma palestra sobre a autoridade do árbitro (*O Brado Africano*, 10-8-1935, 3) e António Maria Pereira, presidente da AFA, sobre a regra do *off-side* (*O Brado Africano*, 14-9-1935, 3).

⁷ AHM, DSAC, caixa 14, processo n.º 27/115, assunto: Grupo Desportivo Beira-Mar, 1934-1971, Regulamento da AFA.

⁸ O regulamento acautelava ainda inúmeras situações: necessidade de repetir os jogos (por falta de luz, condições meteorológicas), reclamações e recursos (só podem ser sobre classificação de jogadores ou questões técnicas), reclamações sobre questões técnicas [divididas em (a) erros de direito e (b) questões de facto], tipos de penalidade por infracção (falta de comparência ao clube que não chegar à hora marcada – tolerância de 15 minutos –, a quem abandonar o campo – perde a receita –, a quem tenha jogadores mal inscritos; tipos de penalidades, desde a repreensão à expulsão), despesas com os jogos e distribuição de receitas, forma de disputa das competições e tipo de classificação (id., *ibid.*).

da AFA identificavam-se por um cartão, cuja apresentação, no princípio da partida, era obrigatória.⁹ Ao atestar a relação do jogador com a comunidade de praticantes, o cartão convencionava um conjunto de direitos, sobretudo a possibilidade de participação, e uma série de deveres. Organizada nestes preceitos, a AFA constituía-se como a base de uma minissociedade. Quem não cumprisse o deliberado habilitava-se a uma penalização. A verba amealhada com a venda de bilhetes destinava-se a despesas de organização, como, por exemplo, à segurança do campo, à sua manutenção e ainda à ajuda financeira a jogadores magoados, papel assistencial específico, mas que representava, a uma pequena escala, a necessidade de as forças locais tomarem em mãos a missão de providenciar apoios sociais, função que cumpriam de modo deficiente mas determinado.

Espaço de afirmação de uma ética comunitária, o jogo, à medida das funções educativas e higienistas atribuídas ao desporto, podia ainda exercer um efeito regenerador, meio de combate às consequências perversas do mundo moderno que chegavam de modo preocupante ao subúrbio. Em 1938, o secretário da AFA, Guidione Vasconcelos Matsinhe, salientou, numa prosa próxima dos discursos oficiais do regime português, que o desporto impedia o «definhamento da raça», atacada por flagelos urbanos como a sífilis e a tuberculose (*Eco dos Sports*, 21-6-1938, 4).¹⁰ Matsinhe publicara em *ronga* um livro sobre a necessidade de moralizar a vida quotidiana. Insurgia-se no artigo contra a «prostituição clandestina», a «insalubridade», a «deficiência de alimentação» e os «bailes públicos». Nos bailes urbanos «a mocidade mergulha os pulmões em turbilhões de poeira repleta de micróbios de toda a espécie, em salas fechadas e sem ventilação e encharca-se de bebidas geladas servidas por copos lavados numa mesma água repleta de milhares de micróbios» (*ibid.*).

A capacidade do futebol suburbano de se afirmar como uma actividade regeneradora dependia pouco, no entanto, dos desejos formulados pelos dirigentes da AFA e das suas retóricas moralizadoras. A intenção de regular a ordem da interacção dominante no jogo local assentava na crença de que a moralidade regeneradora da regra e da lei, presente no livro, se imporia à realidade. O tempo veio a provar como estavam enganados.

⁹ 5% das receitas iriam para um fundo de auxílio que procuraria ajudar nas despesas de organização: policiamento, pessoal (três bilheteiros, quatro porteiros e um marcador), arranjos do campo, imposto de selo, contribuição industrial, publicidade, transporte para hospitalização de jogadores. Os sócios do clube da casa não pagariam nenhuma quantia para assistir aos encontros (*ibid.*).

¹⁰ Matshinhe era na altura o presidente do Sport Nacional Africano.

Violência

Em Lourenço Marques, desde as primeiras décadas do século XX, não apenas no subúrbio, mas também na «cidade de cimento», notou-se um evidente contraste entre o futebol concebido como um mecanismo de regeneração e aquele efectivamente praticado nos campos da cidade. Os *habitus* motor dos jogadores, ao invés de se expressarem por gestos e movimentos condizentes com os valores da respeitabilidade, consagrados pela observação da lei do jogo, converteram-se em gestores de desempenhos desportivos que desafiavam em permanência essa lei e a sua moralidade.

Uma das infracções mais comuns nos campos de futebol em Lourenço Marques envolvia a execução de gestos que infringiam, pela sua sua violência, a lei do jogo. A punição destas infracções com a marcação de uma falta assinalava o incumprimento de uma regra desportiva que, simultaneamente, se constituía como uma convenção interaccional de significado quotidiano mais lato, expressão da regulação social dos níveis de violência. Este fenómeno de transgressão foi assinalado, ainda no início da década de 20, no contexto das actividades mundanas da sociedade europeia local. Em 1923, depois de se ter sagrado campeão de Lourenço Marques, o clube inglês *Athletic* disputou a Taça de Honra com a equipa do Desportivo. A crónica do *Lourenço Marques Guardian* assinalou que o Desportivo «usou de muita violência, tendo-se notado mais do que uma rasteira» (*Guardian*, 11-9-1921, 3). Sendo um jornal bilingue, dirigido à comunidade de negociantes britânicos que viviam na cidade, o *Guardian* acrescentou alguns comentários na sua crónica em língua inglesa: «Foi lamentável que os espectadores não tivessem conseguido controlar os seus sentimentos aquando de algumas decisões do árbitro, que em várias ocasiões foi forçado a reprender algumas secções do largo público» (*Guardian*, 11-9-1921, 4). No ano seguinte, num encontro entre as mesmas equipas no estádio do Desportivo, a tendência, para desgosto do cronista do *Guardian*, acentuara-se. O jogo, «uma escola de aplicação», transmutara-se num «desafio carnavalesco» onde surgiram muitos *sportsmen* misturados «com outras criaturas que tudo pervertem, pondo de parte a vergonha para descerem ao ponto de se lançarem na propaganda da desordem e da agressão», chegando a ouvir-se: «parte-lhe as canelas» (*Guardian*, 5-8-1924, 3). Num meio pequeno, onde a «prática inglesa» servia de exemplo, alguns comportamentos dentro e fora do campo não se ajustavam: a violência dos jogadores, o protesto em relação à actuação dos árbitros, a existência de um público barulhento e interventivo, tudo

o que fugia a uma condição idealizada do «jogador-gentleman» ou do «espectador-gentleman». Os juizes recrutavam-se, nessas ocasiões, de um leque privilegiado de praticantes, conhecidos *sportsmen*. A sua idoneidade não era contestável. A permanência de atitudes desrespeitadoras do ideal amador chegou a preocupar o governador de Moçambique, Tristão da Cunha, que em 1943 afirmou: «Em matéria desportiva predomina o futebol, jogado com o mesmo entusiasmo que se observa na Metrópole e também, com indisciplina e falta de espírito desportivo que se devem ser igualáveis cá e lá, a avaliar pelo elevado número de castigos aplicados aos jogadores e que a Imprensa traz a público» (*Relatório do Governador-Geral*, 1945, 320-321).

No subúrbio, alguns dos ideais amadores típicos da «prática inglesa», não se constituindo como princípio fundador da experiência do jogo, influenciaram o acto de instituição do movimento desportivo africano, como se notava nos documentos que organizavam a AFA. A atenção prestada à lei e à figura do árbitro procurava corrigir comportamentos que se vinham repetindo com preocupante regularidade. Em Novembro de 1930, os jogadores do Vasco da Gama abandonaram o seu jogo com o Munhanense «Azar», o que provocou a ira do público e vários actos de violência. Um mês depois, a direcção do Vasco da Gama explicou a atitude da equipa ao *Brado Africano*, salientando a dificuldade de jogar em Xipamanine, campo onde as zaragatas eram frequentes (6-12-1930, 5). Durante os anos 30, inúmeras crónicas contam a multiplicação de cenas de violência durante os jogos.¹¹

A aprovação dos estatutos e do regulamento da AFA não estancou estas ocorrências. Em Setembro de 1935, durante o jogo entre o Mahafil e o Vasco da Gama, houve uma invasão de campo e cenas de pugilato (*O Brado Africano*, 21-9-1935, 1). Em Agosto de 1936, os jogadores do Mahafil agrediram o árbitro do jogo. O juiz inicialmente escolhido não comparecera, sendo substituído por um elemento seleccionado do público. O «espontâneo» foi espancado. A violência contra o guardião da regra tornara-se tão comum que os árbitros nomeados pela AFA muitas vezes não compareciam aos jogos (*O Brado Africano*, 15-8-1936, 5). No mesmo mês, Tayub Tricamo, dirigente do Mahafil, escreveu uma carta a *O Brado Africano*, lamentando ser «raro assistirmos ao foot-ball que não

¹¹ *O Brado Africano* criticou a violência durante o jogo entre o Vasco da Gama e o João Albasini (2-5-1931, 3). No mesmo torneio da AFA a equipa do Beirense, estreando-se nas competições locais contra o Nacional Africano, jogou «desorientado» e começou «a empregar jogo violento» (*O Brado Africano*, 27-6-1933, 1).

meta espectáculos de box ou de jogos violentos», «socos, perseguições no final do jogo, fracturas de pernas»; referiu, por fim, que «os jogadores deviam usar a técnica e não a violência» (*O Brado Africano*, 29-8-1936, 6). Dois meses mais tarde, o habitual repórter aos jogos da AFA enfatizava que naquela época não se havia passado uma jornada sem ter ocorrido um conflito qualquer (*O Brado Africano*, 31-10-1936, 5). Em Outubro de 1936, *O Brado Africano* anunciou que, por ordem do *International Board*, passava a ser proibido o uso de chapas metálicas nas botas dos jogadores (17-10-1936, 5). Os organismos reponsáveis pelas regras introduziam alterações para sustentar a violência no jogo, cabendo às associações locais a sua aplicação.

Em 1937, depois de mais algumas jornadas violentas «dignas de um campo de batalha», a AFA emitiu uma nota oficiosa onde ameaçava os clubes desordeiros com severas punições (*O Brado Africano*, 4-9-1937, 6).¹² Assegurava a associação que a partir daquela data o regulamento seria mesmo cumprido (*ibid.*, 11-9-1937, 3). A imposição do poder do livro, o poder do modelo ortodoxo de futebol, exigia, porém, uma estrutura institucional com capacidade suficiente para disciplinar a sua aplicação. No final desse mesmo ano, *O Brado Africano* anunciava ter acabado em pancadaria o torneio de futebol por si organizado (11-12-1937, 3). A segunda jornada do campeonato de 1938 foi «cheia de acidentes, pernas partidas, pugilismo, péssimas arbitragens» (*ibid.*, 16-4-1938, 4). Pouco tempo depois, no final do jogo entre o Atlético Mahometano e o Mahafil Isslamo, o árbitro Paulo Albasini foi violentamente agredido (*ibid.*, 18-6-1938, 4). Em Julho de 1938, o jogo entre o Luso-Africano e o Gazense terminou mal. *O Brado Africano* chamou-lhe «a pior partida alguma vez disputada em Lourenço Marques» (*ibid.*, 2-7-1938, 4). A violência dentro do terreno passou para as bancadas do campo do Beira-Mar. As tábuas que as sustentavam foram arrancadas e utilizadas como armas de arremesso. No final da batalha, o estádio ficou inutilizado.

Os ataques contra os árbitros continuaram a pautar as competições suburbanas. Em 1942, o árbitro Custódio foi agredido por diversas vezes (*id.*, *ibid.*, 3-10-1942, 4). No ano seguinte, vários árbitros desistiriam da sua função, considerando as constantes agressões sofridas (*ibid.*, 11-12-1943, 7). Em 1945, a nova direcção da AFA decidiu «dirigir aos clubes uma série de ordens e instruções no sentido de eles tomarem à

¹² Já no fim-de-semana anterior a jornada estivera «cheia de acidentes» (*O Brado Africano*, 30-8-1937, 3).

sua conta a expressão de certos abusos e a indisciplina dentro e fora do campo» (*ibid.*, 17-3-1945, 5). O espectador devia assistir a «futebol de facto», e não «espectáculos que mais se parecem com ‘box’ e lutas selváticas» (*ibid.*). A iniciativa não susteve os problemas. Em 1949, criticava *O Brado Africano*, os jogos da AFA continuavam a ser marcados por «cenas de pugilato e más arbitragens» (17-9-1949, 5). No mesmo ano, o jornal insistia que a «incompetência, a parcialidade e a falta de pulso estragam o único desporto que se pratica em meio africano» (19-11-1949, 5). Já em 1953, o *Guardian Desportivo*, ao descrever o jogo entre o Beira-Mar e o Atlético Mahometano, salientou a profusão de «jogadas desleais, absolutamente à margem das leis» (15-4-1953, 6-7).

Doença

Envolvendo jogadores e público, a profusão de cenas violentas não diminuiu a popularidade do futebol no subúrbio. Pelo contrário, o jogo afirmava-se cada vez mais como um espectáculo central na vida da comunidade. A relação apaixonada entre o público e o jogo, repleta de conflitualidade, exercia uma pressão sobre os jogadores, afectando o seu comportamento. Invertiam-se os termos face aos quais o jogo se poderia estabelecer como um factor educativo. De um contexto ideal, onde o gesto do jogador, em consonância com a lei, se constituiria como um exemplo educativo para o público, passou-se a uma situação onde a paixão militante do público pressionava os jogadores a actuarem nas margens da lei. Tomado pela paixão, o adepto passou a ser conhecido pelo «doente», nomeação comum tanto no contexto do futebol colono como no meio africano. O doente do futebol, também designado por «doente da bola», era um indivíduo que, nesta esfera particular do quotidiano, perdera o equilíbrio comum.¹³ O estado de doença explicava a sua irracionalidade, o modo como, quando se tratava de futebol, suspendia os valores «normais», enveredando por uma paixão que, de tão parcial, marginalizava a decência e o respeito, ao atribuir uma importância desproporcionada a uma actividade resumida por muitos como o jogo em que «onze homens corriam atrás de uma bola». Se alguns considerariam a condição pitoresca ou mesmo engraçada, para quem olhava a realidade

¹³ Os adeptos italianos mais fervorosos são usualmente designados por *tifosi*. A origem da palavra é o «tifo», doença contagiosa que se propaga em ambientes de pobreza e insalubridade. Febres altas e delírios estão entre os sintomas mais comuns da doença.

como uma realização expectável de princípios políticos e civilizacionais, a «doença do futebol» assinalava a degenerescência. Muitos doentes juntos formavam uma turba desordenada, instintiva e perigosa, aparentemente sem moral ou objectivos.¹⁴ O «doente da bola» apresentava-se como um exemplo, mais ou menos aceitável, de um comportamento desviante, apaixonado e irracional, aparentemente incompreensível.

Em 1936, em *O Brado Africano*, tribuna do espaço público local, o jornalista José Cantine, negro, membro do GALM, referiu-se ao papel do futebol na construção da comunidade suburbana e ao seu valor no âmbito de um debate recorrente entre a pequena burguesia local: o debate sobre a evolução africana (*O Brado Africano*, 1-8-1936, 2).¹⁵ Algo de errado, afirmava Cantine, ocorria com o processo de assimilação. O africano apenas assimilava «a sua parte material que se traduz no vestuário, nos divertimentos, alguns dos quais não fazem senão contribuir para a nossa estagnação e aniquilamento». Entre os elementos desta assimilação negativa destacava-se o futebol: «a nossa civilização e progresso não passa de comer, vestir, beber, fumar e [...] dar pontapés na bola». O futebol tornara-se tão central que a vida associativa no subúrbio parecia resumir-se-lhe: «[...] discutimos sobre a bola, reunimos para a bola, organizamos *soirées* dançantes para o desenvolvimento da bola, enterros de muito dinheiro na preparação de campos para a bola. Bolas.» O futebol, ao lado do «baile e da bebida», fazia parte de um modelo de assimilação hedonista, inviabilizador de um projecto de emancipação sustentado «nas qualidades mais nobilitantes da sociedade branca»: «Acima dos divertimentos e das brincadeiras coloca-se outra coisa – a evolução, o progresso, o trabalho, a luta pela existência, a educação, a preparação da prole [...]». Para «a maioria dos nossos», acrescentou, «civilização significa tão-somente falar correctamente qualquer língua europeia, trajar bem, dançar, dar chutos na bola e nada mais». Contaminado pela «bola, o baile e a bebida», o jogo converteu-se num dos mais notórios hospedeiros do mal «urbano», dimensão negativa da presença colonial em Lourenço Marques.¹⁶

¹⁴ À medida do que alguns historiadores, criticados por Thompson (2008 [1971]), fizeram com as «multidões» e as «turbas» pré-industriais.

¹⁵ Cantine era também professor na escola Sá da Bandeira, para indígenas, e chegou a ser, temporariamente, o director de *O Brado Africano* (Zamparoni 1998, 152).

¹⁶ A posição de José Cantine contra uma comunidade que vinha crescendo alicerçada na «bola, no baile e na bebida» será reverberada noutros artigos de opinião que defendem a respeitabilidade do trabalho e da educação contra o desregramento dos prazeres do corpo, como, por exemplo, o texto de Augusto Conrado, «A nossa falsa posição» (*O Brado Africano*, 2-12-1939, 3).

Depuração desportiva

A «decadência» do jogo de futebol, traduzida no *habitus* motor belicoso dos jogadores e no estado de doença do público, beneficiou o estatuto de outras modalidades, cuja prática estava mais de acordo com o valor pedagógico atribuído ao desporto. O atletismo, promovido no subúrbio ainda nos anos 30, popularizou-se. A sua lógica competitiva valorizava a superação individual, a procura do recorde e a inevitável comparação proporcionada pela ideia do tempo cronometrado: a actividade ideal para, à medida do celebrado Jesse Owens nos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936, o atleta africano exibir a sua qualidade perante adversários de outras paragens. Enquanto o atletismo favorecia propósitos mais reivindicativos, a ginástica modelava uma afirmação de respeitabilidade, um antídoto contra os malefícios da modernidade, influenciadores de uma «nova geração», que num artigo crítico em *O Brado Africano* se afirmava estar «entregue de corpo, alma e coração aos desportos da dança, do cigarro e das poses cinematográficas» (7-1-1950, 4). No seu artigo sobre a «evolução africana» José Cantine lamentou tratar-se de uma geração «físicamente inútil, sem brio e moral de luta». A ginástica proporcionava a assimilação das «melhores qualidades da civilização europeia», um elemento purificador praticado num ginásio, espaço fechado e controlado, menos sensível às dinâmicas exteriores.¹⁷ A equipa da Associação Africana tornou-se o repositório das qualidades do ginasta africano. Os atletas «trabalhadores, apurados e tantas vezes brilhantes» demonstravam «a progressiva coordenação de movimentos e predisposição do ginasta para o desenvolvimento mental» (*O Brado Africano*, 19-4-1958, 1). Celebradas pelos *media* locais, sobretudo por *O Brado Africano*, as suas digressões pela metrópole testemunhavam a competência para o africano se evidenciar nas actividades humanas mais complexas, científica e esteticamente legitimadas pela própria hierarquia de práticas proposta pelo modelo desportivo oficial do colonizador. O *habitus* motor apropriado aos fundamentos da ginástica, manifestando-se pela execução de gestos predeterminados, previsíveis, racionais, fazia transparecer uma imagem de pureza, de regeneração e de ordem.

¹⁷ Em 1953, José Manuel, negro assimilado, educado pelo catolicismo português, recomendava a ginástica como antídoto contra o futebol: «A prática do desporto por meio da bola não traz para o homem nenhuma finalidade útil como a prática da ginástica que é útil para a saúde, perfeição e desenvolvimento físico da mocidade e também do indivíduo de avançada idade» (*O Brado Africano*, 3-10-1953, 2).

Sinal de assimilação, a prática de desportos respeitáveis autorizava alguns membros de uma elite africana, para quem a condição do «assimilado» era a posição a partir da qual concebiam o mundo, a afastarem-se das «práticas obscuras» que acompanhavam a evolução de um jogo social e culturalmente transversal como o futebol. O futebol no subúrbio apresentava sintomas de uma «africanização» ou, ainda mais significativo, de uma «indigenização»; era um veículo para a feitiçaria e o curandeirismo, costumes e tradições, marcas do atraso do africano. O crescimento do subúrbio incrementara os sinais de uma assimilação negativa. Os convívios, como, por exemplo, os bailes organizados pela Associação de Trabalhadores Indígenas, concorriam, de acordo com as palavras de J. L. J. Simango em *O Brado Africano* (10-1-1959, 7), «para o atraso mental, moral e social»; as melodias provocam «danças vertiginosas onde se perde toda a consciência». Estas práticas deviam ser banidas, porque «o operário quer repouso» e não «batucadas impertinentes». Como é possível, perguntava o autor, o habitante suburbano «ter disposição para ir à missa» (*O Brado Africano*, 10-1-1959, 7).

Apesar destas preocupações, o jogo pertencia cada vez mais a este subúrbio «pervertido» e menos ao universo dos melhores costumes europeus, de que o futebol não era, aliás, o melhor exemplo.

O futebol como problema social

Os actos de indisciplina e desordem pública no futebol afectavam também os jogos na «cidade de cimento». Tais vicissitudes não deixaram a administração colonial indiferente. O controlo político exercido sobre as associações desportivas, preocupação fundamental de um regime que cerceava a organização política e sindical, não resolvia todos os problemas decorrentes das actividades destes organismos. Depois da Segunda Grande Guerra, a cidade iniciara um sensível crescimento demográfico tanto no subúrbio, como no centro urbano. A progressiva complexidade da situação social, a multiplicação das actividades e das trocas, conduziram o Estado a procurar exercer um controlo mais efectivo sobre o espaço. A manutenção da ordem pública era incompatível com a continuidade de actos de violência durante os jogos de futebol. Em finais da década de 50, o Comando da Polícia de Lourenço Marques emitiu uma circular sobre «a indisciplina nos campos de jogos» na qual se declarava disposto a «acabar de vez com as constantes alterações de ordem pública, da indisciplina dos jogadores e do próprio público» (*O Brado Africano*,

10-1-1959, 7). Sob o poder da definição estatal, o futebol convertera-se num problema social. Tal definição, resultante de actos de desordem pública, revelava também o modo como a violência, em certos contextos sociais urbanos, se tornara menos aceitável:¹⁸ «Os jogos de futebol são causa constante de ameaça de alteração de ordem pública, devido ao procedimento incorrecto de alguns jogadores que desvirtuando a principal finalidade do desporto, agridem e procuram inutilizar o adversário com violências que as Leis condenam.» Os espectadores, por seu turno, «obcecados por um espírito clubista pouco dignificante derivado de uma errada interpretação dos objectivos a atingir com a prática dos jogos desportivos e de uma fraca educação cívica, têm por hábito dirigir aos jogadores e árbitros, durante as práticas desportivas, incitamentos desleais e incorrectos e palavras insultuosas que normalmente ofendem a moral».

Os agentes da lei de serviço nos campos deviam prender e remeter a tribunal «por ofensas corporais» o «jogador que agrida outro ou ocasione lesão que o impossibilite de trabalho, desde que se reconheça tê-lo feito com propósito de o inutilizar». A autoridade policial substituía-se ao árbitro como o garante da lei (e o Estado ao movimento associativo) não apenas para precaver a ordem pública, mas também para evitar o absentismo no trabalho provocado pelas inúmeras lesões. O policial podia ainda prender «todo o indivíduo que dirija insultos aos jogadores e árbi-

¹⁸ A interpretação histórica dos limiares de violência aceites em determinados contextos não é um exercício simples. Em Lourenço Marques, o processo de adaptação à cidade colonial foi violento. A menor tolerância a actos violentos sentiu-se, na «cidade de cimento», por intermédio de determinados sinais, como, por exemplo, o surgimento de um organismo que visava proteger os animais. Em 1926, a recém-formada Liga de Defesa dos Animais de Lourenço Marques propôs a aprovação de uma lei que protegesse os animais. A formulação da lei, uma proposta para reduzir os níveis de violência sobre os animais, acabava por fornecer pistas sobre os níveis de violência tolerados em meados dos anos de 1920. A proposta propunha-se proibir, entre outras acções, a obrigação do trabalho a «animais doentes ou feridos e colocar-lhes os arreios sobre as feridas ou chagas vivas, embora recobertas com qualquer ingrediente destinado a iludir a fiscalização; pretender que os animais, quando caídos, se levantem à força de pancadas ou tratamentos bruscos, sem procurar aliviá-los da carga; amarrar os cães, gatos ou quaisquer outros animais a objectos que os mortifiquem ou façam correr; atar cordéis a pássaros ou quaisquer outras aves para as arrastar e, bem assim, lançar fogo a animais, untando-os com petróleo ou verter sobre eles substâncias corrosivas, água quente; apedrejar animais e açulá-los uns contra os outros ou contra os transeuntes; esfolar animais ou depenar aves antes de estarem completamente mortos, bem como cegar aves para as fazer cantar». Para castigar os animais passava a ser apenas permitido o «emprego do chicote ou pingalim sem ponta metálica». A lei foi apenas publicada em Abril de 1943 (proposta de estatutos de 3-9-1925, artigo 2.º, AHM, Direcção dos Serviços de Administração Civil, Secção A, administração, Administração Civil, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, 1934-1971, caixa 9, Liga de Defesa dos Animais).

tros, que ofenda a moral pública com palavras ou gestos obscenos ou que provoque a alteração da ordem ou ainda que propositadamente danifique as instalações ou quaisquer artigos que às mesmas estejam inerentes».

No caso da violência desportiva, como em tantos outros, o subúrbio pertencia a um mundo à parte, onde a presença do Estado se resumia quase aos procedimentos de captação de mão-de-obra, à cobrança de impostos e à regulação da circulação dos habitantes nas deslocações ao centro da cidade. Durante a realização dos jogos da AFA, a polícia, para infelicidade de alguns árbitros, continuou ausente. Enquanto a violência no futebol suburbano, atestando a fraqueza da lei enquanto elemento de organização da ordem da interacção em campo, estivesse limitada ao subúrbio, não havia razão, de acordo com as autoridades, para intervir, a não ser que os níveis de violência conduzissem a situações graves de absentismo laboral. Num contexto onde predominava uma mão-de-obra instável, barata, pouco qualificada e relativamente descartável, o problema não mereceria desmedida preocupação. Só mais tarde, o problema da reprodução de uma mão-de-obra mais adaptada a novos projectos económicos conduziu a um esforço mais diligente de identificação de «patologias sociais» no subúrbio. O alcoolismo, a prostituição ou a delinquência, como a uma escala muito particular o jogo de futebol, apenas se tornavam problemas «reais» quando os seus efeitos se repercutiam no sistema produtivo ou afectavam o ritmo das sociabilidades colonas.¹⁹

Interpretar a violência

O processo de identificação do futebol enquanto problema social firmara-se na ideia de que o jogo, corrompido pelo «mal urbano», confrontava regras básicas de convivência. Cabia ao Estado, ao próprio movimento desportivo, a educadores e moralizadores, criar um enquadramento que normalizasse o futebol. Legitimando a existência de discursos moralistas e a própria intervenção do Estado, este processo de regularização concebia a violência como uma anormalidade a eliminar. A violência tor-

¹⁹ Este parece ser o caso do boxe africano na Rodésia do Sul, descrito por Terence Ranger. A utilização do desporto como forma de controlo social esbarrava no caso específico do boxe, fonte de distúrbios públicos e base da constituição de grupos urbanos que os responsáveis coloniais designaram por «tribalismo urbano» (Ranger 1987, 204).

nou-se a bitola pela qual eram interpretados e condenados muitos dos gestos e movimentos dos jogadores de futebol, bem como o comportamento amoral do público.

A redução do desempenho desportivo a um princípio comum, bárbaro e primário não se estabeleceu como o único critério de avaliação de alguns dos gestos dos jogadores de futebol. José Craveirinha, ao analisar o jogo no subúrbio de Lourenço Marques, argumentou que os gestos dos jogadores suburbanos, alguns dos quais considerados brutais, mereciam uma interpretação mais profunda. Perseguindo este objectivo, descreveu e expôs o significado de um conjunto de movimentos habituais nos campos do subúrbio de Lourenço Marques. Não acentuando a dimensão violenta dos movimentos, a interpretação de Craveirinha propõe uma leitura alternativa da natureza de alguns dos gestos preponderantes no repertório motor dos jogadores africanos do subúrbio de Lourenço Marques:

Pandya (lê-se *pandja*) – enquanto em português não temos palavra que exprima o momento em que os pés dos jogadores, ao disputar a bola, chutam nela simultaneamente e causam um som característico pelo impacto, o desportista africano criou a palavra *pandya*, a qual, traduzida à letra, quer dizer rachar, ou rebenta! Este termo entrou já na gíria portuguesa local. *Beketela* – o jogador que prevê a entrada de um adversário e apoia o pé na bola de maneira a provocar o choque, que muitas vezes causa traumatismos graves a quem chuta e quase sempre a sua queda. A palavra traduzida significa *pôr*. O *beketela* é usado com maldade, colocando-se o pé um pouco acima da bola de modo que a perna (região do tornozelo e canela) vá chocar no pé firmado na bola pelo calcanhar. Há o *beketela henlha* – pôr no ar – e o *beketela hansi* – pôr em baixo. *Wandla* – é o atrasar-se de propósito no lance de maneira que o adversário chute primeiro mas com o próprio impulso vá roçar fortemente a parte compreendida pela canela nas traves da bota aparentemente inofensiva no ar. Tradução: descascar. *Tymbela* (*tchimbela*) – o fazer de um adversário alvo da bola chutada com a máxima violência para a sua intimidação em futuras jogadas em que se pode ganhar o lance só com a ameaça de chutar, o que quase sempre leva o visado a dar as costas à bola, sendo depois driblado com a maior da facilidade [Craveirinha, 12-2-1955, 8].

Os gestos descritos por Craveirinha não se instituíam como uma originalidade do futebol suburbano de Lourenço Marques, uma construção cultural e performativa única. É fundamental não se proceder à sua folclorização. A existência de momentos de jogo nos quais ocorrem choques de diversa origem e plasticidade é típica de uma modalidade na qual, por definição, jogadores e bola estão em permanente interação. O que tor-

nava o caso do futebol suburbano de Lourenço Marques digno de destaque era o facto de estes actos performativos terem merecido uma designação própria, algo que, como referiu Craveirinha, não sucedia no jargão desportivo metropolitano ou inglês. A criação de expressões singulares, partilhadas entre jogadores e públicos, para nomear determinados gestos indicava a sua valorização no contexto dos jogos suburbanos, bem como, aliás, a adaptação das línguas locais a novas actividades. Demonstrava ainda que a sua ocorrência não resultava de um acaso, como muitas vezes sucede num jogo com as características do futebol, mas de uma atitude intencional, reconhecida e interpretada dessa forma por jogadores e público. A Craveirinha interessava explorar o significado desta intencionalidade, um sinal da sua natureza reflexiva e estratégica. Actos significantes, estes movimentos eram um artifício engenhoso criado pelos jogadores para adquirirem vantagem sobre o oponente: se não eram consequência de um acaso, também não representavam o efeito de um instinto violento.

O poeta estava mais interessado em analisar a dinâmica da estratégia do que em assinalar a eventual infracção das leis decorrente da realização destes movimentos. O jogo mental sobre o adversário, a capacidade do artifício, a artimanha, provava não ser o jogador africano um «ser físico e instintivo», como rezava o preconceito, mas alguém que interpretava as acções do jogo, pensando em ganhar vantagem sobre o rival, mesmo quando esse objectivo implicava o recurso a estratégias transgressoras da lei. Este desempenho era próprio de uma inteligência africana particular, que o poeta resumia na palavra «malícia». A «fantasia [...] extraordinária e inesgotável» do indígena resultava do seu «alto sentido de malícia». Embora a palavra «malícia» signifique também «tendência para fazer mal», Craveirinha usa-a como sinónimo de astúcia, sagacidade, manha e perspicácia. Como a música, a dança, a gastronomia ou as histórias contadas oralmente, o futebol provava o valor da «cultura indígena». A luta pelo reconhecimento do futebol suburbano como uma prática cultural digna de apreço e atenção envolvia Craveirinha num combate mais vasto; contra a administração colonial, no sentido da conquista de direitos de igualdade e do reconhecimento da diferença, mas também em conflito com alguns elementos de uma elite africana local que desdenhavam «acintosamente o influxo de correntes culturais de origem africana, num sonambulismo ignaro que se vem prolongando demasiado» (Craveirinha *O Brado Africano*, 6-11-1954, 6).

Não reflectindo a preocupação do Estado com a ordem pública, nem tão-pouco as inquietações de alguns membros da elite local com os pro-

blemas da evolução africana e da respeitabilidade, José Craveirinha interpretou diversamente a questão da violência. Atribuiu aos gestos por muitos considerados «violentos» e «ilegais» um significado que excedia tanto as classificações legalistas inerentes ao cumprimento da regra do jogo como a moral que avaliava comportamentos à luz de determinados padrões sociais. Esta moralidade urbana expressava uma ideia de respeitabilidade fomentada pelo discurso assimilacionista da administração colonial, mas também, de modo mais concreto, pela ordem da interação imposta ao africano na «cidade de cimento», onde a interpretação do papel do «bom rapaz», como descreveu Penvenne (1995, 126) protegia o trabalhador, nem sempre com sucesso, de um conjunto de arbitrariedades por parte das autoridades e dos patrões. A importância concedida pela análise de Craveirinha ao valor da malícia, ao rejeitar uma representação redutora da violência, sugeria outra interpretação do desempenho dos jogadores que reconstruísse as suas acções e os seus propósitos, evitando, simultaneamente, acepções naturalistas e culturalistas que colocavam como princípio de causalidade as faculdades do corpo africano e da sua cultura ancestral.

A memória do desempenho

Produzidos no subúrbio africano, os termos enunciados por Craveirinha foram rapidamente identificados por Saide Mogne: «*Beketela* é pôr o pé. Quando o tipo vai chutar, o outro põe o pé, é *beketela*. *Tymbela* é meter o pé na bola. Deixar a bola e na altura em que o outro vai chutar você também chuta. *Wandla* é atrasar de propósito para depois [...]» Mogne acrescentou ainda a expressão *tchimba*, cujo significado é amarrar: «amarra esse tipo». Issufo Batata confirmou estes significados: «*Beketela* é travar. Quem quer chutar, você impede. *Pandya* quer dizer rasga. *Wandla* quer dizer fazer a casca, cascar. *Tchimbela* quer dizer chutar contra o adversário. Chuta contra ele.» Ângelo Gomes da Silva (n. 1942), funcionário dos caminhos-de-ferro, apesar de nunca ter participado no campeonato da AFA, aprendeu a jogar futebol nos bairros do subúrbio e nas zonas de transição, como Malhangalene, onde cresceu a ouvir e a repetir estes termos. A sua descrição do *beketela* é mais pormenorizada: «é o tipo da gente calçar o adversário. Na altura que ele vai jogar é uma má intenção nossa, até para procurar lesionar o adversário. Na altura em que ele for a jogar eu estendo-lhe a bota, estendo-lhe a perna para ele bater na planta da minha bota. Então ele aí já sente dor».

De acordo com Ângelo, *pandyá*, «partir, rasgar, rasgar o gajo», tem um significado semelhante a *wandla*. Para explicar melhor a acção inerente a estes gestos, Ângelo transformou as expressões em verbos: «*Pandyar* é partir, *wandlar* é rasgar. *Tchimbelar* é chutar a bola propositadamente contra o adversário.» Augusto Matine salienta que termos como *beketela* utilizavam-se noutros contextos quotidianos. «Por exemplo», referiu, «se nós estivermos numa situação qualquer e há um grupo que vem para cima da gente, nós dizemos *beketela*, trava aí, *beketela*». *Wandla*, descascar, podia ser utilizado em relação à fruta: «descasca aí essa fruta». Durante o jogo, o termo adequava-se mais ao descascar o adversário, tirar-lhe a pele.

Estes gestos faziam parte dos jogos suburbanos, tanto dos realizados nos bairros como nas competições institucionalizadas. Nos jogos da AFA, a sua preponderância, no contexto da economia do jogo, confirmava a reputação violenta da competição. Ângelo decidiu não jogar no campeonato do subúrbio quando, no campo do Beira-Mar, viu o seu irmão Julinho, indivíduo franzino, jogador do João Albasini, a «voar como uma bala» depois de uma entrada do feroz defesa esquerdo da equipa adversária. Nesse momento, Ângelo pensou: «Não, neste futebol eu não entro.»

Os antigos jogadores do subúrbio, que jogaram nas «peladas de bairro» e nas competições da AFA, reconheceram os termos e descreveram-nos de forma muito semelhante. Não partilhando a agenda culturalista de Craveirinha nem utilizando os mesmos adjectivos, como, por exemplo, «malícia», os antigos jogadores, tal como o poeta, nunca qualificaram de violentos os gestos preponderantes no seu repertório motor, elementos centrais das suas exibições. Como princípio de classificação do desempenho, Saide Mogne distinguiu a dureza, elemento positivo, da violência, elemento negativo: «não confundir violência com dureza». O jogo suburbano era duro, mas não violento. Expurgadas da intenção política que presidia ao discurso de Craveirinha, as descrições dos antigos jogadores atribuíam aos seus movimentos o mesmo sentido estratégico relevado pelo poeta. Os gestos aos quais Craveirinha chamou «intimidatórios» faziam parte da inteligência do jogo local, eixos da sua **ordem de interacção** e de uma particular troca simbólica.

A valorização de gestos intencionais cujo significado local, entre outros, era o de «rasgar», «partir», «quebrar», confirmava que a estratégia dos jogadores suburbanos se sustentava num repertório motor que desafiava as leis do jogo. A afronta às leis oficiais do jogo, bem como a todos aqueles para quem o cumprimento do regulamento expressava uma atitude civilizacional, a assunção dos valores da respeitabilidade, era uma das ca-

racterísticas elementares de alguns dos gestos descritos por Craveirinha. Indício da fragilidade da lei oficial, o precário estatuto do árbitro foi confirmado pelos antigos jogadores:

O árbitro, referiu Mogne, tinha que conhecer o salto em altura. O árbitro, quando estava para apitar, já no fim do jogo, procurava a zona mais ocupada e quando acabava o jogo punha o pé no primeiro barrote e já ninguém o apanhava. Ele tenta procurar o sítio mais livre para se pirar. Então ele põe ali o pé e sai fora. Isso era normal em quase todos os jogos. Tinha que se pirar senão levava uma tarefa e ali não havia polícia.

Os árbitros não possuíam formação específica e muitas vezes eram jogadores ou mesmo elementos do público que arbitravam os jogos: «Se o jogo corresse normalmente, estava tudo bem, mas, se houvesse um jogo com uma bola invalidada onde a assistência começa a manifestar-se contra o árbitro, então aí faziam-lhe a medição da temperatura.» «A tarefa do árbitro», assinalou Matine, «era complicada. Muitas das vezes tinha que correr. Nos jogos do subúrbio não se respeitava a figura do árbitro como o juiz, a pessoa idónea, aquele que todos nós temos que nos abaixar sob ele. Não se respeitava.» «Durante o jogo», continuou, «havia aqueles mais velhos que diziam: eu dou um soco no gajo». Estas acções «arrastavam o público, que ia atrás do que esse mais velho queria fazer. O público discutia sempre o que era e o que não era».

O público como elemento de um desempenho colectivo

A impotência do árbitro em aplicar o regulamento oficial estabeleceu-se como uma condição para a execução de gestos assinalados por Craveirinha. Os jogadores, invocando a lei oficial, interpretavam o jogo de acordo com a sua perspectiva, negociando a lei. De imediato a discussão passava para o público. As retóricas das audiências exerciam um papel importante nestas transacções. Quando um destes gestos ocorria, notou Mogne, rebentavam instantaneamente inúmeras discussões nas quais se argumentava até que ponto a lei do jogo havia sido realmente desafiada. O jogo, insistiu, «estava sempre a parar». O modelo abstracto de democracia idealmente representado pelo futebol regrado, no qual o poder central e justo protegia a igualdade aplicando a lei, cedia a uma negociação descentralizada que legitimava gestos e movimentos transgres-

sores. As «tácticas intimidatórias», expressão de Craveirinha para aludir ao desempenho que envolvia estes gestos, defendiam os jogadores de uma ordem da interacção que permitia, ante a debilidade da lei, uma violência descentralizada.

Em 1937 o Vasco da Gama chegou por inúmeras vezes às partidas da AFA com as equipas incompletas, não comparecendo mesmo em algumas ocasiões. O presidente do clube, Mário António Pereira, proeminente membro do GALM, referiu não resultar esta atitude de uma decisão da direcção, mas da própria vontade dos jogadores. Embora fosse verdade que os jogadores do clube «se estragavam em festas», a principal justificação para a sua debandada residia no «medo da violência» presente nos jogos e na evidente perseguição aos jogadores mulatos (*O Brado Africano*, 23-10-1937, 4). Pela sua posição, estes eram também os mais acomodados a uma definição respeitável do jogo e os que teriam mais a perder com uma generalização da violência.

O espectáculo do futebol suburbano não era avaliado por critérios uniformes. A diversidade de princípios de classificação indicava as diferenças de origens, posições e trajectórias sociais dos jogadores e do público, que uma utilização mais fina do conceito de campo poderia elucidar melhor, desde que articulado com outro tipo de estratégia empírica. A negociação das fronteiras que caracterizavam a ordem da interacção do futebol suburbano continuava a expor as lutas entre mundividências distintas, entre concepções idealizadas da prática da modalidade que projectavam posições e aspirações sociais diferenciadas. A falta de unanimidade na apreciação do espectáculo, em especial no que respeita à legitimidade dos gestos, afastando alguns jogadores e uma parte do público, não desligou o jogo da comunidade. Assumindo-se o direito de desrespeitar a lei, definia-se um princípio comum regulador dos conflitos. Esse era o espaço para a proliferação das estratégias maliciosas estimuladas pelo público. Ângelo recorda a vibração do público a pedir *beketela*, «pé em riste», um gesto proibido pela lei do futebol. O público «gostava e incitava os jogadores». Pela perícia na execução do gesto, alguns atletas eram especialmente celebrados. Quem não se sentisse preparado para investir num jogo com estas condições de desempenho, como os mulatos do Vasco da Gama ou o jogador Ângelo, que rapidamente percebeu não ser aquele futebol o indicado para si, afastava-se da competição, do mesmo modo que determinado público suburbano preferia outras actividades de lazer mais condizentes com o seu estilo de vida.

Sobre os termos presentes no vocabulário de Craveirinha, Issufó Batata assegurava que todos «saíam do público». Os gestos designados por

estas expressões, como esclareceu, não se incluíam na estratégia delineada pelo treinador para desmoralizar o adversário: «Não é o técnico, é o público que faz nascer esse vocabulário.» Mogne lembrou que «até a claque dava ordens. Isto era vocabulário entre jogadores, até entre a assistência»: «a assistência pedia e os jogadores executavam». Como num combate de boxe, o público incentivava a interacção violenta: «Alguns jogadores usavam joelheiras e os do público gritavam ‘chega-lhe aí no joelho’. O tipo já estava aleijado e o outro tinha que o eliminar.» Hilário referiu que «a malta vibrava com uma finta, com uma jogada rija, *beketela*, não é com maldade, é pé com pé e bola no meio, caem os dois, a malta vibra».²⁰

Um sentido de jogo e de fronteira e o factor medo

A audiência dos jogos da AFA estimulava certas acções, condenava outras, discutia e debatia a sua legitimidade. Os jogadores reconheciam e partilhavam as classificações éticas e estéticas dos espectadores, comportando-se de acordo com as fronteiras que delimitavam essas expectativas e que, simultaneamente, circunscreviam um espaço dos possíveis estilísticos. Os corpos dos jogadores dialogavam, assim, com uma convenção elaborada localmente, não proveniente apenas das interacções entre atletas, mas também entre estes e o público; todos traziam para o jogo uma moralidade mais abrangente. Da subversão da lei oficial do jogo emergia uma «lei paralela»,²¹ sem qualquer formulação modelar, por exemplo, uma existência textual que lhe garantisse um grau de objectividade. O valor simbólico de cada gesto dependia da capacidade de desafiar a lei oficial do jogo, sem deixar de ignorar a sua importância enquanto fonte de legitimidade e orientação. A instabilidade desta «convenção local» incentivava os jogadores a realizar estratégias performativas situadas na fronteira da regra do jogo, num território ambíguo o suficiente para tolerar a abertura de uma negociação sobre a sua legalidade.

Nestas condições de desempenho, a malícia era um capital incomparável, faculdade elementar na gestão do repertório motor dos atletas e na negociação da lei. Os jogadores em campo aprendiam a antecipar os ges-

²⁰ *Conbolar* era o verbo local que designa a arte da finta.

²¹ De certa forma, é possível conceber esta «lei paralela» como um «registo escondido» cuja lógica permanece ligada com a regra oficial do jogo, que neste caso se convertia num «registo público» (Scott 1990).

tos dos adversários, conheciam-lhes as estratégias e os golpes, incorporavam formas de movimento no espaço, de leitura dos gestos dos companheiros e todo um conjunto de astúcias, malícias e truques para lidar com a lei e contorná-la. Elementos cruciais do repertório motor do jogador suburbano, as táticas intimidatórias informavam a sua experiência de espaço. O seu *habitus* motor, expressando um determinado «sentido de jogo», monitorizava a percepção da deslocação física, a constante medição da fronteira da regra, do possível ou do impossível, a avaliação da natureza do desempenho e do momento em que o gesto poderia ou não confinar-se ao «aceitável». O *habitus* motor dos jogadores suburbanos, perante a instabilidade da ordem da interacção local, organizava o jogo local, era compelido a realizar constantes adaptações e estratégias mais ou menos criativas. Os melhores «autores» deste espectáculo eram os intérpretes mais maliciosos.

Como esta ordem da interacção dependia da fragilidade da lei oficial do jogo, qualquer esforço de imposição dos regulamentos do futebol diminuía as possibilidades de um jogador executar acções estratégicas, como os «gestos intimidatórios» de que falava Craveirinha. Issufo Batata revelou-se crítico quanto ao modo como a interpretação estrita da lei do jogo anulou um conjunto de estratégias performativas. A lei tendia, segundo a sua formulação, a acabar com um factor elementar dos jogos suburbanos: o «factor medo»: «É claro que os jogadores tinham medo. Hoje não. Vamos buscar as leis do jogo. Se calhar, foram aconselhados a poupar o Maradona. A poupá-lo porque príncipes e reis querem ver aquele jogador. Não pode ser. Ele não está ali para ser poupado, ele é um jogador como outro. Mas isso acontece hoje.» Princípio constitutivo da ordem da interacção em campo, a eficácia do «factor medo» dependia da permissividade da lei. Assim, naquele espaço circunscrito de relações, o jogador sabia que se sujeitava a uma «lei» comum. No futebol do subúrbio ninguém era «poupado», todos se colocavam perante uma condição idêntica, e a partir daí que mostrassem o génio do seu *habitus* malicioso. Para que esta «democracia suburbana» do jogo de futebol funcionasse, o árbitro devia ajustar a sua acção a uma sensibilidade comum, perceber com exactidão os limites da interpretação da lei do jogo. «Um bom árbitro», afirmou Issufo, «é deixar. Só pode marcar falta com a bola em andamento.» Quando um jogador insistia num lance como *beketela*, referiu Matine, o árbitro devia ter o cuidado de não marcar sempre falta: «Se o árbitro marcasse três ou quatro faltas, já era muito, embora o jogador, na realidade, estivesse sempre a fazer falta.» Quando a interpretação da lei realizada pelo árbitro se afastava em demasia dos

critérios impostos pela convenção local, criavam-se as tais situações em «que o árbitro tinha que fugir no fim». Se o juiz apitasse de mais, com um respeito «excessivo» pela lei, o factor medo deixava de definir a arte do movimento. O próprio árbitro era educado pela ordem da interacção, arbitrando não apenas o jogo, mas toda a situação social. Para sobreviver incólume necessitava de desenvolver um sentido prático apurado, uma sensibilidade que lhe permitisse gerir as interacções entre os jogadores e ao mesmo tempo corresponder, dentro do possível, às reivindicações das assistências.

Da ambiguidade do estatuto do gesto perante a lei do jogo dependiam também as retóricas do público e o modo como os espectadores interpretavam a narrativa do futebol local. Este lazer suburbano era, deste modo, atravessado por constantes desafios retóricos. As opiniões e argumentos sobre a natureza dos lances não se dirimiam apenas no contexto do jogo. A sua existência social prolongava-se em discussões fora do «aqui e agora». Pelo modo como suscitavam a utilização de dispositivos retóricos, as jogadas polémicas, envolvendo muitas os gestos consagrados pela terminologia local, eram parte determinante da «estrutura narrativa» do espectáculo. Os argumentos e opiniões que jogadores e público criavam sobre estes lances, normalmente organizados segundo a filiação clu-bista dos intervenientes na discussão, quase sempre traduzida numa per-tença bairrista, consagravam a transmutação de um conhecimento específico em *repertório da interacção*. Nestes encontros quotidianos, as discussões traduziam-se por intermédio de argumentos nos quais a ava- liação do gesto se subordinava a juízos morais, mas também a conside- rações de natureza estética. A estrutura dramática proporcionada pelas características do jogo era o suporte ideal para um conjunto de discussões progressivamente ritualizadas. A malícia, neste contexto, não era apenas uma faculdade importante no decorrer do desempenho desportivo; as- sumia-se como peça fundamental na discussão que envolvia jogadores, público e árbitros, bem como na gestão da informação realizada pelos adeptos, fora do aqui e agora do jogo: uma gestão maliciosa, usada em *performances* sociais diárias nas quais a cultura popular funcionava como idioma de contacto e de criação de laços sociais.

Capital performativo e simbólico, a malícia era um produto das con- dições de produção de uma prática desportiva socialmente situada, que estabelecia uma relação entre os jogadores e o público. Os gestos e mo- vimentos mais valorizados no repertório motor dos atletas representavam as células básicas de uma economia da troca simbólica que consagrava formas de agir e de ver o mundo. A valorização destes gestos realizava-

-se num ambiente interaccional particular, assinalado pelo frágil estatuto da lei do jogo, que possibilitava a descentralização da violência, e pela predominância do factor medo. Faculdade elementar do espectáculo do futebol local, a malícia não se encontrava determinada por faculdades naturais ou culturais dos jogadores nem por uma marginalidade desviante tomada como problema social pelo Estado, mas de um sentido estratégico ajustado a um determinado espaço de possibilidades.

A faculdade da malícia também se manifestava num segundo conjunto de gestos performativos assinalados por José Craveirinha no seu glossário. Estes movimentos permitem interpretar melhor a lógica da ordem da interacção presente no jogo suburbano e definir melhor as particularidades de um espaço de criações estilísticas.

A segunda natureza da malícia

O segundo conjunto de acções descrito por José Craveirinha envolvia a realização de gestos virtuosos por parte dos atletas, celebrados com prazer e com humor por um público rendido ao talento do intérprete e implacável com a desgraça do oponente ludibriado. Craveirinha interpretava estes gestos na sequência da sua política de valorização do africano e do modo como este adoptara o futebol, conferindo-lhe um sentido hedonista. Este grupo de gestos coligidos pelo poeta permite uma apreciação mais pormenorizada do repertório motor do jogador de futebol do subúrbio de Lourenço Marques, as características e significados da sua *performance* e a relação desta com a economia das práticas e das trocas simbólicas que regulava os padrões de jogo locais:

Hpfá: é o instante preciso em que o jogador acaba de ser driblado ou fintado e ainda está em desequilíbrio ou precisamente quando se dá o facto: a bola tocar nas redes, o ruído de bota com bota, bota com bola, etc.; *psétu*: usa-se para zombar do adversário no lance em que acaba de ser batido. É de origem onomatopaica; *pyonyo*: quando o mesmo lance acima referido é repetido ou mais demorado na sua execução, neste caso, traduzido, significa acabar com o jogador; *wupfetela*: chama-se à jogada em que o jogador visa o guarda-redes com o fito de o cansar e desmoralizar pela acção contínua. O termo vem de temperar um cozinhado e significa temperar o guarda-redes pelo cansaço. Há, como se pode ver, uma grande dose de psicologia nesta jogada [Craveirinha 12-2-1955, 8].

Parte destas expressões designa a execução de gestos técnicos realizados perante os adversários, nomeadamente o drible, acção que noutros

contextos geográficos foi relacionada por várias vezes com a dança (Archetti 1999 e 2003; Lopes 1997).²² A superioridade do movimento que garante ao executante uma vantagem sobre o opositor, ou porque este foi fintado, ou porque está no chão, transformava-se, como assinalava o poeta, numa superioridade moral, resultado de uma estratégia à qual atribuía uma origem psicológica. Os termos classificam acções em que dois jogadores estão envolvidos e um deles se superioriza ao outro, algo já presente aquando da descrição das interacções onde predominavam os «gestos intimidatórios». A execução técnica era um elemento matricial no futebol suburbano. O gesto virtuoso estabelecia uma comunicação imediata com o público. Nesta economia das trocas simbólicas, tais movimentos criavam um conjunto de sentidos particulares.

Para Hamido Nizamo (n. 1943), que cresceu a jogar futebol nos bairros periféricos de Lourenço Marques antes de ingressar no Mahafil Islamo em princípios dos anos 60, o drible «era sempre a melhor coisa». Se «conseguisse bater três, quatro gajos, era um grande jogador». Mogne falou do «driblador» nos jogos da AFA como o herói do público, o «herói de todos eles», o que, no fim dos jogos, era levado aos ombros. Nos jogos de bairro, o drible era o movimento predilecto para a exibição do eu, para a conquista da pequena notoriedade. *Hpf*, confirmaram os entrevistados, designava o «instante», «o momento» em que o jogador é driblado. Esse instante produzia o encanto aguardado pelo público. A finta era a «alegria do povo», expressão que recorda, no contexto do futebol brasileiro, o sentimento provocado pelos movimentos de Garrincha, o grande driblador das pernas tortas. Garrincha era a «alegria do povo» (Castro 2004). Mogne citou o grande jogador brasileiro para afirmar que «todo o indivíduo com pernas arqueadas era perigoso. Todo o indivíduo que tem pernas tortas, e havia alguns no subúrbio, tem mais possibilidade de atralhar qualquer defesa.» As pernas tortas, uma imperfeição física, uma fuga à normalidade, explicavam o encantamento provocado pelo drible, como se fosse algo de sobrenatural, não intrínseco à ordem das coisas. O poder comunicativo da finta, mais uma vez, não se constituía como uma particularidade do subúrbio de Lourenço Marques. No entanto, a sua relevância local manifestou-se por intermédio

²² Os gestos típicos do jogo de futebol podem ser associados com outras tradições corporais. Eduardo Archetti relaciona certos movimentos do futebol argentino com o tango: «As imagens corporais produzidas no tango foram transferidas para o futebol argentino. Eu demonstrei que o estilo individual de alguns grandes jogadores se baseava no 'drible'. Muitos dos meus informantes também relacionaram as figuras do tango, os *cortes* e as *quebradas*, com os grandes dribladores do futebol argentino» (Archetti 2003, 228).

de um conjunto de designações que, para além de nomearem a execução de certos gestos, assinalavam os seus tempos, as suas pausas e os significados que cada um desses momentos produzia, permitindo segmentar esta economia das trocas simbólicas e isolar os seus períodos temporais. Esta gramática do movimento revelava ainda o uso estratégico e malicioso do drible. Segundo os fundamentos desta economia simbólica, a finta procurava efeitos que não respondiam a princípios de acção utilitaristas, mesmo que estes se encontrassem na base constitutiva de um jogo cujo resultado é quantificado por um número de golos.

O drible, no contexto dos jogos suburbanos, possuía um valor próximo daquele que caracteriza o golo; pertencia a um mundo estético particular, cuja autonomia desafiava a progressiva pressão imposta aos movimentos do jogo pelo princípio da eficácia, no âmbito do qual o golo é a bitola fundamental de avaliação da *performance*. Ao conquistar uma autonomia, ao produzir um conjunto de significados específicos, onde a ilusão criada pelo virtuoso assinala o ritmo dos acontecimentos, o drible apresentava-se como um fim em si próprio, separando-se do resto dos movimentos realizados dentro de campo. Os favores do público concediam ao virtuoso do drible um estatuto único, resistente às vontades que o desejavam domesticar. Hamido Nizamo refere-se à impotência dos treinadores para disciplinarem o *drible* de alguns jogadores, circunstância reveladora da força da estética local e dos seus princípios de classificação. «O que é que o treinador podia fazer», perguntou Nizamo, «zangar-se? Era o feitio do jogador, não se podia fazer nada». O «feitio do jogador» respondia às solicitações do público.

Em permanente expectativa, a audiência aguardava o movimento do atleta, à espera de algo extraordinário. O gesto individual era o modo mais imediato de comunicar o encantamento do jogo. O grande executante, no futebol, apresentava-se como um ilusionista; um encantador que cria o inesperado a partir do comum, que rompia com a normalidade de uma natureza, subvertendo-a. Bem executada, a finta é celebrada como a vitória da técnica e da inteligência sobre um corpo burlado. Os grandes dribladores eram também apelidados de «malabaristas». O virtuoso assemelhava-se a um prestidigitador sempre disposto a surpreender a audiência com um gesto inesperado. O jogo encantado por este mágico era apreciado pelo carácter de exibição quase circense. O público aguardava o gesto do virtuoso, sabendo da sua capacidade para produzir um bem raro, uma «obra única», que podia não acontecer. Ao contrário do espectáculo do circo, onde se esperava o inesperado, no futebol o inesperado era mais incerto; aguardava-se.

O carácter competitivo do jogo, onde a vitória do malabarista significava a derrota do adversário, garantia ao gesto virtuoso um significado mais profundo. O valor do movimento malabarista decorria da sua relação com o risco. Do resultado deste confronto individual dependia o estatuto imediato do virtuoso e dos adversários mais próximos. No repertório performativo do público, que incluía gestos, palavras, danças e cânticos, o riso, muitas vezes por intermédio de gargalhadas zombeteiras, desempenhava um papel fundamental, sobretudo quando ocorria um drible. Saide Mogne sugeriu que o instante do drible, para quem acabava de ser fintado, era o de uma derrota, significava «quase uma derrota», um momento de perda significativa. Craveirinha assinalou o efeito psicológico destes gestos, ao salientar o modo como *pyonio* indicava a eliminação do adversário batido. O acto de ser fintado inúmeras vezes concedia ao infeliz jogador a atribuição de um termo próprio, *psonbo*, não propriamente um orgulho para atletas suburbanos. Alguns dos gestos que preenchem o glossário de Craveirinha indicam esta dimensão de gozo e humor. *Psétu* sugeria a um jogador, durante o jogo, que gozasse com o adversário. Daniel Matavela (n. 1952), um dos primeiros jogadores não brancos a alinhar, em 1968, na filial moçambicana da Académica de Coimbra, descreve *psétu* como «gozar através da finta». Ângelo acrescentou a estas expressões o termo *xipanana*, também reconhecido por outros entrevistados. A expressão designava o acto de fazer passar a bola entre as pernas do adversário, um momento de humilhação suprema, explicado em parte pela conotação sexual do movimento.²³ O poder de humilhação do drible gerava reacções enérgicas: o jogador que fintasse três ou quatro adversários sabia, salientou Nizamo, que «à segunda ia levar». Como notou Vicente Lucas: «Naquele tempo fazias malabarismo levavas. Tentavas meter a bola entre as pernas dos jogadores levavas uma tarefa que nunca mais parava. Fazia uma finta, o gajo sentava-se, esperava que o gajo se levantasse para fazer outra, à terceira sujeitava-se a levar.»

Tornando mais complexa a arte do ilusionista, esta expectativa relevava o papel interaccional do «factor medo», uma condição, como notou Issufo, a que todos os jogadores suburbanos estavam sujeitos. Num contexto em que a interpretação da regra oficial se submetia ao direito da infracção, o drible envolvia riscos e estava sujeito a uma penalização imediata. O malabarista ultrapassava o adversário e parava; olhava para trás e voltava a realizar o gesto. Os momentos de pausa, assinalando a execu-

²³ Craveirinha não se referiu a esta expressão, porventura pelo facto de o seu significado ser expressamente mais universal.

ção do movimento, eram essenciais para a fruição do movimento, para a consumação de uma pequena vitória. Mogne comparou o gesto do drible ao virtuosismo do cavaleiro durante uma tourada: «O tipo passava, o outro parava e depois o outro vinha que parecia um touro. Aquilo era um futebol animado.»²⁴ Na tourada, a pé ou a cavalo, repete-se o diálogo entre a astúcia feita gesto e a força, representada pelo poder instintivo do touro; o prazer do espectador está focado no acto de ludibriar, na representação ritual da vitória da humanidade sobre a animalidade. Hoje a evolução das sensibilidades em relação à violência tende a condenar esta representação da inteligência, considerando-a desumana. Ao contrário do touro, o jogador ludibriado pelo drible, vítima do humor corrosivo do público, podia responder maliciosamente, revelando assim a sua humanidade. A violência deixava de ser um mero instinto, mas um acto guiado pela rede de significados locais. O humor do público regulava o gesto do atleta: uma celebração máxima do significado do movimento e simultaneamente uma sanção penosa sobre a sua vítima. A relevância dos gestos virtuosos no repertório motor do jogador suburbano confirmava a lógica da prática que governava a ordem da interacção local.

*

Pequeno recorte do espaço social, a ordem da interacção do jogo suburbano consagrara o valor da malícia enquanto capital simbólico, a partir do qual os jogadores e o público definiam um espaço de produção de gestos e movimentos, delimitador das possibilidades de uma linguagem formal, da acção dos seus «autores» e do alcance das suas «obras». As dinâmicas deste espectáculo revelavam uma troca simbólica onde se incluíam infracções negociadas à lei do jogo, a submissão do desempenho ao risco e ao factor medo e a estratégias de protecção e encantamento. A interpretação desta economia particular, porosa ao contexto envolvente, exigia um regresso ao processo de construção do subúrbio de Lourenço Marques.

²⁴ Pelo menos desde o princípio do século que se realizavam touradas em Lourenço Marques.

Capítulo 8

A construção social da malícia e o subúrbio de Lourenço Marques

Os adeptos do subúrbio de Lourenço Marques reconheciam a inteligibilidade dos gestos preponderantes na ordem da interacção do jogo local, «liam» os movimentos dos corpos que descodificavam a sua linguagem e os significados implícitos à permanente troca simbólica. A avaliação da *performance* propiciava um discurso narrativo sobre os momentos memoráveis dos jogos, os heróis desportivos e as equipas, a justeza do desempenho individual e colectivo. A informação integrava-se num *stock* de conhecimento específico, partilhado em interacções, permitindo a criação de laços e sociabilidades entre os indivíduos. Os sentidos produzidos pelo repertório motor dos jogadores do subúrbio consentiam uma leitura mais estrutural. O domínio destas narrativas expressava-se por critérios de classificação do desempenho desportivo repletos de julgamentos e opiniões, de um discurso ético e estético, legitimador de práticas e representações, que extravasava o universo do futebol. A economia simbólica do jogo era assim permeável aos princípios dominantes de uma ordem simbólica mais ampla, construção situada que enunciava a experiência particular do subúrbio de Lourenço Marques, transvertida em saberes, direitos, deveres e princípios de acção, elementos de um singular contrato social suburbano.

Desta experiência de rotinas sociais imprecisas, num mundo em transformação rápida, constituiu-se um particular *habitus* suburbano. Das características do futebol do subúrbio, Craveirinha destacou a malícia. Este capítulo trata da relação entre a malícia presente no jogo suburbano, analisada no capítulo anterior a partir dos significados produzidos pelos gestos dos jogadores, e a construção de uma comunidade na periferia de

Lourenço Marques; da homologia entre o *habitus* motor do jogador de futebol e um genérico *habitus* suburbano, entre um padrão de jogo, disposto por uma ordem da interacção que respondia a uma economia das trocas simbólicas, e uma configuração social historicamente situada. O exercício implica a interpretação da correspondência entre os valores e as práticas dominantes no jogo e aqueles consagrados por uma comunidade em construção. A assunção da existência de um *habitus* suburbano adquire uma dimensão tendencialmente tipificadora de uma experiência suburbana variada. Essa experiência, como se argumentou no capítulo anterior, manifesta-se nas negociações e conflitos pela definição de princípios de acção e valores. As diferenças traduzem visões distintas relacionadas com a posição conservada por indivíduos e grupos na sociedade do subúrbio e a sua relação específica com o mundo do colonizador. O sistema colonial criou, no entanto, condições para que fosse possível interpretar o subúrbio enquanto um todo, definido, na sua diversidade, face à discriminação inscrita na organização social.

Uma genealogia da experiência urbana no subúrbio de Lourenço Marques

A edificação do subúrbio de Lourenço Marques é inseparável da necessidade de o sistema colonial reproduzir uma força de trabalho para sustentar as actividades económicas da cidade, mas também, sobretudo nas primeiras décadas da formação urbana moderna, as da florescente indústria regional sul-africana. A ocupação portuguesa retirou os indígenas das melhores áreas da cidade, remetendo-os para a periferia, onde muito outros se lhes iriam juntar, vindos dos campos. Logo em 1890 se limitara a concessão de propriedade perfeita aos africanos.¹ De acordo com a regulamentação da propriedade dos terrenos urbanos aprovada por Mouzinho de Albuquerque em 1897, os proprietários deviam comprovar a posse dos terrenos por escrito e construir uma casa num prazo de seis meses, esquema burocrático que, aliado à privação de capital, excluiu sistematicamente os indígenas (Zamparoni 1998, 308). O regulamento para a concessão de terrenos do Estado de 1918, que vigorou até 1961, instaurou uma classe de terrenos, as reservas, para uso exclusivo do indígena: estes podiam ocupar, mas não possuir, a propriedade. A Lei Orgânica do Ul-

¹ Decreto de 18-11-1890.

tramar de 1953 e o novo estatuto do indígena de 1954 possibilitavam aos indígenas aceder à propriedade desde que optassem pelo direito comum e um juiz municipal lhes consentisse tal preferência. As inúmeras implicações burocráticas bloqueavam praticamente essa possibilidade. Os habitantes do subúrbio, sem direito à terra e à propriedade das casas que ergueram, sujeitavam-se a um esquema de arrendamento. O mercado das rendas definiu no subúrbio um espaço hierarquizado onde os residentes se distribuíam consoante as suas posses. Negócio lucrativo, a exploração privada dos terrenos e das casas subsistia perante a não intervenção directa do Estado, que se limitava a cobrar os impostos. Como sucedeu em grande parte do espaço urbano edificado em África depois do colonialismo oitocentista, também em Lourenço Marques uma parcela substancial da população habitava uma periferia em crescimento, na frágil condição de ocupante, sujeita a todo o tipo de arbitrariedades.

A questão da propriedade estabelecia-se como um dos elementos da «ilegalidade» do espaço suburbano colonial (Cooper 1983, 26). Conjuntura de contornos mais vastos, esta «ilegalidade» expressava em Lourenço Marques a exclusão desta população de esferas institucionais de resolução de problemas administrativos, jurídicos ou laborais, que serviam os civilizados. Até 1961 a gestão administrativa do subúrbio dependeu das autoridades administrativas tradicionais, agrupadas em quatro regedorias hereditárias: São José (que incluía as áreas de São José, Chamanculo e Malanga), Munhuana (que juntava Munhuana e Zixaxa), Fumo (que incluía Fumo, Polana, Mavalane, Chitimela e Infulene) e Malhangalene (que juntava Malhangalene, Mafalala e Lagoas). Para além da gestão corrente, o Estado delegava nestas autoridades um conjunto de funções oficiais: informação sobre problemas locais, resolução de casos de direito privado e identificação de indivíduos procurados (Rita-Ferreira 1967-1968, 159). A construção de abrigos provisórios e de casas de habitação no subúrbio dependia ainda da anuência dos administradores tradicionais, muitas vezes recompensados financeiramente pela autorização que concediam (Guedes 1971, 206). O direito consuetudinário, por sua vez, continuava a constituir-se como a instância legal de resolução de conflitos. Afastados do direito comum, os habitantes do subúrbio sujeitavam-se a instituições progressivamente inadequadas para responderem aos contenciosos característicos da vivência urbana. Em virtude do vazio legal e da legitimidade fragilizada das instâncias tradicionais de resolução de conflitos e problemas, os suburbanos recorriam cada vez mais aos serviços do emergente «mercado da magia», como meio de defesa dos seus direitos. Muitas destas práticas infringiram as regras da fragilizada lei consuetudinária.

Mesmo depois do fim do indigenato, as instituições tradicionais mantiveram-se activas. Quando o imposto domiciliário substituiu o imposto indígena, coube às autoridades locais cadastrar e identificar os habitantes do subúrbio, aliás de forma bastante deficiente, já que o número real da população era substancialmente maior do que o recenseado.² Apesar de a divisão administrativa de Lourenço Marques aprovada em 1969³ não aludir ao poder tradicional, o Estado continuava a incumbi-lo de determinadas funções (Rita-Ferreira 1967-1968, 162-163). A passagem dos africanos, em 1969, para a alçada do direito comum não solucionou os problemas de uma população na sua maioria não recenseada ou cadastrada administrativamente⁴ e sem recursos educativos, financeiros e burocráticos para aceder à justiça e reclamar sobre assuntos prementes: direitos de propriedade, contenciosos sobre rendas, questões de direito laboral, direitos sociais ou direito da família. Fora do sistema corporativo, os indígenas encontravam-se ainda excluídos do regime jurídico das relações de trabalho publicado em 1956.⁵ A situação facilitava o prosseguimento da reprodução barata da força de trabalho, baseada na política de salários baixos e na redução dos custos de gestão do espaço suburbano, já que recaía sobre o esforço dos africanos a construção do seu território existencial e das suas redes de assistência social. Depois do fim do indigenato, o grau de sindicalização desta população continuou a ser muito reduzido, diminuindo as já escassas ocasiões de protesto (id., *ibid.*, 388).

As inúmeras continuidades entre os dois momentos que definiriam uma mudança estrutural do poder colonial português evidenciavam os limites práticos da lei que acabara com o indigenato, bem como a falência, apesar da propaganda oficial, da construção de qualquer esboço de cidadania comum. A discriminação, eliminada da lei geral, conservava-se num conjunto de regulamentos respeitantes a actividades e enquadramentos específicos e, de forma mais evidente, pela desigualdade de acesso às instituições e pela falta de execução e fiscalização das leis. A mudança legal também não eliminava só por si a herança de um sistema social de segregação ecológica que se manifestava irremediavelmente nos corpos e em relações sociais institucionalizadas. Espaço com diferentes zonas simbólicas, Lourenço Marques subordinava-se a uma economia das práticas que instaurara uma troca simbólica particular e contra a qual as leis, como

² Em 1968 havia 34 380 inscritos na Munhuana, numa população estimada em 140 000 (Rita-Ferreira 1967-1968, 159).

³ Portaria n.º 21 724, de 25-1-1969.

⁴ Em 1968, apenas 35 000 recenseados para 165 000 flutuantes (Rita-Ferreira 1967-1968, 295).

⁵ Diploma Legislativo n.º 1595, de 28-4-1956.

a que proibiu, também em 1961, a discriminação em lugares públicos, pouca efectividade possuíam.⁶ Os habitantes do subúrbio aprenderam a adaptar o seu comportamento aos espaços por onde circulavam.

Uma ordem da interacção urbana

A restrição à mobilidade dos africanos fundou a organização urbana em Lourenço Marques. Os sucessivos regulamentos de trabalho ritmaram as fases de formação de um espaço simbolicamente diferenciado, composto por zonas de interacção mais ou menos restritas, sujeitas a direitos e deveres distintos. À instituição de passes pelo regulamento de trabalho dos indígenas de 1914⁷ seguiu-se uma portaria de 1917 que exigia que obtivessem uma autorização para mudanças de residência;⁸ a partir de 1918 aplicou-se uma pena de trabalho correcional aos que se apresentassem em Lourenço Marques sem um passe: as mulheres e as crianças entravam apenas com contrato de trabalho;⁹ o primeiro regulamento de identificação, que resultará na criação de um bilhete de identidade para os maiores de 14 anos, foi publicado em 1919;¹⁰ segundo o regulamento de polícia dos serviçais e trabalhadores indígenas de 1922, os recém-chegados tinham três dias para se inscreverem; quem se acercava com passe não devia permanecer mais do que 15 dias, prazo estipulado para encontrar trabalho;¹¹ uma portaria de 1926 impôs uma caderneta de identificação e trabalho para todos os indígenas do sexo masculino com mais de 14 anos: o contrato de trabalho determinava não apenas a permanência mas a identificação de um local de residência;¹² legislação posterior, como o regulamento do serviço de identificação de 1941 ou o regulamento dos serviçais de 1944, conservou o dispositivo de controlo da permanência e da mobilidade, sob pena de trabalho correcional;¹³ em 1949, o novo regulamento dos serviçais atenuou algumas das restrições à mobilidade.¹⁴

⁶ Diploma Legislativo n.º 2023, de 5-11-1961.

⁷ Decreto-Lei n.º 951, de 14-10-1914.

⁸ Portaria n.º 475, de 30-6-1917.

⁹ Portaria n.º 908, de 21-9-1918.

¹⁰ Portaria n.º 1185, de 24-5-1919.

¹¹ Decreto do alto comissário n.º 312, de 4-12-1922.

¹² Portaria n.º 332, de 5-6-1926.

¹³ Aprovados, respectivamente, pelas Portarias n.º 4354, de 9-4-1941, e n.º 5565, de 12-5-1944.

¹⁴ Portaria n.º 7798, de 2-4-1949.

De acordo com os Regulamentos dos Serviçais de 1944 e 1949 e o Estatuto dos Indígenas de 1954, constituía ofensa criminal os jovens saudáveis com mais de 18 anos não venderem o seu trabalho. O desemprego era considerado um crime. Como pena para ambas as infracções, o Estado aplicava aos transgressores períodos de trabalho forçado. A mesma pena punia outras contravenções: mudança de emprego sem autorização, criação do próprio emprego sem permissão, trabalho casual sem registo, ausência da área municipal sem autorização, incitar os colegas a desistirem da sua ocupação, não realizar um registo três dias depois de entrar na cidade (Penvenne 1983, 137). O Estado central, as autoridades municipais e alguns interesses privados beneficiaram deste esquema de captação de mão-de-obra, regulado pelas necessidades contextuais: as penas de prisão e a violência sobre os trabalhadores serviam de método disciplinador e dissuasor de ulteriores incumprimentos. Com escassas excepções, qualquer protesto formulado esbarrava num sistema de justiça que protegia o colono e o patrão (id., *ibid.*, 138-141). Em finais da década de 50, as multas foram substituindo o trabalho forçado (id., *ibid.*, 142). Antes do fim do indigenato, o novo regulamento de identificação atribuiu um cartão de identidade aos indígenas evoluídos que apresentassem bom comportamento, permitindo-lhes então uma maior mobilidade.¹⁵ A medida antecipava a mudança jurídica de 1961 e ia ao encontro da necessidade de estabilização da mão-de-obra.

A diminuição dos obstáculos à circulação dos habitantes do subúrbio não afectou o significado interaccional da presença do suburbano no «cimento», espaço hiper-regulado onde a sua entrada dependia exclusivamente do desempenho de uma função laboral. Dos 21 904 africanos que habitavam em 1968 na «cidade de cimento», a maioria desempenhava funções específicas (Rita-Ferreira 1967-1968, 244); os empregados domésticos, serviçais ou porteiros, estavam destinados a habitar anexos especiais situados dentro das casas, uma outra forma de manter a separação. Por sua vez, os 9288 europeus recenseados no subúrbio pertenciam a uma camada pobre da população colona que aproveitava as oportunidades comerciais desenvolvidas nas zonas de transição entre as duas partes da cidade. O regime de separação restringia as dinâmicas de sociabilidades e incentivava estratégias endogâmicas. Em 1967, dos 1069 casamentos celebrados na cidade, apenas 52 uniam pessoas de etnias diferentes: somente um envolvia brancos e negros e 21 brancos e mistos (id., *ibid.*, 1968, 237).

¹⁵ Portaria n.º 6490, de 15-6-1946.

No mesmo ano, dos 5499 nascimentos, 522 resultaram de relações «mistas», dos quais 254 eram filhos ilegítimos (id., *ibid.*). Em 1968, 8,3% da população da cidade resultava de uma «mistura racial» e a tendência parecia apontar para a contracção deste número (id., *ibid.*, 235-236).

No quadro de uma rotina opressora, a presença do habitante do subúrbio na ordem da interacção prevalecente na «cidade de cimento» estava determinada por uma subordinação intrínseca, contra a qual resistia pela astúcia, tendo em conta os perigos de uma confrontação aberta numa situação como esta (Scott 1990, 2-17). A obediência, a deferência e a solícitude ajustavam-se às exigências do espaço particular de relações. Esta ordem interaccional, caracterizada pela violência física e simbólica do Estado e do patrão, a humilhação ou o paternalismo, não se reproduzia nas relações entre os habitantes do subúrbio, espaço onde se desenvolveram, em condições específicas, normas de interacção particulares. As condições de vida não contribuíam, no entanto, para uma existência harmoniosa, justificando os «problemas anímicos», «perturbadoramente chocantes», de que falara Craveirinha. A instabilidade permanente deu origem a rotinas incertas e inconstantes. A reprodução da mão-de-obra no subúrbio de Lourenço Marques, objectivo fundamental dos interesses coloniais portugueses, apoiara-se num processo de profunda precarização existencial.

Como sintetizou com precisão Frederick Cooper, o problema decorrente da gestão do espaço «ilegal» nas cidades africanas não residia na forma como conseguia proporcionar, ou não, a reprodução de uma força de trabalho barata, mas sim se esta força de trabalho era a mais adequada para os projectos económicos do pós-guerra (Cooper 1983, 32). Em inúmeros espaços coloniais em África este problema começara a ser pensado de modo mais sistemático ainda antes da segunda guerra. O Estado interveio sobre o espaço urbano, construiu bairros e produziu um conjunto de políticas sociais que procuraram regular melhor a reprodução da mão-de-obra. No contexto colonial português, este tipo de intervenção foi marginal, apesar do esforço efectuado a partir dos anos 60. Em Lourenço Marques, o sistema de exploração do trabalho ajustou-se, em termos genéricos, a um mercado laboral instável e sem direitos. Para alguns interesses económicos a situação dominante tendia a tornar-se contraprodcente, baixando os índices de produtividade. O isolamento da população africana, entregue a si própria no subúrbio, não garantia a estabilidade nem a qualificação da mão-de-obra. A reprodução da força de trabalho exigia um maior controlo sobre a sua socialização, bem como uma integração mais sólida na economia de mercado, combatendo todas as actividades económicas consideradas «informais».

Pensar a gestão social

Quando publicou, em 1968, *Os Africanos de Lourenço Marques*, António Rita-Ferreira assinalou a existência do que designou por «hiato cultural» (Rita-Ferreira 1967-1968, 232).¹⁶ Em Lourenço Marques crescia uma população estruturalmente jovem educada na cidade e mais desembaraçada dos vínculos com a sociedade rural, gestora dos seus movimentos e desejos. A incapacidade do Estado colonial para preencher este vazio poderia levar ao aparecimento de uma perigosa consciência nacional (id., *ibid.*, 468). As mudanças legislativas, mesmo as mais simbólicas, como o fim do indigenato, de pouco serviriam sem um contrato social urbano. A formulação de políticas sociais no mundo colonial vinha sendo promovida em diversos contextos e discutida multilateralmente em fóruns internacionais, comunidades epistémicas onde se perfilhavam políticas e técnicas de gestão.¹⁷ Em 1956, o livro *Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara* (Forde 1956), que resultara da conferência sobre questões urbanas em África organizada pela Unesco e pelo *International African Institute* dois anos antes em Abidjan, não fazia qualquer referência, na exaustiva lista de trabalhos indexados, a estudos sobre as colónias portuguesas.¹⁸

Destacadas figuras do pensamento colonial português, como Silva Cunha ou Adriano Moreira, que assumiram cargos ministeriais nas décadas de 60 e 70, além de outras funções em estruturas de decisão política e de produção de conhecimento, escreveram sobre o assunto.¹⁹ Em 1941,

¹⁶ O trabalho de Rita-Ferreira aponta o encontro de 1959 do Conselho Científico para o Sul do Sara como o primeiro passo para pensar a questão urbana no contexto português de modo mais sistemático.

¹⁷ Como, por exemplo, a Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Sara (CCTA), a Conferência Interafricana de Trabalho Rural (reunida pela primeira vez em Lourenço Marques em 1953), a Comissão Económica para África (criada pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas em 1959), a Organização Internacional do Trabalho, o Instituto Internacional das Civilizações Diferentes (INCIDI) e o Instituto Africano Internacional (the International African Institute).

¹⁸ Os anos 30 inauguraram os estudos urbanos em África, mais comuns a partir da década seguinte. Daryl Forde, o autor da revisão bibliográfica, aponta o trabalho de Orde Browne *The African Labourer* (Oxford University Press, International African Institute, 1933) e o estudo sobre o Copperbelt de J. Merle Davies (ed.), *Modern Industry and the African* (Macmillan, 1933), como os primeiros a olhar de forma mais sistemática para a questão urbana em África (Forde 1956, 12). Quando, em 1967, fez o estado da arte dos estudos urbanos em África, Epstein não fez qualquer referência a Portugal (Epstein 1967).

¹⁹ Silva Cunha foi ministro do Ultramar entre 1965 e 1973. A sua tese de doutoramento (*O Sistema Português de Política Indígena: Subsídios para o Seu Estudo*, 1953) foi um marco importante na reforma das políticas coloniais portuguesas. Adriano Moreira tor-

Marcelo Caetano, na altura comissário nacional da Mocidade Portuguesa, antes de em 1944 assumir o Ministério das Colónias, já havia manifestado ao Conselho do Império Colonial a urgência em categorizar os novos aglomerados indígenas resultantes do contacto com o sistema colonial. Segundo Silva Cunha, a intervenção de Caetano foi um dos primeiros avisos sobre a necessidade de enquadrar uma camada de «semiassimilados» acumulados nas periferias das cidades africanas (Silva Cunha 1952, 26-27). A legislação sobre os bairros indígenas, estabelecendo um conjunto de direitos e deveres, de regras de construção e hierarquias administrativas, desenhava uma intenção pioneira de enquadramento social. Estes planos, no entanto, pouco saíram do papel, encontrando-se longe de expressarem as modernas técnicas de gestão. Silva Cunha lamentava assim, em 1952, a ausência de legislação portuguesa que enfrentasse a questão da «distribuição» (Silva Cunha 1952, 12-13). O indígena «evoluído», que permanecia categorizado pelo Estado como um indivíduo «tradicional» sob a autoridade de instituições tradicionais, possuía uma condição urbana e laboral que exigia uma «categorização social», operativa para lidar com desafios sociais decorrentes da vida urbana e da transformação das condições laborais. O próprio Silva Cunha escreveu sobre o perigo da proletarianização do trabalhador negro e sobre a relação da «distribuição com o surgimento de movimentos associativos subversivos» (Silva Cunha 1956 e 1959). Nestas obras insistiu na urgência de o Estado colonial passar a dominar a adaptação do africano à troca feita em moeda, à ideia de lucro, de produção e de consumo, ao sistema salarial e às consequências sociais de atitudes individualistas (id., *ibid.*).

Os projectos de desenvolvimento económico colonial nos anos 50 e 60,²⁰ num contexto de progressiva redefinição do colonialismo em África, redesenhando a organização das relações sociais, tornavam mais premen-

nou-se o executor de uma nova forma de conceber a ciência colonial portuguesa, já visível nos textos da *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, editada a partir de 1951 pelo Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa. Dois anos antes, este mesmo centro iniciara outra publicação, a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*. Nas duas revistas, apesar do diferente âmbito de acção, notava-se a ambição de transformar as formas de gestão política e social dos territórios nacionais de acordo com uma perspectiva desenvolvimentista. Moreira deixou ainda a sua marca na *Revista de Estudos Ultramarinos*, sobretudo depois de 1959, quando se tornou seu director. A publicação, fundada em 1948 como *Revista de Estudos Coloniais*, pertencia à Escola Superior Colonial. Em 1963 passaria a designar-se por *Revista de Estudos Políticos e Sociais*, sob a tutela do então Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

²⁰ Os estabelecimentos industriais em Moçambique subiram de 25, em 1950, para 500, em 1970 (Mendes 1979, 249).

tes as preocupações de Silva Cunha. A resposta portuguesa foi hesitante. Até 1961, o estatuto do indigenato continuou a estabelecer-se como o eixo de definição das relações institucionais e quotidianas, apesar da propaganda luso-tropicalista. Em 1960, Adriano Moreira salientava que a prioridade das políticas de acção social devia situar-se nas cidades e nas zonas de fronteiras, núcleos mais sujeitos à instabilidade social (Moreira 1960, 8). As massas de «destribalizados» chegariam a 200 000 em Luanda e a 100 000 no subúrbio de Lourenço Marques. Os «aglomerados do tipo dos musseques e de Xipamanine» requeriam «uma acção social intensa» (id., *ibid.*, 12). O fim do indigenato durante o magistério de Moreira à frente do Ministério do Ultramar procurava enfrentar o problema da reprodução da mão-de-obra, mais do que integrar o africano em modelos de cidadania europeus. Esta reformulação assentava em medidas como a revogação de sanções penais por quebra de contrato e a instauração do salário mínimo e da negociação colectiva, segundo as exigências da Conferência Internacional de Trabalho em 1955.²¹ O Estado pretendia regular o processo de adaptação do trabalhador à cidade por intermédio de programas de educação e saúde, mas também de defesa da família, do casamento, da educação da mulher, de promoção da religião católica e da organização de programas de ocupação de tempos livres, como os que vinham sendo elaborados na metrópole desde 1935 pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT); o salário, considerava Moreira, introduziu em África «a noção de tempo», relegando para segundo plano estruturas tradicionais como o convívio colectivo, festas, rituais, etc. (id., *ibid.*, 16), o que obrigava o Estado a preencher tal lacuna.

A identificação dos problemas constituía apenas uma primeira etapa da sua resolução. O Estado colonial português tardava em articular os diagnósticos gerais com políticas baseadas num conhecimento concreto do terreno. Na década de 50, o trabalho de instituições como o Centro de Estudos Políticos e Sociais, fundado em 1956 e gerido por Adriano Moreira, procurou colmatar algumas destas lacunas (Margarido 1975; Gallo 1988; Pereira 1998, xxv, e 2005, 24-30).²² Em Moçambique, a rea-

²¹ Medidas instituídas pelo decreto n.º 43 039, de 30 de Junho de 1961.

²² A Junta de Investigações do Ultramar juntou vários centros de investigação, missões, institutos e brigadas. Entre estes encontrava-se o Centro de Estudos Políticos e Sociais, fundado em 1956 por Adriano Moreira. O centro representava uma nova fase dos estudos coloniais em ligação próxima com fóruns internacionais onde se discutiam e partilhavam técnicas de gestão social e económica de territórios e populações. O Centro de Estudos Políticos e Sociais promoveu diversas missões e grupos de trabalho, tais como a Missão de Estudo da Atracção das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural, a Missão para

lização de estudos empíricos em meio urbano comprovou a complexidade da situação. Em 1964, uma investigação realçava a deslocação para os centros urbanos de «milhares de jovens de origem rural» que solicitavam «lugares de serventes, de capatazes, de empregados de escritório» (*Promoção Social em Moçambique*, 1964, 19). A «existência deste grupo, sempre crescente, de marginais insatisfeitos» era considerada «potencialmente perigosa» (*ibid.*, 19). Estimava-se que este contingente corresponderia a 3,5% da população. A sua posição na estrutura social, o seu nível educativo e o contacto com fontes de informação tornavam-no mais sensível aos processos de discriminação, que persistiam depois do fim do indigenato (*ibid.*, 22). O estudo propunha um plano de fixação das populações nas zonas rurais, onde viviam 94% dos moçambicanos. As reformas agrárias coloniais, articuladas com as políticas de «bem-estar rural», fomentavam uma modernização agrícola que introduzisse novos agricultores africanos nos circuitos de uma economia capitalista e estancasse simultaneamente o êxodo para as cidades, atenuando o crescente desemprego e subemprego urbanos. A «promoção social» tratava do enquadramento das populações, propondo novas estruturas, como, por exemplo, as regedorias administrativas.²³ Os debates travados na Conferência Interafricana do Trabalho e no Instituto Interafricano do Trabalho inspiravam as instituições portuguesas, como a Comissão de Estudos de Planos de Fomento e a Comissão de Planeamento Regional do Sul.

A partir de finais da década de 50, em revistas especializadas dedicadas ao desenvolvimento agrícola e industrial, à questão do trabalho e do enquadramento social, as preocupações com a gestão das populações rurais e urbanas estão bastante presentes. Pesquisas empíricas centradas no espaço urbano, como a realizada em 1964 no bairro indígena da Munhuana, em Lourenço Marques (*Inquérito Habitacional Realizado no Bairro da Munhuana*, 1964), revelavam condições de existência precárias. Em Lourenço Marques, a sociologia urbana de António Rita-Ferreira, em 1968, e os trabalhos geográficos de Maria Clara Mendes publicados em 1976 e 1979, mas baseados em trabalho empírico anterior, encontravam-se entre as mais importantes investigações de terreno, assinalando a maturidade da viragem metodológica da ciência colonial portuguesa.

o Estudo dos Movimentos Associativos Africanos, o Sector de Estudos das Questões Internacionais do Trabalho, o Sector de Estudos Económicos do Ultramar Português, o Sector de Estudos dos Problemas das Terras e o Sector de Estudos da Mão-de-obra no campo da política interna.

²³ Criadas pelos Decretos n.ºs 43 896 e 43 897, de 6-9-1961.

A acção do Estado no investimento e na investigação devia ser complementada pela vontade e compreensão do patronato. Aos patrões, considerava Rita-Ferreira, aconselhava-se paciência: «Os hábitos de uma economia moderna não se adquirem como se adquire um transistor.» As políticas sociais seriam direccionadas para a transformação das condições de existência destes indivíduos: «muitos dos africanos urbanizados vivem em ambientes de marginalidade e transição, até mesmo de imoralidade e desagregação, ambientes onde se verifica completa carência de novos valores de substituição» (*ibid.*, 358-359).

O diagnóstico negativo de Rita-Ferreira demonstrava também o falhanço das políticas urbanas em Lourenço Marques.

Intervir sobre o espaço do subúrbio

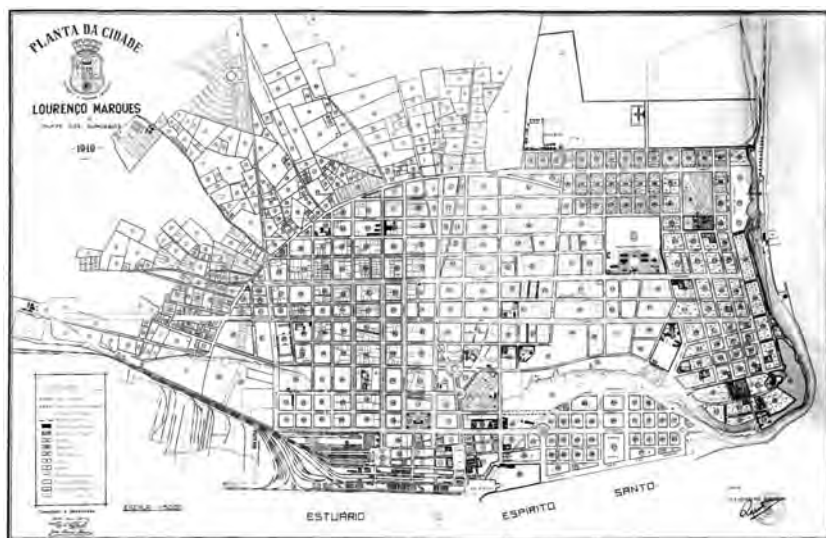
A maior parte dos planos urbanísticos, bem como as poucas intervenções concretas realizadas no subúrbio de Lourenço Marques, serviram para incrementar a política de separação social. A intenção de organizar bairros indígenas na periferia de Lourenço Marques, presente no plano gizado por Araújo em princípios do século XX, só se concretizaria mais tarde. Entre 1918 e 1921, perto do mercado de Xipamanine, a administração construiu um pequeno bairro social. O elevado custo das rendas encaminhou as 33 casas de alvenaria para a pequena burguesia negra e mulata (Zamparoni 1998, 318).²⁴ Em 1922, uma portaria autorizou o governo da colónia a contrair um empréstimo para a construção de pousadas ou bairros para indígenas.²⁵ O regulamento de polícia para os serviços e trabalhadores indígenas de 1922, além de impor um mecanismo de inscrição, identificação e autorização de permanência e de contrato, forçava estes africanos a instalarem-se em pousadas.²⁶ A verba para a construção destas instalações, reunida num fundo financiado pelas inscrições obrigatórias dos africanos chegados à cidade, acabou por ser desviada para os serviços de fiscalização do trabalho indígena (Rita-Ferreira 1967-1968, 198).

²⁴ Em 1936, o delegado de saúde da região assinalou que o aluguer destas casas fora um fracasso, porventura, adiantava, por serem caras de mais. O *Brado Africano* referia que o problema residia na falta de um quintal, aspecto fundamental para o quotidiano dos indígenas que haviam há pouco chegado do campo. Por essa altura já se anunciara a construção de um novo bairro indígena. O jornalista de *O Brado Africano* considerava-o um exemplo da imposição de um modelo de segregação transvaliano (*O Brado Africano*, 22-2-1936, 1).

²⁵ Portaria n.º 331, de 4 de Dezembro.

²⁶ Com a excepção dos empregados do Estado, empregados domésticos, do comércio e dos escritórios, capatazes e com a instrução primária (Rita-Ferreira 1967-1968, 198).

Mapa 8.1 – Lourenço Marques em 1940. Neste mapa é possível observar a representação de algumas estradas e caminhos suburbanos e à esquerda, em cima, a forma concêntrica do bairro indígena



Fonte: Morais (2001, 137).

As grandes empresas de contratação e transporte de trabalhadores para a África do Sul, a WNLA, os Caminhos-de-ferro e a Delagoa Bay, edificaram bairros provisórios nos arredores da cidade para acomodar os trabalhadores migrantes (Zamparoni 1998, 320). Só em finais dos anos 30 o Fundo para a Construção de Casas para Indígenas foi reconstituído. Em 1939 ocorreram as primeiras expropriações junto à Avenida de Angola.

Em 1940, depois de fixadas as áreas destinadas aos bairros indígenas,²⁷ começaram a ser construídas as primeiras casas do Bairro da Munhuana. Justificado por questões de «saúde, ordem e moral públicas», o projecto, da responsabilidade da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lourenço Marques, foi inspirado por modelos sul-africanos.²⁸ A mesma ló-

²⁷ Diploma Legislativo n.º 616, de 16-11-1938.

²⁸ O bairro compreendia 362 casas, 240 destas com apenas uma assolhada (*O Brado Africano*, 20-7-1940). O chefe da Repartição Técnica de Obras Públicas de Lourenço Marques deslocou-se várias vezes a Joanesburgo durante o planeamento do bairro (AHM, DSAC, administração, caixa 134, bairro indígena; AHM, DSAC, administração, Administração Civil; assuntos municipais e dos seus organismos autónomos, Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1937-1938, caixa 134, bairro indígena, carta da Secção Provincial da Administração Civil da Província do Sul do Save sobre a dissolução da Comissão para a Construção de Pousadas e Bairros Indígenas, 30-12-1940).

gica de fechamento social caracterizou os planos de crescimento da cidade elaborados pelo Gabinete de Urbanização Colonial em princípios da década de 50. O plano Aguiar (1952-1955), elaborado em 1947 pelo arquitecto João Aguiar para o Gabinete de Urbanização, perspectivava a organização de diversos bairros indígenas dotados de um conjunto de equipamentos públicos. A separar estes bairros da «cidade de cimento», propunha-se uma área intermédia ajardinada, tampão físico e social (Morais 2001, 161). O projecto não se concretizou. Quando, em 1958, foi criado o Fundo para a Construção de Casas Destinadas à População Indígena, os planos de urbanização concediam prioridade à construção de equipamentos públicos, escolas, campos, jardins. Findo o indigenato, o fundo transformou-se, em 1962, na Junta dos Bairros e Casas Populares. Após a constituição, em 1964, do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques, o urbanismo oficial procurou integrar novos métodos de planeamento urbano articulados com os princípios inerentes à inversão luso-tropical da ideologia colonial portuguesa, consubstanciada, no caso particular da organização das populações, na defesa de um povoamento plurirracial (Morais 2001, 173).²⁹ A acção profiláctica do moderno urbanismo face aos problemas de gestão social vinha sendo coordenada pela Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar.³⁰ A elaboração de novos estudos, como o Plano

²⁹ Em 1963, o arquitecto Pancho Guedes publicou um manifesto no jornal *A Tribuna*, no qual criticava a falta de políticas urbanas ajustadas ao subúrbio. Neste documento propôs um plano geral de intervenção no espaço do «caniço». O seu objectivo principal era a criação de condições que permitissem unir uma cidade que continuava a crescer separada (*A Tribuna*, 9-6-1963, 7).

³⁰ O arquitecto Mário de Oliveira, membro desta direcção, sintetizou esta nova prática na obra *Problemas Essenciais do Urbanismo do Ultramar* (1962). O urbanismo da década de 50 erguia-se como instrumento prático da ciência colonial moderna, constituindo-se, fundamentalmente, como um planeamento social. Reconhecidas as «constantes humanas» que caracterizavam a vida nas cidades (Oliveira 1962, 7), tratava-se então de compreender as condições locais e manejá-las de acordo com os desígnios políticos e económicos do sistema colonial. O planeamento urbano, num contexto de acomodação de mão-de-obra africana, aspirava criar condições que possibilitassem o entendimento entre pessoas de origens diversas, inevitável no contexto sociológico da cidade. Este raciocínio presidiu à elaboração de um dos diplomas que marcaram a presença de Adriano Moreira à frente do Ministério do Ultramar: a criação das juntas de povoamento (Castelo 2007, 154-162). Reguladas pelo Decreto n.º 43 895, de 6 de Setembro de 1961, as juntas de povoamento, de acordo com o seu artigo 3.º, deveriam «promover ou estimular quaisquer iniciativas tendentes a reforçar os laços de solidariedade e convívio entre as diferentes classes ou conjuntos sociais ou étnicos, particularmente através de manifestações desportivas, folclóricas, ou culturais em geral, campos de trabalho juvenis, autoconstrução de habitações, etc.». O Plano de Urbanização dos Bairros Populares de Bissau, na Guiné, foi um dos primeiros exemplos deste planeamento urbano moderno (Mário Oliveira 1962, 31).

Regulador de Ocupação do Solo de Lourenço Marques, de 1966, não registou um efeito prático. O falhanço do urbanismo oficial sentia-se mais neste período, em que os grandes projectos económicos e as necessidades de regulação política careciam de métodos eficazes de gestão das populações trabalhadoras. Depois da construção do Bairro da Munhuana fora apenas inaugurado um bloco de quatro pisos no mesmo local, dois blocos (32 moradias) no Bairro da Malhangalene e 400 casas nas zonas industriais da Matola e na Machava. Considerando o ritmo de aumento da população, o esforço era insuficiente (Ferreira 1968, 203).³¹ A adaptação do urbanismo à nova face colonial portuguesa pós-indigenato tardava a inscrever-se no subúrbio, embora a câmara municipal tenha tomado em mãos algumas responsabilidades. A organização do Plano de Beneficiação da Área Suburbana de Lourenço Marques, na década de 70, constituir-se-ia como o projecto de intervenção mais ambicioso, mas chegara tarde. Uma das dimensões deste plano incluía a construção de diversos equipamentos desportivos no caniço, como tanques de natação e ginásios ao ar livre.³²

Os fundamentos de um *habitus* suburbano

Em Lourenço Marques, espaço de obtenção de proveitos necessários para enfrentar o garrote do sistema colonial, mas também local de múltiplas atracções e projectos, habitariam em finais da década de 60, pelo menos, 200 000 africanos (Rita-Ferreira 1967-1968, 225). Esta população cresceu a uma média de 1200 indivíduos por ano entre 1940 e 1959 e 6500 no período entre 1950 e 1960. Depois do fim do indigenato, com o abrandamento das restrições de circulação e de residência, as entradas aumentaram. Em 1968 apenas 21% dos entrevistados por Rita-Ferreira haviam nascido na cidade (id., *ibid.*, 226). Dependentes da entrada no espaço simbólico do «cimento» para sobreviverem, os habitantes do subúrbio construíram o seu próprio território de vida para lá da linha da separação, na ausência de um planeamento urbano estatal. Renovando a questão colocada por Cooper, tratava-se de perceber o que acontece

³¹ O III Plano de Fomento previa que Lourenço Marques precisava de mais 35 000 fogos, apesar de projectar apenas a construção de 6700 fogos em terrenos a expropriar (Rita-Ferreira 1967-1968, 205).

³² ACPEFM, pasta 414-C, actas das reuniões do Gabinete de Urbanização de Lourenço Marques.

quando a reprodução social não é totalmente organizada pelo capital e pelo Estado (Cooper 1983, 29).

Grande parcela da cidade africana foi erguida pela iniciativa local, por grupos auto-organizados, mais ou menos formalizados, que procuraram edificar um espaço comum, não apenas as casas e as ruas, mas o comércio, as redes de ajuda colectiva, as actividades religiosas, recreativas e desportivas e, em grande medida, toda a organização social. As descrições caóticas deste universo falham em interpretar a sua lógica e disposição. A dinâmica descrição do subúrbio realizada por Pancho Guedes em 1971 revelava um sistema de construção organizado por redes de entreajuda. Passo a passo, o recém-chegado, acolhido por familiares ou amigos, construía um abrigo precário e temporário, feito do material disponível, para dormir, cozinhar e manter os parcos bens. De seguida, passava para uma palhota tradicional (Guedes 1971, 206). O processo de construção misturava técnicas antigas com a utilização imaginativa de materiais que circulavam pela cidade. Caixas de papel, material plástico e outros produtos descartáveis combinavam-se criativamente com técnicas tradicionais recriadas no subúrbio. Como resumira em 1955 José Craveirinha, os habitantes dos Bairros da Munhuana, Xipamanine e Chamanculo enfrentaram, eles próprios, a crise da habitação (*O Brado Africano*, 5-2-1955, 1). Durante muito tempo, os interesses coloniais beneficiaram desta auto-organização; este processo de diminuição do custo de reprodução da mão-de-obra adequava-se às próprias carências do modelo de exploração colonial português. A partir dos anos 50 este sistema revelou-se demasiado instável para os grandes planos de investimento.³³

Em os *Africanos de Lourenço Marques*, António Rita-Ferreira realizou um retrato social das bases de formação de uma experiência urbana na periferia de Lourenço Marques, caracterizada pela instabilidade inerente a um mundo no qual os direitos e deveres não se encontravam definidos e onde a pluralidade de sistemas de autoridade não preenchia o «hiato legal» que deixava os habitantes do subúrbio a sobreviver num espaço de «ilegalidades». A descrição da vida na periferia da cidade, integrando números e exposições que assinalavam criticamente as condições locais de sobrevivência, respondia a problemas suscitados por modernos projectos desenvolvimentistas, que exigiam uma fixação e qualificação da

³³ Isto relacionava-se, aliás, com as críticas à qualidade da força de trabalho, a lentidão na absorção de conhecimentos, a pouca capacidade de compreensão e raciocínio, a falta de polivalência, a pouca visão geral das operações de produção, a falta de sentido aritmético (Rita-Ferreira 1967-1968, 355-356).

mão-de-obra, e pela sua articulação com a consolidação da gestão política em tempos de guerra já generalizada.

A precariedade dos vínculos de trabalho prejudicava a fixação da mão-de-obra. Os trabalhadores manuais em actividade na estiva, na construção civil, na armazenagem ou nos transportes mecânicos submetiam-se a contratos à jorna (Rita-Ferreira 1967-1968, 365). O estabelecimento de um salário mínimo para trabalhadores industriais, no valor de 550\$00, além de não ser genericamente cumprido, encontrava-se aquém das necessidades básicas do trabalhador africano, sobretudo porque lhe cabia sustentar a família próxima e ajudar a família extensa (id., *ibid.*, 347). A mesma volubilidade laboral atingia os trabalhadores do sector terciário proletariado: porteiros, engraxadores, guardas, serventes, vendedores ambulantes. Os numerosos criados e serviçais, percentagem significativa da força de trabalho urbana, usufruindo de casa e de alimentação, auferiam salários muito baixos e por vezes nenhuma remuneração. No privilegiado funcionalismo público também prevaleciam situações de discriminação. Dos 6418 africanos empregados na administração em 1968, 71,5% ocupavam as duas categorias profissionais mais baixas, de um conjunto de 24, 84,9% encontravam-se nas três menos qualificadas e 91,5% nas quatro (id., *ibid.*, 343).³⁴ Não havia qualquer africano nas categorias mais elevadas e muito poucos nas intermédias. À precariedade dos vínculos juntava-se uma situação de discriminação salarial, apesar de tudo menos sensível na cidade do que nos campos (id., *ibid.*, 346). Os assimilados, a quem o estatuto garantia vantagens salariais, foram afectados pela concorrência dos colonos nos trabalhos mais qualificados, a ponto de alguns desejarem perder a própria condição de civilizados para acedem a outras áreas do mercado laboral (Penvenne 1983, 157-158).

Limitados por estes constrangimentos, os trabalhadores africanos organizavam as suas estratégias. A permanência de práticas coercivas na captação da força de trabalho, nomeadamente do *chibalo*, gerou uma enorme desconfiança nos trabalhadores sobre o vínculo laboral (Penvenne 1983, 142-144; Rita-Ferreira 1967-1968, 361). O risco impunha-se como a regra do jogo. Procurando fugir aos contratos mal pagos e mais longos, os trabalhadores arriscavam os trabalhos ocasionais, muitas vezes em situação ilegal, colocando-se sob o perigo do trabalho forçado (Penvenne 1983, 142-143). A realização de «biscates», meio comum de

³⁴ O equivalente, respectivamente, a 4596, 5446 e 5872 trabalhadores (Rita-Ferreira 1967-1968, 343).

subsistência, era ilegal e perseguida pelas autoridades (id., *ibid.*, 156). As estratégias laborais, por definição arriscadas, obrigavam estes trabalhadores a uma leitura constante das suas possibilidades e a adaptarem o seu comportamento, aprendendo, em interação, o desempenho comprovadamente mais proveitoso. Representar o papel do «bom rapaz» poderia proporcionar uma relação com um «bom patrão» (id., *ibid.*), que responderia com um paternalismo condescendente e, com alguma sorte, sem violência. Para além das qualificações, a prática laboral dependia de condições comportamentais, que colocavam sob o quadro do clientelismo paternal parte das questões dos direitos do trabalho. Neste quadro interaccional, a subordinação integrava o «registo público» (Scott 1990, 45–68) do trabalhador, estratégia para minorar o enorme desequilíbrio das relações de poder. Como notou Penvenne, nada havia a ganhar em desafiar a cidade (id., *ibid.*, 143).

Entre 60% e 75% do orçamento dos indivíduos entrevistados por Rita-Ferreira esgotava-se com a alimentação;³⁵ as famílias não indígenas de Lourenço Marques reservavam 33,7% do seu orçamento para a mesma despesa, percentagem próxima da média dos países desenvolvidos: 30% (Rita-Ferreira 1967-1968, 314). Competia ao trabalhador gerir o remanescente orçamental para responder a despesas básicas, como a renda ou a iluminação, o que demonstrava o papel da política salarial na precarização desta população. O exercício de actividades complementares, em especial em pequenos ofícios (alfaiates, sapateiros, modistas, costureiras, marceneiros, carpinteiros, colchoeiros, artesanato tradicional, cesteiros), nos serviços pessoais (barbeiros, engraxadores, polidores de automóveis, vendedores de comida e bebidas) ou no pequeno comércio, a que se dedicavam milhares de mulheres, distribuído entre os mercados oficiais, mas sobretudo nos inúmeros mercados espontâneos, assumia-se como uma estratégia de reforço orçamental. Estas actividades infringiam a lei do Estado colonial, contribuindo para a «ilegalização» da existência suburbana e o aumento do risco inerente à navegação quotidiana. De acordo com um diploma de 1927, para exercer o comércio com os mesmos direitos que um europeu, o africano devia falar português, largar os

³⁵ Os dados confirmavam estudos anteriores. No inquérito realizado no Bairro da Munhuana em 1964, os salários dos moradores entrevistados eram exclusivamente despendidos em necessidades básicas, nomeadamente com a alimentação e a casa; o espaço residencial não possuía condições mínimas de higiene (*Inquérito Habitacional Realizado no Bairro da Munhuana*, 1964, 48). 48,6% de todos os homens inquiridos eram operários qualificados (*ibid.*, 46).

costumes indígenas e ter profissão no comércio ou indústria;³⁶ por fim, exigia-se-lhe o estatuto de assimilado. A disposição manteve-se até ao fim do indigenato; depois, a marginalização do pequeno comerciante africano permaneceu pela via da burocracia e dos impostos (*ibid.*, 365).

As condições incertas e perigosas deste mercado de trabalho urbano, impróprias para os indivíduos projectarem o seu futuro, deixavam em aberto a opção do retorno ao ambiente mais seguro e previsível do campo. Como resumiu Rita-Ferreira: «Sabendo que apenas serão tolerados pela economia monetária enquanto puderem vender o seu trabalho, continuam a ver na tribo, na família e na exploração da terra os únicos esteios com que poderão contar quando se virem rejeitados pelos empregadores» (Rita-Ferreira 1967-1968, 339). A circulação rápida dos trabalhadores prejudicavam as actividades económicas que envolviam uma maior especialização do trabalho e para as quais era necessário tempo de formação.³⁷ A dependência dos trabalhadores de uma rede de apoio económico e social no quadro da família extensa obrigava ao cumprimento de obrigações inerentes a economias do dom fundadas no parentesco (assistir a rituais familiares, casamentos, baptizados, funerais, prestar ajuda a doentes, a menores, ajudar na construção de uma casa). Tais encargos colidiam com os horários impostos pelos regimes de trabalho, gerando situações de absentismo e de rotatividade da mão-de-obra que afectavam a produtividade. O desemprego, a curto prazo um grave problema, era atenuado pela contratação de trabalhadores pelas agências sul-africanas que continuavam a operar em Lourenço Marques. Entre os africanos progredia um desemprego de jovens educados ressentidos pela falta de oportunidades e potencialmente perigosos (*id.*, *ibid.*, 385).

Condições urbanas

Em *Os Africanos de Lourenço Marques*, Rita-Ferreira considerou que na capital de Moçambique, ao contrário de outros contextos africanos, a falta de planeamento urbano não permitia «avaliar pelos nossos padrões as condições de superlotação e promiscuidade que porventura se verifiquem nas habitações africanas» (Rita-Ferreira 1967-1968, 177). A vida fazia-se na rua, onde estavam as cozinhas e as latrinas, e comia-se em qualquer lado; a

³⁶ Diploma n.º 36, de 12-11-1927.

³⁷ Como indicavam várias obras da época, nomeadamente o *Estudo sobre o Absentismo e a Instabilidade da Mão-de-Obra Africana* (1960).

privacidade, argumentava ainda o autor, não constituía um problema para quem chegara do mundo rural para uma cidade desordenada, o que explicava as conversas, a gritaria, as portas e as janelas abertas. Enveredando pela comum retórica luso-tropical, Rita-Ferreira argumentou que o Estado colonial português soubera explorar bem as «virtudes do *laissez-faire* do subúrbio», conduzindo ao desenvolvimento de um empreendedorismo africano. A sedimentação de um autónomo estilo de vida comunitário justificava assim a separação racial e explicava a razão por que «tantos africanos evoluídos e bem remunerados» não trocavam «o á-vontade, o convívio e o prestígio de que gozam nos subúrbios, pelas restrições, a impessoalidade e o anonimato que sentiriam nos grandes e modernos prédios de apartamentos» (id., *ibid.*, 180).³⁸ A possibilidade de obter dos próprios africanos uma outra versão desta história, num contexto discursivo não determinado pelo medo, conduziria a versões alternativas a esta interpretação. Quando, em 1953, o jogador Hilário da Conceição aproveitou uma oportunidade de trabalho e se mudou do seu clube suburbano para o Sporting de Lourenço Marques, onde até aí apenas alinhavam jogadores brancos, os seus amigos da Mafalala, antes de deixarem de lhe falar, perguntaram-lhe: «Então vais jogar com os chacais?»

A eufemização da discriminação por intermédio do elogio de uma cultura suburbana supostamente propensa ao isolamento contribuía pouco para enfrentar o problema da produtividade da força de trabalho. O empreendedorismo suburbano promovido pela segregação parecia revelar-se irrelevante e até prejudicial para aqueles empregadores menos dependentes da exploração de um trabalho descartável e mal qualificado, já que aumentava a «economia informal» e promovia a volubilidade da mão-de-obra. A idealização da vida no subúrbio, suscitada por imagens de harmonia cultural interna e por uma culturalização da pobreza, foi contrariada pelo próprio autor do estudo, ao cumprir a função de demonstrar que a origem da instabilidade da mão-de-obra africana não se encontrava nos terrenos da fatalidade cultural, mas nas suas condições de reprodução, carentes de políticas sociais, equipamentos e instituições de enquadramento, facilitadoras da qualificação do trabalhador e do seu bem-estar físico e psicológico; as circunstâncias necessárias para consumir objectivos de produtividade.

³⁸ No debate que tivera com Marvin Harris no *Journal of the International African Institute* sobre a emigração moçambicana e as políticas laborais, Rita-Ferreira usara uma argumentação culturalista semelhante para justificar as deslocções populacionais (Rita-Ferreira 1960).

Refém da necessidade de criar um conhecimento «real» sobre a periferia de Lourenço Marques, Rita-Ferreira abandonou a idealização culturalista para traçar um cenário pouco aprazível.

Em 1968, a maioria dos habitantes do subúrbio vivia na incerteza de continuar a habitar na sua casa. A ocupação de terrenos privados, em troca de uma renda, sujeitava-os a despejos rápidos. Policiados e longe do acesso aos tribunais comuns, as suas vias de protesto permaneciam ínfimas. Ao longo do século XX ocorreram frequentes desocupações. Já na década de 60, o crescimento da «cidade de cimento» em direcção às zonas industriais da Matola e da Machava desencadeou uma vaga de despejos (Rita-Ferreira 1967-1968, 191). O processo realizava-se num prazo curto e as indemnizações aos arrendatários eram diminutas. Os indivíduos interrogados por Rita-Ferreira consideraram esta insegurança permanente uma das situações mais terríveis da experiência urbana (id., *ibid.*, 192-195). Grande parte das construções da periferia, inclusive a habitação social construída no Bairro da Munhuana, situava-se junto de zonas alagáveis, nomeadamente na área das Lagoas (id., *ibid.*, 195). Além das reiteradas inundações, neste universo de caniço os incêndios propagavam-se com facilidade, ateados por velas, lamparinas, candeeiros de petróleo ou fogueiras. Entre 1964 e 1968 desapareceram 206 casas na sequência de incêndios em edifícios não cobertos pelo seguro (id., *ibid.*, 197). A intervenção do corpo de salvação pública raramente chegava a tempo. Outros perigos naturais, como a queda de árvores, de raios ou as deslocações de terras, aumentavam o risco deste quotidiano difícil.

Sujeito a diversas catástrofes naturais, o subúrbio foi ainda laboratório de um conjunto de fenómenos humanos identificados como patologias sociais pelo Estado colonial. Como outros investigadores da urbanização em África, Rita-Ferreira desenvolveu uma interpretação funcionalista e normativa, atribuindo à desintegração da estrutura social e ao relaxamento do controlo exercido pela família e pela tribo a ocorrência de uma delinquência preocupante nas cidades africanas (id., *ibid.*, 270). Justificava-se assim a dissolução moral característica das práticas de prostituição, de concubinação, do alcoolismo, da corrupção, dos jogos de azar, das proles ilícitas, de crimes contra a propriedade e contra as pessoas, do abandono do lar e dos filhos (id., *ibid.*). A população suburbana, concluíra o inquérito do autor, vivia aterrorizada por quadrilhas de malfeitores, formadas, sobretudo, por jovens: estimava-se que 80% a 90% dos processos de prevenção criminal presentes nos tribunais de menores envolviam jovens africanos (id., *ibid.*, 275). Os roubos a residências e lojas, facilitados pela fragilidade dos materiais de construção das casas e pela ausência de

iluminação pública, banalizaram-se, bem como as situações de espancamentos (id., *ibid.*, 271). Perante a inexistência de meios de punição institucionalizados, avultavam os linchamentos públicos (id., *ibid.*, 273). Como motivo para os fenómenos de delinquência, o autor considerou os efeitos perversos de certa literatura perniciososa e do cinema, sobretudo dos filmes de *cowboys* e dos policiais, cuja moralidade se revelava surpreendentemente sincrética com o pensamento indígena (id., *ibid.*, 274).

Se em finais da década de 60 as razões da produtividade acicatavam o tom de denúncia, durante décadas o Estado colonial e os investidores privados beneficiaram desta «cultura suburbana», agora criticada pelos modernos pensadores e investigadores coloniais. As «disfuncionais» patologias sociais constituíram-se como elementos indispensáveis no processo de reprodução de uma força de trabalho barata. A prostituição atenuava os efeitos sociais do desequilíbrio, regulado pelo regime colonial, no rácio entre homens e mulheres. Os pequenos roubos participavam de estratégias de sobrevivência. O consumo de álcool fora promovido pelo Estado colonial e pelos grandes produtores da metrópole, dependentes do mercado africano para encaminharem os seus excedentes (Canela 1973; Matias 2006).

O estado de subnutrição dos habitantes do subúrbio e as suas precárias condições de habitabilidade acrescentavam-se ao inventário de características da «cultura suburbana» que obstavam à formação de uma força de trabalho estável e produtiva. A dieta local dependia do consumo de milho, mapira, mandioca e batata-doce. A carência de vegetais e fruta constituía uma perda em relação a hábitos da alimentação rural (Rita-Ferreira 1967-1968, 428). Apenas 13% dos inquiridos comiam três refeições por dia; 76% ficavam-se pelas duas e 11% somente uma vez; 83% afirmavam não se alimentar suficientemente e apenas 3% consumiam pelo menos um quilo de carne por semana. Os familiares dependentes do indivíduo assalariado encontravam-se numa situação mais delicada (id., *ibid.*, 429). Um inquérito de 1959 citado por Rita-Ferreira identificara uma carência generalizada de calorias nesta população, sobretudo entre as mulheres e as crianças, cuja dieta não incluía as quantidades necessárias de cálcio, ferro e fósforo e das vitaminas A, B e C (id., *ibid.*, 430). A insuficiência alimentar motivava uma fraca actividade psicomotora e o cansaço do trabalhador africano (id., *ibid.*, 353). A grande incidência de tumores hepáticos no subúrbio fundamentou a formação, em 1956, de uma brigada de tumores malignos. O grupo de estudo identificou um fungo que contaminava os alimentos e se propagava em ambientes pouco higiénicos, atingindo sobretudo indivíduos com dietas fracas em proteínas (id., *ibid.*, 431-432).

Rita-Ferreira citou um inquérito da Assistência Pública a 109 agregados diversos no Bairro do Xavane, representativo das condições no espaço suburbano: 99% da população não possuía energia eléctrica e 88,9% água canalizada; 99% instalara a cozinha no alpendre, 76% usava uma latrina no quintal e apenas 3,7% usufruía de uma fossa séptica (id., *ibid.*, 423). Na grande zona das Lagoas (12 ha) as inundações arrastavam o lixo e todo o tipo de detritos. Nas águas estagnadas, onde brincavam crianças, surgiam os ratos, os mosquitos e todo o tipo de doenças (id., *ibid.* 424). Multiplicavam-se os problemas respiratórios e as intoxicações. Para combater um conjunto progressivamente maior de maleitas, os habitantes do subúrbio recorriam à medicina tradicional.

Em 1964 morreram sete vezes mais africanos do que europeus em universos populacionais relativamente semelhantes (id., *ibid.*, 433). A intervenção da Câmara Municipal de Lourenço Marques neste período, procurando organizar a recolha de lixo, colocar fontanários, criar um sistema de canalizações plásticas, revelava-se ainda insuficiente (id., *ibid.*, 434). Os doentes e os velhos, indivíduos improdutivos, viviam situações dramáticas. A sua exclusão do mercado de trabalho representava também uma exclusão social face à quebra dos laços familiares.

Malícia enquanto sentido prático e capital simbólico

Os inquéritos e investigações produzidos pela ciência colonial portuguesa, ao traçar um diagnóstico das condições de vida no subúrbio de Lourenço Marques, respondiam a propósitos precisos. A existência quotidiana das populações estudadas e as suas estratégias para enfrentar as solicitações da experiência urbana eram um obstáculo a projectos coloniais desenvolvimentistas. O contrato social suburbano, instaurador de princípios mínimos de sociabilidade e de convivência entre grupos com origens e hábitos diferentes, foi percebido pelo olhar planificador como um espaço de marginalidades promovidas por uma situação de anomia cultural e social, durante muito tempo útil ao modelo de exploração colonial promovido na região. Do lado das populações, esta «marginalidade» era a sua vida. Sob uma precariedade radical, os operários do porto, dos caminhos-de-ferro, da construção civil e de outras inúmeras actividades, trabalhadores ameaçados pelo *chibalo*, populações rurais acabadas de chegar à cidade, criados e serviçais, vendedores ambulantes e pequenos artífices, todos habitantes do subúrbio, projectaram relações

de cooperação e de protecção e legitimaram os modelos de comportamento que melhor respondiam a necessidades vitais. A instabilidade da vida local validou comportamentos defensivos preparados para responderem a situações imprevistas. Encontrando-se excluídos da cidadania reservada aos europeus e face à pluralidade e fragilidade das instâncias de organização material e espiritual no subúrbio (consuetudinárias, religiosas, familiares, profissionais), os habitantes locais valorizavam o direito de se poderem ajustar a uma ordem interaccional definida pela indefinição. Nestas circunstâncias particulares desenvolveram um conjunto de faculdades e habilidades. Para navegar neste espaço requeriam-se competências corporais específicas, corpos urbanos preparados para reponder às solicitações quotidianas, às contingências da instabilidade laboral, da violência do Estado e dos empregadores, à precariedade da habitação, à insuficiência alimentar, à insegurança e ao risco. Foi assim que o processo de adaptação à cidade colonial, criador de um *habitus* mal definido,³⁹ consagrou o valor da malícia, entendido como uma astúcia de vida, uma astúcia de sobrevivência.

O aperfeiçoamento de um particular sentido prático ajustado às condições interaccionais dependia de uma gestão maliciosa de desempenhos diários. Reconhecida tacitamente a sua função, estabeleceu-se como um direito individual e colectivo do contrato social suburbano. Enquanto capital simbólico primordial promovia estratégias adaptadas aos espaços e situações sociais. Nos bairros protegia o indivíduo de uma ordem da interacção insegura e incerta, sujeita a negociações e astúcias diversas. Na «cidade de cimento», onde a definição da situação internacional remetia o africano para uma sujeição predeterminada, esta astúcia, menos liberta e empreendedora, estimulava um desempenho subordinado, empregue para conquistar pequenas vantagens e espaços de negociação (Scott 1990, 45-69).

De regresso à ordem da interacção no jogo

O jogo de futebol, nos jogos de bairro e nas competições da AFA, absorveu um conjunto de características da configuração urbana; ao lado de outras actividades de uma cultura popular presente nas relações quo-

³⁹ Designação de Bourdieu ao referir-se aos princípios de ordenação da experiência prática formados no contexto colonial argelino em que esta era caracterizada por convenções diversas e muitas vezes contrastantes (Bourdieu 1962).

tidianas, foi um espaço de expressão de práticas e de valores partilhados.⁴⁰ Na pequena sociedade do campo de futebol, composta por uma economia particular de troca, declarava-se a incorporação de princípios práticos e visões do mundo, classificações, opiniões, argumentos e juízos estéticos e éticos aplicados noutras esferas da vida e que encontraram neste espaço de encontro um lugar particular de expressão. No subúrbio, as dinâmicas e as tensões presentes na linguagem do jogo, com poucas condições para se autonomizarem do contexto social envolvente, criaram uma representação corporal da condição urbana, inclusive das próprias negociações e contradições entre diversas concepções dessa experiência. As coreografias realizadas pelos jogadores não apresentavam uma dramatização da realidade, como numa cena teatral, cinematográfica ou literária, construção de um autor consciente do mecanismo representativo, recorrendo intencionalmente a metáforas e outras figuras de estilo para sugerir uma leitura do real. A lógica da cidade, como organização social, emergia no corpo e nos movimentos. Os esquemas de apreciação partilhados por jogadores e público legitimavam um estilo local. A linguagem do corpo permitia ler o subúrbio; a condição suburbana ajudava a delimitar o espaço dos possíveis estilísticos. Os gestos dos jogadores, pautados por um repertório motor onde prevaleciam movimentos de protecção e encantamento, não eram desordenados nem podiam ser reduzidos à interpretação superficial e normativa que os considerava violentos.

O jogo suburbano adoptara as regras do *association*, condição de modernidade; mas a sua economia simbólica pressupunha uma avaliação descentralizada do regulamento oficial, facilitando gestos infractores, nomeadamente mediante a realização de acções consideradas violentas à luz da moral presente no espírito da lei. A impotência para aplicar de modo «correcto» as leis do futebol tornava a ordem da interacção local um território de riscos. O risco era condição fundamental para o reconhecimento de qualidades estéticas e morais ao desempenho do jogador. Os sistemas de classificação locais recompensavam os corpos que melhor geriam situações arriscadas. Os gestos intimidatórios confrontavam a lei dentro dos limites permitidos pela negociação local. A violência sujeitava-se a uma reavaliação simbólica, sendo aceitável e celebrada quando

⁴⁰ David Coplan atribui às actividades performativas no subúrbio de Joanesburgo, dirigidas a um público local, uma função representativa semelhante: «As danças e os concertos musicais, adaptando-se à dinâmica situacional de escolha que caracteriza o ambiente de organização urbano, permitiam criar imagens culturais expressivas que serviam como repositórios para sistemas de valores sociais emergentes» (Coplan 1979, 140-141).

manejada com a malícia suficiente para subverter a moral da lei. O risco definia também o espaço de acção do jogador habilidoso, daquele que consegue enganar (a quem a língua inglesa atribui o nome, não directamente traduzível, de *trickster*).⁴¹ O gesto virtuoso, com um poder simbólico destrutivo, enfrentava uma ordem da interacção hostil, cujos perigos procurava ludibriar. O malabarista não contava com a lei do *association* para se proteger; estava sujeito a uma norma paralela que concedia aos seus adversários o recurso a um repertório motor intimidatório para se defenderem dos avanços mágicos do virtuoso.

Os significados produzidos pelas constantes danças realizadas entre os jogadores completavam uma economia simbólica que premiava as acções maliciosas. A celebração da malícia exaltava as estratégias de sobrevivência num contexto arriscado. Como na ordem da interacção presente no subúrbio de Lourenço Marques, no jogo suburbano a malícia caracterizava um sentido prático, inteligente e criativo, gestor da sensibilidade do corpo. Simultaneamente, a valorização do *habitus* ajustado às solicitações quotidianas transmutava-se em princípio da apreciação performativa, esquema de classificação validado pelos jogadores e pelo público.

Os gestos intimidatórios enalteciam a aptidão do indivíduo para se defender de uma violência descentralizada. Descascar», «partir», rasgar», eram os significados de alguns dos termos arrolados por Craveirinha. «Trava aí, *beketela*», como referia Matine. A protecção individual era um direito assegurado pelos bairros do subúrbio de Lourenço Marques. Como referiu Daniel Matavela: «No futebol do subúrbio não havia polícia. A protecção era feita pelos bairros, cada bairro tinha os seus adeptos.» Defender a equipa equivalia quase sempre à defesa do bairro. Como notou também Hilário, o «futebol era renhido porque havia muitas rivalidades, dos bairros, das terras e das regiões». «Os bairros», continuou, «eram uma fronteira, eu para entrar em Chamanculo tinha que ter gajos conhecidos, não quer dizer que não pudesse entrar, mas [...]» O que definia a fronteira «era ter nascido ali, ter as suas barracas, ter um sítio onde ouvir música, falar de futebol, formar uma equipa para jogar noutro

⁴¹ James Scott refere-se ao *trickster* como uma figura típica das sociedades camponesas que vence, não pelo uso da força, mas pela astúcia: «Apenas por conhecer os hábitos dos seus inimigos, por enganá-los, por tomar vantagem da sua ganância, credulidade ou pressa, consegue escapar às suas amarras e conquistar vitórias» (Scott 1990, 162). Esta personagem, como Scott refere, incorpora os dilemas típicos dos grupos subordinados: «o herói popular mais comum dos grupos subordinados – incluindo os negros – tem sido historicamente o *trickster*, aquele que consegue enganar astuciosamente o seu adversário, escapando incólume» (id., *ibid.*, 41).

bairro». A determinação das fronteiras de sociabilidade, solidificadas na experiência urbana dos bairros e na formação de pequenos espaços de segurança e rotina, fazia-se também pela reificação de outras fronteiras, enunciadas pela pertença familiar, regional, religiosa, laboral, educativa, mas também pela posição no sistema de relações de poder legitimado pelo poder colonial, como as convenções que separavam os negros dos mestiços, os indígenas dos assimilados. No futebol, como reconheceu Daniel Matavela, «as astúcias eram próprias daqueles que jogavam bem. A astúcia serve precisamente para defender daqueles que querem fazer mal, aqueles que têm a técnica por natureza. Então tinham que se defender. *Beketela* é conservar, proteger [...]». «Essa astúcia», acrescentou, «não era só no futebol. O africano tem a sua forma de agir e tem que ser protegido [...] da inveja dos outros.»

A troca simbólica presente na ordem da interacção do jogo local revelava algumas das características do contrato social suburbano. Um dos seus direitos constitutivos conferia aos corpos dos jogadores a oportunidade de subverterem a lei do jogo, desafiando assim a sua ética igualitária, abstracta e incapaz de solucionar os problemas colocados pelas dinâmicas e tensões que caracterizavam o desempenho. Legitimavam-se assim estratégias de protecção maliciosas mais eficazes para enfrentar as solicitações quotidianas. O gesto malabarista, enfrentando os riscos da violência descentralizada, era uma fórmula, uma chave descodificadora que apontava um caminho. O poder de ludibriar, de suspender um esquema de imposição de formas de ser e de fazer, tornava o jogo encantado. A capacidade do malabarista para dar um novo sentido ao jogo, através de um dom mágico, reordenava simbolicamente o mundo. Uma capacidade partilhada com as «práticas feiticistas», tratadas no próximo capítulo.

A legitimação de princípios de apreciação do jogo de futebol suburbano não sugeria uma unanimidade quanto à justeza de uma estratégia, à legalidade de um gesto malicioso. Povoado de conflitos e retóricas, o espectáculo do futebol criou igualmente um contexto para a discussão dos termos de definição de um estilo de jogo local que simultaneamente se impunha como um espaço de debate sobre os princípios elementares do contrato social suburbano. A transgressão às leis do *association* negociava-se entre as partes em confronto durante o jogo, com intervenção permanente do público. Como a ordem da interacção se formava por cumplicidades tácitas, a dinâmica dos movimentos conduzia a intermináveis debates, que envolviam os jogadores e as assistências, sobre o estatuto do gesto e a sua legitimidade. Estas discussões, travadas no momento do desempenho, mas também em contextos de sociabilidade

subsequentes, organizavam um espaço público específico que possibilitava aos habitantes do subúrbio, apesar das suas diferenças e redes de interesses específicos, opinarem e intervirem sobre um assunto comum. Nestes debates, que incluíam a definição conflitual de princípios de justiça e de ética, expressava-se uma «democracia suburbana». A capacidade retórica dos envolvidos sugeria a transposição das estratégias maliciosas para estes jogos verbais. Aqui interpretava-se diversamente a *performance*, o mérito das estratégias de protecção individual e colectiva e dos actos astuciosos. O jogo, praticado no campo, debatido num espaço público específico, legitimava o contrato social suburbano, projectando um espaço de discussão desse mesmo contrato, nomeadamente sobre o estatuto da lei, os direitos individuais e os princípios de governação colectiva. Expressava-se assim uma forma particular de cidadania protagonizada por aqueles a quem o Estado colonial retirara quase todos os direitos.

Construindo uma comunidade

A ordem da interacção do futebol suburbano, onde predominava a violência astuciosa, o truque, o acto de iludir e de confundir, não resultava de uma imaginação política, ideológica ou de um ideal social, mas de uma sociedade feita corpo transmutada em interacção simbólica. A moralidade inerente à ordem da interacção presente no jogo suburbano divergia de propostas diversas de «comunidade» (ou de configuração social), que consideravam dever ser o jogo uma escola de pedagogia, versão corporal de um ideal, uma ideologia ou um pensamento religioso. Foi assim que defraudou as expectativas civilizadoras de uma elite local. Projectado como um espaço emancipador regido por uma lei «produtora» dos corpos e dos «seus sentidos práticos», instrumento de educação e civilização, o campo de futebol foi conquistado pela economia das práticas e das trocas simbólicas que governava o subúrbio de Lourenço Marques. A representação do mundo proporcionada pelo jogo de futebol recriava o confronto entre a democracia abstracta inerente a um jogo com regras iguais para todos e os princípios de acção próprios de um *habitus* motor educados por uma ordem da interacção que legitimava a possibilidade de subversão desta lei, consagrando assim princípios gerais de existência e um sentido prático malicioso. No quotidiano do subúrbio e no contacto dos seus habitantes com o mundo do colonizador não havia sinais de uma lei justa e igualitariamente aplicada, elemento de apaziguamento e de interiorização de um autodomínio.

Representação corporal do subúrbio, o estilo de jogo local distinguiam-se da idealização do corpo proposta pelos teóricos do Estado Novo, metáfora de uma sociedade composta por movimentos ordenados. Os gestos dos jogadores suburbanos, à luz daquelas perspectivas, produziam uma imoralidade social e política que não era apenas tolerada pela convenção local, mas apresentada diante da comunidade do subúrbio como a representação de uma astúcia da vida, um teatro da subversão que trazia outra leitura do mundo. Na gramática do movimento sugerida pelo modelo ideológico totalizador, o drible do malabarista simbolizava o movimento indeterminado, imprevisível e instintivo. O padrão de jogo suburbano, uma coreografia aparentemente caótica, estabelecia-se como uma metáfora da cidade onde a racionalidade do Estado e da economia moderna ainda não entrara, preenchida por curvas e contracurvas, desenho de um todo labiríntico e precário por onde os indivíduos aprenderam maliciosamente a orientar-se. Leal de Oliveira alertara para o perigo político de um movimento «mal definido». A indecisão era típica de movimentos curvilíneos, de uma escolha imediata, ignorante da moralidade última que comandava os desígnios do corpo. Ao apreciar o drible ou o gesto intimidatório, o público não se sujeitava ao exemplo pedagógico proporcionado pelo exercício metódico e predeterminado por uma razão política e moral. O drible festejava a irregularidade, a ilusão, o acto de ludibriar e enganar. O impulso nervoso que estimulava o corpo a mover-se em determinada direcção e a realizar certos gestos e movimentos, associado por teóricos como Celestino Marques Pereira à inculcação de arquétipos morais e ideológicos, respondia, no caso do jogador suburbano, a uma economia simbólica situada, construção colectiva e inconsciente dos seus fins, definidora de um espaço dos possíveis estilísticos no qual se reproduziam estratégias corporais. Espaço de uma pedagogia «invertida», no campo de futebol suburbano ensinava-se o valor da malícia e a subversão da lei e de uma moralidade que desafiava os projectos do sistema colonial. O individualismo emergente deste subúrbio «ilegal» incompatibilizava-se com a necessidade de reproduzir, sob moldes economicamente mais racionais, a força de trabalho acumulada na periferia da cidade. A precarização radical das condições de vida e a carência de instâncias de apoio social, a que se associavam as expectativas criadas pela cultura urbana e pelos seus estilos de vida, dificultavam os objectivos de produtividade e de regulação política.

A ordem da interacção predominante no jogo de futebol suburbano representava um potencial de revolta, materializado nos seus gestos maliciosos, violentos, individualistas, enganadores; desafiava a ordem pú-

blica, a concepção societária do regime, assente na idealização de uma sociedade estável e hierarquizada, onde todos conheciam respeitosa-mente o seu lugar e trabalhavam para o mesmo fim. Legitimava estratégias subversivas e inscrevia-as numa cultura popular urbana partilhada e contada em inúmeras narrativas. As contradições sociais expressas nesta ordem da interação não se constituíam ainda como um problema político. A violência descentralizada e a ilusão do malabarista eram fundamentalmente estratégias de defesa e de um ataque simbólico que enunciavam lutas não apenas entre diferentes concepções do mundo, mas entre diferentes disposições e razões práticas. As pequenas lutas produzi- am as suas vitórias.⁴²

A comunidade em si, cujas condições de construção se repercutiam no padrão de jogo local, não era ainda uma «comunidade para si», no sentido da ação política. A representação ritual dos valores sociais do- minantes no futebol local reificava os princípios de uma cidadania alter- nativa no subúrbio, uma sociedade de direitos e deveres, de trocas e ne- gociações que integravam uma ordem da interação local e a sua economia das trocas simbólicas. Os *stocks* de conhecimento e as narrativas futebolísticas tratavam de celebrar estes jogos, gestos e heróis, grandes in- térpretes do jogo da dissimulação e da protecção.

Um dos direitos fundamentais no jogo suburbano era o recurso ao que José Craveinha chamou «práticas feiticistas».

⁴² Como refere Harries, em relação às estratégias de resistência laboral no contexto das minas sul-africanas, a manipulação individual da ordem dominante, por efeito do truque (*tricksterism*), é, no fundamental, uma estratégia de defesa cautelosa» (Harries 1993, 98).

Capítulo 9

As práticas feiticistas como elemento de uma economia simbólica

No quotidiano instável do subúrbio de Lourenço Marques, o recurso a práticas tradicionais para enfrentar questões existenciais encontrava-se entre os direitos do contrato social suburbano, direito reforçado, face à carência ou obsolescência de outros meios e instâncias de resolução de problemas. As solicitações do ambiente urbano colocaram aos saberes tradicionais perguntas para as quais não estariam, à partida, preparados para responder. E, no entanto, os novos estímulos suscitaram uma adaptação dos saberes tradicionais, revelando a plasticidade das crenças a uma experiência urbana precária, e o modo como se relacionavam com novas actividades, propondo uma mundividência restauradora da lógica do mundo. No futebol suburbano, «as práticas feiticistas» de que falava Craiveirinha integraram a economia simbólica do jogo. Afectando a acção dos atletas, assumiam-se como uma mão invisível criadora, um «autor» invisível dos seus gestos e movimentos.

*

Em 1966, alguns jornais metropolitanos alegaram que o trabalho de diversos treinadores de futebol em clubes de Lourenço Marques estava a ser prejudicado pela proliferação do «cuche-cuche» e pela acção daqueles a quem chamaram «doutores da macumba». Os jogadores do subúrbio das equipas da «cidade de cimento», depois da abolição da AFA e do fim do indigenato, trouxeram para o futebol, essa invenção europeia, as suas tradições. Nestes clubes, protestavam os periódicos de Lisboa, o treinador, figura emergente do futebol moderno, racionalizador do jogo, via-se substituído no papel do motivador da acção dos jogadores por práticas pagãs com origem «na natureza supersticiosa do negro» (Neto,

6-8-1966, 1). A circunstância apontava para uma perversa inversão dos mecanismos da assimilação. Em *O Brado Africano* Fréchaux Neto delineou uma resposta a estas notícias, procurando traduzir «racionalmente» o significado e a lógica que presidia à utilização do *cuxo-cuxo*, e não do «cuche-cuche», corrigiu o autor, como por vezes se escrevia. Contra os «inteligentes de Lisboa», defendeu, assim, o costume. Começou por distinguir o *cuxo-cuxo* efectuado pelo «cuscuxeiro», «aquele que lança ossículos, peças hierofânicas de adivinhação entre os bantus do Sul de Moçambique», da macumba, prática brasileira de origem africana mas cruzada com referências católicas e espíritas (Neto, 6-8-1966, 1).¹ O «cuscuxeiro» era fundamentalmente um adivinho, mas também um curandeiro e feiticeiro.² A crença na eficácia do «pensamento mágico», afirmou, baseava-se na convicção da influência do «cuscuxeiro» sobre o «curso dos acontecimentos», da sua capacidade em «subjugar a vontade das pessoas, exercer efeitos, matar, prejudicar, vencer, etc., o inimigo, o adversário, aquele ou aqueles de quem não se gosta» (Neto, 13-8-1966, 5). Fundava-se esta crença na certeza da existência de «forças susceptíveis de serem controladas pela vontade do feiticeiro, mediante o uso secreto de certas palavras, passos de dança, gestos rituais, drogas, pactos com espíritos pessoais e impessoais» (id., *ibid.*). O *cuxo-cuxo* exercia um forte efeito psicológico; como motivador de acções quotidianas, insistiu Neto, não era uma prática «fraudulenta» (id., *ibid.*). «No jogo de futebol», continuou o autor, «nada mais procuram esses jogadores, senão uma coesão forte do grupo que jogaria animado pela ideia de que a vitória lhes não fugiria»; «libertam-se os receios», ganhando o atleta «um acréscimo de força moral». O *cuxo-cuxo*, prosseguiu, «não se diferenciava da palestra do general antes da batalha, das preces, do efeito dos edifícios religiosos: tanto brancos como negros carecem de energias morais» (Neto, 27-8-1966, 3). O *cuxo-cuxo* não era uma superstição obscura, mas uma estratégia local para lidar com os mistérios do desempenho desportivo.

¹ Segundo Luís Polanah, o «cuscuxo», como o designa, é «expressão onomatopaica que imita o som dos ossículos divinatórios quando são sacudidos entre as mãos pelo Uá bula (adivinho) no acto de uma consulta» (Polanah 1987, 141, n. 10).

² Luís Polanah, citando o tenente Simões Alberto, que, por sua vez, recebera a informação de um médico de serviço na delegacia de saúde da Gongorosa, descreve o «cuscuxeiro» como «sendo ao mesmo tempo feiticeiro e curandeiro, tratando os seus clientes por artes mágicas, deitando pedras, conchas, paus, etc., como se fossem dados; faz rezas especiais, dá terapêuticas em volta dos braços, pernas, abdómen, etc.» (Polanah 1987, 69). De seguida, porém, Polanah desvaloriza o rigor científico desta descrição, não voltando a falar do «cuscuxeiro».

A utilização do *cuxo-cuxo* na resolução de problemas decorrentes da vida urbana, vaticinou prematuramente Fréchaut Neto, acarretaria a decadência da tradição. O *cuscuxeiro* era «um funcionário de uma organização social antiga» em processo de desagregação (Neto, 3-9-1966, 5). O *cuxo-cuxo* servia as populações agora urbanizadas «segundo esquemas ditados por afinidades étnicas, de parentesco, linguísticas, regionais e até religiosas», contribuindo para a estabilização social num novo espaço de relações, «de forma a poderem responder com o máximo de segurança aos apelos e exigências da vida citadina» (Neto, 17-9-1965, 1 e 5). As pessoas procuravam adaptar-se por intermédio de uma «reorganização moral com base nos laços tradicionais». Concluiu Fréchaut Neto, afirmando que «os fragmentos de grupos sociais africanos sentem a sua debilidade ante o impiedoso mecanismo urbano e, nesta conformidade, reduzem-se ou apagam-se os pequenos muros regionais (a etnia, o grupo, o costume) para dar lugar a uma solidariedade de situação de emergência, de instabilidade, de risco iminente».

Era neste território de riscos que o *cuxo-cuxo* actuava.

O vovô

A questão que serviu de mote para José Craveirinha iniciar a sua investigação sobre o universo do futebol do subúrbio de Lourenço Marques foi a generalização do que então designou por «práticas feiticistas». O ajustamento destas tradições antigas ao universo do futebol suscitou-lhe interesse. Apesar de os considerar costumes «atrasados», Craveirinha defendia a urgência do seu estudo, revelador dos aspectos criativos da adopção do futebol pelo africano (Craveirinha, 22-1-1955, 8). As crenças tradicionais, sugeria, desempenhavam uma acção directa sobre os «reflexos dos jogadores», condicionando o modo como jogavam (id., *ibid.*). Esta influência poderosa institui-se como um pressuposto fundamental da execução dos seus gestos, princípio da sua eficiência e intensidade.

A aplicação destas tradições ao futebol decorria de diversificação urbana de uma prática antiga e da sua adaptação, como referiu Scotch (1961) num dos primeiros artigos dedicados ao tema, a actividades sociais não cobertas pelo costume. A adaptação do *cuxo-cuxo* à solução de problemas decorrentes da experiência urbana, como a obtenção de trabalho, o desejo de consumo e da posse de bens, o estatuto pessoal e colectivo diante de uma comunidade onde se desenvolveu um individualismo destrutivo de crenças e princípios de acção gerador de novas desigualdades,

garantiu-lhe um lugar fundamental no contexto da organização das formas de existência e sobrevivência no subúrbio de Lourenço Marques. O seu envolvimento com o futebol indicava a importância crescente do jogo no espaço comunitário. Universo de participação social, de construção de notoriedade, onde se esgrimiam juízos éticos e estéticos, se ganhava e perdia, o futebol, jogo de desempenho individual e colectivo, suscitava dilemas análogos a muitos outros que assombravam o quotidiano das populações suburbanas.

Para a administração colonial, estas crenças representavam o que havia de mais negativo no costume indígena; desafiavam, essencialmente, o trabalho missionário católico, os seus rituais e a sua mundividência religiosa e civilizacional. A reprovação intensificava-se quando as práticas tradicionais se aproximavam da cidade europeia, instalando-se em zonas de transição. O processo de assimilação obrigava o indígena a renegar estas crenças para adquirir «ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privados dos cidadãos portugueses», modo de comprovação da sua elegibilidade para se juntar ao mundo do europeu.³

O *cuxo-cuxo* foi quase sempre designado por *vovô* pelos antigos jogadores suburbanos, nome que tanto poderia classificar o indivíduo responsável pela «prática feiticista», usualmente chamada de «preparação», ou a prática em si. O termo *vovô*, forma infantil da palavra portuguesa avô, soou muitas vezes na boca dos antigos jogadores do subúrbio, durante as entrevistas, como *vuvu*, palavra que em tradições da África ocidental nomeia o «espírito dos mortos».⁴ No seu estudo sobre o uso destas práticas no futebol da Tanzânia, Leseth refere-se à expressão *juju*, sinónimo de feitiçaria, tradicionalmente aplicado às competições de dança (*ngoma*) (Leseth 1997, 172); descreve-o então como um derivado do crioulo francês *joujou* (brinquedo), ou, mais provavelmente, do nome dado a ornamentos e amuletos para protecção. Sugere ainda uma possível origem muçulmana, dada a proximidade com algumas palavras do Corão, como *yajuju* ou *majuju*. O jogador Saide Mogne chegou a referir-se ao *vuvu/vovô* como o «diabo», o que se coadunava com a «hipótese muçulmana» considerada por Leseth, que sugere ser o *juju* sinónimo de

³ Formulação presente no artigo 56.º do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Angola e Moçambique, Decreto-Lei n.º 39 666, de 1954, que homogeneizava as regras de aquisição da cidadania portuguesa.

⁴ Fr. S. Santandrea descreveu o *vuvu* como «espírito dos mortos» (Santandrea 1938, 459-481).

«espírito maligno» (Leseth 1997, 172). Em várias regiões da África subsariana o *juju* designa um amuleto, um objecto enfeitado, um fetiche, um talismã, que tem o poder de actuar sobre a realidade, depois de «preparado» por um especialista.⁵ Em macua, língua influente no Norte de Moçambique, região de forte influência islâmica, *juju* significa «nome de pequeno tambor» (Prata 1990, 85). Em ronga, língua influente na região de Lourenço Marques, o tambor, como em muitas outras regiões subsarianas, é chamado *ngoma* (ou *ngomana*, se for um tambor pequeno), termo que, como referiu Leseth para o caso tanzaniano, designa as competições de dança. No dicionário de ronga compilado por Sá Nogueira (1960), os termos *vuvu* e *juju* não existem.⁶ Se a possível transformação do *vuvu* em *vovó* parece ter resultado de um aportuguesamento do termo, é menos clara a origem da primeira expressão (*vuvu*) neste contexto moçambicano. A influência muçulmana no futebol suburbano de Lourenço Marques é uma pista importante. As práticas do *cuxo-cuxo* no subúrbio da cidade envolviam muitas vezes a acção do curandeiro sobre objectos ou espaços relacionados com o jogo, a bola, a camisola, a baliza, o que aproxima a prática da descrição do *juju* como amuleto.

As descrições do *vovó*, ou se referem ao curandeiro responsável pela preparação, normalmente um homem mais velho, um «avô», com sabedoria reconhecida, ou à própria essência da preparação. O poder do *vovó*, referiu o jogador Daniel Matavela, confirmava-se quotidianamente pela expressão que associava as suas palavras com a inevitabilidade de determinados acontecimentos: «*vovó* disse». Issufo Batata, por sua vez, salientou que *vovó* é o mesmo que *cuxo-cuxo*, «cada um usa o seu termo». Abisínia Ali acrescentou que o *vovó*, normalmente, «era sinónimo de bruxaria». Assegurou, no entanto, que o «*vovó* relacionado com jogos era mais curandeirismo». O *vovó* parecia exercer, simultaneamente, as funções de adivinho, de curandeiro e mesmo de feiticista, indo ao encontro da caracterização do *cuxo-cuxo* proposta por Fréchaut Neto e por Polanah.⁷ Noutros casos, o termo *vovó* nomeava, de forma explícita, o próprio feitiço. Como nota Hamido Nizamo, o *vovó* favorecia as estratégias de intimidação antes dos jogos: «temos *vovó* e vamos usá-lo». Mas o próprio

⁵ O termo é comum no costume yoruba, na Nigéria, e, usualmente, relaciona-se com tradições presentes na África ocidental.

⁶ O *Dictionary of African-American Slang* refere que a origem de *juju* é a palavra bantu *njuu*, que significa, simultaneamente, perigo e «amuleto contra o mal» (<http://www.randomhouse.com/wotd/index.pperl?date=20010510>).

⁷ Esta sobreposição de tarefas foi assinalada no trabalho pioneiro de Henri Junod (1912-1913), como também mais tarde por Luís Polanah (1987).

Nizamo usou a expressão referindo-se a «quem faz a preparação». As narrativas do *vovô* no âmbito do futebol suburbano, peças integrantes do *stock* de conhecimento local específico e confirmadoras do poder crença, descrevem uma actividade cujo universo de acção pertence ao curandeiro e ao feiticeiro. O objectivo da consulta ao especialista, a obtenção de uma intervenção exterior sobre o rumo do jogo e combater a influência do *vovô* da equipa adversária, assim o exigia. Actividade nova no subúrbio, o futebol apresentava-se como um domínio aberto a diversos especialistas. No contexto deste capítulo, vamos referir-nos a esta prática como *vovô* ou *cuxo-cuxo*, expressões utilizadas pelos entrevistados. Quando é referido o seu intérprete, recorrendo mais uma vez aos discursos dos entrevistados, designa-se por curandeiro ou por feiticeiro, remetendo a sua função para o estatuto que lhes é dado no âmbito das narrativas contadas.

A arte do *vovô*

Saide Mogne recorda que no seu tempo «ninguém entrava no campo sem se preparar». «Preparar» significava a submissão dos jogadores ao conhecimento e procedimentos de «um curandeiro». A «preparação», salientou, consistia quase sempre em «acender e queimar certas coisas e nós tínhamos que tapar e fazer inalações». Depois administravam «líquidos» que tinham, continua Mogne, o efeito de vacinas: «vacinavam-nos». Este procedimento seria o mais comum, mas Mogne assegura que «havia mil e uma coisas.» Em alguns casos, prossegue, «tínhamos que levar todo o lixo daquilo que nós fomos preparados, irmos de madrugada ao mar ir enterrar aquilo. Havia coisas assim. Coisas que a gente amarrava nos pulsos e nos pés. Púnhamos moedas para combater o adversário e púnhamos sal.» Estes preparos serviam «para não pegar a doença do adversário», isto é, para evitar o efeito contaminador do *vovô* do oponente. Os curandeiros davam diversos conselhos aos jogadores, criando uma série de actos positivos e de acções interditas: «pôr água na boca; não olha para trás; não aperta a mão ao gajo; põe-lhe sal nas botas; põe-lhe uma moeda». Issufo recorda-se de um curandeiro chamado Pombal, a quem Craveirinha já se havia referido, inventor de uma técnica inconfundível: o resultado do jogo dependia de quantos pombos (Craveirinha falou de corvos) sobrevoassem o campo onde decorria o encontro. Issufo lembra-se das suas palavras: «se os meus pombos estiverem no ar, você conte, e tem o resultado». Mas se «chegar ao campo e os pombos estive-

rem no chão é porque a gente vai perder». Para Issufo as faculdades de homens como o Pombal são uma «lenda», um «mistério».

Muitas vezes, como notou Mogne, o curandeiro actuava na sede do clube durante a realização da partida, mexendo «com os pauzinhos e fumos e não sei quê, dando ordens à bola como se a transportasse para lá, assim, automaticamente». Mogne exemplificou como as coisas funcionavam: «Nós estávamos a perder 2-0 e o gajo chegava lá e dizia: vocês continuem a jogar que eu vou jogar lá, na sede.» O curandeiro ia para a sede do clube e entrava em acção com as «fumaraças».

O rumo do jogo, como é exposto no exemplo de Mogne, dependia de duas *performances* distintas. Por um lado, no espaço de acção dos jogadores. Por outro, no terreno do *vovô*, um «reino invisível» (West 2005, 19). As histórias sobre o *cuxo-cuxo* no futebol do subúrbio de Lourenço Marques relatam o poder do *vovô* para influenciar o curso dos acontecimentos do jogo, o resultado dos gestos e dos movimentos dos jogadores. O curandeiro possuía uma área de jurisdição própria, a arte de actuar sobre um espaço regido por uma lógica exterior à ordem «concreta» das coisas. Cada clube, afirmou Issufo Batata, «frequentava o *vovô* que quisesse». A ida ao *vovô* não contrariava, como referiu o antigo jogador, a filiação religiosa dos jogadores e dirigentes dos clubes: «a religião não tinha nada a ver». O líder religioso e o *vovô*, explicou, intervinham sobre universos distintos. O primeiro geria o poder comunitário, influenciava a organização «concreta» da vida e as coisas do «mundo». O *vovô*, por seu turno, actuava no âmbito da crença com poderes para manipular o oculto: um sábio com forças específicas, alguém que, nas suas palavras, «dominava o conhecimento do mato».

A arte do curandeiro revelava o que Issufo designou por «capacidade ilusionista». Como o jogador malabarista, detentor da faculdade do encantamento, o curandeiro conseguia subverter a «ordem concreta do jogo». O seu poder, como o talento misterioso do jogador virtuoso, resolvia problemas que pareciam não ser resolúveis pela vontade gestora dos gestos e movimentos dos atletas. O resultado do jogo e a sua relação de causalidade com os gestos e movimentos dos jogadores não dependiam, desta forma, de uma vontade autónoma dos jogadores, mas de um vontade influenciada por outras forças. Neste sentido, o maior poder do *vovô* era o da absolvição. A acção dos jogadores, dependendo da manipulação do oculto, absolvía os próprios intérpretes da responsabilidade do desempenho.

A intervenção do *vovô* tornava-se assim um elemento intrínseco à ordem da interacção do futebol local e à sua economia simbólica. Os

seus poderes, absolvendo os jogadores, protegiam ainda os seus gestos e movimentos dos acontecimentos imprevistos do jogo, dos perigos e riscos criados pelo desempenho dos adversários, materializados em gestos maliciosos. Força criativa, o *vovó* era assim uma componente da própria *performance*, intervindo sobre a disposição dos jogadores.

O efeito da crença nos corpos

Ângelo assegura que os jogadores de futebol suburbanos dependiam do curandeiro: «Se não fores ao curandeiro não vais jogar nada, vais perder o jogo.» António Cruz, um mestiço que jogou futebol em Inhambane antes de se fixar em Lourenço Marques, designa o *vovó* como «uma doença, uma obsessão». Com a acção do *vovó* o «tipo agiganta-se, pensa que há um poder extra». A crença no *vovó* exercia um efeito directo no *habitus* motor dos atletas, no impulso cerebral que dava ordens ao corpo para se movimentar. Como indicara Craveirinha, os reflexos motores submetiam-se à acção do *vovó*. Sem ele, como arrematou Hilário, o «jogador não consegue jogar». A crença proclamava-se como uma condição da execução dos gestos e movimentos, uma alavanca para o corpo se movimentar. Os resultados práticos dos gestos e movimentos dos atletas, da sua vontade e intencionalidade, sujeitavam-se às forças que intervinham sobre a acção dos corpos, inviabilizando ou tornando possíveis os seus desejos.

Aceitando relatar as histórias do *vovó*, e fazendo-o com evidente entusiasmo, a maior parte dos antigos jogadores colocou-se numa posição ambivalente em relação ao mecanismo da crença e ao modo como os seus corpos se vergavam, ou não, à força destes poderes. Todos haviam recorrido ao *vovó* e jogado sob o seu efeito, ainda que, em alguns casos, não por iniciativa própria, mas no âmbito da preparação da equipa. Durante as entrevistas, os antigos jogadores atribuíram ao *vovó* um efeito psicológico. Quem requisitava tal influência encontrava-se, segundo esta versão, «consciente» dos seus resultados. A crença estimulava e libertava as faculdades humanas. O efeito, de acordo com esta interpretação, encontrava-se no jogador e não no reconhecimento da força exterior de um poder oculto. O contexto em que se realizaram as entrevistas criou um ambiente propício a este tipo de racionalização da crença. Para os antigos jogadores, numa conversa sobre a sua relação com o futebol, tratava-se, no fundamental, de falar de talento e de mérito, contar como se jogava, interpretar acontecimentos e relembrar os momentos significativos das

narrativas futebolísticas locais. Importava sobretudo falar das «coisas do futebol», como se de um mundo auto-referencial se tratasse. Os entrevistados, alguns deles com uma carreira profissional que os levou a contactar com formas mais institucionalizadas do jogo, produziram um discurso distanciado sobre o *vovó*. O estatuto da sua carreira enquanto jogadores dependia do reconhecimento de um talento escrutinado pela comunidade do futebol. Quase todos assumiram que o resultado do jogo dependia do talento, do trabalho e do mérito.

Esta racionalização da crença contrastava com o valor que lhe foi atribuído no âmbito das inúmeras histórias que contaram sobre a acção do *vovó* no futebol suburbano em Lourenço Marques. A relativização do poder do *vovó* desapareceu no decorrer das narrativas. No regime de causalidade presente nestas narrações, o *vovó* evidenciava uma enorme eficácia. Numa destas histórias, Mogne assegurou que o curandeiro «é um médico» com «uma ciência» adquirida pela experiência. Na altura, «os tipos que faziam este trabalho eram tipos honestos, transparentes, que tinham a sua vida». Hoje, lamentou, «já não há honestos. Já não há. O tipo que hoje vier aqui, tens que pôr um pé atrás»; hoje é sobretudo uma questão de «negócio». A posição de Mogne em relação à «liberalização do curandeirismo» coaduna-se com a sua opinião sobre a sociedade moçambicana contemporânea e o modo como defraudou as suas expectativas. Issufo sublinhou que «sempre confiou no seu trabalho». O talento, como jogador e treinador, assumia-se como um factor fundamental para explicar o curso dos acontecimentos dentro do campo. Considerava-se impotente, no entanto, para influenciar o «processo fora de campo». O jogo jogado fora do campo dependia do trabalho do *vovó*. A sua utilidade era indiscutível: «eu vi, com provas claras, que há *vovós* competentes», os que «trabalham através de árvores, raízes, outras coisas», arrematou, asseverando que «essas coisas não podem ser comprovadas, mas existem.»

Hilário da Conceição, adiantando «ser contra os *vovós*», voltou a Moçambique depois da independência para treinar o Ferroviário. Nessa altura foi obrigado a aceitar o *vovó*. Quem não aceitar, concluiu, «é melhor não treinar em África».⁸ Esta aparente condescendência estratégica,

⁸ Quando chegou a Moçambique, depois de uma carreira de êxitos no Sporting de Lisboa e na selecção nacional, foi relutantemente, por insistência do irmão, consultar um *vovó*. O curandeiro, já velho, foi adivinhando, semana após semana, os resultados do Ferroviário. Hilário prometeu-lhe um garrafão de 5 litros de aguardente se o Ferroviário fosse campeão.

quando remetida para o curso dos acontecimentos, deu lugar a um envolvimento diferente. Hilário confessou que, a certa altura, «o gajo convencia-me psicologicamente como é que eu ia orientar a equipa». Se era assim com ele próprio, considerou Hilário, «imagina esta influência no jogador. É fortíssima, estas tradições todas são fortíssimas». Se o «teu *vovó* diz assim», prossegue Hilário, «não entras por aquela porta porque aquela porta está minada, isto é, há lá pozinhos e mezinhas. Se passas por ali ficas com as pernas presas e vais perder o jogo. Por onde é que vamos entrar? – perguntei. – Saltem o muro.» Hilário graceja: «Estás a ver, 18 gajos a saltar o muro. Estás a ver o Hilário com quarenta e tal anos, cinquenta, a saltar muros. Porque se passas por ali depois [...] perdes». «Estas tradições», declarou, «são lixadas e a gente tem que aceitar.»

A distância reflexiva, que relativizava a crença, transformando-a num estímulo psicológico, convivía com narrativas onde se comprovava, por intermédio de histórias de adesões pessoais, a realidade destes saberes tradicionais. A verdade do discurso, sujeito a condições de produção que privilegiavam esta distância, parecia pouco sólida perante a firmeza das tradições, assentes numa experiência vivida. No contexto preciso, antes de um jogo, era fundamental acreditar. A adesão à crença não resultava de uma estratégia consciente para obter objectivos determinados, como sugeriram alguns entrevistados; subordinava-se a uma «razão prática», perentia aos corpos, aos seus sentidos e disposições. Dependente desta «verdade» das práticas, a crença confirmava a «verdade» das visões do mundo; não resultava, desta forma, de uma mundividência discursiva ou de um esquema mental autónomo herdado por intermédio de uma inculcação cultural. No futebol, como noutras áreas da vida quotidiana na cidade colonial, o *vovó* demonstrara ser eficiente. A sua arte explicava as contingências do jogo. As acções de jogadores, treinadores, dirigentes e do próprio público, enfim, de toda uma comunidade, confirmavam a verdade destes saberes, perante a inexistência, ou debilidade, de outro princípio enunciador da ordem das coisas cuja coerência se manifestasse nas práticas. Enquanto instrumento de compreensão do mundo, a linguagem do curandeirismo e da feitiçaria (West 2005) era fundamental para resolver os assuntos morais e éticos associados com o jogo de futebol. As narrativas futebolísticas assumiam-se como um instrumento de leitura e interpretação da realidade e um guião da acção, base de estratégias criativas. A relação entre as visões do mundo sugeridas pelo *vovó* e o *habitus* motor dos jogadores suburbanos, que reproduzia a **ordem de interacção** local, a sua economia das práticas e das trocas simbólicas, assemelhava-se à estabelecida entre estas crenças e um conjunto de actividades quotidianas: uma

forma de conceder sentido. A reflexividade dos entrevistados presente no momento da entrevista não anulava a verdade das práticas, sobretudo porque a lógica destas subsistia nos corpos e nas suas experiências.

O mercado do *vovó*: especialização, rivalidades e eficácia

A multiplicação dos problemas quotidianos, a sua especialização moderna e urbana, estimulou uma reconversão do trabalho dos curandeiros. A dedicação ao futebol, vigorosa actividade comunitária, desencadeando uma adaptação de alguns «preparos antigos», predis pôs um processo criativo e a invenção de novas praxes. Alguns curandeiros esmeraram-se nas questões do jogo. Não era «qualquer curandeiro» a acompanhar uma equipa de futebol, assegurou Ângelo. Alguns, além de tratarem dos outros problemas, demonstravam uma «vocaçã o» especial. Outros, no entanto, quando procurados pelas equipas, declaravam que «essa coisa de futebol não é comigo, arranjem outro que as minhas coisas não dão para fazer isso». No âmbito de adaptação da arte do curandeiro ao universo do futebol, o procedimento mais comum, explicou Mogne, incluía a «preparação» da bola e o equipamento: os jogadores «não podiam usar o equipamento sem passar pela porta do tipo. Ele trazia as pedras, aquelas coisas todas». Na sequênc ia das suas «preparaçõ es», o curandeiro obrigava os jogadores a organizar de determinada maneira o seu quotidiano. Como salientou Ângelo: «Antes do jogo, dizia o curandeiro, você s não podem fazer isto, não podem fazer aquilo. Compram o equipamento e têm que ficar com ele para o tratar; só o vão buscar no dia do jogo. Todos têm que apanhar um bafo de fumo, umas raízes e tomarem banho.»

Hamido Nizamo destacou a importância da «preparação da bola». Cada equipa trazia uma bola preparada «para depois o árbitro escolher. Era um caso sério». Em alguns jogos os adeptos de uma equipa, aproveitando o período em que a bola do adversário saía do campo, furavam-na, permitindo assim a entrada da bola da sua equipa, devidamente preparada por um curandeiro. Estes adeptos, a par da dinâmica das preparaçõ es, procuravam anular o efeito do *vovó* sobre a bola, expurgar a sua «doença». Era como se a bola, influenciada pelos poderes mágicos, deixasse de ser redonda e ganhasse uma vontade própria que inevitavelmente iria beneficiar uma das equipas. Cada jogo exigia a repetição da «preparação». Se os resultados desapontavam, o clube procurava um curandeiro mais eficaz. Muitas vezes o sucesso de um curandeiro acicatava

a cobiça das equipas adversárias, que procuravam contratá-lo. Issufo recordou um curandeiro chamado Neru, contratado pelo Ferroviário.⁹ O próprio curandeiro colocou um anúncio no jornal informando ter recebido 50\$00 para a equipa dos caminhos-de-ferro bater o Desportivo. O Ferroviário ganhou. No encontro seguinte entre as duas equipas foi a vez de o Desportivo pagar a quantia pedida por Neru. O Desportivo conseguiu então vencer o Ferroviário: «Aquilo é através do espírito. Hoje não existem e se existem são poucos e querem milhões.»

As competições despertaram a formação de um autêntico «mercado do curandeirismo». Mogne reconheceu que, como hoje, a feitiçaria não deixava de ser um negócio: «A superstição na AFA era uma coisa extraordinária, terrível. Gastava-se muito dinheiro.» A utilização generalizada de preparações nos campeonatos suburbanos, a sua diversificação e adaptação ao jogo do futebol e a expansão de um mercado de curandeiros constantemente solicitados, ao assinalarem a importância local do espectáculo suburbano, desvendavam a progressiva centralidade do valor do sucesso. A notoriedade concedida pelo jogo convertia-se num capital comunitário. Estimulado pela rivalidade, o mercado do *vovó* instigou o processo de desportivização: «O problema», contou Mogne, «é que havia uma euforia, aquela gana. Vou-lhe dizer uma coisa: és meu adversário, enquanto não entrar em campo não falo contigo, nem te dou a mão. É uma questão psicológica. A superstição na AFA era uma coisa extraordinária, terrível.»

A vontade de vencer, assegurou, justificava que todos os jogadores, independentemente do seu grau de crença, «entrassem no esquema»: «Quando tu estás com uma vontade de vencer, muitas das vezes és incutido de alguma coisa que não consegues de facto analisar. Eu, pessoalmente, dizia: é pá, o que é isto?» No entanto, essa «vontade de vencer» conduzia mesmo os mais cépticos a «entrar no esquema». A força do «esquema» presumia uma orquestração de vontades, uma legitimação colectiva da crença: «se tu não fizesses aquilo e se perdesse», confessou Mogne, «ficavas com um peso de consciência. Dizias: se eu tivesse feito isto, teria ganho». O peso da consciência materializava uma culpa que ninguém gostava de carregar. Esta culpa, tanto no contexto do jogo como noutras esferas da vida suburbana, legitimava a crença colectiva e o direito de os indivíduos acreditarem. Produto de uma razão prática, a crença era um elemento de troca na economia simbólica local.

⁹ Não foi possível perceber se haveria algum significado histórico a retirar a partir do nome deste curandeiro.

O êxito legitimava todo o tipo de «preparações»: «Tu vais na onda, como dizem os brasileiros. Aquilo tudo o que os gajos disserem, tu aceitas, até ires tomar banho sei lá onde. É preciso é vencer o jogo.» Nizamo recordou que muitas vezes os responsáveis das equipas, treinadores e dirigentes, mentiam para conseguirem o melhor contributo dos jogadores e asseguravam «que tinham tratado de arranjar *vovô*. O jogador jogava mais à vontade e, porém, não havia nada. Noutras ocasiões, porém, os jogadores perguntavam ao treinador se ‘havia alguma coisa’ e ele respondia ‘é pá hoje não tem nada.’ Resultado: havia jogadores que já iam para o campo derrotados.» A cabeça «já não funcionava» e, por conseguinte, o corpo também não.

O *vovô* consolidou-se também como uma prática maliciosa, um meio utilizado para pressionar os jogadores, para incentivá-los a aderirem de modo mais intenso à ordem da interacção, um antídoto contra o factor medo. Simultaneamente, como noutros universos da vida suburbana, o *vovô* constituiu-se como uma resposta ao problema da eficácia e à necessidade de alcançar um resultado. A crescente centralidade do futebol como prática e consumo local e o papel das equipas como representantes de colectivos, nomeadamente dos bairros, pressionaram o desempenho dos atletas.

O *vovô* nunca falha

Dependente da capacidade de influenciar resultados, o *vovô* trabalhava sob pressão. A requisição dos seus serviços visava a conquista da vitória, não se afirmando a arte «feiticista» como instância modeladora de um desempenho estético, factor remetido para a arte maliciosa do jogador. O curandeiro submetia-se a uma avaliação regular e objectiva. Confrontado com o insucesso das preparações, denunciava imperfeições, da responsabilidade de jogadores, treinadores ou dirigentes, durante o ritual por ele recomendado. Ângelo explicou que o curandeiro tem sempre razão, mesmo quando perde:

Sabe qual é o problema de curandeirismo no futebol? O curandeiro tem uma força que é esta. A gente vai lá, a gente ganha, está tudo bem. Mas se a gente perde ele vai dizer: vocês falharam em tudo o que eu disse, algum de vós falhou, só pode ter sido isso. Vocês falharam qualquer coisa. Se a gente volta a perder outra vez a gente diz que aquele curandeiro é aldrabão. Então a gente já não volta lá, vamos procurar outro. Eles têm essa vantagem e não devolvem o dinheiro que recebem. Há outros que dizem: vão jogar, se ganharem podem-me pagar se não ganharem não pagam nada. Antigamente

era assim.

Hilário confirmou que «o *vovó* nunca falha». Por exemplo, relatou, «se o gajo diz: não se pode ter relações sexuais, ou não se pode beber bebidas alcoólicas ou uma porcaria qualquer. O gajo fez o feitiço e a malta perde e ele dizia: houve um que falhou». Ele dizia, por exemplo, «não se pode entrar naquela porta e eu passava: ‘Eu não disse que não se podia passar, o treinador passou, lixou tudo’. O gajo tem sempre razão».¹⁰

Os argumentos do *vovó* não persuadiam o suficiente para proteger a sua posição neste mercado particular. A ausência de resultados conduzia à substituição do curandeiro. A progressiva importância do princípio da eficácia provocou uma maior rotatividade na contratação de *vovós*, circunstância que permitia a um maior número de pessoas entrar neste mercado. Os treinadores e os curandeiros, a quem um público entusiasmado pedia satisfações quando as exibições não iam ao encontro das expectativas, não tinham vida fácil. Sentia-se então o choque entre a força da crença e os valores fundamentais que presidiam a uma nova ordem das coisas gerida por princípios de eficácia. O sistema de representatividade accionado por um jogo competitivo com regras que definiam vencedor e vencido, embora adaptado a uma economia simbólica local que negociava os seus valores e significados, limitava os exercícios retóricos e as crenças que procuravam deslegitimar o princípio do sucesso e da eficácia e encontrar uma bitola alternativa de avaliação da *performance*.

A perda de estatuto do curandeiro não abalava o estatuto da crença. A impossibilidade de encontrar um *vovó* absolutamente vitorioso não pôs em causa a importância das «preparações». O *cuxo-cuxo* era um bem comunitário de comprovada utilidade. Quem se pusesse de fora, descrente nas suas virtudes, ameaçava o próprio sistema da crença e o que significava enquanto representação do mundo, ameaçando a estrutura da *performance* desportiva. Quando Matine, depois da independência, chegou a seleccionador de Moçambique, procurou combater a influência dos *vovós* em nome do futebol profissional, regulado por princípios metódicos, responsáveis, em último caso, pelos resultados dos jogos: «eu sou profissional de futebol e não posso brincar com o futebol, se brincar com o futebol lixome». Matine confrontou o poder dos *vovós*, pediu-lhes para adivinharem não apenas quem ia ganhar, mas quem marcava os golos e em que momento do jogo. O treinador afastou-se da selecção de Moçambique depois

¹⁰ Rita-Ferreira refere que quando os tribunais tradicionais julgavam um acto de magia negra, o réu era o cliente, e nunca o executor, ilibado à partida das suas culpas (Rita-Ferreira 1967-1968, 446).

de uma derrota com a República Popular do Congo. Um *vovó* contratado por dirigentes da selecção, assegurou que iam ganhar. O treinador, cedendo à sua presença, não colocou a possibilidade de alguém não ter realizado os pedidos do *vovó* em conformidade, falhado um procedimento, interpretado mal um ritual. Para ele era a própria crença que estava em causa, transformada num negócio e não numa arte. A solução, como profetizou Hilário sobre os indivíduos que desejam treinar em África, foi sair.

Protecção e direito comunitário

Ângelo, convencido de que o futebol se ganha jogando, não enjeita a utilidade da crença: «Pois, a gente acredita. Até hoje a gente acredita. Porquê não acreditar?» Acreditar era, concluiu Mogne, «o melhor medicamento que o médico pode dar, tens que acreditar. Se não acreditas não faz efeito. O corpo não aceita, não recebe. Qualquer reacção entras em contradição, porque é o medicamento que está mal.» Se a pessoa diz «que vai, vai mesmo e a pessoa luta». Repertório tradicional utilizado para «ler» e descodificar as lógicas do quotidiano, o curandeirismo foi interpelado pelas inúmeras questões existenciais que caracterizavam a precariedade do processo de adaptação urbano durante o período colonial. A competição por recursos escassos e as desigualdades crescentes na comunidade, aparentemente injustificáveis, estimularam um mercado do curandeirismo. Quem mais beneficiava da nova organização social, como realçou Daniel Matavela, precisava de protecção: «A protecção é quando você começa a prosperar [...] O feitiço protege, é uma realidade, um indivíduo precisa de protecção». A protecção ajudava quem prosperara na comunidade face àqueles que, recorrendo a feiticeiros, combatiam esta desigualdade entre iguais.

Algumas das especificidades da nova organização social urbana sob o colonialismo encontravam-se no âmago do jogo de futebol: a busca de resultados, a pressão que responsabilizava o indivíduo pelo seu desempenho. Simultaneamente, o jogo caracterizava-se por um grau elevado de incerteza, repleto de imponderáveis: a bola que não entrava, que batia no poste, o *penalty* concretizado ou falhado, a expectativa do lance mágico do malabarista. O desempenho do *vovó* actuava sobre o universo de indeterminação típico da prática do jogo de futebol, explicando os muitos acasos que acabavam por ditar o seu desfecho. A «lei do *cuxo-cuxo*» prosperava diante da fraqueza de princípios alternativos de explicação do regime de causalidade entre o resultado do jogo e os gestos e movimentos

dos jogadores. Os poderes ocultos justificavam derrotas e vitórias, boas e más exhibições, as injustiças, mas também as incongruências, as fragilidades dos indivíduos, apaziguando as suas dúvidas e incertezas.

No âmbito do jogo de futebol, como noutras áreas de actividade no subúrbio de Lourenço Marques, o *vovó* constituía-se essencialmente como um «direito». Partilhava este estatuto com os gestos intimidatórios, gestores do medo e do risco, e com os movimentos malabaristas, capazes de reencantar o jogo e desafiar a sua mecânica. Os clubes, os jogadores, como todos os membros da comunidade, independentemente da sua posição social, filiação regional ou religiosa, usufruíam do direito de recorrer ao *vovó*. Como agente da resolução de problemas práticos, era mais efectivo do que os direitos inerentes ao sistema social e político imposto pelo colonialismo, inexistentes, escassos, ambíguos e muitas vezes perversos. Considerado pela administração colonial portuguesa uma prática cultural atrasada e supersticiosa, este direito suburbano pertencia ao contrato social tácito da comunidade.

Os fundamentos da ordem da interacção e da troca simbólica do futebol suburbano não eram colocados em causa pela acção do *vovó*, mesmo no que respeita à infracção da lei do jogo e dos seus princípios morais implícitos. O direito do *vovó* era o direito da comunidade, não o direito da lei dos livros, da sua moral implícita e dos princípios impostos do exterior em nome da «civilização» ou de certa «assimilação», concebidos também como modelo de gestão da vida. A lei do *vovó* provava ser mais justa e confiável. Juntamente com os movimentos dos malabaristas e os gestos intimidatórios, participava nas estratégias maliciosas que definiam o futebol do subúrbio. Confirmando os valores emergentes neste processo de urbanização colonial, a reiterada utilização de crenças tradicionais legitimava a troca simbólica local e a lógica prática dominante no subúrbio de Lourenço Marques.

O *vovó* como fonte de narrativas locais: a história do relógio e a manipulação da modernidade

As histórias do *vovó*, uma das fontes mais importantes de narrativas sobre o futebol no subúrbio de Lourenço Marques, exaltavam o engenho da crença local em subverter a ordem das coisas. A moral narrativa destas histórias vem quase sempre confirmar a eficácia do poder do *vovó*. O curandeiro raramente encarna a personagem do vilão, mesmo para os jogadores e as equipas que sofreram com a sua arte. O ludibriado reconhece

a perícia do saber que o enganou, única forma, aliás, de justificar as suas falhas. A dimensão performativa da arte do *vovô* integrava estas narrativas. Contava-se a mestria evidenciada pelo curandeiro, mas também a criatividade inerente às preparações, o processo, o mecanismo, a invenção do ritual. A descrição destes pormenores contribuía para encantar a narrativa do futebol. O *vovô* era também um virtuoso.

Uma das histórias mais recordadas ainda hoje no subúrbio de Lourenço Marques, mito maior da narrativa do *vovô*, é a história do relógio. No *derby* muçulmano local, que opunha a equipa do Mahafil Isslamo à do Atlético Mahometano, um poderoso curandeiro conseguiu manipular a força do relógio, símbolo do mundo moderno, agrimensor da vida urbana, dos seus ritmos de produção e de lazer, como enunciou Thompson (1967). Saide Mogne encontrara-se de manhã na casa do presidente do seu clube, o Atlético Mahometano, com o resto dos elementos da equipa. Nesse momento, recordou, «um homem veio fazer o trabalho dele, o normal, porque para nós era normal, já não ligávamos àquilo». Ainda de manhã, entre as 11.30 e o meio-dia, alguns jogadores do Mahafil passaram pelas ruas do bairro, perfeitamente equipados «com calças, botas e meias». Alguém da equipa do Atlético alertou então que os jogadores do Mahafil voltavam do lugar onde «morava um terrível curandeiro». O Mahafil, asseverou Issufo Batata, contratara Ambrósio, o «terrível Ambrósio, o de fato e gravata». O velho curandeiro Ambrósio «aparecia no campo» de «fato e gravata» para ninguém «descobrir que era curandeiro». O disfarce realizava uma curiosa inversão do exotismo associado a estas práticas, fintando com mestria o próprio preconceito do colonizador e assumindo na roupa uma legitimação complementar, moderna e sofisticada.

À tarde, já próximo da hora do jogo, a equipa do Atlético partiu num camião para o campo do Beira-mar, local da disputa. Já no fim do percurso, «precisamente antes da curva final», como relatou Mogne, o guarda-redes «lembrou-se que tinha deixado a camisola em casa». «Os dirigentes do clube», prosseguiu, «olharam para os relógios e viram que havia ainda muito tempo». O camião inverteu a marcha até à casa do guarda-redes, onde este recolheu a camisola em falta. De regresso ao caminho, um dirigente do Atlético decidiu verificar as horas. Estupefacto, reparou que o seu relógio parara. Mais extraordinário, os relógios de todos os dirigentes

¹¹ Insistindo com Mogne sobre se todos os relógios tinham parado, este respondeu que o relógio de um dirigente cessara de funcionar: «Ele é que decidiu que havia ainda muito tempo e quando nós voltámos tinham marcado falta de comparência. Nem chegámos a entrar no campo.»

do Atlético encontravam-se parados.¹¹ Quando a equipa chegou ao campo do Beira-Mar, a hora da partida passara, o Mahafil abandonara o terreno de jogo e o Atlético perdeu por «falta de comparência». Mogne, presente no camião do Atlético, assegurou a veracidade da história: «é verdade, aconteceu isto, eu vivi isto. Foi muito falado aqui». Entre as «coisas incríveis» que aconteciam na AFA, Ângelo recorda-se bem da «história do relógio», de que se ouve «falar até hoje»: a do curandeiro com um poder tal que conseguiu parar os relógios do adversário. O actual dirigente do Ferrovário, no decurso da entrevista, tentou encontrar, pouco confiante, uma explicação lógica para a questão: «Até hoje eu ponho-me a pensar como é que isso aconteceu. Será que só uma pessoa tinha relógio? E que essa pessoa enganou-se na hora e não procuraram saber a mais ninguém?» A narrativa não era, no entanto, negociável. Encontrar uma razão alternativa implicava abrir uma discussão sobre a crença: «Até aqui nunca mais ninguém disse nada. Só dizem que aquele curandeiro foi capaz de atrasar os relógios do adversário para ele apanhar falta de comparência.» Se a lenda se tornou facto, imprima-se a lenda.

A vitória dos poderes do *vovó* sobre o «tempo do relógio», um triunfo da comunidade sobre o símbolo do novo sistema de relações imposto pelo colonialismo, possuía um alcance limitado. A manipulação da modernidade foi obtida em benefício da moral imposta pelo tempo do relógio à vida quotidiana, como, aliás, o desafio à lei do *association* no decorrer dos jogos suburbanos nunca deixou de ter a própria regra como critério de orientação. A derrota do Atlético não deixou de ser justificada pela obediência à regra que determinava estar o jogo suburbano subordinado a um horário fixo, o do tempo de lazer organizado, como um trabalhador se encontrava submetido ao horário de trabalho. A manipulação ocasional do tempo alcançada pelo poder do curandeiro constituía-se como uma subversão parcial à moralidade do jogo, mas não um desafio aos seus fundamentos. Tal como a lógica inerente à ordem da interacção em campo e aos gestos e movimentos que a compunham, o *vovó* estabelecia-se como uma estratégia defensiva. A astúcia local, procurando reordenar os sentidos da modernidade, não os conseguia travar.

Os heróis da comunidade

Os *vovós* eram figuras nucleares das histórias do futebol suburbano. Partilhavam o lugar dos heróis destas narrativas ao lado dos grandes artistas, dos malabaristas virtuosos e dos jogadores impetuosos. Todos se promo-

veram como as figuras principais de uma ordem da interacção maliciosa, os que melhor dominavam a sua moralidade prática. Os indivíduos pouco respeitáveis não serviam a lei do jogo. A sua popularidade, como a dos bandidos comunitários de que falava Hobsbawm (2003), definia-se pela capacidade de subversão dos poderes, normalmente legitimados pela lei. À luz da ideologia colonial portuguesa, os heróis locais personificavam a irracionalidade pagã, o anticristianismo, o obscurantismo, o atraso indígena. Os gestos dos virtuosos malabaristas encarnavam o elogio do engano, a acção inconsequente, o exibicionismo fácil, a carência de qualquer ideia de colectivo, sem religião ou ideologia. Os movimentos intimidatórios exemplificavam a desordem, a inexistência de um poder central, de uma razão de Estado, tolerados no subúrbio, mas inaceitáveis como comportamento no «espaço do cimento». Os intérpretes de tais gestos eram foras-da-lei; os seus actos haviam transformado, à luz da concepção das autoridades, o futebol num problema social. O espectáculo celebrador dos heróis locais desenrolava-se perante a aclamação de um público desobediente e conflituoso. Um público de doentes. Como as patologias sociais identificadas pelo poder, o alcoolismo, a prostituição ou a delinquência, o futebol desenvolveu-se no espaço onde vivia e sobrevivia uma força de trabalho barata e descartável que durante tanto tempo sustentou o colonialismo português. Sujeitos a tais condições, os heróis suburbanos reconheciam-se pela arte de interpretar os protocolos locais. Diante da comunidade, evidenciavam a astúcia necessária para sobreviver sob condições adversas.

A narrativa do futebol suburbano fixou estas histórias, proporcionando a descrição e reinterpretação das façanhas destes indivíduos: o *vovó* que parou o relógio, o malabarista que resolvia com um dom próprio, uma magia, os constantes obstáculos colocados pela ordem do jogo, os jogadores duros que não fugiam à luta, conseguindo «eliminar» os adversários na fronteira permitida por uma lei negociada jogo a jogo, discutida entre as equipas, o público e o árbitro. À falta de imagens, os gestos são recordados oralmente, descritos com entusiasmo, como sucedeu no âmbito das entrevistas aos antigos praticantes. Foram os heróis da comunidade os melhores intérpretes da troca simbólica local, peritos na manipulação das armas da malícia, aqueles cujo sentido estratégico, feito intuição corporal, melhor definiu um gesto com um profundo significado local.

A periferia invade o centro

Quando os jogadores suburbanos penetraram mais consistentemente

no mercado do «futebol da baixa», em especial a partir da década de 60, ao quebrarem de forma mais efectiva as fronteiras rígidas da discriminação, trouxeram consigo as tradições que se haviam revelado vantajosas na prática do jogo no subúrbio. Os poderes do *vovó* não perdiam a sua importância e utilidade no contacto com o futebol europeu. Pelo contrário, o facto de a aptidão desportiva ser, no contexto do colonialismo português tardio, uma condição para a obtenção de um emprego tornava mais urgentes os préstimos do *vovó*. No período de maior mobilidade entre a «cidade de cimento» e o subúrbio, beneficiando da expansão do mercado de transferências, o conhecimento do mato, adaptado às convenções da comunidade suburbana, passou para o «futebol da baixa». A segregação social não impediu um conjunto de trocas entre o centro e a periferia. O futebol do subúrbio, por exemplo, recebeu informação sobre estilos de jogo e sistemas tácticos, assunto tratado no capítulo seguinte. Transmitido pelos *media* ou por informadores privilegiados, o conhecimento de outras formas de jogar, o toque dos brasileiros, a intensidade dos italianos, incorporou-se, de modo improvisado, no jogo local, condicionando a organização dos gestos e dos movimentos dos jogadores.

Esta troca não tinha uma direcção única. As preocupações dos jornalistas de Lisboa em relação à profusão do *cuxo-cuxo* no futebol em Lourenço Marques, assinaladas por Fréchaut Neto na sua série de artigos para *O Brado Africano*, aludiam à disseminação pela «cidade de cimento» de práticas muito presentes na organização quotidiana do subúrbio. A «feitiçaria e as magias», como reconheceu Guilherme Cabaço, o velho colono, tinham «mais a ver com a população negra» e acabaram também «por afectar jogadores e treinadores portugueses» (*sic*). Quando o «africano começou a entrar dentro dos clubes, trazia as suas crendices». No Alto-Maé, clube da fronteira com o subúrbio, havia «uma vasilha pequenina com um óleo qualquer que colocavam atrás da baliza do adversário que era para atrair a bola e para influir o guarda-redes.» Cabaço assegurou que no seu tempo, nos anos 20 e 30, «nunca houve nada disso», situação reveladora do fechamento social do futebol da época.

A chegada das crenças suburbanas ao «futebol da baixa», sobretudo a partir dos anos 60, não encontrou uma resistência firme por parte das autoridades e dos agentes reguladores do futebol «europeu». Pelo contrário, o recurso ao *vovó* foi integrado, de modo mais ou menos informal, nos processos de trabalho das equipas, o que assinalava a autonomia deste campo de actividade face à ideologia do Estado colonial. Armando Silva (n. 1930), um negro educado que trabalhou como funcionário público, chegando a exercer um cargo de direcção da AFA, recordou a in-

fluência de Maurício, jogador que passou do São José, equipa da missão de São José de Lhanguene, para o Sporting de Lourenço Marques, na divulgação do *vovó* pela «baixa»: «Ele a jogar largava sempre as suas piadas: o *vovó* disse que a gente vai ganhar, o *vovó* disse, o *vovó* disse... e depois isso alastrou». Armando recordou o uso do *vovó* pelas equipas da «baixa», não por iniciativa das direcções, mas pela vontade dos atletas. Abissínia Ali exemplificou a iniciativa dos jogadores africanos ao tentar expor o problema aos treinadores europeus: «Nós tínhamos cuidado só de dizer: Senhor Fulano, nós somos assim, a gente funciona assim. Se o senhor não se importa, pode saltar este fumo? Não faz nada de mal, é só saltar. Só.» Os jogadores explicavam ao treinador que as práticas de *cuxo-cuxo* não significavam uma falta de respeito pela sua competência: «Não é porque a gente não aceite ou não acredite no trabalho que ele faz, mas para lhe dar mais sorte ainda. Se a gente ganhar o primeiro a ser visto é o treinador. Então normalmente sempre aceitavam.» A argumentação era persuasiva. «Alguns treinadores que vieram de Portugal», acrescentou, «acreditavam em crenças semelhantes.» Como dizia Ângelo: «Por que não acreditar?»

Mesmo o treinador metropolitano Severiano Correia, assinalou Armando, representante em Lourenço Marques da modernidade do jogo de futebol e do domínio sobre a tática, quando confrontado com o *vovó*, «deixava andar». A atitude visava a defesa dos interesses da equipa: «quando o *vovó* se começa a impor, o atleta não rende porque vive obcecado. Depois, se perder, diz que perdeu porque não fez isto, ou aquilo. O melhor é deixar andar.» O esquema tático de Severiano Correia funcionava melhor com jogadores mentalmente preparados. Desta forma, o *vovó* melhorava a eficiência dos princípios táticos. Impedidos de jogar no campeonato da AFA, depois da dissolução imposta em 1959 pela administração colonial, os jogadores do subúrbio levaram as suas crenças para o «cimento». Cruz recorda-se de um jogo entre o Sporting e o Indo-Português em que ambos os treinadores, Botelho de Melo e Fernando Ribeiro, pagaram a contratação de um *vovó*. «O Fernando Ribeiro», prosseguiu Cruz, disse: «Eu dou dinheiro para o *cuxo-cuxo* mas faço de conta que não sei que existe, não é o *cuxo-cuxo* que vai fazer a equipa. Dou dinheiro, mas ignoro. Dou preparação física e ensino a jogar futebol. Como treinador, ignoro, embora sabendo que existe em todos os clubes.»

Os treinadores portugueses, acreditando ou não no efeito do *vovó*, consideraram-no um factor a considerar no trabalho de gestão da motivação das equipas. Muitos jogadores oriundos da metrópole possuíam um conjunto de superstições que adaptaram ao jogo. Algumas reprodu-

ziam rituais típicos de uma tradição religiosa: os jogadores benziam-se, rezavam, olhavam para os céus. Outras, de origem popular, eram aprendidas nas terras donde provinham. Alguns jogadores inventavam ainda as suas superstições: usar sempre a mesma camisola, entrar com o pé direito dentro do campo, beijar o anel. Atendendo ao contexto supersticioso do «futebol da baixa», as crenças suburbanas não exerciam um efeito absolutamente contrastante. Embora os rituais fossem diferentes, os gestos e as preparações distintos, a troca simbólica era inteligível, existindo um terreno comum susceptível à partilha das crenças. Os jogadores da metrópole não adeririam a estas práticas, apesar de tudo um «exemplo da natureza atrasada do negro», mas conviviam bem com elas. Ângelo enunciou a situação de forma simples: «O futebol junta muito as pessoas, com várias estruturas, vários costumes e, normalmente, para sermos unidos, temos que respeitar as crenças de cada um. Se aparece um a dizer: é pá, temos que fazer isto para este jogo, os outros todos vão ao encontro dele, não há ninguém que lhe vire as costas. Mesmo nos clubes da cidade». Terminou afirmando: «Até hoje ainda existem essas crenças.»

Depois de chegar à «baixa», o *vovó* passou o Índico e o Atlântico e desembarcou na metrópole, pela mão dos jogadores de Lourenço Marques ao serviço dos grandes clubes de Lisboa. Ângelo assegurou existirem hoje «bons curandeiros em Portugal. Curandeiros saídos daqui e saídos de vários pontos de outros países que estão a trabalhar para o futebol em Portugal». Com as crenças viajaram também os termos arrolados por Craveirinha no seu glossário. Matateu, Eusébio, Coluna, Hilário, grandes heróis do futebol português, usavam entre si as designações locais, ludibriando maliciosamente os atletas metropolitanos. «Os jogadores que saíram daqui», contou Ângelo, «quando jogassem na mesma equipa ou então na selecção, utilizavam muito o dialecto de cá para os adversários não perceberem o que eles estavam a dizer. Isso é muito vantajoso.»

A universalidade do *vovó*: o feiticeiro húngaro

Da perspectiva da ideologia colonial, a disseminação do *vovó* pela «baixa» e mesmo depois pela metrópole indiciava a cafrealização do futebol europeu, sujeito a uma assimilação invertida. O costume indígena, característica que separava o civilizado do não civilizado, adaptara-se sem grande resistência ao jogo na «baixa», subsistindo ao lado de outras crenças e superstições. O *vovó* parecia possuir, deste modo, propriedades universalizáveis, pouco compatíveis com versões da irredutibilidade cultural.

A sua utilidade insinuava-se muito para lá do subúrbio de Lourenço Marques. Issufo Batata foi ainda mais longe: o *vovó* era imanente à prática do jogo. Esta não podia ser explicada sem ser remetida para a linguagem do *vovó*. O jogo de futebol, independente do seu espaço social e cultural de produção, era susceptível de ser contado por intermédio das narrativas do *vovó*. O oculto possuía uma dimensão universal e a sua influência explicava múltiplas ocorrências. Issufo, procurando preencher a distância entre a «cultura africana», povoada de práticas misteriosas, designadas por obscurantistas pelo poder colonial, e o mundo dos outros homens, supostamente racional e comandado por lógicas distintas, deslocou o terreno de análise do subúrbio de Lourenço Marques para outras paragens, onde também se jogava futebol. Seleccionou um exemplo conhecido que envolvia o universo do colonizador. Issufo assegurou que a equipa do Benfica de Lisboa, vencedora da Taça dos Campeões Europeus em 1961 e 1962, beneficiou da acção dos poderes do *vovó*. Quem esteve por detrás destas práticas não foi nenhum curandeiro africano, mas o próprio treinador da equipa de Lisboa, o húngaro Bela Guttmán. Guttmán, judeu, representante ilustre da vanguarda magiar que revolucionou o futebol europeu nos anos 50, era conhecido pelo «feiteiro». A designação, asseverou Issufo, não se devia apenas ao talento do treinador, mas aos seus poderes mágicos. Guttmán, o grande treinador, o grande estratega, o homem que dominava os princípios de racionalização do jogo, mestre da táctica e dos sistemas, era, segundo Issufo, um feiticeiro poderoso, alguém com conhecimentos profundos sobre o domínio onde se influenciava o destino fora da materialidade do desempenho. A final da Taça dos Campeões Europeus de 1962 entre o Benfica e o Real Madrid comprovou o poder mágico de Guttmán.¹² Issufo exemplificou: «Costa Pereira, o guarda-redes do Benfica, a certa altura defendeu a bola, esta bateu no poste e, em vez de entrar, veio de novo ter às suas mãos.» Guttmán sabia o que estava a fazer, «ele próprio». Issufo asseverou que «são coisas que não se podem escrever, não se podem comprovar». Quando Guttmán deixou o clube de Lisboa, garantiu que o Benfica, sem ele, nunca mais ganharia a competição máxima do futebol europeu. E foi assim até hoje.

*

Os teóricos de educação física do Estado Novo procuraram analisar cientificamente o efeito da religião sobre o aparelho motor dos atletas, o

¹² 2.^a Taça dos Campeões, ganha pelo Benfica em 1962, com vitória por 5-3 sobre o clube espanhol.

modo como provocava emoções e estímulos e levava o corpo a movimentar-se, criando significados morais e ideológicos. Idealizavam assim um «corpo cristão», respeitável, adaptado ao corpo disciplinado, metáfora da idealizada sociedade fascista. No subúrbio de Lourenço Marques, o princípio da crença que motivava o movimento do corpo do jogador suburbano, longe de ser um gesto «ideo-motor» inspirado na devoção ideológica e cristã, traduzida nos movimentos retilíneos da ginástica ou na ideologia do *fair-play* amador, era uma espécie de líbido mágica, assente em tradições partilhadas e transformadas.

A adaptação destas tradições aos valores da cidade colonial, com repercussão imediata no jogo de futebol, assumiu-se como um meio de produção de sentidos inteligíveis, indicações de navegação num mundo instável e incerto. O *vovó* respondia à necessidade de os indivíduos ordenarem as suas práticas, constituindo-se como um direito da comunidade, num contexto onde escasseavam os direitos. No futebol era uma condição de explicação da ordem da interação, da sua economia simbólica, princípio invisível de produção das «obras» (dos gestos e dos movimentos esteticamente classificados), uma astúcia enunciadora dos imponderáveis do jogo, com poder de absolvição da responsabilidade do desempenho. A crescente pressão sobre a *performance*, decorrente do aumento das rivalidades, estimulou o crescimento do mercado do *vovó*. Este estabeleceu-se como uma resposta local à exigência da eficácia. Não confinado ao subúrbio da cidade, o *vovó*, mediante o aumento da circulação de jogadores, integrou-se no campeonato da «baixa», chegando mesmo à metrópole. A sua expansão invertia a lógica das concepções regeneradoras que tomavam o futebol como veículo da universalização de um comportamento respeitável, assente na obediência à lei. Nesta óptica, a manifestação no jogo de uma «cidade doentia», já preocupante pelas suas repercussões na ordem quotidiana, ganhava características locais únicas, que pareciam sugerir a prevalência de uma «perigosa» indigenização.

Capítulo 10

Doçura e velocidade: a tática como desencantamento do mundo

Tática e corpo

Os sinais da chegada do processo de desportivização ao subúrbio não se resumiam à adopção do *football association*, das suas leis e regulamentos. A representação na prática e no consumo do jogo de futebol do universo simbólico característico do contrato social do subúrbio incluía o desejo de participar na sociedade exterior, nas «coisas do mundo». No espectáculo futebol estas expectativas manifestavam-se pela vontade de partilhar retóricas e experiências, pelo direito de jogar com equipas representantes de outras regiões e países e pela aspiração de notoriedade e de mobilidade social. A economia maliciosa característica do jogo suburbano absorveu de modo mais ou menos harmonioso um conjunto de estímulos e propostas provenientes do exterior, deslocando-se pelos canais que definiam o desenvolvimento de um campo de actividade específico. Pelo subúrbio, desde cedo, circulou informação sobre outras «formas de jogar». Do centro de Lourenço Marques chegavam notícias do futebol da metrópole, dos seus principais clubes e jogadores. A proximidade da África do Sul promoveu outros intérpretes e estilos, partilhados pelas equipas das regiões vizinhas nos torneios organizados pela AFA. Mais esporádica e irregularmente, espalhavam-se novidades do futebol de países distantes, pormenores da grande narrativa do futebol internacional.

Esta informação específica influenciou o jogo no subúrbio de Lourenço Marques, afectando o desempenho dos jogadores. Nas peladas de bairro abundavam nomes de clubes metropolitanos, ingleses e brasileiros; os gestos das grandes vedetas internacionais, contados num jornal, pas-

sados de boca em boca, eram reinterpretados. A transmutação em prática corporal dos eventos narrados envolvia um esforço de recriação; com imaginação, o intérprete local aproximava-se da mestria dos melhores jogadores do mundo.

Não havia conflito entre a ordem da interação dominante no jogo suburbano e estas influências vindas do exterior. A adoção das leis do *association* fundava uma ligação com o mundo exterior. A imitação inventiva, oferecendo um conjunto de morfologias diferentes aos gestos e movimentos dos jogadores, não contestava os princípios astuciosos do jogo local, a legitimidade da malícia que procurava negociar a regra, a justeza do repertório motor dominante nesta economia simbólica e os critérios de apreciação e classificação partilhados pelos jogadores e pelo público. Algumas influências exteriores, em determinadas circunstâncias, fortaleceram mesmo os princípios inerentes à ordem da interação local e às disposições predominantes no *habitus* motor dos atletas. Augusto Matine referiu-se ao modo como a «dureza italiana» se conjugou satisfatoriamente com «táticas intimidatórias locais». Na altura, salientou, «como não havia televisão, não se sabia muito bem como se jogava noutros países. Havia sempre alguém, no entanto, que por uma razão ou por outra visitara esses lugares e que falara com alguém, ou conhecera alguém que visitara».

Um dia alguém comunicou: «a equipa italiana é dura como o caraças, joga bem mas são duros e mais rápidos que os portugueses»; na Itália «joga-se duro, marca-se em cima, utiliza-se o corpo». Os treinadores improvisados nos jogos de bairros introduziram a novidade nas suas preleções: «A nossa equipa tem que jogar com a dureza italiana.» A dureza italiana justificava a fogueira do jogo local e mesmo a infração da lei. Como «não havia bem a noção do que era dureza italiana», continuou Matine, «muitas vezes ultrapassávamos as leis: éramos duros porque aquilo era a dureza italiana, o gajo mais corpulento encostava o corpo ao outro e dizia 'é dureza italiana'». Como era dureza italiana, «não podia ser falta».

O virtuosismo do jogo brasileiro, outra influência relevante nas representações locais, também se acomodou com facilidade ao estilo do subúrbio. Os relatos de proezas futebolísticas extraordinárias confirmaram-se aquando da passagem por Lourenço Marques de clubes brasileiros em 1959 e 1960. As exhibições dos sul-americanos sobrevivem nas inúmeras narrativas ainda hoje contadas. Hamido Nizamo comparou o efeito das digressões brasileiras às sensações provocadas pela visita de algumas equipas sul-africanas ao subúrbio, nas quais se destacaram «jogadores malabaristas que brincavam com a bola». O jogo brasileiro consagrou de modo ainda mais virtuoso e espectacular os princípios de

apreciação local: «Havia jogadores que dominavam a bola, paravam, até sentavam na bola. Era bonito.» A pausa do jogador brasileiro, o sentar na bola, sugeria a preparação de um acto ilusionista, malicioso, ou precisamente o assinalar da execução desse acto, gesto ao qual o subúrbio africano atribuiria um nome próprio: *hpfa*. A pausa assinalava a vitória do malabarista, o acto supremo de humilhação do adversário. Os brasileiros demonstraram ser mestres na arte da malícia.

A troca simbólica presente no jogo local não ficou igualmente perturbada pela transmissão de princípios rudimentares de ordenação dos jogadores em campo, como, por exemplo, versões de sistemas táticos, como o conhecido WM. O caminho percorrido pelo WM desde que foi empregue pelo treinador do Arsenal de Londres Herbert Chapman, em princípios dos anos 30 na metrópole industrial, até ao subúrbio da Lourenço Marques acompanhou o ritmo do processo de desportivização. Saide Mogne recordou que «naquele tempo o futebol que estava em evidência era o futebol inglês. Era o modelo universal. Tanto em Portugal como em todo o lado, jogavam precisamente neste modelo. Era o WM.» A imprensa ajudou a popularizar as posições deste sistema tático, nomeadas nas reportagens das partidas. Segundo Mogne, nos jogos da AFA as equipas utilizavam o WM, situação menos provável de ocorrer nos jogos de bairro, onde o número instável de jogadores raramente o permitiria. Na AFA, o WM modelava a distribuição dos jogadores, instaurando-se como um primeiro nível de organização do padrão do jogo. O contacto com as equipas sul-africanas, sujeitas à influência inglesa, acrescentou Mogne, abriu portas à expansão do sistema. Equipas do território vizinho empregaram o sistema em Lourenço Marques nos jogos com selecções da AFLM, o que poderá ter sucedido igualmente com equipas africanas em digressão pelo subúrbio. É também plausível, como sugeriu Armando Silva, que o sistema tenha chegado por interferência do «futebol da baixa».

A introdução do WM nas competições da AFA decorreu, como referiu Mogne, por intermédio de um «processo empírico». Os antigos jogadores confirmaram a utilização rudimentar deste e de outros sistemas de organização, princípios mínimos de arrumação dos atletas em campo. A «parte tática», assinalou Cruz, resultava de um diálogo realizado no dia do jogo. O elemento reconhecido como o mais sabedor, «o que tivesse mais olhos», decidia: «vamos jogar assim, vamos jogar assado». Já na década de 40, notou Cruz, a escolha dos jogadores efectuava-se «dentro daquele WM». Cruz explicitou a lógica do seu funcionamento: «O sistema de jogo não era como hoje, não havia o 4-2-4 ou o 3-2-5. Era o WM: três defesas, dois médios e cinco avançados. Os três defesas tinham que

se amanha com os cinco avançados que vinham para cima deles. Era um futebol em que o defesa tinha muito mais trabalho a fazer. O médio era um indivíduo que fazia a distribuição para os avançados; defendia pouco, muito pouco.» O responsável pela disposição da equipa, assegurou Ângelo, sabia «que fulano vai jogar a guarda-redes, defesa direito, o outro, defesa esquerdo, defesa central e por aí adiante». A numeração das camisolas facilitava o desenho do WM sobre o terreno. A cada número correspondia uma posição: «O guarda-redes era o n.º 1 e o n.º 12 era o suplente. O n.º 2 era o defesa direito, o n.º 3 o defesa esquerdo, o n.º 5 era o médio-centro, depois o n.º 4 o médio direito, o n.º 6 o médio esquerdo, o n.º 7 o extremo direito, n.º 8 o interior direito, o n.º 9 o avançado-centro, o n.º 10 o interior esquerdo e o n.º 11 o extremo esquerdo.»

Como indicou Matine, quando se juntavam 22 entusiastas nos jogos informais de bairro, a ordenação seria ainda mais precária:

O que nós todos sabíamos é que quando fôssemos jogar uma equipa contra a outra era 11 contra 11. O grupo é que escolhia, tu não és muito habilidoso mas és forte vais para defesa direito, tu és canhoto vais para defesa esquerdo, tu e tu são altos, vão para centrais; a gente dizia: se os gajos vierem com um ponto de lança tu marcas um e o outro fica solto. Como na altura jogávamos com um 4-2-4, procurávamos estar ordenados segundo esse esquema.

A disposição dos 11 jogadores nas partidas suburbanas ajudava a organizar um conjunto de movimentos descritos por Hilário como uma «improvisação». Ao permitir a improvisação, o sistema de ordenação de jogadores não punha em causa os princípios da ordem da interacção local, revelando-se um mimetismo útil, não conflituante com o repertório motor valorizado nos bairros; este, eventualmente, teria sofrido uma certa especialização, de acordo com a disposição e função dos jogadores, e uma primeira articulação entre a função e a disponibilidade física, o que distinguiria, em parte, as competições da AFA da maior «liberdade» permitida nas peladas de bairro.

A mentalidade táctica

As propriedades do sistema táctico excediam, todavia, esta função de ordenador mínimo do padrão de jogo. O modelo táctico encerrava, além de uma indicação da posição dos atletas, um conjunto de regras sobre o seu movimento, princípios coordenadores da acção individual e, consequentemente, de toda a dinâmica colectiva. Se a distribuição inicial dos

jogadores em campo de acordo com o estipulado pelo esquema tático não contrariava a ordem da interacção local, o mesmo não sucedida com a racionalização do movimento que lhe estava implícito: uma segunda natureza da tática resultante da conformação da ordem da interacção aos princípios da eficiência necessários para conquistar a vitória. Colocada em funcionamento sob a batuta de um treinador, a tática anunciava um novo jogo, uma revolução no modo de conceber o desempenho e o comportamento do corpo, enfim, um outro *habitus* motor. Os jogadores não podiam mover-se «livremente» a partir das suas posições no campo e manejar o seu repertório motor de acordo com outros princípios de acção. As posições passavam a ser indicativos funcionais de um esquema de movimento bastante complexo. Os seus efeitos no futebol do subúrbio de Lourenço Marques sugeriam uma transformação radical da economia das práticas e das trocas simbólicas característica do espectáculo suburbano.

José Craveirinha foi dos primeiros a lamentar as implicações da tática no futebol local: importados pelos treinadores que chegavam a Lourenço Marques e promovidos por «alguns jornais desportivos metropolitanos passados de mão em mão, criaram no futebolista suburbano a mentalidade tática» (Craveirinha, 11-4-1959, 6). A tática, segundo a opinião do poeta, destruía as características do jogo local e a «habilidade inata» do africano para o futebol. O estilo único dos bairros de Lourenço Marques soçobrava a «táticas e mais táticas. N.ºs 4 em linha, ferrolhos, 4-2-4 e outras coisas do género fizeram moda e mataram muita coisa boa no nosso jogador» (id., *ibid.*). O africano, tendo adoptado o desporto europeu, tornando-o seu, encontrava-se refém da «mentalidade tática». Produto da «comercialização do jogo», a mentalidade tática uniformizava os movimentos dos atletas, suprimindo gestos e os seus pequenos significados, e ceifava a «liberdade de criar conforme a intuição natural e espontânea» (id., *ibid.*). Pressos aos sistemas táticos, os jogadores não podiam mostrar ao mundo a sua reformulação e recriação do futebol. Para Craveirinha, a mentalidade tática afigurava-se como uma espécie de «colonização das consciências», para utilizar a conhecida expressão de John e Jean Commaroff (1991), uma feitiçaria moderna, europeia, que, à semelhança das «práticas feiticistas», condicionava os reflexos dos jogadores (Craveirinha, 22-1-1955, 8).

Craveirinha sentia a imposição de uma ortodoxia de movimento ao corpo do jogador africano não apenas como uma particularidade do futebol, mas enquanto uma questão do colonialismo, da face destruidora do colonialismo. E, no entanto, esta «mentalidade tática» não decorria da imposição do *habitus* motor ideológico decorrente do modelo morali-

zador da «regeneração do corpo» proposto pelos teóricos da educação física do regime. Surgia, de outra forma, num contexto em que o futebol caminhava, a diferentes ritmos, para o profissionalismo, tendência desaprovada pelo Estado Novo português, desprestigiante para os «verdadeiros» valores do desporto, educativos e morais. O esquema tático desportivo não aparentava possuir uma directa intenção ideológica, moralizadora ou pedagógica, não era cultivado pelo exército, pela Igreja ou pela escola.

Este condicionamento do corpo sugeria, no entanto, a aplicação ao jogo de um conjunto de princípios de acção modernos e de valores sociais impostos em Lourenço Marques pelo colonialismo: sujeitava o jogador a uma cuidada divisão social do trabalho dentro do campo, a uma especialização de funções limitadora da realização dos seus gestos e movimentos, proporcionando uma experiência distinta de deslocação no espaço e uma relação singular com o tempo. As suas exigências implícitas, reclamando uma adesão do corpo a uma nova norma, assemelhavam-se a alguns dos requisitos necessários ao funcionamento da organização quotidiana, nomeadamente os da organização económica da produção, do cálculo, da previsão, da antecipação e da racionalização do gesto com vista a um fim predeterminado, como numa empresa moderna. A tática procurava reduzir a imprevisibilidade, antecipando, prevendo, mensurando o espaço e o tempo. A eficácia presidia também aos objectivos fundamentais do projecto colonial, independentemente da sua sofisticação e modernidade capitalista: a exploração de recursos, a exploração e reprodução da força de trabalho.

A equivalência entre o esquema tático e a empresa colonial, nas suas formas mais predatórias, possuía limites. Relacionada com a emergência de condutas de acção típicas do contexto histórico moderno, a tática não resultava directamente de uma intenção doutrinária ou de um sistema económico. A racionalização de uma linguagem formal, como Weber descreveu para o caso da música moderna (Weber 1995), denunciava a formação de um campo de relações relativamente autónomo, preenchido por ordens práticas e capitais simbólicos específicos, no qual decorriam lutas pela definição «mais correcta da própria prática». A procura do resultado estimulou o surgimento de fórmulas destinadas a encontrar os melhores processos para alcançar a vitória. Ao futebol do subúrbio, sobre o qual o *vovó* intervinha para influenciar o jogo «jogado» fora do campo, chegavam concepções sobre o modo como o jogo se podia resolver com mais eficácia dentro do campo. Esta pressão sentiu-se no subúrbio de Lourenço Marques a partir de meados dos anos 50, quando a «questão tática» enchia as páginas dos jornais. A persuasão do

esquema tático, como, aliás, das práticas feiticistas, não decorria de uma adesão consciente, de uma moda passageira ou de uma inculcação ideológica, mas sim da importância contextual, mais ou menos profunda, da vitória enquanto capital simbólico.

A história da circulação de um sistema tático como o WM testemunha os condicionamentos sociais da recepção de uma nova proposta de movimento colectivo, enunciando lutas e resistências contextuais da parte das instituições, mas também dos corpos sujeitos a transformarem os seus princípios de acção motora, hómologos de sentidos práticos mais abrangentes.

A criação de uma ordem da interacção eficiente

Depois da mudança da regra do fora-de-jogo, em 1925, para proteger a qualidade do espectáculo, os jogadores e os treinadores procuraram adaptar-se às novas condições de ocupação de espaço impostas pela nova lei. Nas competições profissionalizadas requeria-se uma disposição tática preparada para conduzir as equipas mais eficazmente à vitória. O novo sistema surgiu em Inglaterra, onde o processo de profissionalização do futebol se encontrava adiantado e as competições nacionais e regionais mais desenvolvidas. Na transição para a década de 30 Herbert Chapman propôs uma distribuição dos jogadores mais adequada para responder à alteração da lei do fora-de-jogo, constituindo-se como uma alternativa à então hegemónica «formação clássica». O modelo de Chapman, garantindo ao Arsenal três campeonatos da Liga, popularizou-se pelas duas letras que desenhavam a distribuição dos jogadores em campo: WM. O «M» nomeava a posição dos jogadores defensivos e o «W» a dos jogadores mais avançados. O sucesso de Chapman na competitiva Liga Inglesa gerou um debate internacional sobre as vantagens do sistema.

Em 1935, o treinador e jornalista português Cândido de Oliveira¹ participou num curso de treinadores organizado pela *Football Association*.²

¹ Cândido de Oliveira jogou pelo Casa Pia e pelo Benfica. Tomou-se um conhecido treinador e jornalista. Fundador, director e redactor do jornal *A Bola*, treinou a célebre equipa do Sporting conhecida pelos «cinco violinos». Militante antifascista foi preso no campo do Tarrafal por cumplicidade com os serviços secretos britânicos durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre Cândido de Oliveira, v. Homero Serpa (2000).

² Cândido de Oliveira descreve o que se passou neste curso num relatório enviado em 1936 à Federação Portuguesa de Football Association (Oliveira 1936).

Durante a estada em Londres estagiou com o Arsenal e observou alguns jogos do campeonato escocês. Logo após o regresso, procurou partilhar a experiência e publicou o livro *Football, Técnica e Tática* (1935). Em Portugal, para além do esforço da imprensa desportiva e da circulação de alguns manuais, poucos meios existiam para divulgar as leis e metodologias do futebol. Desprezado pelos teóricos da educação física e pelas instituições do Estado, o ensino da modalidade aos jogadores e ao público dependeu do trabalho de praticantes apaixonados, estudiosos autodidactas, quase sempre por intermédio dos jornais. Cabia a estes «educadores», como notou o capitão António Ribeiro dos Reis na introdução a uma das primeiras obras de divulgação do futebol em Portugal, escrita em 1927, mais de trinta anos depois de o jogo ser praticado no país, disseminar o conhecimento sobre o jogo, sobretudo entre as classes populares, largamente analfabetas, que aprendiam a modalidade de forma empírica, sem o conhecimento das regras mais elementares (Reis 1927, 6).³

Para provar que o «*football* tem a sua arte e a sua ciência» (id., *ibid.*, 7), Ribeiro dos Reis descreveu no seu livro os fundamentos da divisão do trabalho no terreno de jogo, utilizando diversas vezes metáforas militares, e as funções destacadas para cada futebolista, de acordo com as suas características físicas e psicológicas. No estado da arte à época, a formação clássica, invenção inglesa, constituída por um *goal-keeper*, dois *backs*, três *half-backs* e cinco *forwards*, resultara da depuração de modelos tácticos anteriores, o que implicou a redução do número de jogadores na linha avançada, em tempos idos composta por nove e sete jogadores. A experiência ditara uma maior racionalidade na ocupação do terreno. Duas escolas dominavam o futebol nessa época: a inglesa e a escocesa. O jogo inglês privilegiava o passe largo e apoiava-se na força atlética, num estilo conhecido por *kick and rush*. O estilo escocês, pelo contrário, dependia do passe curto e do jogo mais burilado, em constantes triangulações. Apesar das designações nacionais, as escolas inglesa e escocesa construíram modelos exportáveis, dois métodos de racionalizar a modalidade baseados em repertórios motores distintos.

O WM de Chapman colocara o debate a um outro nível. Sob a impressão causada pela nova proposta táctica, Cândido de Oliveira escreveu o seu livro em 1935. O WM, disposição adequada aos problemas colocados pela lei do fora-de-jogo, instituíra uma revolução na lógica do movimento colectivo. Por intermédio de uma linguagem descritiva e de ma-

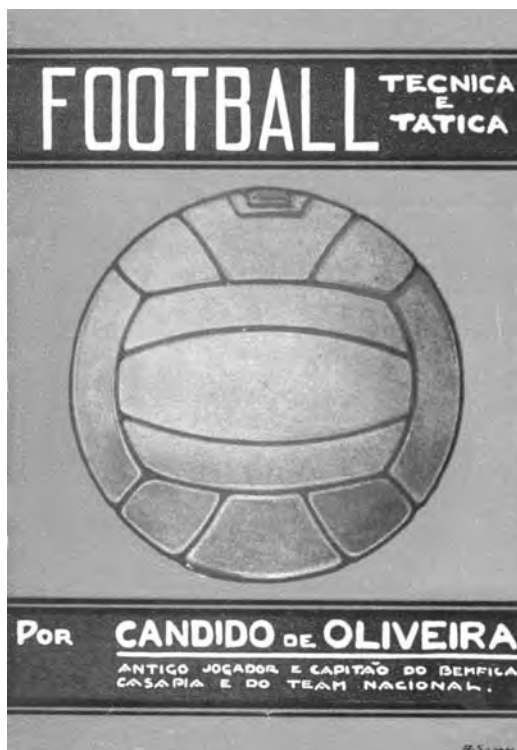
³ Sobre António Ribeiro dos Reis, v. Astregildo Silva (2004).

terial fotográfico, recorrendo à imagem abstracta, a gráficos e diagramas, Cândido de Oliveira construiu uma representação dinâmica do jogo, revelando o modo como a nova tática transformava o padrão das interdependências. O WM propunha outra ordem da interacção, exigindo aos jogadores uma reformulação dos seus gestos e uma incorporação de novas funções.

A representação abstracta do terreno de jogo e da movimentação dos jogadores sugeria a criação de um olhar tático proporcionado pela objectivação da experiência dos jogadores. As próprias fotografias, utilizadas para demonstrar o modo correcto de execução de certos gestos e movimentos, permitiam pensar o jogo fora do tempo e do espaço concreto. A matematização da matéria do jogo possibilitava uma pedagogia diferente e um controlo sobre a linguagem formal. Pela geometria estável das linhas do campo corriam atletas, não de forma arbitrária, mas sob a batuta de um pensamento tático. As situações de jogo descritas por Cândido de Oliveira eram todas mensuradas: o ângulo do remate, a posição do guarda-redes em relação ao remate, o local para onde deveria ser enviada a bola de acordo com as distâncias, a velocidade da bola, a compleição física dos adversários. Tudo o que sucedia no interior de um campo de futebol podia medir-se em trajectórias, comprimentos, alturas, velocidades, intensidade e movimentos predeterminados. A abstracção do espaço, relativizando a experiência imediata, possibilitava a construção de um novo olhar sobre a linguagem, influenciando a experiência dos jogadores e a percepção do próprio espectador. Esta construção simbólica do espaço e do movimento, comparável com rupturas formais desenvolvidas noutras actividades, fundamentava-se numa racionalização submetida a propósitos específicos, não se apresentando como uma estética. Criador da tática reguladora da acção dos atletas, o trabalho do treinador assemelhava-se ao de um coreógrafo. Ao «autor» da coreografia escapava a sua interpretação. Uma coreografia de dança podia ser preparada ao pormenor; um jogo de futebol, por mais ensaiado, envolvia um elevado grau de imprevisibilidade, decorrente da interacção entre duas equipas com objectivos opostos. Procurando a eficácia, esta racionalização do jogo definia-se por uma constante luta pela redução do inesperado. Mas, como não estava reduzida a uma lógica utilitária, a economia simbólica do futebol alimentava-se também do surpreendente e do extraordinário, mantendo um encantamento relacional com o público.

A incorporação de princípios de acção racional não se limitava à interiorização e execução de determinados gestos e movimentos. Reivindicava também uma interpretação sensível da deslocação no espaço.

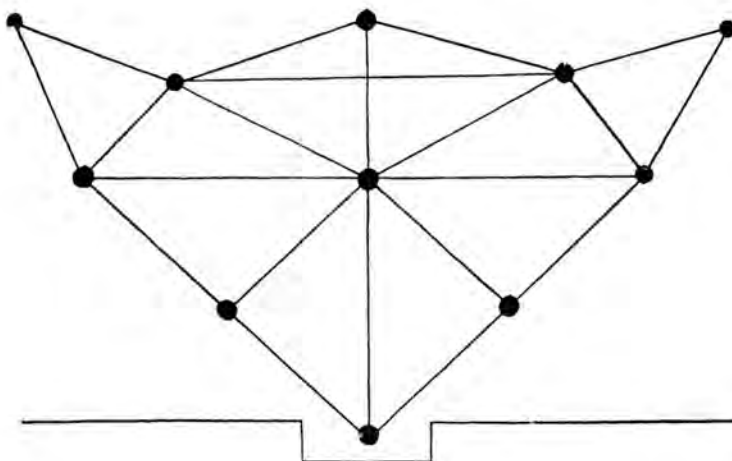
Figura 10.1 – Capa do livro de Cândido de Oliveira *Football, Técnica e Tática* (1935)



O indivíduo, ao pensar o seu gesto, deveria pensá-lo colectivamente, antevendo a cada momento a disposição da equipa e o seu papel nesse desenho espacial. A experiência de espaço requeria um olhar elaborado. Os olhos, constantemente solicitados pela dinâmica do jogo, passavam a ser entendidos como componente de treino, o que viria, mais tarde, quando a ciência da educação física se articulasse melhor com os desportos colectivos, a ser alvo de uma conceptualização específica.⁴ A criação de uma «experiência prática do espaço» foi fundadora de uma percepção que analisava dinâmicas e movimentos. Os olhos treinados, os «olhos tácticos», determinavam, no decorrer do jogo, as opções de movimento do jogador com base numa antecipação inteligente da acção, o que determinava uma nova exigência ao *habitus* motor individual. A capacidade de «leitura do

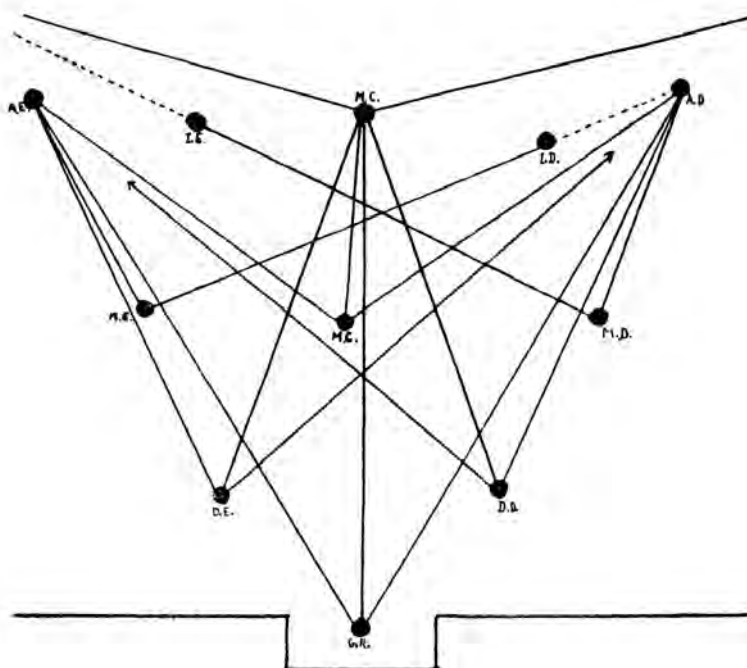
⁴ A importância dos olhos no contexto das práticas desportivas foi destacada em 1966 pelo teórico alemão Friedrich Mahlo (1997).

Figura 10.2 – Triângulos dominantes no jogo de passe curto



Fonte: Cândido de Oliveira, *Football, Técnica e Tática* (1935).

Figura 10.3 – As passagens dominantes no jogo de passe largo



Fonte: Cândido de Oliveira, *Football, Técnica e Tática* (1935).

espaço» implicava a compreensão, por intermédio de uma «intuição trabalhada», de toda a «sequência do processo». O olho treinado tacticamente quase se autonomizava dos movimentos do corpo. O treino do olhar inteligente, um «sentido prático» guiado pelo valor da eficácia, constituía assim o âmago do domínio sobre o material do jogo, a sua linguagem específica, os gestos individuais que, juntos, davam origem a movimentos colectivos lógicos. O pensamento táctico racionalizava o movimento mediante uma orquestração de vontades individuais criadoras.⁵

Muitos jogadores, como realçou Cândido de Oliveira, aprendiam empiricamente esta interpretação colectiva do espaço pela simples prática. A sensação do corpo num espaço geometrizado alcançava-se pela experiência, isto é, implicava o desenvolvimento de um sentido prático não dependente de uma transmissão teórica de conhecimento e de uma consciencialização. A «experiência de espaço» gerava um tipo de inteligência que dispensava um conhecimento escolástico, assente no domínio da leitura e da escrita. A alfabetização do corpo do jogador não se assemelhava à alfabetização escolar: «em *football*, apenas se requer inteligência prática [...] Tenho conhecido muitos jogadores perfeitamente analfabetos e que, sem embargo disso, na apreciação do jogo, da sua técnica, se revelam verdadeiramente inteligentes e, até, com subtilidade de espírito pouco vulgar em alguns letrados...» (Oliveira 1935, 135).

A aprendizagem pelo corpo, base da «inteligência prática», gerava uma percepção particular não traduzível pela oralidade ou pela escrita, dada a sua dimensão corpórea. O reconhecimento desta «inteligência» desafiava a reprodução de classe imposta pelo paradigma escolástico da «leitura e da escrita» e da educação artística. No caso do futebol, a inteligência prática exigia do atleta mais do que uma execução mecânica. Como um intérprete num conjunto de vozes polifónicas,⁶ o jogador tacticamente inteligente reconhece o lugar do seu movimento num conjunto, indício do grau de domínio sobre a linguagem do jogo. Cândido de Oliveira ficara convencido pela sua passagem por Londres. A racionalidade do WM, considerou, não prejudicava a beleza do jogo. O treinador português não sabia se a invenção de Chapman derivava de uma análise dedutiva sobre o modo como enfrentar de maneira mais eficaz os desafios

⁵ Friedrich Mahlo chamou-lhe «pensamento associativo» (Mahlo 1997, 111-122).

⁶ Há similitudes interessantes entre este processo e a interpretação da polifonia moderna proposta por Max Weber, na qual diversas vozes, mantendo a sua individualidade, se encontram harmonicamente interligadas. A progressão de cada voz afecta todas as outras, afectando também toda a lógica do som (Weber 1995, 9-10).

colocados pela alteração da lei do fora-de-jogo ou se resultara apenas da experiência de observação. Tendo uma origem empírica ou uma base dedutiva, Cândido considerava evidente a sua cientificidade. A criação de condições de educação do corpo, apenas conquistáveis mediante um certo grau de profissionalização, estabelecia-se como um elemento indispensável para o *habitus motor* do atleta reproduzir com eficiência o sentido prático exigido pela tática.

O WM: fundamentos da racionalização do futebol

Cândido de Oliveira foi um dedicado promotor do WM de Chapman em Portugal, explicando-o nos jornais e aplicando-o nas suas equipas. Em 1949 publicou *WM. A Evolução Tática no Futebol*, onde descreveu a tática como o fundamento racional do jogo moderno, a evidência «de que o futebol era um jogo desportivo com uma base racional, inteligente e, podíamos acrescentar, científica» (Oliveira 1949, 13).⁷ Afrontando uma situação hegemónica, a introdução do WM despertou resistências. Parte dos detractores considerava não ser o sistema tático um elemento fundamental no futebol, pois o desempenho de uma equipa subordinava-se ao talento técnico e à capacidade física dos jogadores. Colocada a tática no centro da dinâmica do jogo, o WM, protestavam os seus críticos, impunha «a disciplina do método, a subordinação ao plano de conjunto que reduzia o jogador a um verdadeiro autómato, sem vontade própria – e sem alma!» (id., *ibid.*, 14). A relação entre o jogo e o público encontrava-se mediada pela desempenho do atleta, âncora do espectáculo do futebol. Perspectivar a eficácia e beleza do dispositivo tático exigia uma percepção mais treinada, não perceptível no imediato. A ruptura com as formas de conceber a racionalização do jogo obrigava a uma revolução no modo de olhar. O olhar tático requeria o afastamento dos olhos da magia da bola para se posicionarem sobre a lógica da disposição e do movimento. A ruptura no olhar originava uma conceptualização distinta que rompia assim com um dos mais importantes fundamentos da relação do público com o espectáculo do futebol: os olhos na bola.

⁷ O livro resultou da lição de Cândido de Oliveira no curso de aperfeiçoamento de treinadores organizado em Julho de 1948 pela Real Federação Espanhola de Futebol. O treinador português discutiu as questões táticas e a sua evolução até àquela altura, período em que o WM se tinha imposto por todo o lado. A Espanha, que resistira à introdução do WM, foi obrigada a mudar, por força dos maus resultados.

A formação de um público conhecedor reclamava também uma revolução no olhar, subversora da aprendizagem empírica do espectador e dos seus fundamentos estéticos. A necessidade de um olhar tático reconsiderava a importância de gestos supérfluos, movimentos individuais colocados pelo público no coração do espectáculo: «O jogo individual, a proeza para a galeria, o feito pessoal, o jogo desordenado, ao sabor do instinto e das reacções emocionais, cederam lugar, pouco a pouco, ao jogo de conjunto, ao plano da equipa, ao sistema tático, ao futebol metódico, a assentar em estudo prévio, entre o treinador e os jogadores, entrelaçando-se a acção individual na acção de conjunto da equipa» (id., *ibid.*, 177).

O choque entre avaliações distintas do desempenho desportivo constata-se na relação entre dois gestos fundamentais do jogo: o drible e o passe. O drible, movimento de amplas morfologias, é o meio por excelência do virtuosismo individual; o seu autor, conseguindo ultrapassar o adversário e mantendo a posse da bola, recebeu quase sempre os favores do público. Componente de encantamento do espectáculo, o drible frequentemente não serve a eficácia nem o movimento colectivo, prejudicando a concepção tática da equipa. Executado num pequeno espaço, não facilita, no momento da sua execução, a percepção do movimento da equipa. Por esta razão, a modernização do futebol, ao especializar o trabalho, tratou de disciplinar o drible, passando a sua execução regular a ser privilégio de alguns jogadores e apenas em dados momentos e em determinados espaços do campo.⁸ O passe, pelo contrário, eixo da tática, mola do movimento colectivo, define o ritmo e a coreografia pensada pelo treinador. A sua execução requer um olhar periférico, que o jogador levante a cabeça. A centralidade do passe no futebol moderno justificou que os dois modelos, durante muito tempo dominantes enquanto padrões de jogo do futebol competitivo, a escola inglesa e a escola escocesa, se designassem, respectivamente, por escola do passe longo e escola do passe curto. A sobrevivência do drible, como repertório motor presente no jogo, dependia da sua adaptação aos princípios ins-

⁸ Elias e Dunning demonstram como o *drible* foi reprimido no futebol inglês em finais do século XIX «A cooperação da equipa acentuou-se à custa da criação, nas competições, de oportunidades para os indivíduos brilharem. Deste modo, o equilíbrio entre os interesses individuais e os interesses da equipa modificou-se. O drible desvalorizou-se e a passagem da bola de um membro da equipa para outro passou a destacar-se. É possível analisar com considerável rigor as razões desta mudança. O aumento do número de equipas, o estabelecimento de competições formais, o aumento de rivalidade competitiva entre as equipas e o facto inicial de se jogar para um público que pagava para assistir aos jogos encontravam-se entre elas» (Elias e Dunning 1992, 294).

tituídos pelo passe.⁹ A relação entre o drible e o passe determinava a morfologia do padrão de jogo, a dinâmica da sua **ordem de interação** e os estilos praticados pelas equipas. Padrões de jogo caracterizados pela existência de muitos dribles, não se assemelhavam a padrões de jogo onde estes gestos escasseassem.

A dificuldade do público do futebol em perceber a razão pela qual se deveria coarctar a liberdade individual dos jogadores em nome de uma tática não poderia, considerou Cândido de Oliveira, deter a racionalização do jogo. O WM iria impor-se pela eficácia e o público reconheceria a superioridade da tática; celebraria ainda, porventura, a sua beleza intrínseca, do mesmo modo que o atleta de competição sentiria prazer em reprimir alguns impulsos performativos, mantendo-se um executor competente, mais ou menos criativo, de uma lógica colectiva. A evolução tática do jogo educaria, pela experiência do visionamento repetido, o olhar do espectador, mesmo quando este não dominava os seus fundamentos racionais. O individualismo, por exemplo, apesar de esteticamente apetecível, acabou por ser penalizado quando prejudicava o objectivo da equipa; a alteração dos princípios de classificação redundava numa depreciação estética. O virtuosismo perdia a sua autonomia. No entanto, a compatibilização do olhar estético do público com as movimentações decorrentes dos esquemas táticos modernos não se revelava automática, gerando um conjunto de resistências e nostalgias estilísticas.

Antes do advento do WM, a «formação clássica» distribuía sem concorrência os jogadores pelo campo. A lei do fora-de-jogo moldava então

⁹ Note-se como um dos gestos mais encantatórios e individualistas do futebol moderno, o golo que Diego Maradona marcou à Inglaterra no Mundial do México em 1986, representa o zénite desta racionalização do drible. A descrição que o n.º 10 argentino faz do seu movimento sugere a forma como os seus gestos resultaram, a cada momento, do movimento de todos os jogadores num espaço largo de visão. A percepção sobre este espaço de dinâmicas obrigava, como no mecanismo do passe, a levantar a cabeça. Do movimento total dos jogadores dependiam as decisões de Maradona, num cenário de múltiplas interdependências: «Eu arranquei atrás do meio-campo, do lado direito; rodei e passei entre Beardsley e Reid. Nesse momento foquei a baliza, embora ainda estivesse longe. Com um toque para dentro, passei pelo Butcher, e foi a partir desse momento que Valdano começou a ajudar, porque Fenwick, que era o último, não vinha para mim! E eu esperava-o para fazer o passe para dentro, como seria lógico [...] se Fenwick viesse, eu passava a bola a Valdano e ele ficava sozinho contra Shilton [...] Mas Fenwick não vinha. Então enfrentei-o, finte para dentro e fui por fora, a descair para a direita [...] Eu continuei e lá tinha Shilton pela frente» (Maradona 2001, 134). Maradona, o grande *dribleur* moderno, conseguiu, no processo de fintas consecutivas, olhar constantemente para o espaço do jogo e ir optando, capacidade permitida pela sua competência técnica e imaginação, mas também pelo modo como maneja com mestria a experiência do espaço.

o comportamento dos dois defesas. Se algum adversário recebesse a bola à frente de um destes dois defensores, perdia o direito de continuar a jogada. Face a esta ordenação, os dois defesas jogavam formando uma diagonal em que o vértice mais adiantado estava sempre colado à linha dos cinco avançados contrários, procurando colocá-los em posição de fora-de-jogo. O afinamento da estratégia defensiva obrigara a linha dos cinco avançados a recuar. O apuramento da tática, resultado da própria racionalização guindada pelo eixo da eficácia, retirou espectacularidade aos jogos. Longe da linha de baliza, os avançados não marcavam golos. A mudança da lei tornou este sistema defensivo menos funcional e mais arriscado. Daí em diante, os avançados não estariam em posição ilegal se recebessem a bola apenas com um jogador defensivo à sua frente (mais o guarda-redes). A distribuição dos jogadores no terreno alterou-se de imediato, não por via de um pensamento teórico que pensasse uma nova racionalização, mas porque a experiência de espaço dos jogadores se modificou. A proposta de uma nova disposição mais preparada para lidar com o problema, o WM de Herbert Chapman, começou por pensar o sistema ofensivo. Com a nova disposição, o ataque formado por cinco jogadores em linha ficou obsoleto, ao criar um grande espaço atrás dos avançados. Recuaram então os chamados avançados interiores, desenhando uma disposição em W: os extremos, mais encostados às laterais, e o avançado-centro, continuavam em linha, os interiores retrocediam mais para o meio-campo. Diante desta distribuição, a defesa clássica, jogando dois defensores em diagonal ou em linha, quedaria em inferioridade numérica. Dois jogadores eram insuficientes. A organização defensiva respondeu simetricamente à alteração no ataque. O médio-centro recuou para o meio da defesa, para uma posição designada em Inglaterra por *stopper*, para a qual se exigia um homem forte e possante. Nascia o chamado *third-back-game*. O meio-campo mais recuado ficava com dois homens, que guindaram para o centro, tapando o vazio. Nascia o sistema defensivo em M.

Em relação à formação clássica, o sistema estava mais articulado e as linhas de jogadores mais ligadas umas às outras. Obrigava-se, porém, a uma redefinição das características dos jogadores: uma especialização diferente. Cândido de Oliveira explicou estas novas funções: o médio-centro, de jogador cerebral, converteu-se num puro defensor, com a função principal de neutralizar o avançado; os médios-alas, antes atletas combativos, tenderam a transformar-se em jogadores criativos, aos quais se exigia excelente domínio de bola e espírito de organização para servir os avançados; os defesas passaram a jogar mais juntos às linhas laterais; o

avançado-centro, antes um criador de jogadas, passou a rematador de forte compleição física; os interiores ficaram com a função de mover o ataque, devendo possuir excelente domínio de bola e menos as características combativas e o poder de remate que lhes eram exigidos; os extremos, a quem se pedia rapidez e bom tempo de passe para os três avançados mais próximos da baliza, acabaram por ter de acumular a velocidade com a capacidade de remate (Oliveira 1949, 61).

Movido pelo quadrado mágico constituído pelos dois médios e pelos dois interiores, centro pensante e reduto da inteligência tática, o jogo intelectualizou-se. Como o M defensivo encaixa na perfeição no W atacante, as marcações defensivas cerraram-se e os avançados, habituados a ter espaço no sistema anterior, perderam tempo de execução. Tal situação específica causou, adianta Cândido, grandes problemas de adaptação a alguns jogadores, gerando protestos contra o WM (id., *ibid.*, 68-69). O espaço dos possíveis estilísticos alterou-se, mudando as regras do desempenho.

A circulação do WM e a sua chegada a Lourenço Marques

Apesar de Herbert Chapman ter provado a eficácia do WM em princípios dos anos 30, o sistema terá apenas atravessado a Mancha aquando dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936 (Oliveira 1949, 71). Em Portugal foi utilizado pela primeira vez, a título experimental, em 1937, pela mão do então treinador do Sport Lisboa e Benfica, Ribeiro dos Reis (id., *ibid.*, 72). Segundo o relato de Cândido de Oliveira, o WM impôs-se em Portugal na época futebolística de 1938-1939, revelando uma enorme eficácia defensiva (id., *ibid.*).¹⁰ A formação clássica resistiu em alguns países, casos da Áustria e da Espanha. Surgiram, entretanto, variações do sistema, adaptando-o às características contextuais do desempenho.

Na Lourenço Marques da década de 30, recordou-se Guilherme Caçaço, os treinadores eram «amadores ou antigos jogadores», pessoas com pouca experiência, como o treinador Gouveia Pinto, «que nunca jogou

¹⁰ Não terá sido pela acção de portugueses que o WM vingou em Portugal, mas pela acção de Alexandre Scopelli e Oscar Tarrío, dois jogadores argentinos que nos finais dos anos 30 se encontravam em França. A Segunda Guerra Mundial obrigou-os a sair do país. Foram para Portugal. Scopelli tornou-se treinador do Belenenses. Tarrío, na mesma equipa, foi o primeiro a desempenhar com assinalável êxito o papel de *stopper*.

futebol na vida». Por «amor ao clube», Gouveia Pinto «estudava, lia, tinha muita literatura de futebol que depois punha em prática com os seus pupilos». O Athletic Club jogava num «estilo inglês» com «passes mais largos», na disposição «clássica dos 11 homens em campo, o sistema dominante.» A descrição de Cabaço revela um jogo pouco dinâmico, com fracas interdependências: «A gente estava lá na frente, era avançado. Era muito raro virmos cá atrás, era preciso pedir socorro. Os *backs* e os defesas que se governassem, que fossem à vida. Vinha um tipo, mandava um balão, tinha que ter alguém lá à frente para poder seguir o jogo.»

Coube ao treinador português Severiano Correia o papel de divulgador, nas funções de treinador e jornalista, do sistema WM no âmbito da Associação de Futebol de Lourenço Marques.¹¹ Severiano chegou para treinar o Ferroviário em 1949, no mesmo ano em que Cândido de Oliveira editou na metrópole o livro onde explicitou o poder racionalizador do WM. Não foi Severiano Correia, o grande promotor do sistema, a experimentá-lo pela primeira vez no «campeonato da baixa», mas António Borges Jacinto, antigo jogador do Benfica, desembarcado na capital de Moçambique em 1931, onde jogou dez anos ao serviço do Ferroviário.¹² Em 1944 Jacinto assumiu a direcção técnica de todas as categorias do clube, impondo o sistema WM. Um ano mais tarde a direcção do Ferroviário, face às exibições pouco espectaculares, pediu-lhe para voltar à formação clássica (*O Ferroviário*, 1946, n.ºs 7 e 8, 3-4). Borges Jacinto acedeu contrariado, já que reconhecia, pela apreensão da lógica de Chapman, a superioridade do WM. Nessa altura, o Ferroviário, na vanguarda da organização do futebol na cidade, submetia os seus jogadores a um sistema de treinos rigoroso: três sessões por semana, uma teórica, duas práticas, uma individual, outra de conjunto, 15 a 30 minutos de ginástica antes do treino (*ibid.*). Os jogadores aceitavam estes métodos com relutância. Habitados a uma disciplina laboral e a um horário de trabalho, desejavam do futebol um exercício recreativo. Borges Jacinto defendia a importância dos «treinos teóricos», embora soubesse que os jogadores

¹¹ Técnico de vários clubes metropolitanos e da selecção nacional, educado, como Cândido de Oliveira e Ribeiro dos Reis, na Casa Pia, jornalista e dilecto cultor dos sistemas tácticos. Supostamente convidado pelo presidente do Clube Ferroviário, Trindade Pinto, permanece no clube até 1954, ano em que muda para o Desportivo. Saiu de Lourenço Marques em 1955, regressando mais tarde ao Ferroviário. Deixou definitivamente o país em 1964. Morreu em 1977, depois de ter treinado ainda em Angola, na Grécia, no Brasil e outra vez em Portugal.

¹² De acordo com João C. Reis (*O Ferroviário*, 1946, n.ºs 12 e 13, 9) e confirmado por Severiano Correia em artigo no *Diário de Lourenço Marques Guardian* (23-6-1954).

não gostavam das palestras. Nas suas palavras, «só queriam bola» (*O Ferrovário*, 1945, n.º 3, 10).

É provável, contudo, que em 1937 o clube escocês Aberdeen, primeira equipa europeia a jogar na capital de Moçambique, contratada enquanto realizava uma digressão pela África do Sul, tenha alinhado com o WM. As digressões à África austral, inauguradas em 1897 com a visita da equipa inglesa do Corinthians à África do Sul, repetida em 1903, assumiam-se como momentos de efervescência urbana e ocasiões de partilha de métodos e técnicas performativas.¹³ Embora em nenhuma crónica jornalística do jogo de 13 de Junho se faça alguma referência explícita ao WM, a descrição do encontro, bem como narrações anteriores dos jogos do Aberdeen na África do Sul (*Guardian*, 3-6-1937, 3), permitiam antever a utilização do sistema de Chapman na vitória dos escoceses por 6-4 contra uma selecção local: «interessante e proveitosa a tática que nos apresentaram, com o médio-centro atrasado, formando uma magnífica barreira de defesa e os médios-laterais a jogarem como segundos avançados» (*Guardian*, 15-6-1937, 4).

A experiência do Aberdeen não terá deixado rasto. Seria Severiano Correia a reforçar as componentes táticas no treino e a fomentar o WM em definitivo. Em 1951, o jornal do Ferrovário elogiou o trabalho de Severiano, responsável por «um melhor ajustamento de ‘pedras’ ao sistema WM, e a colocação de alguns jogadores nos seus devidos lugares». Como jornalista procurou ainda redefinir as bases de discussão do jogo.¹⁴ Os adeptos do futebol em Lourenço Marques, asseverou numa crónica de jornal, eram «gente que o futebol só o tem visto entre nós nas aldeolas do nosso querido Portugal continental onde a modalidade é entretenimento domingueiro» (*Guardian Desportivo*, 19-8-1953, 6-7). As suas reportagens assinalavam a alteração dos princípios de análise. A morfologia do «tempo de jogo», assinalada pela descrição cronológica das acções individuais, deu lugar à interpretação do movimento de um articulado de posições e funções, pauta engendrada pelo treinador, o criador do estilo, à imagem de um coreógrafo, encenador ou realizador. O treinador era o

¹³ O Lourenço Marques *Guardian* fez o historial das digressões de equipas europeias à África do Sul. Depois do Corinthians foi a vez da selecção inglesa em 1910 e 1930. O Aberdeen chegou pela primeira vez em 1927, a que se seguiram, em 1931 e 1934, os compatriotas do Motherwell. Em 1935 veio o Combines Service Football Team e em 1936 o Viena Athletic Club (*Guardian*, 12-6-1937, 3).

¹⁴ Em Julho de 1953, o suplemento desportivo do *Diário de Lourenço Marques Guardian* anuncia que Severiano Correia passará a ser o seu redactor principal (*Guardian Desportivo*, 1-7-1953, 1).

«autor» do jogo, o jogador uma «peça» que deveria estar no «perfeito estado de afinação, de modo a que o seu movimento tenha ao alcance a finalidade que se pretende de uma formação colectiva» (*Guardian Desportivo*, 26-8-1953, 1). Nas crónicas de Severiano, o jogador despersonalizava-se, passando a ser nomeado pela sua posição (médio-centro, defesa direito, etc.) e pelos movimentos realizados, usualmente mensuráveis: «triangulações», «diagonais oblíquas», etc. (*Guardian Desportivo*, 16-3-1955, 11). Ao jornalista competia divulgar a beleza deste mecanismo, o seu valor estético, sustentado já não apenas na avaliação da proeza do jogador, mas pelo juízo sobre a «melhor ou pior disposição do treinador para um padrão de jogo de boa ou má concepção» (*Guardian Desportivo*, 26-8-1953, 1).

Pela prosa de Severiano Correia relataram-se em Lourenço Marques, «científica e esteticamente», as conquistas do futebol da «Europa central». No extremo oriental da África subsariana, num contexto político anticomunista, comemorou-se a vitória da Hungria em Wembley no célebre jogo de 1953. O *Guardian Desportivo* anunciava na sua primeira página «os novos reis do futebol» (2-12-1953, 1). Para Severiano, interessado em propagandear os fundamentos racionais do jogo, Budapeste, Praga e Viena haviam beneficiado das digressões das equipas escocesas, cujo futebol, «junto ao solo, de passe curto», adquiria agora uma nova dimensão. Possuíam um estilo «geometricamente recortado», «matemático», de «padrão científico», que colocava a «improvisação em plano secundário» (*ibid.*, 9). As equipas movimentavam-se como «verdadeiras máquinas», os jogadores submetiam-se às ordens do treinador, «entregando absolutamente a condição individual, com a certeza de que só assim poderão render» (*ibid.*) Intérprete do esquema, procurando abstrair-se dos prazeres do público, o jogador assumia uma função: «O jogador, por muita boa classe que possua, não pode mostrar com exuberância que deseja gozar os aplausos do público. Tem de se esquecer de quem é para pensar, unicamente, na função que lhe cumpre no conjunto» (*Guardian Desportivo*, 20-10-1954, 1). Em Lourenço Marques, a superioridade do futebol da Europa central comprovara-se com a visita do Dínamo de Praga. Por algum tempo, os jornais falaram dos «mestres checos» e do seu domínio sobre «todas as tácticas e técnicas do futebol moderno» (*Guardian*, 6-10-1955, 10).

Logicamente superior, o sistema táctico nem sempre se revelava eficaz nem condizente com os critérios de classificação estética do público e dos *media*. A falibilidade do esquema táctico, a sua incapacidade para controlar todos os imprevistos decorrentes de um jogo com uma dinâmica dependente de interações sucessivas, pôs em causa o trabalho do «treinador-autor», o primeiro a ser responsabilizado quando o rendi-

mento da equipa não decorria como o esperado. Em Lourenço Marques, queixava-se Severiano Correia, a autonomia do treinador, espécie de artista incompreendido (*Guardian Desportivo*, 23-12-1953, 1), era desafiada em permanência pelo «núcleo social-moral, a quem vai caber não só a orientação técnica como também o estabelecimento do princípio que se achou do ideal de desporto» (*Guardian Desportivo*, 17-2-1954, 1). Dirigentes, jornalistas e o próprio público, desconhecedores da lógica do futebol científico, sentiam-se com liberdade para opinar. O jogo, no entanto, também lhes pertencia, como a ordem da interacção do futebol suburbano dependia igualmente dos critérios de classificação do público local, elemento actuante do desempenho colectivo.

A pressão para a obtenção de resultados acicatóu a discussão sobre os méritos dos novos processos tácticos. No *Guardian Desportivo*, o jornalista António Marques reflectiu sobre a decadência do «velho futebol» (*Guardian Desportivo*, 5-8-1953, 7). Nesse tempo, quando os valores individuais «predominavam», tudo podia depender da exibição inspirada de um só jogador. A bola não corria «entre os vários elementos que constituem a equipa», o público regalava-se com «os chamados malabaristas» que driblavam «todos os adversários que lhes surgiam». A arte do malabarista beneficiava da «marcação larga», que «dava margem para um jogador que na verdade fosse bom *dribleur* só por si resolvesse a questão a favor do seu grupo.» Em Lourenço Marques existiam, como em todo o lado, «os jogadores de equipa e os malabaristas». O futuro pertencia aos primeiros, aos mais sóbrios, que não caíam no «espalhafato». O malabarista «moderno» revelava o seu engenho em condições diferentes. Esta diferença sugeria uma revolução copernicana nos seus gestos e movimentos. Quem fazia «muitos dribles», salientava o jornalista, não tinha «uma visão clara ao passar a bola». Os seus olhos viam apenas os adversários que se lhe apresentavam à frente, ultrapassados com maior ou menor competência. O jogador moderno, pelo contrário, «antes de a bola chegar ao seu poder», já reflectira sobre as várias opções a tomar.

A alteração dos modos de conceber os gestos e os movimentos dos jogadores não dependia de um simples ajustamento aos esquemas tácticos; envolvia uma mudança de comportamento. No balanço da época de 1951, o jornal desportivo *Eco dos Sports* assinalava ser

necessário que os desportistas se convençam que ao envergarem a camisola de um grupo assumem grandes responsabilidades e obrigações que têm de cumprir. Desde esse momento deixam de pertencer a si próprios para se entregarem por completo ao seu clube. Nada deverão fazer que possa prejudi-

car a sua saúde [...] erguendo-se cedo, ao raiar da manhã, fazendo marchas, correndo, saltando, desenvolvendo a sua *souplesse* [*Eco dos Sports*, 15-3-1952, 9].

Poucos anos mais tarde, o *Guardian Desportivo* questionava: «Profissionalismo no futebol local?» (3-3-1954, 1). O desporto convertera-se num «negócio que para correr de feição e para traduzir lucros, necessita como os outros negócios, investimento de capitais». Em Lourenço Marques falava-se na atribuição de «prémios pecuniários por resultados» já na época seguinte. A sistematização do pagamento constituía outro patamar no processo de profissionalização, cujos elementos primários, «refeições, transportes, promessas de emprego [...] compensações por deslocações, ou ajudas de custo», já há muito se faziam sentir.

O desenvolvimento das tácticas e a oportunidade de os atletas se dedicarem profissionalmente ao desporto eram realidades interdependentes. A possibilidade de os jogadores incorporarem a lógica do sistema táctico, ajustando o seu *habitus* motor às necessidades de um padrão de jogo eficiente, que eliminava progressivamente os «futebóis locais», encontrava-se, porém, desigualmente distribuída.

A táctica no subúrbio

No subúrbio de Lourenço Marques, a pressão para as equipas africanas adoptarem os processos tácticos modernos, como notou desgostoso José Craveirinha, sentiu-se insinuosamente. Em 1951, *O Brado Africano* protestava contra as equipas locais: «orquestras com jogadores célebres mas sem a batuta de um maestro» (26-4-1951, 4). Reclamava-se então a necessidade de o treinador, equiparado a um escultor, como Fídias, tomar o leme das equipas para trabalhar «o magnífico barro humano, amontoado no celeiro sempre prenhe da juventude africana»: «só assim o *association* africano pode ter a classe pela qual tanto anseia» (*ibid.*). Para alcançar um melhor desempenho, o futebol africano deveria adoptar os princípios básicos da modernidade, observados, aliás, num conjunto vasto de actividades, desde a arquitectura e o urbanismo à música, ao cinema ou à literatura: «Tome a equipa por rumo o velho teorema de ser o caminho mais curto entre dois pontos uma linha recta e esqueça os caminhos tortuosos das travessas e atalhos» (*ibid.*).

A questão táctica colocara-se no centro de uma discussão sobre o futuro do futebol, debate ampliado pelo trabalho da imprensa. Os treina-

dores da «baixa», as digressões das equipas metropolitanas e de formações estrangeiras a Lourenço Marques e a circulação de manuais de futebol estimularam inúmeras disputas sobre os defeitos e virtudes dos sistemas. Hamido Nizamo lia o manual do treinador metropolitano Fernando Vaz, *Noções Práticas de Futebol*. Outro compêndio, o do treinador espanhol Pedro Escartin, também passava entre algumas mãos. A revista brasileira *Cruzeiro* incluía nas suas edições um conjunto de imagens de determinados movimentos ensaiados. Alvo das críticas de José Craveirinha, o jornal metropolitano *A Bola* estava na vanguarda da discussão do pensamento tático, instituindo um modelo jornalístico desenvolvido por Severiano Correia no *Guardian*. Embora de circulação restrita, estas publicações propagavam uma informação pericial. O sucesso das equipas vinculava-se à arte do treinador, figura com estatuto renovado.¹⁵

O desafio colocado pelo pensamento tático ao futebol suburbano não se resolvia mediante um processo de adesão ou recusa. Não se tratava de imitar um gesto ou um movimento, de adoptar um nome de uma estrela internacional ou de usar a camisola de um clube. O esquema tático exigia uma reconversão do repertório motor dos atletas, uma negação de uma gramática construída na interacção entre os jogadores e o público e que se infundira como repositório de valores partilhados, espaço de delimitação de um estilo de jogo. O sistema tático, na sua aparente inocência, afrontava a comunidade suburbana, desafiando as condições de produção da «arte local». E, contudo, foi em nome da crescente rivalidade e da procura dos resultados que o subúrbio o reclamara: uma fórmula reconhecidamente eficaz utilizada pelos melhores clubes do mundo para vencer os jogos.

O aperfeiçoamento da conduta individual exigida pelo modelo tático, nomeadamente a especialização dos gestos e dos movimentos dos jogadores e da sua percepção do jogo, implicava o desenvolvimento de um conjunto de condições ausentes no futebol suburbano, entre as quais a possibilidade de o jogador se profissionalizar. Quando o Dínamo

¹⁵ Alguns treinadores locais, recorda Ângelo, procuravam imitar os estilos e as formas de treinar: «Tínhamos treinadores aqui que se alcunhavam de Otto Glória. Tínhamos outros que se alcunhavam de Pedroto. Começaram a utilizar o bonezinho quando a gente ia dar treinos. Só por vermos o José Maria Pedroto com aquele bonezinho também começámos a introduzir isso aqui para imitar.» O treinador brasileiro Otto Glória, que viria mais tarde a dirigir a selecção portuguesa no Mundial de 1966 em Inglaterra, deslocou-se em 1958 a Lourenço Marques para realizar um curso para treinadores. Otto Glória, salienta Armando, fez a propaganda do sistema 4 – 2 – 4, consagrado nesse mesmo ano pela equipa brasileira no Campeonato do Mundo de 1958 na Suécia.

de Praga visitou Lourenço Marques, causando grande impressão, Saide Mogne observou o desempenho de uma «máquina autêntica»: «eles insistiam numa jogada, cinco, dez, vinte vezes e aquela jogada tinha que resultar». Em Lourenço Marques, mesmo no «futebol da baixa», onde o sistema de recompensas estava mais desenvolvido, os jogadores, trabalhadores com outras funções, resistiam à invasão do seu espaço de lazer pelos treinos, momentos de correcção da dinâmica da equipa. Nestes treinos atribuía-se relevo à preparação física, à corrida, aos movimentos de repetição, à palestra, quando o treinador comunicava as suas ideias como ordens a cumprir. Assemelhava-se cada vez mais esta preparação aos processos com que os jogadores se confrontavam no quotidiano laboral. Por isso, os jogadores «queriam a bola». Tocar na bola reavivava o princípio de recreação no jogo. Mesmo no «campeonato da baixa», alguns jogadores, como era o caso de Fernando Lage, vedeta do Desportivo de Lourenço Marques, não trocavam um emprego bem remunerado por uma alternativa profissional incerta. As circunstâncias não favoreciam a aprendizagem do esquema tático. A tática só se realizava em pleno quando se «transformasse em corpo», dimensão do *habitus* motor dos atletas.

No futebol suburbano esta impossibilidade era ainda mais notória. Os jogadores-trabalhadores, com pouco tempo para treinar, careciam de condições materiais para o fazerem. Nos clubes da AFA, recordou Ângelo, quase não havia treinos: «Um ou outro clube treinava, aquele que tinha campo treinava, o que não tinha campo treinava na sua zona.» Treinar na sua zona significava jogar em terrenos improvisados. A alternativa era juntar a equipa na sede do clube, onde iam «fazer ginástica, sem jogar futebol». Os clubes sem campo «treinavam normalmente dentro do quintal da sede. Faziam ginástica ou outra coisa qualquer para chegar ao fim-de-semana e poderem jogar». Os treinos da AFA realizavam-se sobretudo em terrenos baldios. No treino, asseverou Armando Silva, jogava-se, «punham-se balizas, corria-se». Não existia qualquer supervisão, «não havia técnicos, não havia treinadores». Como referiu Eusébio da Silva Ferreira, em entrevista a Gary Armstrong: «Éramos todos treinadores quando jogávamos no nosso bairro» (Armstrong 2004, 257). Hamido Nizamo descreveu a precariedade dos treinos, nos quais a «preparação física» falhava e os métodos não eram avançados. Hilário recordou-se dos tempos em que jogava no Munhuanense Azar. A falta de condições, lamentou, obrigava a que não se pudesse «pedir mais». No subúrbio, a «malta não treinava, a malta encontrava-se». Os responsáveis do clube apelavam por vezes: «é pá deita-te mais cedo, amanhã precisamos de ti, não andes aí

na farra». Os clubes sem campo contentavam-se, notou ainda Hilário, em correr num terreno vazio. Alguns conseguiam juntar dinheiro e alugar o campo do Mahafil ou do Beira-Mar por um período de tempo. Os clubes com terreno de jogo próprio treinavam melhor, embora os jogadores estivessem pouco disponíveis para isso. António Cruz destacou a dificuldade em encontrar horários de treinos porque «era tudo jogador-trabalhador.» «Às cinco da manhã», recordou, «todo o mundo acordava e ia treinar. Corridinhas, dava a volta ao campo e um bocadinho de exercício». Noutras ocasiões, porém, a dinâmica das sociabilidades locais implicava que, «às quatro ou cinco da manhã», como salientou Hilário, muitos jogadores estivessem a sair dos «bailaricos». Os campos não possuíam iluminação artificial, o que impedia os jogadores, depois do trabalho, de treinarem nas melhores condições: «Só no tempo de Verão», referiu Ângelo, «das 17 às 19 horas, é que já dava para treinar um bocadinho e à noite também treinava-se sem luz».¹⁶

Segundo Mogne, «houve pouca gente que conseguiu pôr aquilo em prática». O primeiro objectivo do jogador, prossegue, era o seu trabalho, «ele devia trabalhar». Os jogadores brancos ainda conseguiam ter quase todos bons empregos, mas os que vinham dos subúrbios, tirando uma minoria, não tinha nem espaço nem tempo para progredir: «Nos anos de 1948-1949, um tipo terminava na quarta classe e parava, não podia andar mais». O treinador Severiano Correia, concluiu Mogne, «escrevia muito sobre os sistemas, fazia muitos comentários e avaliava os jogadores tecnicamente, como é que eles eram, a formação, como devia ser, mas depois, no concreto, o sistema colonial não lhes dava muitas oportunidades».

No subúrbio, o estatuto do futebolista continuava a ser definido em oposição, e não em consonância, com os princípios que caracterizavam uma pertença laboral. O universo de práticas e significados encerrados na ordem da interacção local dependia dos princípios geradores deste *habitus* suburbano. Aceitar o «esquema do *vovó*» legitimava uma crença da comunidade, um direito consagrado, que não interferia com o desempenho dos jogadores; aceitar a inspiração de uma grande narrativa futebolística incrustada na cultura popular, adoptando as alcunhas dos grandes jogadores, imitando os seus gestos e movimentos, baptizando os grupos informais com os nomes das melhores equipas, tornava o jogo local mais cosmopolita e ligado ao mundo, mas não necessariamente distinto nos seus princípios interaccionais e na troca simbólica que proporcionavam; aceitar o «es-

¹⁶ A posse de um espaço de treino, ainda assim, contribuiu para que Beira-Mar e o Mahafil se tivessem tornado as duas equipas mais vitoriosas do subúrbio.

quema tático», todavia, desafiava a relação estabelecida no subúrbio de Lourenço Marques entre os atletas e o público, donde resultava a *libido* específica reguladora do movimento dos corpos. Apesar de não existirem recompensas materiais relevantes para estimular a *performance*, a acção dos atletas suburbanos, motivada por esta troca simbólica, não era desinteressada ou displicente. A eficácia, deste modo, redefinía-se localmente por intermédio de uma racionalidade própria, na qual os meios, os gestos do repertório motor, eram determinados de acordo com as valorizações e os fins estabelecidos pela economia das práticas e das trocas simbólicas intrínseca à ordem da interacção local. Este processo contrastava com o tipo de conduta racional inerente ao esquema tático, no qual a eficácia se definia exclusivamente pelo resultado final e onde a relação entre os meios e os fins se adequava a este valor magnânimo.

Um outro *association*, uma outra comunidade

A incapacidade de penetração dos sistemas táticos no subúrbio, apesar dos receios de Craveirinha e da tendência consumista instilada do exterior, anunciava uma impossibilidade estrutural. Estando a ordem da interacção em campo tão próxima dos valores negociados por uma comunidade em transformação, a mentalidade tática parecia propor uma outra comunidade, gerida por práticas e valores diferentes. Alguns jogadores suburbanos, sobretudo os que fizeram a transição das competições da AFA para «equipas da baixa», sentiram nos corpos o choque entre as duas concepções de jogo. Para eles, na «baixa», o futebol era coisa séria, justificadora de um trabalho e recompensas graúdas, pelo menos para quem se habituara ao sistema do subúrbio. As suas opiniões expunham as contingências de um período de redefinição dos sentidos e dos significados dos gestos e movimentos durante um jogo de futebol, a adequação do seu «sentido prático» e o ajustamento do seu *habitus* motor a uma nova ordem da interacção. A experiência desta transição expunha não apenas a dimensão propriamente corporal do processo, mas também o modo como se confrontavam duas experiências éticas e estéticas do jogo.

Saïde Mogne declarou que, quando o sistema tático se tornou demasiado rígido, o WM deixou de «ter futebol»: o «WM não tinha futebol, não tinha ‘futebol *association*’, como nós dizemos». A partir do momento em que o sistema abandonou a sua função mínima de ordenador dos jogadores no terreno de jogo para se impor como «uma nova mentalidade», organizadora da acção, o *association* desapareceu. Por *association*, Mogne designava o jogo que concedia ao atleta a oportunidade de se

movimentar de acordo com o «rumo dos acontecimentos». O futebol criava a possibilidade de o atleta se recrear, de revelar a sua habilidade individual. Apesar de a ordem da interacção local não ser arbitrária e de o «rumo dos acontecimentos», como Mogne o designou, depender de convenções instiladoras de estratégias maliciosas, os atletas sentiam-se relativamente livres na execução dos seus gestos. Um *habitus* motor ajustado a uma economia da troca simbólica distinta sentir-se-ia inadaptado ao «rumo dos acontecimentos» descrito por Mogne. O esquema tático expurgava a liberdade sentida pelos jogadores. O futebol passava a ser outro jogo cheio de regras próximas das que definiam «o tempo do trabalho»: o respeito pela divisão e especialização de funções, a pressão produtivista, a deferência a uma hierarquia, a perda da autonomia. O respeito pela «orientação do treinador», como notou Ângelo Gomes da Silva, revelou-se uma das grandes novidades do futebol moderno.

Com o advento da tática, os jogadores, nas suas palavras, encontravam-se «agarrados ao sistema». A tática agarrava os jogadores, limitava-lhes os gestos, media-lhes os passos, sancionava as suas faltas. Este sistema partilhava características com outros «sistemas» aos quais, por imperiosa necessidade económica, os indivíduos se achavam agarrados. A ordem da interacção do jogo suburbano, que, à sua maneira, também agarrava os jogadores, limitando as suas possibilidades estratégicas, não se achava refém da necessidade económica imediata, nem o seu desempenho se encontrava totalmente sujeito a uma avaliação produtivista, na acepção utilitária do termo. A «mentalidade tática», contra a qual Craveirinha protestava, consistia na aplicação à esfera do espectáculo desportivo de alguns dos princípios constitutivos do poder da cidade colonial, do poder do colonizador, filtrados pela linguagem própria produzida por um campo de actividades em processo de especialização.

A mentalidade tática, referiu Mogne, tendia a esvaziar o jogo de todos os seus significados anteriores. Matine resumiu: «Quando a gente diz a um gajo ‘vais jogar nesta posição e marcar o jogador que anda aqui, e não podes sair muito da zona’, aí o gajo ficava amarrado. O treinador diz para eu não sair muito dali, quer dizer deixa de ter iniciativa e deixa de ser criativo, passa a ser limitado.»

O «baile» enquanto capital simbólico

A importância concedida à improvisação no contexto da ordem da interacção suburbana valorizava diferentes regimes de classificação do jogo. Era isto que possibilitava aos jogadores afirmarem, como recorda

Ângelo: «Nós perdemos mas demos um baile de futebol.» O baile dos derrotados transformava-os, segundo os critérios de apreciação local, em vencedores: o «baile dado» sinalizava uma determinada eficácia reconhecida pelo público local, consagrava o repertório motor malicioso e ilusionista. Enquanto repertório de interacção, o «baile dado» proporcionava retóricas individuais preenchidas por descrições coloridas de desempenhos excepcionais. O ganho simbólico possuía força suficiente para se impor, em determinadas circunstâncias, à evidência do número de golos que aclamava o vencedor: «mesmo que perdêssemos», salientou Matine, «tínhamos dado um baile. Esse é o orgulho dos bairros em Moçambique». A vitória da dança, da estratégia da malícia, media-se no dia seguinte, quando os gestos dos bailarinos eram lembrados, passando a fazer parte da memória local, do conhecimento partilhado. Os princípios de avaliação dos jogadores e do público atribuíam uma autonomia estética, um significado particular, a determinados gestos, concedendo-lhe um lugar de destaque nas narrativas produzidas. Só havia baile, contudo, se aos jogadores fosse permitido dançar. Quem estava agarrado não o podia fazer.

Entre os gestos mais repreendidos pela leitura táctica do jogo distinguia-se o movimento do malabarista, do dançarino celebrado pela improvisação local. Conduzindo a uma outra racionalização da ocupação do espaço, a táctica retirava ao malabarista o tempo necessário para efectuar os seus passes de mágica. Antes desta imposição, considerou Ângelo, «dava-se mais espaço, o jogador que fosse habilidoso, que pudesse driblar dois, três, fazer fintas, era aceite pelo treinador. Era a maneira de aquele jogador jogar e era benéfico para a própria equipa e benéfico também para o espectador que vai assistir ao futebol e que gosta». Perante a lógica da concepção táctica, o individualismo do virtuoso, desconcertante, mágico, redundava quase sempre em inconsequência. Tal contradição, manifesta aos olhos de um observador treinado, seria também punida por um público obcecado pela vitória. Batalhando num espaço cada vez mais perigoso, o virtuoso via dificultada a missão de encantar e de promover uma estética agora em decadência, cuja sobrevivência dependia cada vez mais da sua contribuição para o objectivo da equipa.

A doçura e a velocidade: o desencantamento do mundo

O jogo suburbano, nas palavras de Issufo, definia-se pela sua «doçura». Por doçura, o antigo jogador referia-se aos significados produzidos pelos

gestos e movimentos daqueles que interpretavam um improvisado realizado sob a pauta do *association* local. O que matou a «doçura» do futebol, disse Issufo, referindo-se não apenas ao jogo praticado no subúrbio de Lourenço Marques, mas ao futebol na sua generalidade, foram os «jogos táticos». Os jogos táticos «estragam tudo». As táticas e a lei do jogo, acrescentou, mataram o antigo *association*. A lei e a tática uniformizaram os gestos dos jogadores, conformaram a criatividade ao princípio da regra. Todas as formas de jogar futebol, em qualquer latitude, desde que não se conservassem presas ao sistema, possuíam a sua doçura. No subúrbio de Lourenço Marques, a doçura nascia da ordem da interacção maliciosa, interpretada criativamente pelo virtuoso, transmutada em tática intimidatória, convertida pela astúcia do *vovó*. Naqueles tempos havia situações, recordou Issufo, em que «um jogador que é craque, sereno», olhando para o adversário, preparado para executar um gesto violento, «pensa: este vem tirar tudo daqui. Então, ele parava e na altura que o outro vinha metia a bola debaixo das pernas». Assim se produzia «doçura» e se celebrava a malícia.

Em oposição à doçura, cozinhada por gestos pausados, cheios de significados, elevava-se a «velocidade», tradução motora da lógica do sistema tático moderno. «A doçura no futebol», referiu Issufo, «desaparece com a velocidade que se emprega. É tudo muito rápido.» A velocidade alterava os ritmos do jogo, retirava o espaço e o tempo necessários para o encantamento produzido pela malícia. Reduzindo as oportunidades estratégicas do desempenho local, o esquema tático obrigava a uma movimentação mais rápida; estimulava um sentido prático que incorporasse uma visão periférica sobre o jogo para permitir uma antecipação da acção. A ausência de velocidade repercutia-se na produtividade do jogador, valor progressivamente equivalente à noção de eficácia. O jogo moderno exigia antecipação, previsibilidade e cálculo, valores de uma determinada conduta racional utilitarista. Arte do tempo e do espaço, o futebol transformava-se com a alteração destas coordenadas, alterando-se o universo das possibilidades estilísticas.

Difusor de um paradigma produtivista, o sistema colonial promovia o valor da velocidade. A produção de um conjunto de estereótipos sobre o africano, em especial a sua pretensa preguiça, resultara do processo de integração compulsiva de populações colonizadas num quadro de relações laborais caracterizadas pela procura de uma produtividade rápida, de uma existência organizada por um outro ritmo. A exigência de uma conduta individual dirigida para a produtividade, onde a velocidade se impunha, exercia um efeito esmagador sobre hábitos sociais sedimenta-

dos. Ao obrigar o jogador a rever todos os princípios do seu *habitus* motor, a «mentalidade tática» quebrava em definitivo o efeito de encantamento produzido pelo jogo suburbano. Simultaneamente, ao propor uma nova economia do gesto, eliminava a validação dos direitos inerentes à utilização do repertório motor local. O esquema tático representava, de certa forma, a aceitação de um nova mundividência.

A profissionalização e os grandes intérpretes moçambicanos

Foi por necessidade económica que muitos jogadores suburbanos passaram dos campos suburbanos para os campos da «baixa» quando o mercado de transferências se dinamizou. Abandonaram então a «doçura» do jogo local, embora alguns continuassem a jogar no subúrbio, nas peladas de bairros, mas também nas competições da AFA, ainda antes de esta ter sido dissolvida. Depois do sucesso de jogadores como Matateu, Vicente e Coluna na metrópole, o mercado do subúrbio tornou-se desejado. A espectacularização do futebol diferenciou as equipas mais fortes, já em vias de profissionalização, das mais fracas. A hierarquização, consagrada também entre o público suburbano, inferiorizou os grupos africanos tanto em relação às «equipas da baixa» como aos clubes metropolitanos. Os grandes clubes, como se notará no próximo capítulo, já não eram apenas o centro de relações de proximidade e de actividades diversas, mas os símbolos de uma cultura popular mediatizada, representando adeptos que, à semelhança do que Anderson escreveu, referindo-se à imaginação nacional (1991), não precisavam de se conhecer para saberem que pertenciam a uma comunidade. Bastava ler o jornal.

Entre os maiores beneficiários da profissionalização em curso encontravam-se os jogadores moçambicanos contratados por equipas da metrópole (*Guardian*, 2-3-1955, 7). Além das compensações financeiras, a profissionalização sujeitou-os aos valores do futebol moderno, aos treinos diários e à observância dos esquemas táticos. As exigências do profissionalismo desportivo não se quedavam por aqui. Para o *habitus* motor se adequar às exigências da situação, a racionalização dos gestos e movimentos não se confinava ao tempo de trabalho, entrando também pela vida quotidiana. A produção de um *habitus* motor mais eficaz dependia da criação de uma redoma socializadora. Já não era apenas durante o jogos ou os treinos que os jogadores deixavam de pertencer a si próprios. O guarda-redes moçambicano Costa Pereira, contratado pelo Benfica em

1954, contou ao *Guardian Desportivo* a sua adaptação, e a dos seus colegas Coluna e Naldo, ao clube da capital portuguesa. (*Guardian Desportivo*, 8-9-1954, 3). Costa Pereira assinalou que um mês de treino em Lourenço Marques equivalia a uma semana em Lisboa: «o Naldo já engordou 4 quilos e até parece mais alto, porque isto aqui ‘é a sério’». Tão sério que o treinador do Benfica, o brasileiro Otto Glória, organizou um «solar», «uma espécie de centro de estágio onde irão viver os solteiros e onde os casados têm que entrar na sexta-feira». Em Lisboa, lamentava-se Costa Pereira, perdia-se o «à-vontade com que se vai do Scala para o Polana ou do Continental para o Cinema.» Na mesma edição, o *Guardian Desportivo* publicou o Regulamento Geral da Secção de Futebol do Benfica (*ibid.*, 6). O documento estabelecia uma série de normas que regravam a vida do jogador, os seus horários, actividades e opções. Por exemplo, era expressamente proibida

a frequência de lugares que pela sua natureza estabelecem um clima pernicioso – dancings, casas de jogo, etc. – cujos efeitos, diminuindo consideravelmente a limpidez moral e física tão necessárias à actividade desportiva, criam no jogador uma concepção errónea de vida fácil e cómoda e adulterando a própria consciência do dever; tomar parte em jogos de dinheiro e cometer excessos de qualquer espécie; o uso abusivo de bebidas alcoólicas e de fumo, que militam em detrimento das condições mínimas exigíveis para o seu perfeito rendimento físico.

Os jogadores estavam ainda intimados a permanecerem em casa depois das 23 horas, salvo em casos de força maior, devidamente justificados. O regulamento fomentava a obediência hierárquica, reprimindo discussões e conflitos dentro do grupo. Sob uma armadura que administrava não apenas os gestos e os movimentos dentro do campo mas também a própria vida, homens como Coluna ou Eusébio converteram-se em intérpretes maiores do jogo de futebol. Os jogadores dos subúrbios de Lourenço Marques não adaptaram apenas o futebol, recriando-o em versões próprias; revelaram a capacidade de interpretar linguagens modernas, como a inerente à leitura tática. Sendo a linguagem moderna do futebol prescritiva, há que considerar a sua autonomia e a possibilidade de manipulação formal, criativa e inventiva. O *habitus* motor moldado pela lógica da tática, confinando o movimento e o repertório motor dos jogadores, sugeria a possibilidade de reconversão dos termos do desempenho e do imprevisto.¹⁷ Actividade

¹⁷ A assunção deste princípio relacionava-se com o velho debate das qualidades da raça. Alfredo Margarido, ao desconstruir as pretensas qualidades naturais do negro cele-

definida por intermédio de lutas entre perspectivas distintas, o jogo estabeleceu-se como uma estrutura formal constrangedora, mas também capacitadora. Em diferentes períodos e fases, concepções divergentes do movimento individual e colectivo desenhavam um espaço dos possíveis estilísticos, ajustados ao potencial performativo dos atletas e, simultaneamente, disciplinadores dos seus corpos. Mesmo nos contextos mais profissionalizados, este espaço dos possíveis estilísticos sujeitava-se a avaliações que excediam o cálculo utilitário do resultado, introduzindo autonomias estéticas, também relevantes enquanto capital simbólico utilizado nas interacções entre adeptos. Onde a profissionalização menos se fazia sentir, o desempenho encontrava-se aberto a reconstruções heterodoxas do movimento, mais dependentes dos critérios de classificação do público e menos da linguagem produzida por um campo em processo de autonomização.

A precariedade existencial suburbana não consentia uma organização de vida pensada segundo as perspectivas da previsão moderna. O jogo de futebol, instância de enquadramento, de sociabilidade e de representação, ergueu-se como um espaço relativamente autónomo das imposições táticas. Longe de uma experiência desportiva profissional, os jogadores, como grande parte da população, organizavam as suas vidas por entre «caminhos tortuosos» cheios de «travessas e atalhos», como os que definiam a sua estrutura urbana. Esta condição colectiva exprimia-se singularmente na ordem da interacção dominante no jogo de futebol. No espectáculo local prevaleciam os dribles e os movimentos intimidatórios, considerados violentos por uma sensibilidade educada noutra economia das práticas; na ordem da interacção organizada pela tática, o passe assinalava o crescimento das interdependências entre os indivíduos, uma especialização e divisão do trabalho mais complexas e uma interiorização individual de princípios de acção e de mundividências. A troca simbólica subordinava-se à procura do resultado, desencadeando um ajustamento do repertório motor às expectativas de um conjunto de agentes, desde os treinadores ao público. A associação do esquema tático às vitórias, instituindo-se quase como um regime de causalidade, condicionou a proliferação de padrões de jogo, definindo-se assim as bases a partir das quais evoluíam os estilos da prática e onde a estética devia servir a eficácia.

bradas por Sartre em *Orphée noir* (como, por exemplo, a ideia de ritmo), insistia precisamente na capacidade do africano em se adaptar, recriar e manipular novas técnicas (Margarido 1964). Como David Kirk notou, criticando certas interpretações da obra de Michel Foucault, o corpo que aprendeu uma linguagem específica é também uma máquina criadora, dado que aprendeu a estrutura básica a partir da qual consegue criar (Kirk 1996).

Capítulo 11

Narrativas futebolísticas e rituais sociais

Cultura popular e transformação social na última fase do colonialismo português

No subúrbio de Lourenço Marques uma forte dinâmica associativa contribuiu para o progresso do processo de desportivização. Para além dos jogos de bairro, as competições regulares organizadas pela AFA e pelos seus clubes envolveram um público recrutado no subúrbio. Gestos, *performances* e heróis desportivos passaram a marcar uma cronologia específica contada por inúmeros relatos que circulavam por redes de contactos e interacções. O subúrbio não reproduzia apenas a narrativa que havia criado. A disseminação de uma cultura popular projectou outras narrativas desportivas para a periferia de Lourenço Marques, em especial as que chegavam da «baixa» e da metrópole. Todas estas narrativas podiam coabitar, mas a sua possibilidade de difusão não era idêntica. O modo como as narrativas futebolísticas evoluíram por redes sociais em Lourenço Marques, sobretudo depois da década de 40, relacionou-se proximamente com o processo de adaptação urbana na capital de Moçambique, com as opções políticas e económicas do regime para gerir as populações e reproduzir a mão-de-obra, mas também com o desenvolvimento particular de um campo de práticas desportivas especializado, relativamente autónomo e mediatizado.

O futebol como decadência cultural

Em 1953, José Manuel, antigo secretário da Associação Africana, ex-presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambi-

que e presidente do clube suburbano São José de Lhanguene, escreveu em *O Brado Africano* um conjunto de seis crónicas intituladas «A mocidade e o futebol». O autor propunha uma «guerra de morte» ao jogo. O futebol bloqueava a evolução africana, vazava «dos cérebros a sua mentalidade» (*O Brado Africano*, 8-8-1953, 2). José Manuel, dando relevo aos dramas existenciais de uma pequena burguesia africana, ilustrou o processo de contaminação iniciado pela doença do futebol:

[...] a bola rola e infiltra-se nos lares, consegue intrometer-se nas conversas de famílias à roda da mesa do jantar e generaliza-se entre pai, mãe, filhos e filhas e parentes até aos criados. Há rixas na família porque ela se dividiu por afinidades de clubes e cores dos mesmos. Já não há aqueles serões com os contos, leituras em voz alta, recitações de versos, contos e sonhos poéticos. [...] Não satisfeita ainda, a bola [...] sobe, sobe, e vá de aliciar as camadas de certas responsabilidades e trá-las vitoriosas aos rectângulos, onde passam a prestar-lhe vassalagem [...] E a bola foi saltando dos países da Europa, donde teve berço, para a África. E ei-la connosco, a dar voltas e saltos connosco, justamente na altura em que nos encontrávamos no limiar das portadas da civilização [*ibid.*].

O futebol traía quem elevava «bem alto o valor intelectual do negro» e provara que, «além dos músculos fortes, o seu corpo alberga também um predicado com que Deus, além da matéria, dotou todo o ser humano, sem distinção de cor da epiderme – o espírito» (*ibid.*). O futebol era a doença, a alienação. Os jovens desperdiçavam as «suas energias intelectuais [...] empregando-as inteira e unicamente ao estudo e conhecimento das coisas do futebol» (*ibid.*, 15-8-1953, 2). O futebol, adiantava o autor, provocava ainda «uma apreciável percentagem de redução na produção devido a constantes interrupções de trabalho para atender e replicar a segundos ou terceiros em assuntos de bola, nesse momento em causa, redução que, somada no fim de cada ano, representa incalculáveis prejuízos para as empresas» (*O Brado Africano*, 3-10-1953, 2). Igualmente grave, o jogo competia com a Igreja pela conquista dos domingos. Os «templos de Deus» achavam-se «tristemente vazios, tendo o sacerdote que pregar a diminuto número de fiéis, em que predomina a mulher» (*ibid.*).

A doença nas redes

Em Lourenço Marques, a doença do futebol, ancorada no desenvolvimento das competições e no aumento das rivalidades, disseminou-se

por intermédio de três narrativas futebolísticas predominantes, fontes de acumulação de informação no *stock* de conhecimento de muitos habitantes da cidade. O modo como esta informação se distribuía pelos indivíduos dependia da sua posição e trajectória no sistema de relações sociais local, caracterizado por uma situação colonial em transformação que afectava o processo de urbanização e a difusão de uma cultura popular urbana.

Uma primeira narrativa sustentava-se na mundividência do futebol suburbano, sobretudo nas competições organizadas pela AFA, a sua versão institucionalizada. As provas regulares propiciavam a reprodução de vínculos locais, de base familiar, regional ou religiosa, ajudando a erguer identidades de bairro, muitas vezes sobrepostas a outras identificações sociais. O mecanismo da competição, favorecendo os laços sociais fortes, a que Max Gluckman chamou «multiplex», incitou, a montante, relações entre grupos suburbanos distintas baseadas em ligações de outro tipo. A partilha de narrativas inscritas na cultura popular, neste caso narrativas futebolísticas, proporcionava a existência de um novo laço. A debilidade deste laço não inviabilizava o seu significado estrutural, como foi sugerido por Mark Granovetter quando falou da «força dos laços fracos» (Granovetter 1973). O futebol provava ainda que o desenvolvimento de redes assentes em tais vínculos podia envolver relações de conflito (Coser 1964), reproduzidas por redes de interdependências progressivamente mais vastas. A narrativa suburbana, na qual preponderavam as histórias dos grandes intérpretes locais, entre os quais se incluíam os *vovós*, onde se expressavam os princípios de apreciação do jogo, a sua base estética e ética, reflectindo rivalidades, promovia uma visão inclusiva do subúrbio de Lourenço Marques. A narrativa do subúrbio provava a existência de uma comunidade futebolística assente numa comunidade suburbana que, na sua enorme diversidade e contradições, se definia em contraste vincado com o universo da «cidade de cimento».

Uma segunda narrativa, sustentada pelas «competições da baixa», nomeadamente o campeonato da AFLM, ergueu-se pela acção dinâmica da comunidade colona. A expansão do «futebol da baixa», promovida pelos *media*, acompanhou o crescimento de actividades de lazer urbano. Também neste caso, a narrativa futebolística reificava a representação de uma comunidade erguida pelos colonos e pelos seus filhos numa terra estranha. Fortemente identitária, integradora, mas fundada em competições que excluía a participação da maioria da população da cidade, esta narrativa apresentava divisões internas significativas, ao separar os clubes influentes, liderados por elites sedimentadas, de um associativismo despor-

tivo disperso e menos privilegiado. Entre a população colona, a doença do futebol não repercutia apenas a mundividência dos clubes locais. Os colonos que iam chegando a Lourenço Marques e a outras cidades de Moçambique reafirmaram a força de uma terceira narrativa presente desde cedo no território. A terceira narrativa, «metropolitana», alimentou-se dos jornais moçambicanos e metropolitanos, dos relatos escutados na rádio e das relações umbilicais entre muitos dos clubes da AFLM e as principais agremiações metropolitanas. O conhecimento gerado por esta narrativa, inscrita na cultura popular urbana da metrópole, favoreceu a integração social dos colonos, nomeadamente dos homens, e a sua entrada em redes institucionais de lazer. A identidade clubista metropolitana era uma forma de «apresentação do eu na vida de todos os dias», princípio de activação de um laço social. A relação filial entre a «narrativa da baixa» e a «narrativa metropolitana» desenvolveu-se por terrenos tensos e por vezes ambíguos, nomeadamente quando a gestão das representações desenhava a oposição entre uma identidade colona e uma identidade metropolitana, desempenhando a narrativa futebolística, como em certas ocasiões outros desportos, caso do hóquei em patins, o papel de porta-voz de um descontentamento com raízes mais profundas. O fim da relação entre o Desportivo de Lourenço Marques e o Benfica, em 1954, suscitado pelo facto de o Benfica ter exigido ao Desportivo que se apresentasse com camisolas vermelhas, em detrimento do seu preto e branco tradicional, é um exemplo destes processos tensos.

As mundividências da narrativa do futebol da «baixa» e da narrativa do futebol metropolitano na cidade de Lourenço Marques não se confiavam, no entanto, à «cidade de cimento». Os adeptos suburbanos mais próximos, física, social e culturalmente, das margens entre o subúrbio e a cidade europeia acediam às narrativas divulgadas pelo centro da capital da colónia. O *stock* de conhecimento de alguns habitantes do subúrbio incluiu, desde cedo, informação sobre as três grandes narrativas futebolísticas. A tripla identificação, inicialmente restrita aos indivíduos em contacto com o mundo do colonizador, disseminou-se.

Em Lourenço Marques, o desenvolvimento do processo de desportivização estava condicionado pelo modelo de dominação imposto pelo colonialismo português. A coexistência de duas associações de futebol, a AFLM e a AFA, eixos das duas narrativas locais, expunha a discriminação promovida pelo indigenato. A narrativa do futebol da «baixa» e a narrativa metropolitana assinalavam a lógica do modelo de colonização branca e a importância do associativismo desportivo. A relação entre o subúrbio e as duas narrativas reproduzidas pelos colonos expressava as ambiguidades

do sistema de assimilação português. Ligando os seus cultores no subúrbio a extensas redes de partilhas, a narrativa metropolitana difundia também um conjunto de referências internacionais. A participação de um reduzido número de jogadores não brancos nas competições do colonizador fortaleceu a formação de um vínculo e o reforço dos laços com o exterior. O subúrbio estava representado nas narrativas do futebol do império. Inulgares no contexto das experiências de mobilidade social nas possessões coloniais portuguesas, estes percursos ascendentes assentaram na semi-profissionalização do futebol e na conseqüente procura de talentos. Elemento de uma cultura popular em expansão, o jogo instituiu uma plataforma singular para a manifestação do mérito do africano, desencadeando um processo de mobilidade económica e estatutária.

A morfologia das redes sociais que sustentavam as três narrativas evoluiu distintamente. O aspecto mais saliente desta progressão foi o aumento no subúrbio da rede das pessoas que partilhavam a narrativa da «baixa» e a narrativa metropolitana. Significativo a partir dos anos 50, o fenómeno prosperou na década seguinte. A expansão a partir do centro da cidade das principais narrativas futebolísticas permite interpretar o padrão de integração urbana em Lourenço Marques na última fase do colonialismo português, designadamente a sua evolução económica e política, e examinar o papel do futebol enquanto **repertório da interação**, constituinte de «comunidades de práticas». No âmbito de uma urbanização singular, o futebol criou e sedimentou laços sociais no interior de duas comunidades separadas; de modo ténue, conduziu também à formação de laços entre estes dois mundos.

Os pioneiros e o efeito de representação

A criação de um *stock* de conhecimento sustentado na narrativa suburbana, pontuado por referências, apreciações e julgamentos locais, não era impermeável, como foi salientado, à informação presente em narrativas exteriores. Na década de 20, *O Brado Africano*, na sua página em português, relatava apenas as vicissitudes do campeonato da AFLM, onde jogava um reduzido número de atletas não brancos. Parte da pequena burguesia local acompanhava o desporto organizado no mundo colonizador, onde, aliás, se encontravam algumas das suas sociabilidades e grupos de referência. Ainda exígua nestas primeiras décadas, a presença da «narrativa da baixa» no subúrbio dependia de elementos de contacto. Armando Silva contou pelos dedos das mãos os jogadores em trânsito. Da

AFA para a AFLM passaram Guilherme de Haan, Barata, Jorge Américo, Mário Coluna e poucos mais. Todos jogadores mestiços. No 1.º de Maio abriram-se as portas para alguns negros, como Matateu. Estes jogadores, referiu Armando, vinham do subúrbio para jogar na equipa do 1.º Maio e depois do jogo voltavam de transporte para o «caniço» a tempo de jogarem ainda em Xipamanine. Bloqueados pela barreira racial, bons atletas da AFA, salientou, não puderam mostrar o seu valor no campeonato da AFLM. A presença de alguns africanos no «futebol da baixa» gerou uma expectativa no subúrbio. Tratava-se de atletas do campo de Xipamanine, artistas locais que continuavam a frequentar o subúrbio, a participar nas peladas de bairro e nos jogos da AFA. Ficara demonstrado pelo seu talento que o futebol do subúrbio podia competir em pé de igualdade com o da AFLM. Finalmente representados, muitos habitantes suburbanos interessaram-se pela narrativa da «baixa», espaço de reivindicação de oportunidades. Quando, em 1952, a inclusão na AFLM das equipas mestiças do Vasco da Gama e do Atlético de Lourenço Marques procurou não susceptibilizar elites educadas e assimiladas, potencialmente perigosas se remetidas ao lado «errado» da barricada, muitos adeptos mestiços vincularam-se à «narrativa da baixa».

Issufo, «desde muito novo, desde a infância», lembrava-se de ouvir falar no Benfica. A popularidade do clube de Lisboa aumentou quando, em 1950, desembarcou em Lourenço Marques para a inauguração do novo campo do Desportivo.¹ Encarregando-se de transportar as botas do defesa Félix, seu ídolo na altura, Saide Mogne conseguiu assistir a um dos jogos do Benfica. A visita foi pretexto para rituais e cerimónias. A equipa chegou no dia 28 de Julho e foi recebida pelo governador-geral (*O Brado Africano*, 29-7-1950, 1). Dias mais tarde deslocou-se ao subúrbio, onde a aguardava uma embaixada da AFA. Os jogadores e dirigentes assistiram em Xipamanine a um desfile e a um jogo entre duas equipas locais. Nesta cerimónia, com numeroso público, discursaram representantes das principais associações africanas. Francisco de Haan falou em nome

¹ O estádio foi chamado Paulino dos Santos Gil, grande empresário local e um dos beneméritos do clube. Paulino dos Santos Gil foi um dos maiores industriais portugueses em Moçambique. Nasceu em Portugal e chegou em 1903, com 19 anos de idade, a Lourenço Marques. Depois da proclamação da República em Portugal, em 1910, Gil iniciou vários negócios, nomeadamente a drenagem do pântano de Lourenço Marques. Em 1916 era já membro da direcção da Câmara do Comércio. Maçon, foi um dos fundadores do jornal *Notícias*, em 1926. Ocupou vários cargos na alta administração pública, como o Conselho do Governo. Na década de 30 foi presidente da assembleia geral do Desportivo. Sobre Paulinho dos Santos Gil, v. Zamparoni (1998, 151).

de *O Brado Africano* e da Associação Africana; Enoque Libombo pelo Centro Africano dos Negros de Moçambique (*O Brado Africano*, 12-8-1950, 5). Dias depois o Vasco da Gama recebeu o Benfica.

Depois da contratação de vários jogadores moçambicanos, casos de Naldo, Costa Pereira e Coluna, os vínculos do Benfica com Moçambique, reforçados com a digressão, prosperaram. «Mário Coluna fez furor», recordou Issufo com orgulho, «ele tinha muitos adeptos aqui e quando chegou a Lisboa fez furor». Já antes, continuou, «a vinda do Benfica veio dar vida. No Benfica vimos o Rogério, o Francisco Ferreira e o José Águas. Isto veio dar mais força quando foi para lá o Coluna e essa malta toda». Issufo descreveu então este processo de transmutação: «Os adeptos daqui já eram adeptos de lá.» «Com a ida do Juca, do Mário Wilson, do Matateu, do Coluna», referiu Hilário, «as pessoas começaram a interessar-se mais. Depois tinha vindo o Sporting, o Benfica, o Marítimo, o Ajax, a Académica. A malta começou a inteirar-se sobre tudo. A malta discutia, a malta acompanhava os jogos. Havia os do Benfica, os do Sporting, e a malta discutia. A malta acompanhou sempre e cada vez mais.»

A contratação de jogadores moçambicanos por clubes metropolitanos registou o seu momento decisivo em 1949, quando dois jovens, Júlio Cernadas Pereira, conhecido por Juca, filho de colonos, e Mário Wilson, moçambicano mestiço, fizeram de barco o percurso entre Lourenço Marques e Lisboa. O grande salto foi protagonizado, todavia, por Matateu. Sebastião Lucas da Fonseca, nome de baptismo, nascido e criado no bairro pobre do Alto-Maé, começou a jogar futebol no campeonato da AFA, na equipa do João Albasini. Em 1947 transitou para o 1.º de Maio, o que lhe garantiu um emprego, como serralheiro, na construção civil. Quando, em 1951, rumou a Lisboa para representar o Belenenses, clube do qual o 1.º de Maio era filial, Matateu assinou um contrato de 30 000\$00, ficando com 1600\$00 de subsídio mensal (Coelho e Pinheiro 2002, 397). Depois de Matateu seguiram para Lisboa, entre outros, o seu irmão Vicente, Coluna, Hilário e Eusébio; pelas suas aptidões, rapidamente se tornaram símbolos da cultura popular metropolitana.

Embora na sua infância já se «discutissem» as coisas do futebol metropolitano, Issufo asseverou que o interesse «ganhou força quando os jogadores começaram a ir para a metrópole». Os feitos desportivos destes atletas numa narrativa cosmopolita ressoaram com estrondo no subúrbio. Matine «queria ser como o Travassos, como o Coluna»: «Eu tinha referências, portanto esses eram os meus ídolos. Eu via nos jornais.» No âmbito das relações de dominação colonial, a passagem dos jogadores de futebol africanos para os clubes da metrópole representava um salto extraordinário, apenas

possível devido à situação de pré-profissionalização do futebol metropolitano. A popularidade da narrativa metropolitana no subúrbio, como mencionou Mogne, impôs-se «a partir do momento em que os nossos jogadores começaram a ir para lá». O ingresso de Matateu no Belenenses em 1951 foi, na opinião de Ângelo da Silva, o momento-chave que «nos fez despertar aqui para o futebol. A partir do momento em que começaram a sair jogadores para Portugal, e começaram a despontar em Portugal, começou então a haver aqui muito interesse pelo futebol português». Quando estes notáveis habitantes do subúrbio passaram a ser «referências, muita gente começou a gostar dos clubes onde esses jogadores estavam inseridos.» António Cruz confirmou a natureza do processo de identificação: «Nós começámos a olhar para aquela gente, os Matateus, e os outros. Foi a partir do momento em que os jogadores moçambicanos começaram a ter nome lá, não foi aquele jogador que foi e passou despercebido, foi o jogador que marcou a sua presença. Qualquer jogador moçambicano, exceptuando um ou outro, chegou a Portugal, viu e venceu.»

Mogne lamentou, no entanto, que outros jogadores suburbanos de grande qualidade não tenham tido a possibilidade de partir: «Na altura, antes dos Colunas, nós tínhamos jogadores tão habilidosos como eles que, se chegassem a Portugal, não ficavam em Portugal, iam para outros países. Mas, como estava vedada esta ida lá acima, não havia interesse. Quando o Benfica vem cá, começa a aperceber-se que de facto Moçambique tinha bons jogadores.»

Vínculos triplos

Hamido Nizamo, ao caracterizar a organização das preferências clu-bistas no bairro onde cresceu, relatou a existência de um vínculo triplo: «Um indivíduo tinha um clube de bairro, a zona que era do Mahafil ou do Beira-Mar, seja o que for. Tinha um clube a que a gente chamava o ‘clube da baixa’. Era do Beira-Mar, do Mahafil, do Ferroviário ou o Sporting. E depois era do Benfica ou Belenenses.» O vínculo triplo determinava o alargamento do *stock* de conhecimento específico e a reorganização das identificações. A mesma pessoa, confirmou Hilário, tinha um clube do subúrbio, um clube da «baixa», um clube da metrópole, «a malta falava sobre tudo». Matine apoiava o João Albasini, o Desportivo e o Benfica. Alguns, referiu, até torciam por clubes brasileiros: «Ouvi um tipo dizer que era do Botafogo, outro que era do Fluminense, clubes que a gente nunca viu, nem as cores, mas que a gente ouvia falar.»

A diversificação dos vínculos pelo subúrbio colocou alguns consumidores do espectáculo dentro do fio condutor de outras narrativas futebolísticas. As identificações com os «clubes da baixa» e os clubes metropolitanos não se organizaram de acordo com a morfologia das pertenças aos clubes e bairros suburbanos. O fenómeno permitia atribuir outro significado à estruturação dos laços sociais. O efeito da representação desportiva no reforço de redes de relações culturais, geográficas, familiares e religiosas encontrava-se agora confrontado pela existência de uma representação desportiva distinta, que interceptava aquelas redes, dando origem a outras. O novo vínculo, decorrente nomeadamente da relação dos indivíduos com as narrativas futebolísticas da «baixa», da metrópole, significava também a criação de uma relação mediada com outras escalas da vida social urbana, desparouqualizando as sociabilidades. Esta participação dos habitantes suburbanos na experiência da cidade e nas coisas do mundo, pois o futebol apresentava-se como uma linguagem universal, ocorria fora do espaço da «cidade de cimento». As discussões sobre as narrativas que estavam para lá do subúrbio decorriam quase sempre nos bairros, no âmbito da ordem da interacção local e de uma economia das trocas simbólicas que concedia ao futebol um papel importante em relações de sociabilidades. Falava-se do futebol metropolitano e do «futebol da baixa» fora da ordem da interacção que delimitava social e espacialmente o território do colonizador. O subúrbio resgatou essas narrativas e colocou-as ao serviço das suas vivências. Como base de conhecimento partilhado, as narrativas da «baixa» e metropolitana, rompendo com a estreiteza das pertenças locais, reforçaram as oportunidades, já facultadas pela narrativa suburbana, de criação de rotinas e encontros sociais no subúrbio. A cultura popular urbana auxiliou assim o processo de construção comunitária.

A «doença» do futebol favoreceu as interacções quotidianas. Matine assegurou que a doença do futebol «sempre existiu, existe em todo o lado onde se joga futebol. O doente já vem lá do seu bairro com a doença. Essa pessoa deixa de ser normal e passa a ser doente. Para o clube dele, do bairro, o fanatismo ultrapassa tudo». O «doente que procura saber tudo, devorar tudo o que se relaciona com aquele clube», pretendia, concluiu Matine, «dominar na área dele, ou seja, no bairro dele, ele tenta dominar com o clube que ele ama». Dominar o conhecimento converteu-se em condição para «dominar a sua área», espaço social de inúmeros encontros no quotidiano do bairro. A informação sobre as exhibições de Matateu, no Belenenses, ou de Coluna, no Benfica, transfigurou-se num recurso interaccional decisivo. As conversas sobre as três narrativas do-

minantes preencheram encontros sociais quotidianos, informalmente institucionalizados, em especial no espaço público, local onde se cruzavam argumentos e alimentavam discussões.

Matine considerava-se um dos muitos «doentes» pelo Benfica:

Eu não perdia um relato do Benfica. O meu pai tinha um rádio pequenino, sempre sintonizado na Emissora Nacional. Era às três horas cá e às cinco lá. A gente tinha tudo feito, já fui jogar de manhã no meu bairro, já joguei no sábado e no domingo ia ouvir o meu clube. A gente vivia aquilo como se estivéssemos a ver o jogo. É essa a doença que ainda hoje existe. Eu conhecia todos os jogadores do Benfica, o plantel todo, treinadores e tudo. Eu tinha a felicidade de receber o jornal do clube. Havia lá um português, dono de uma empresa de fotografia, que era assinante do jornal do Benfica. Depois de o ler, deixava-o para mim. Nem que fosse o da semana passada, eu queria saber tudo o que se passava com o meu clube. Havia essa doença.

O desenvolvimento da dinâmica das competições desportivas em Lourenço Marques, atravessada por uma linha segregadora, gerou, pelo efeito de representação proporcionado por um mercado específico, um fenómeno de contágio, sustentado pela crescente identificação dos habitantes do subúrbio com os «clubes da baixa» e com os clubes metropolitanos. As narrativas da «baixa» e da metrópole proporcionavam um repertório de interação operativo, numa escala de sociabilidades inatingível pela narrativa suburbana. Não é fácil aferir até onde se expandiram as narrativas da «baixa» e da metrópole pelo subúrbio. É provável que tenham progredido pela rede social que já dominava a gramática futebolística a partir da narrativa suburbana, concentrada nas margens da «cidade de cimento» com a «cidade de caniço», nas zonas mais urbanizadas, nos Bairros de Munhuana, Xipamanine e Chamanculo, áreas onde a prática do jogo e o seu consumo se inscreveram com maior consistência.² A propagação da doença do futebol por redes sociais gradualmente mais extensas não se limitava, porém, a uma transmissão decorrente de relações interpessoais. Neste processo de contágio, os *media* desempenharam um papel determinante, retirando do «aqui e agora» interaccional o processo de expansão das narrativas futebolísticas.

² Em princípios da década de 70, os bairros de Lourenço Marques nos quais menos de 10% da população se dedicava a actividades do sector primário eram todos os bairros da cidade de cimento e ainda os bairros suburbanos de Chamanculo, Munhuana, Lagoas, Tlhabane, Xipamanine, Aeroporto e Kock. Entre os bairros que tinham entre 10% e 42% da população dedicada à agricultura encontravam-se Sommerchild, Chinhambanine, Jardim, Choupal, Infuelene e grande parte do Bairro de Benfica (Mendes 1979, 64).

Os *media*

Indo ao encontro do interesse do público, os meios de comunicação social garantiram as condições para o futebol se afirmar como esteio de uma enérgica cultura popular. A presença do desporto em jornais, revistas e na rádio acompanhou o aumento da cobertura das actividades de recreação urbanas, sintoma da diversificação das práticas de lazer e da formação de um mercado do entretenimento. Os dados do *Anuário Estatístico de Moçambique* indicam o ritmo de evolução dos meios de difusão de informação. Entre 1935 e 1945, o número de publicações em Moçambique não ultrapassou as 18 por ano. Em 1945 apenas três jornais imprimiam mais de 1900 exemplares. Em 1940 existiam 4401 receptores de rádio em Moçambique, 2254 dos quais em Lourenço Marques. Dez anos mais tarde o número dobrou, contabilizando-se 8670 receptores, 4493 na capital. Nessa altura, 5 das 20 publicações da colónia ultrapassavam os 1900 exemplares de tiragem. Saíam para a rua, na altura, três jornais diários. O cenário de crescimento contínuo registou uma evolução sensível na década seguinte. Em 1960 havia 33 publicações em Moçambique, 14 das quais com mais de 1900 exemplares de tiragem, e 36 927 receptores de rádio, 19 347 em Lourenço Marques. Cinco anos mais tarde, dos 52 906 receptores de rádio, 26 557 tocavam na capital;³ a imprensa somava 18 140 800 exemplares, relativos a 38 publicações, 16 das quais diárias. Os dados de 1970 confirmaram o peso de Lourenço Marques na edição de periódicos em Moçambique: 31 de 38 publicações, reunindo, juntas, 27 839 000 exemplares; existiam na altura 125 748 receptores de rádio, 55 002 em Lourenço Marques. Três anos volvidos, o número de receptores no território chegou a 176 562, mais de um terço na capital (71 629).⁴

Reforçando a expansão das identificações desportivas, os *media* não concederam às três narrativas futebolísticas dominantes em Lourenço Marques o mesmo tratamento. A constante omissão dos principais meios de comunicação social da cidade em relação à vida social, econó-

³ Neste ano, pela primeira vez, foi criada uma categoria estatística que contemplava as emissões desportivas semanais. A categorização anterior incluía sempre, nas emissões mistas, uma categoria designada por cultura física. Este espaço nunca foi, no entanto, preenchido por nenhum programa. Sabendo-se que existiam informações regulares sobre o desporto metropolitano e local, as horas de transmissão relativas estão diluídas, até ao *Anuário Estatístico de 1965*, noutras categorias.

⁴ Dados recolhidos no *Anuário Estatístico de Moçambique*, editado em Lourenço Marques pela Repartição Técnica de Estatística.

mica e cultural da população do subúrbio estendia-se às suas práticas desportivas. De acordo com a cobertura destes jornais, o futebol em Lourenço Marques resumia-se ao praticado na «baixa» da cidade e aos relatos da metrópole. *O Brado Africano* batia-se sozinho pela divulgação do desporto suburbano, em especial, pelo menos até meados dos anos 50, das competições da AFA. Nas suas páginas relatavam-se as peripécias das três narrativas, sinal inequívoco da posição social do seu mercado de leitores.

Em 1933, *O Brado Africano* apresentou uma das primeiras notícias sobre as competições metropolitanas, ao informar da vitória do Belenenses sobre o Sporting no campeonato de Portugal (*O Brado Africano*, 8-7-1933, 1). Em meados da década de 40, as notícias sobre o desporto na metrópole escasseavam, como o comprova o destaque marginal conferido à inauguração do Estádio Nacional em 1944 (*O Brado Africano*, 17-6-1944, 5). A notícia do jogo entre Portugal e a Espanha realizado em 1945 mereceu maior relevo, embora o artigo sobre o encontro republicasse uma notícia do *Lourenço Marques Guardian* (*O Brado Africano*, 17-3-1945, 5). Por esta altura, o jornal ocupava-se em acompanhar as competições da AFA, bem como o desenvolvimento de competições africanas fora da capital, nomeadamente em Inhambane. Depois da visita do Benfica, em 1950, *O Brado Africano* seguiu com maior atenção o «campeonato da baixa», tendência intensificada quando o Vasco da Gama e o Atlético se mudaram para a AFLM. Em finais da década de 50, ainda antes da dissolução da AFA, já as narrativas da «baixa» e da metrópole se haviam imposto na cobertura do periódico de Lourenço Marques.

Nos outros jornais da cidade, dirigidos ao crescente mercado do leitor colono, a cobertura do futebol da metrópole aumentou no mesmo período. Como os campeonatos local e metropolitano não se realizavam simultaneamente, durante grande parte do ano dominavam as notícias provenientes de Lisboa. Com algum atraso em relação aos outros jornais, *O Brado Africano* perfilhou a tendência para a «metropolonização» das notícias desportivas, o que denunciava a transformação da morfologia do mercado. No mesmo período aumentou a circulação dos jornais desportivos metropolitanos. Em 1953, a papelaria e livraria Minerva Central anunciava a venda d' *O Norte Desportivo*, *A Bola*, *O Mundo Desportivo* e ainda o brasileiro *Esporte Ilustrado* (*Guardian*, 4-3-1953, 10). Saide Mogne confirmou a circulação do jornal *A Bola* «de família em família», acrescentando que «um tipo tinha o jornal e não o lia, estudava-o». António Cruz também conhecia *A Bola* e, como era sócio do Benfica, recebia por correio o jornal do clube. A presença dos jornais portugueses, como re-

feriu Cruz, proporcionou uma especialização do conhecimento, começou a saber-se «quem eram os jogadores do plantel do Sporting e do Benfica. Sabia-se tudo». Quem lia partilhava a informação em diversos espaços de sociabilidades.

Integração e subalternização de uma narrativa mediática

Em 1954, Abissínia Ali dirigiu-se à secção desportiva do *Diário de Lourenço Marques Guardian* e colocou ao seu responsável, o jornalista e treinador Severiano Correia, uma «pergunta absurda: Sr. Severiano Correia, quanto é que eu devo pagar para anunciar os comentários dos jogos da AFA?» Severiano respondeu-lhe: «Seja bem-vindo, pelo contrário, nós é que vamos pagar. Começa já amanhã.» O trabalho de Abissínia Ali, um dos primeiros jornalistas desportivos não brancos fora de *O Brado Africano*, inspirava-se no exemplo de jornalistas locais, como Severiano Correia, e no estilo promovido por *A Bola*, jornal de que era assinante. O *Notícias de Lourenço Marques*, procurando explorar também este nicho de mercado específico, contratou o jornalista Jorge Levi para acompanhar as competições da AFA. Em meados da década de 50, os dois principais jornais diários de Lourenço Marques publicavam com alguma regularidade notícias sobre as competições suburbanas. Nos jornais, mas também na rádio, a proliferação de anúncios de publicidade dirigidos ao consumidor africano demonstrava a existência de importantes oportunidades de negócio para lá da fronteira limite da «cidade de cimento».

A secção desportiva do *Guardian*, salientou Abissínia Ali, concedeu prioridade à cobertura dos campeonatos da «baixa» e da metrópole. A presença da narrativa do subúrbio nos «jornais colonos» produziu efeitos contraditórios. Por um lado, apresentava-se como um sinal de integração: uma competição confinada ao espaço do subúrbio e à cobertura de *O Brado Africano* havia sido incluída nos jornais que retratavam a multidividência do poder colonial, os assuntos políticos e económicos locais e os da metrópole, as actividades da sociedade europeia, as suas formas de recreação, o seu futebol. Uma parcela da vida suburbana tornara-se realidade mediática. Por outro lado, apesar de integradas, as notícias sobre as competições da AFA ocupavam, na economia da página de jornal, uma posição subordinada. A inclusão do futebol africano nas notícias sobre a vida urbana, unindo o que estava separado, deu origem a uma hierarquia. A institucionalização desta desigualdade concretizou-se

quando, desmembrada a AFA por decisão governamental, apenas restou a alguns dos seus clubes participar na 3.^a divisão da AFLM. A integração, simultaneamente, unia e sujeitava. A cobertura mediática reificou esta hierarquia, embora *O Brado Africano*, sobretudo pela acção do jornalista Guerra Manuel na década de 60, se esforçasse por dignificar o campeonato da 3.^a divisão. Quando, depois do fim do indigenato, os melhores jogadores africanos rumaram em grande número para os clubes da AFLM, a «narrativa da baixa» impôs-se em definitivo no subúrbio. Guerra Manuel, que também jogou na associação ao serviço do Inhambanense, recordou esses tempos e o modo como, no decorrer da sua actividade no jornal, se apercebeu de que «o fim da AFA enfraqueceu o futebol africano».

As divisões prevaletentes entre os clubes locais, vincadas nas identidades de bairro, em grupos de interesse regional ou religioso, não ajudaram, referiu o antigo jornalista de *O Brado Africano*, «a consolidar a tal unidade», necessária para combater os resultados negativos da integração. O efeito unificador da narrativa suburbana prosperava, em grande medida, por laços conflituais e por rivalidades. As novas ligações entre os elementos de um grande espaço urbano, entre as quais as proporcionadas pela cultura popular desportiva, ajudavam a edificar uma comunidade de práticas, uma «comunidade em si» consolidada por uma experiência particular da cidade. Não fundavam, porém, uma união política mobilizadora do subúrbio, apesar de as condições concretas para o surgimento de tal unidade se expandirem, facto comprovado pelo receio governamental da disseminação da prédica nacionalista e da formação de uma consciência de classe.

A integração de não-brancos nas narrativas futebolísticas da «baixa» e da metrópole ofereceu ao subúrbio uma existência iconográfica mais digna nos jornais da «cidade de cimento». As raras fotografias de negros reeditavam frequentemente uma representação «tribalizada», pouco consentânea com as actividades urbanas de dezenas de milhares de habitantes do subúrbio. Nas páginas dedicadas ao desporto, os únicos negros que esporadicamente surgiam eram as grandes estrelas do boxe norte-americano, como Joe Louis ou Sugar Ray Robinson. Em 21 de Janeiro de 1953, Mário Coluna, jogador de futebol, mas também praticante de atletismo, foi retratado em acção durante a corrida de 800 metros do encontro entre o Desportivo de Lourenço Marques e a equipa representante de Durban (*Guardian Desportivo e Cinéfilo* 21-1-1953, 6). Pela imagem, tirada à distância, não era perceptível que se tratava de um indivíduo não branco. Em 1954, depois da vitória da equipa de Lourenço Marques sobre a do Trans-

Figura 11.1 – Mário Coluna, Vicente Lucas e Juca, Mário Coluna e Matateu



val Norte por 4-2, o mesmo Coluna, premiado pelo desempenho ao serviço da equipa da cidade, surgiu numa fotografia tipo passe (*Guardian Desportivo e Cinéfilo*, 19-5-1954, 6-7). Semelhante conquista obteve, meses mais tarde, o jogador Vicente, mais negro do que Coluna (*Guardian Desportivo e Cinéfilo*, 23-6-1954, 6-7). O sucesso de Coluna e Matateu no futebol metropolitano, consubstanciado pela convocação para a selecção nacional, valeu-lhes, em 13 de Novembro de 1954, a chegada à primeira página do jornal (*Guardian Desportivo e Cinéfilo*, 13-10-1954, 1). O sucesso atlético ofereceu ao desportista africano uma existência iconográfica. A ascensão mediática revelara-se decisiva para a alteração da sua condição social. Só na década de 60 as notícias desportivas incluíram com regularidade fotografias de jogadores não brancos. Esta representação, no entanto, justificava-se pelo serviço prestado por estes atletas a instituições desportivas coloniais, normalmente às selecções locais da cidade, à equipa dos «naturais», à selecção de Lourenço Marques, ou às equipas metropolitanas, entre as quais a selecção nacional portuguesa. A iconografia, neste contexto, adaptava-se à causa luso-tropical do regime.

Narrativas radiofónicas

A função da imprensa escrita na difusão do futebol e na hierarquização das narrativas desportivas não foi mais decisiva do que o papel desempenhado pela rádio. Generalizando um meio de comunicação verbal, a rádio conseguiu, com maior facilidade, ultrapassar a barreira

imposta pela cultura da escrita. A experiência da transmissão do Espanha-Portugal em 1934 inaugurou uma forma de escuta colectiva, vaticinando o advento de uma nova relação entre o adepto e a sua equipa: os jogos eram acompanhados à porta da sede do jornal *Notícias*, onde vários altifalantes reproduziam o som enviado pela rádio Marconi. Durante a década de 50, a revolução do transistor possibilitou uma maior generalização da audição. A venda de transístores a pilhas, como referiu Armando Silva, revolucionou Moçambique. A propagação da rádio assentou também no interesse pelo desporto da metrópole. Em princípios dos anos 50, a *Telefunken* anunciava a venda de auto-rádios, apelando ao laço futebolístico do colono: «ouça o futebol da metrópole no seu carro, o melhor rádio auto-universal» (*Guardian Desportivo*, 3-11-1952, 7). No subúrbio, a posse de um aparelho, adquirido quase sempre a prestações, converteu-se num símbolo de estatuto. Casas particulares, mas sobretudo lugares públicos, cafés, cantinas, acolhiam peregrinações dominigueiras, em concorrência directa com o serviço religioso, para ouvir os relatos de futebol, inicialmente acompanhados por intermédio da Emissora Nacional. A captação da rádio metropolitana assinalava-se pela marca dos «13 metros» sintonizada em onda curta. Encontrar «os 13 metros» transformou-se numa obsessão de domingo. «Todo o indivíduo que queria um rádio», referiu Mogne, «tinha que saber se apanhava a Emissora Nacional.» Não era qualquer rádio, assegurou Ângelo, «que a apanhava. O aparelho necessitava de sintonizar a ‘onda curta’ para apanhar ao domingo a banda dos 13 metros». Havia, recordou-se Mogne, «uns rádios de baterias, outros de pilhas. Algumas pessoas faziam antenas para poder apanhar melhor a emissão». António Cruz descreveu uma situação semelhante: «Aos domingos era uma desgraça. Rádios daqueles antigos, com interferências, não eram como hoje, muito mais sintonizados. Era uma doença.»

A paixão de Ângelo pelo Benfica foi incitada pelos relatos de futebol que ouvia «desde miúdo». Recordou-se de Artur Agostinho, locutor da Emissora Nacional, a voz do futebol português em África, um homem que em Lourenço Marques «tinha uma fama que era uma coisa doida». Aos domingos, continuou Ângelo, «nós todos agarrávamos o rádio, aqueles rádios de bateria, de bateria de carro, porque antigamente não havia pilhas. Ou era eléctrico ou rádio de bateria para ouvir o futebol português». Na rua, em casa, confirmou Hamido Nizamo, estava tudo «agarrado ao rádio». Quando o Benfica foi campeão europeu em 1961, Nizamo e os amigos passavam a «toda a hora» pela porta de um restaurante que transmitia o relato, «estava toda a gente agarrada ao rádio. Foi uma

loucura». Terminado o jogo, seguiu-se a festa: «Em todo o lado, subúrbios, baixa, em todo o lado.» «Em todo o lado», concluiu Hilário, «uma pessoa tinha um rádio de pilhas, e juntava-se um grupo de malta para ouvir, para beber copos.» Issufo recordou os ajuntamentos nas cantinas dos subúrbios onde se ouvia o relato. Havia um movimento de gente da Munhuana para o Alto-Maé, onde muitos estabelecimentos comerciais transmitiam os jogos. Resumindo a questão, Issufo declarou a existência de «uma pequena doença de afinidade com os clubes metropolitanos» disseminada pela Emissora Nacional: «O relato ouvia-se mal, na banda dos 13 metros, 19 e 25 metros, depois apareceu um rádio a pilhas e já captava. Ouviam-se relatos através do Amadeu José de Freitas e de outros locutores como Artur Agostinho». A rádio, como notou Issufo, multiplicou as discussões quotidianas sobre o jogo: «Discutia-se. Discutia-se muito o futebol.» Antes de se tornar motivo dos relatos transmitidos da metrópole, Mário Coluna escutava os jogos onde participavam aqueles jogadores que o precederam na grande viagem para Lisboa: «Havia sempre rádios para ouvir os relatos do Benfica, Sporting e Belenenses, para ouvir o Matateu, o Mário Wilson.»

Em 1958, o Rádio Clube de Moçambique (RCM) quebrou o monopólio dos relatos da Emissora Nacional em Lourenço Marques e iniciou a transmissão de jogos locais. Em 1966 abriu uma delegação em Lisboa e passou também, sob pressão dos adeptos da capital de Moçambique, a relatar os jogos metropolitanos. Havendo uma sobreposição entre um jogo metropolitano importante e um jogo local, o primeiro tinha prioridade, assegurou João de Sousa, então locutor do RCM. A opção, referiu, justificava-se por razões comerciais: era esse jogo que mais pessoas desejavam ouvir. Tal preferência, insistiu o locutor, não se limitava aos brancos: «Se é verdade que as pessoas tinham interesse porque havia muita rivalidade no campeonato local, também não é menos verdade que a rivalidade do Benfica, Sporting e Porto também se embrenhava na cabeça das pessoas daqui.» Na época de 1957-1958, o RCM inaugurou um canal falado apenas em dialecto local. Desde 1952 a administração colonial colocara a hipótese de produzir emissões em língua nativa (Barbosa 2000, 87). O RCM inaugurou em 1955 um programa de música tradicional. A partir de meados de 1957 realizaram-se emissões regulares, aos domingos, emitidas em ronga. O representante local da Phillips, interessado em vender receptores de rádio à população africana, patrocinava estas emissões (id., *ibid.*, 88). Na altura da criação do canal em ronga ensaiaram-se relatos dos jogos da AFA. Quando, no ano seguinte, a associação foi extinta, o canal passou a relatar os jogos da 3.^a divisão, onde estavam então

os clubes africanos, mas também os encontros da divisão principal. As competições difundiam-se em simultâneo nos dois canais, um em português e outro em ronga. João de Sousa fundamentou a opção das transmissões em língua nativa pelo interesse comercial. Segundo Ernesto Barbosa, o RCM, até 1961, não tinha uma «orientação política vincada» apostando no fundamental em programas de cariz recreativo» (id., *ibid.*, 68). O início da guerra colonial, em 1964, alterou a situação. Sob a influência dos Serviços de Acção Psicossocial, a rádio tornou-se um instrumento explícito de propaganda (id., *ibid.*, 91-92).

A zona da AFA, insistiu João de Sousa, tinha um

estrato extremamente importante da população, particularmente na cidade de Maputo. Nós entendemos que cobrir relatos numa área de periferia, fora da zona de cimento, podia catalisar mais ouvintes para a própria rádio e tinha a componente comercial porque é uma zona também muito influenciada comercialmente. Isso serviu de motivo para que nós tomássemos essa decisão na altura.

A direcção do Rádio Clube de Moçambique apercebeu-se da rápida disseminação dos transístores: «Estavam garantidos e isso era negócio. Qualquer mercearia, qualquer loja que visitasse na altura tinha um receptor a pilhas». Uma pessoa que «entrasse na cervejaria ou na cantina tinha sempre um rádio.» Alguns adeptos, identificando os jogadores pelo relato radiofónico, recordou o locutor, iam ao estádio, com o seu transístor, para observar os corpos e as faces daqueles jogadores que conheciam mas não reconheciam: «as pessoas ouviam falar do João, do Joaquim ou do José, sem saber quem eles eram. Eu percebia que as pessoas ouviam falar de fulano mas não sabiam quem ele era e quando levavam o rádio para o campo era possível saber que aquele nome que estavam a ouvir representava aquele fulano.»

Representar comunidades

A rádio instaurou uma nova relação entre o jogo e os seus adeptos. Mais do que os jornais, fomentou a produção e reprodução da informação presente num *stock* de conhecimento específico e as redes sustentadas pela partilha deste laço. Fê-lo, no entanto, em proveito das narrativas da AFLM e sobretudo da narrativa do futebol metropolitano. Contribuiu assim para a consagração de uma nova hierarquia dos heróis desportivos e da identificação clubista. Muitos dos gestos do repertório motor dos

jogadores suburbanos, elementos essenciais de uma troca simbólica e da produção de classificações estéticas, apareciam, transmutados, adaptados, eufemizados, no interior das outras narrativas futebolísticas. Existiam, ainda assim, continuidades estilísticas.

A rádio reforçava as lógicas de interacção quotidiana ao criar em lugares públicos núcleos de difusão de conhecimento futebolístico. Os aparelhos de recepção radiofónica, objectos que assinalavam o encontro suburbano, encontravam-se no centro dos ajuntamentos, desencadeando partilhas e discussões. Num determinado momento, nos dois lados da estrada da Circunvalação, apesar da segregação, os indivíduos reuniam-se para celebrar heróis comuns, identificarem-se com os mesmos clubes, imaginar os gestos e os movimentos dos atletas pelo relato da voz de alguém que estava lá, no campo, a assistir a tudo. Em dois espaços separados, caracterizados por ordens da interacção quotidianas díspares, os indivíduos acumulavam informação semelhante, criando a possibilidade de um laço fundado numa representação partilhada. Os *media* difundiam as mesmas informações e meios de identificação a indivíduos que interagiam em circunstâncias ocasionais, ou mesmo em nenhuma circunstância, dando origem a comunidades imaginadas de adeptos unidas pela sensação de participarem num universo mais vasto do que o correspondente à sua vida interaccional. A cultura popular emergente constituía-se, simultaneamente, como uma forma de representação do mundo e um conteúdo fundamental para a ocorrência de determinadas práticas sociais, um meio para «jogar com a modernidade», como argumentou Appadurai a propósito do críquete na Índia (Appadurai 1995).

Como linguagem de representação do mundo, o futebol desencadeou em Lourenço Marques um processo singular de imaginação de comunidades. Em determinadas circunstâncias, as três narrativas implicavam visões conflitantes; noutras ocasiões, as suas mundividências encontravam-se concertadas. A faculdade de imaginar relacionava-se com os desejos e expectativas das diversas populações e estratos sociais e o modo como projectavam, dentro de determinados limites e possibilidades, o seu futuro. A narrativa suburbana podia legitimar mundividências identitárias, mas também reificar o nascimento de uma comunidade urbana interligada, erguida à parte e em resposta ao poder do colonizador. O adepto suburbano, acompanhando as narrativas da «baixa» e da metrópole, projectava-se num universo maior, no qual desejava participar, ao seguir as conquistas dos talentosos jogadores africanos, cidadãos do mundo. Para os colonos, a narrativa metropolitana proporcionava a celebração de um laço afectivo com a terra de origem; em diversas ocasiões,

contudo, a identificação com os «clubes da baixa» justificava reivindicações dos direitos de uma comunidade colona, marginalizada pelas políticas emanadas do centro do império.

As narrativas futebolísticas, de um lado e do outro da linha de segregação, instituíam-se como uma linguagem específica edificada num mundo de relações singular, a partir das quais se exprimia uma experiência particular com o mundo social.

Transformações políticas e económicas

A inscrição social destas três narrativas futebolísticas em Lourenço Marques no período final do domínio português não dependia apenas da intensidade do processo de desportivização. A mudança parcial das lógicas de enquadramento social, resultado de alterações políticas e económicas, afectou as condições da prática desportiva, mas também a relação das narrativas com a cultura popular urbana. A possibilidade de este conhecimento específico se disseminar por redes sociais mais vastas e complexas decorria do surgimento de um conjunto de condições urbanas manifestadas em Lourenço Marques a uma escala rudimentar e distorcida, mas ainda assim progressivamente efectiva: maior mobilidade dos trabalhadores; aumento da densidade das interações entre diferentes segmentos da população; crescimento dos transportes e das comunicações; criação de novos grupos de interesses; perda de autonomia da comunidade local; e, a um nível baixo e sobretudo coercivo, apesar das intenções dos reformadores coloniais que desejavam fixar e qualificar a mão-de-obra suburbana, o incremento das actividades do Estado-nação e o desenvolvimento de instituições burocráticas, substitutas das redes de apoio pessoal.⁵

A partir da década de 50, o investimento do capital metropolitano nas actividades económicas em Lourenço Marques acompanhou o crescimento demográfico. A necessidade local de mão-de-obra alterou a morfologia de crescimento de uma cidade historicamente dependente das ligações comerciais e das transferências de mão-de-obra para as regiões da vizinha África do Sul (Mendes 1976, 34-36). Em 1968 o número de trabalhadores migratórios entre a população africana de Lourenço Marques

⁵ Neste sentido expressavam o surgimento de um conjunto de elementos, mais ou menos actuantes de acordo com o contexto africano em geral e de Lourenço Marques colonial, que caracterizavam as redes sociais nas metrópoles urbanas (Welman 1999, 6).

não excederia os 15%-16% (Rita-Ferreira 1967-1968, 337). A maior parte dos africanos provenientes do campo aspirava a fixar-se na cidade. A evolução da divisão social do trabalho tornou premente a contratação de mão-de-obra suburbana tanto para actividades menos qualificadas como para ofícios que implicavam um determinado domínio técnico. A integração de mais indivíduos no complexo laboral local ampliou os percursos de mobilidade urbana no interior da cidade. Apesar das inúmeras carências, a rede de transportes urbana redimensionou-se nas décadas de 50 e 60: subiu o número de autocarros, de viagens diárias e de passageiros (Mendes 1979, 426-429). Se em 1945 as carreiras de autocarro contemplavam as ligações entre a «baixa» e a área residencial do Polana, havendo apenas um itinerário até à fronteira com o subúrbio, no Bairro do Alto-Maé, em 1955, diversos autocarros passavam a estrada da Circunvalação, entrando na Avenida de Angola e na Rua dos Irmãos Roby, eixos de circulação de mercadorias e trabalhadores (Mendes 1979, 431-432).⁶

Dinâmicas espaciais e mobilidade social

As interdependências sociais entre a população colona e a população suburbana, promovidas pela mobilidade da mão-de-obra, não eliminaram a prevalente estratificação espacial e a hostilidade reservada aos suburbanos em movimento para a «baixa» e aos que por lá habitavam, criados, porteiros, guardas. As convenções interaccionais impostas aos habitantes do subúrbio quando se deslocavam à «cidade de cimento» desmotivavam qualquer pretensão de mobilidade espacial. As expectativas de mudança residencial das populações de todos os bairros de Lourenço Marques em 1970, avaliadas por Maria Clara Mendes, indicam a permanência de um horizonte quebrado pela linha de divisão entre as duas partes da cidade. Poucos suburbanos desejavam habitar o centro da cidade; simultaneamente, quase ninguém abandonaria o «cimento» em direcção à periferia. Os horizontes de mobilidade residencial cingiam-se aos limites do espaço suburbano. Junto da fronteira com a «cidade de cimento», os bairros mais urbanizados, focos de intensas redes comerciais e da prestação de serviços locais, casos da Munhuana, de Chamanculo,

⁶ O aumento da presença de africanos nos transportes públicos ia, no entanto, ao encontro do interesse dos empregadores, que se queixavam frequentemente dos atrasos sucessivos e do cansaço dos trabalhadores que todos os dias tinham de fazer a pé vários quilómetros para chegar ao local de trabalho (Rita-Ferreira 1967-1968, 390).

de Lagoas e Xipamanine, despertavam a cobiça, especialmente por parte de populações dos aglomerados periféricos. Do lado europeu, os bairros da alta burguesia colonial, Polana e Sommerchild, lideravam as preferências (Mendes 1979, 409-411).

A ordem da interacção dominante na «cidade de cimento» mantinha-se hostil ao habitante do subúrbio. As instáveis convenções construídas nos bairros suburbanos, as suas precárias rotinas sociais, continuavam a oferecer-lhe mais garantias face ao contrato social oferecido pelo quotidiano do colonizador, caracterizado por uma troca prática e simbólica que o subalternizava e violentava. Ângelo Gomes da Silva descreveu a incerteza desta situação, ao enunciar o dilema do jogador suburbano a quem surgiu uma possibilidade de jogar no futebol da «baixa»: «Também havia o factor coragem da pessoa, ter que sair de lá para vir para aqui. Como é que eu vou ser recebido do outro lado?»

Apesar da adversidade, a necessidade económica extrema impelia o habitante do subúrbio em direcção à «cidade de cimento» e também às novas áreas industriais da Matola e da Machava. Neste mercado de mão-de-obra, o talento futebolístico desempenhou um papel singular, distinguindo-se como um recurso facilitador do acesso ao emprego. O fenómeno não era inédito, beneficiando desde há muito jovens colonos acabados de chegarem à cidade. Com outra intensidade depois do fim da AFA, em 1959, mas sobretudo após a abolição do indigenato, os jogadores do subúrbio integraram-se nestas modalidades de contratação, que indiciavam uma pré-profissionalização do jogo de futebol e também o impacto do sucesso dos pioneiros suburbanos nos campeonatos da «baixa» e da metrópole. Enquanto mostrava com orgulho a sala de troféus do Clube Ferroviário, onde se destaca ainda a impressionante taça Salazar, conquistada em 1951 pela equipa dos caminhos-de-ferro, Ângelo confirmou ser o acesso a um emprego o motivo que trazia os jogadores do subúrbio para a «baixa», já perto de finais dos anos 50. Os dirigentes dos clubes iam procurar os melhores intérpretes aos campos da AFA. A inclusão destes atletas nos «clubes da baixa», além de garantir um emprego, desempenhado muitas vezes em condições favoráveis, oferecia-lhes um estatuto: o de personagens de uma narrativa futebolística disseminada pela cultura popular urbana.

O poeta e articulista Luís Polanah, num artigo para *O Brado Africano* onde se propunha avaliar o estado da integração do «homem de côr nas áreas dominadas pelo elemento europeu», destacou o caso particular do futebol (Polanah, 12-7-1958, 1). O desporto, pela «sua projecção sobre o conceito público, pela sua ampliação moral e grande força emotiva, vem

a compensar o escasso número de beneficiados» em relação aos outros quadros de integração, como «as juntas religiosas» e os «empregos públicos e privados». O desporto destruía «as barreiras sociais, religiosas e raciais que separam os homens de uma mesma comunidade», embora só pudesse «dar guarida efectiva [...] a um pequeno número de favoritos»; os privilegiados, agora figuras públicas, adquiriam novo estatuto: «Preto que jogue no Sporting não é preto qualquer; deixou de ser ‘mamarrá’. Preto, mulato, indiano, despem essa pecha no dia em que passam a alinhar por este ou aquele clube desportivo.»⁷ Concluía Polanah que o desporto, no seu papel de integração, «sobreleva-se a todos», só restando «aceitá-lo como a via mais próxima e mais suave para se fomentar a interconvivência das raças sem grandes cuidados».

O «futebol da baixa» podia oferecer ainda outras vantagens. Issufo Batata evocou a sua importância para o jogador obter o estatuto de assimilado. Isso sucedeu com alguns «jogadores mistos» cujos pais, europeus, os não reconheceram ou registaram: «filhos mistos que estavam aqui os pais não os registaram, não conseguiam jogar, tinham que apresentar os documentos. O clube tinha facilidade para registar um homem através do tribunal e de outras vias, apesar de mãe indígena, porque um misto tinha direito. Os clubes controlavam isto». Os interesses do futebol, ultrapassando barreiras legais, conferiam cidadania.

Na fotografia da equipa de juniores que representava o Ferroviário em finais da década de 50, imagem descoberta por Ângelo na sede do clube, só havia um jogador negro. A partir da década de 60, asseverou Augusto Matine, os atletas dos bairros foram sendo integrados nos «clubes da baixa» e «aproveitados para aprender um ofício». Muitos jogadores do Bairro de Xipamanine, onde Matine cresceu, foram para o Central, para o Ferroviário ou para o Alto-Maé. Matine e o seu grupo de amigos escolheram o Clube Central, da 2.^a divisão da AFLM. O clube, recordou, «dava dinheiro para o transporte», embora os jogadores o guardassem e fossem a pé, «porque o dinheiro fazia falta para o pequeno-almoço, não havia pão, vivia-se com dificuldades»: «Quando ele nos dava esse dinheiro, a gente continuava a ir a pé para à uma da manhã comprarmos o pão e o levamos para casa. Chegar a casa: há jantar, não há? Tínhamos o pão já garantido para o pequeno-almoço.»

⁷ A expressão relembra o depoimento do jogador brasileiro Robson publicado por Mário Filho quando escreveu, em 1947, o clássico *O Negro no Futebol Brasileiro*: «Eu já fui preto e sei o que é isso» (Filho 2003, 308).

No momento da inscrição como júnior do clube, Matine obteve um emprego:

Nessa altura tinha acabado a instrução primária e já estava no liceu quando me aparece o seccionista do Central, o Sr. António, a perguntar o que eu fazia. Eu respondi que tinha morrido o meu pai, só tinha a minha mãe e um monte de irmãos e não vejo a minha vida a andar para a frente, porque não tenho meios de sobrevivência. Então ele disse que me ia meter na Câmara para aprender um ofício. Fui aprender o ofício de aferidor de medidas em bombas de gasolina e medidas agrárias, bombas de gasolina e taxímetros. Fui para lá e aprendi aquilo tudo. Outros foram colocados noutros sítios, a aprender a ser mecânicos. Ao fim de um ano, um ano e meio, dois anos, começámos a receber alguma coisa nos sítios onde estávamos. Ficámos como efectivos. Lembro-me que recebia 400\$00 por mês. Já era dinheiro para dar de comer à minha família. Um dos directores do Central tinha uma fábrica que se chamava Companhia Industrial da Matola, que fazia massas alimentícias e bolachas. Ao fim do mês dava-me um rancho: dez quilos de açúcar, dez quilos de arroz, duas barras de sabão, leite, manteiga, bolachas e algum dinheiro para a minha mãe. Eu, recebendo 400, dava 300 à mãe e ficava com 100. Ficava para me defender, se os meus irmãos pedissem qualquer coisa, para que não lhes faltasse. Foi assim a minha vida, fui crescendo como homem e como jogador de futebol respeitado, porque realmente tinha condições para isso e fazia pela vida.

Casos como o de Matine multiplicaram-se durante a década de 60. Os clubes tinham ligações a interesses empresariais diversos, encaminhando os jogadores do subúrbio para os empregos disponíveis:

Os que trabalhavam nos caminhos-de-ferro eram do Ferroviário, os das obras públicas do Desportivo, no 1.º de Maio trabalhavam nos transportes, os do Malhangalene, se calhar, trabalhavam nos talhos, o Indo-Português, também tinha as suas coisas, que eram lojas de venda de roupas [...] Eles arranjavam esses empregos para os seus atletas. Uns furavam os bilhetes, como fiscais nos transportes, outros vendiam gasolina nas gasoleiras. Estava tudo ligado.

Muitas pessoas, assegurou Matine, aprenderam um ofício «à conta do futebol»: «marginalizados socialmente, conseguíamos ser alguma coisa através do futebol». Alguns jogadores acederam, inclusive, a lugares normalmente bloqueados para os africanos, mesmo quando apresentavam as qualificações necessárias:

Nós não tínhamos hipóteses nenhuma de aparecer em certas áreas, mesmo sendo estudantes. Os pais aconselhavam: segue nos estudos e tal [...]

Figura 11.2 – Cinco anos depois de deixar o subúrbio de Lourenço Marques, Eusébio era o exemplo de uma trajectória fulgurante de mobilidade social (*Flama*, 10-6-1966)



Na minha geração, com a 4.^a classe ou com o 1.^o e 2.^o anos, já tínhamos problemas nos liceus. Porquê? Porque havia uma perseguição aos gajos com um bocado de cabeça, e nós apercebíamos-nos disso. E agora para onde eu vou? Vou para o futebol, procuro qualquer coisa no desporto. O desporto ajudou muitas famílias. Os clubes eram dirigidos por pessoas que vinham de Portugal ou pelos filhos. Esses sabiam dirigir o futebol e havia umas ajudas, os mais aptos tinham umas ajudas. Os clubes conseguiam resolver os problemas das pessoas. A alternativa era arranjar trabalho directamente.

Os mais favorecidos pelas oportunidades concedidas pelos clubes de futebol acabaram por ser aqueles, como se verá mais à frente, que tinham acesso a determinados recursos, nomeadamente educacionais. Entre as peladas de bairro e o campeonato da «baixa» erguiam-se inúmeros obstáculos; para os ultrapassar não bastava o talento futebolístico.

Interdependências, *performances* e rituais sociais

A necessidade económica instigou muitos habitantes do subúrbio a entrarem no terreno interaccional arriscado que caracterizava o quotidiano na «cidade de cimento», onde as formas de dominação colonial se reflectiam na definição das situações sociais, sobretudo pelo peso da variável fenotípica, mas também pela relação desta com a pertença de classe e o nível educativo. O movimento influenciou a evolução das redes que suportavam o desenvolvimento das três narrativas futebolísticas dominantes em Lourenço Marques. O momento da interacção confirmava as desigualdades profundas introduzidas pela organização colonial. O poder, coercivo, paternal, impondo-se como um definidor das situações sociais, convertia as interacções em momentos de risco e insegurança. Neste contexto, o conhecimento acumulado por alguns habitantes do subúrbio sobre as competições desportivas vingou como um expediente utilizado para atenuar o confronto interaccional, um moderador da violência simbólica. Diante da impossibilidade de se evitarem os contactos na «cidade de cimento», tratava-se de construir novas rotinas que tornassem o quotidiano mais seguro. A «narrativa da baixa» e sobretudo a narrativa metropolitana fomentaram ligações sociais quotidianas mais igualitárias. O domínio de uma narrativa desportiva que ultrapassara a fronteira física e social da discriminação e se encontrava imbricada na cultura popular urbana, o conhecimento dos seus factos e acontecimentos, das retóricas de argumentação clubista, concederam a alguns indivíduos um recurso de participação social num espaço público específico.

Em algumas ocasiões os próprios colonos introduziam o futebol como dispositivo interaccional. Os trabalhadores do subúrbio, recordou Ângelo Gomes Silva, relacionavam-se nos seus empregos com «colegas que tinham vindo da metrópole e que tinham os seus clubes. Os negros e mestiços tinham que ser conhecidos, tinham que se enquadrar». O português da metrópole perguntava: «Então você de que clube é? Não tenho clube. Não tem, então tem que ser do Sporting.» A escolha do clube era uma questão de honra: «Então você é homem, como é que não tem clube? Tem que ser do Sporting de Portugal, não é do Sporting daqui?» Muitos destes suburbanos, «que nunca tinha ouvido relatos, começaram a gostar também dos clubes assim». Noutros casos, as identificações já estavam sedimentadas desde a escola, reproduzindo-se continuamente nas interacções quotidianas: «Havia discussões fortes entre adeptos de

vários clubes. Nós tínhamos muitos portugueses aqui. Qualquer português tinha o seu clube.» A definição de uma identidade clubista possibilitava a estes habitantes do subúrbio «serem conhecidos», para utilizar a expressão de Ângelo. A identificação assemelhava-se a uma promoção social. Os adeptos negros e mestiços passavam a partilhar uma condição com parte da população colona, circunstância rara na Lourenço Marques colonial. A narrativa futebolística alimentava ainda uma certa cumplicidade masculina, definidora de redes de relações de cooperação e conflito relativamente reguladas. Enfim, ser do Benfica ou ser do Sporting conferia uma cidadania interaccional particular neste espaço urbano.

Quando Hilário, depois de ter sido contratado pelo Sporting, se empregou na Companhia das Águas, a maior parte dos seus colegas chegara há não muito tempo da metrópole. As suas conversas introduziam o futebol, quase sempre o dos campos da metrópole, como denominador comum que permitia iniciar um diálogo. Matine viveu uma experiência semelhante quando conversava sobre futebol nos intervalos do trabalho:

Falava-se mais de futebol da metrópole do que do nosso. Passámos a ter tudo sobre futebol. Eu pela leitura do jornal do Benfica sabia mais do clube do que alguns tipos que estavam lá dentro. Eu devorava aquele jornal para saber muito mais do Benfica, sobre todas as modalidades. Se me aparecesse uma revista a falar do Sporting, também a agarrava e não entregava a ninguém até acabar, depois é que passava ao seguinte.

A expansão do relacionamento social entre diversos grupos urbanos, na sequência do desenvolvimento da divisão social do trabalho e do aumento da mobilidade, e apesar da discriminação prevalecente, promoveu a narrativa futebolística como meio de comunicação e contacto. Prática suburbana, mas também veículo de representação da comunidade nas «coisas do mundo», por intermédio dos jogadores que brilhavam nos campos da «baixa», da metrópole e por toda a Europa, o futebol abriu uma porta de entrada para a vida da cidade, um recurso eficaz tanto no contexto local como para lá da fronteira da discriminação. Este recurso constituía-se como um direito informal. O *stock* de conhecimento específico facultava a indivíduos com poucos ou nenhuns direitos interacionais a possibilidade de opinar, argumentar e mesmo discordar, sem que isso afrontasse as estruturas de dominação traduzidas na ordem da interacção quotidiana. A sua integração em novas rotinas anunciava uma mudança nas formas de reprodução social das três narrativas.

O que sucedeu à narrativa suburbana?

A relação do futebol com a cultura popular em Lourenço Marques limitou severamente a reprodução da narrativa suburbana. O fim da AFA desferiu um golpe fatal na organização institucional do futebol do subúrbio. A passagem dos clubes africanos para a 3.^a divisão da AFLM institucionalizou uma hierarquia já consumada pelo discurso dos *media*. Na 3.^a divisão, os jogos decorriam nos campos dos «clubes da baixa», nos horários livres, quase sempre de manhã cedo. Deslocalizada, a competição quebrou os laços com a comunidade suburbana, com o seu espaço, as suas referências e rotinas. A situação contrastava com a da vizinha África do Sul, onde o incremento da segregação racial redundou na dinamização do associativismo desportivo (Nauright 1997; Alegi 2004), possibilitando a consolidação de uma narrativa futebolística alternativa, dominante depois do fim do regime do *apartheid*.

Em Junho de 1959, ano previsto para o início da nova competição, um jogo entre o Munhuanense Azar e o Sport Nacional Africano não se realizou por falta de comparência desta última equipa. A partida fora marcada para as 6.45 da manhã num dos campos da «baixa» (*O Brado Africano*, 20-6-1959, 6). No ano seguinte, em entrevista ao *Guardian*, intitulada «Descontentamento nos clubes desde a filiação na AFLM», um sócio do clube africano Gazense protestou contra a situação do futebol do subúrbio:

Antigamente tínhamos as nossas provas, os nossos campeonatos, e tudo corria com grande regularidade. Depois, em vista da nova regulamentação, passámos a fazer parte da AFLM. Ficámos satisfeitos porque íamos dispor de novos meios, oficializar-nos por assim dizer. Aliás, não se compreendia que tivéssemos uma associação separada. Porém, o ano passado decorreu e não tivemos o nosso campeonato. Este ano vai na mesma. Há agora uma prova organizada, a Taça Infante D. Henrique, mas notam-se muitas deficiências. Os nossos jogadores têm de ser inspeccionados, mas vão à inspecção uma, duas, três e mais vezes e mandam-nos ir no dia seguinte. A prova começou e, se há clubes que já têm os 11 jogadores inspeccionados, outros ainda têm 6 ou 7 [*Guardian*, 21-6-1960, 8].

O «interesse», confirmou Mogne, desapareceu. Nos tempos da AFA, «nós, quando chegávamos a quinta-feira, já estávamos a viver o jogo de domingo. É verdade. Um tipo não saía de casa. Fazia o seu estágio em casa, não havia brincadeiras». Ângelo reconheceu que a integração dos clubes da AFA na AFLM, uma reivindicação antiga, veio quebrar a dinâmica do subúrbio. Os intercâmbios com a África do Sul praticamente

cessaram. Na AFLM, os clubes africanos encontravam-se sujeitos à legislação metropolitana e às suas exigências. A imposição burocrática penalizou-os: «Tinham que ter autorização dali, outra autorização dali», notou Hamido Nizamo. Os atletas africanos sofreram ainda com a obrigação de os atletas federados cumprirem a escolaridade mínima. A medida, aplicada na metrópole em 1956 pela **Direcção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar**, depois de uma primeira tentativa em 1944, atacava o desporto associativo, nomeadamente o futebol, modalidade que recrutava parte importante dos seus atletas junto das camadas populares. Sem o título escolar os jogadores não competiam. Esta política de classe ganhou contornos específicos nos territórios coloniais. As taxas de alfabetização baixíssimas conduziram a uma aplicação gradual da lei. Para muitos jogadores suburbanos jogar nas competições da cidade passou a ser impraticável. Como reconheceu Ângelo, «se não tivesse a 4.^a classe não podiam inscrever, não valia a pena. Tinha que apresentar o diploma da 4.^a classe». Houve «grandes jogadores que nem chegaram a sair do subúrbio». Se para alguns a medida incentivava o investimento escolar, para muitas famílias, pressionadas pela necessidade económica, a escola adiava apenas a entrada no mercado de trabalho. A mobilidade social facultada pelo talento futebolístico favoreceu os indivíduos com melhores recursos. Muitos dos que acediam ao futebol da AFA, onde não pendiam espartilhos burocráticos e mecanismos rígidos de selecção social, não podiam circular pela «baixa». Quando um jogador suburbano, apesar de não cumprir os critérios exigidos, possuía um talento inegável, um conjunto de relações clientelares desbloqueava a situação.

Fora do espaço comunitário e sem as suas competições, os clubes da AFA definharam. Os sustentáculos primordiais da construção de um *stock* de conhecimento relativo ao futebol local entraram em decadência, circunstância que facilitou a imposição das narrativas da «baixa» e da metrópole. Quem lutara pela integração dos clubes suburbanos no campeonato da «baixa» apercebeu-se rapidamente do advento de outra lógica de discriminação. Ainda em 1959, José Craveirinha, considerando a integração da AFA na AFLM positiva, sugeriu que «a intenção ficou no meio»; a AFLM aceitou os clubes, «mas manteve os mesmos afastados do convívio directo com os outros clubes inscritos» (*Notícias da Tarde*, 12-9-1959, 6). Alguns anos mais tarde, em 1963, Guerra Manuel, jornalista de *O Brado Africano*, constatou a devalorização da 2.^a e 3.^a divisões: não havia campos para treinar, as competições escasseavam e o público ia também faltando: «Estes factos contrastam flagrantemente com a prévia impressão que fizemos aquando da inclusão destes clubes na mesma

associação por extinção da AFA. Na altura pensávamos que os clubes só teriam a lucrar com tal medida, mas, dadas as actuais condições, permitá-se-nos considerar as provas realizadas pela AFA como levando a palma às da associação local» (*O Brado Africano*, 2-3-1963, 3).

Em 1963, com um intervalo de quinze dias, dois clubes africanos, o Grupo Desportivo Nova Aliança e o Grupo Desportivo Chamanculo, antigo Sport Nacional Africano,⁸ escreveram, respectivamente, ao governador-geral e ao presidente do Conselho Provincial de Educação Física, manifestando preocupação face à sua viabilidade financeira. Samo Matafene, pelo Chamanculo, referiu que nas «competições de futebol organizadas pela AFLM não há receita que caiba aos grupos da 3.ª divisão, nem tão-pouco quaisquer subsídios do governo ou da câmara local». Enquanto existia a Associação de Futebol Africana, adiantou, «os seus grupos receberam sempre percentagem suficiente para enfrentarem suas despesas e multas». O clube, em grave crise financeira, pedia um subsídio ao CPEF.⁹ A carta do Nova Aliança era idêntica; acrescentou, porém, que, estando o início de época próximo, não havia dinheiro para bolas, botas, equipamentos e medicamentos nem ainda para a inscrição dos jogadores.¹⁰

Em 1964, José Craveirinha, alguns meses antes do início da guerra colonial em Moçambique e um ano antes de ter sido preso pelas autoridades coloniais, escreveu sobre a situação dos clubes africanos (Craveirinha, 13-6-1964, 4). Nesta altura, para o poeta, a situação parecia irreversível. Crente nas virtudes do futebol como meio de integração social num período de maior mobilidade, considerou finalizado o papel dos clubes do subúrbio. As condições que justificavam o seu «programa sócio-desportivo», concluía Craveirinha, deixaram de existir:

Com as portas das equipas dos clubes grandes de Lourenço Marques amplamente franqueadas resultou que os adeptos de futebol dos subúrbios passaram a interessar-se cada vez em maior número pelo movimento futebolístico dos chamados clubes da Baixa. Havia uma forte razão para tal desvio. Indivíduos do mais humilde meio social conquistavam fama e a melhoria do nível de vida. Os clubes da baixa passaram a atrair tanto aqueles que pen-

⁸ O Sport Nacional Africano, pelo teor nacionalista do seu nome, fora obrigado a mudar de designação.

⁹ ACPEFM, processo: Grupo Desportivo Chamanculo, carta do Grupo Desportivo Chamanculo ao presidente do CPEF, 16-4-1963.

¹⁰ ACPEFM, processo: Grupo Desportivo Nova Aliança, carta do Grupo Desportivo Nova Aliança ao governador-geral de Moçambique em 1-5-1963.

savam concretizar as suas ambições de glória e melhor pão como os que nesse facto, por afinidades íntimas e por tabela, viram os seus frustrados sonhos cor-de-rosa finalmente realizados. Um El-Dorado à mão não se desperdiça. E ainda não era tudo. Os clubes da Baixa eram também a mais fácil plataforma para um salto com aterragem em Lisboa, Porto ou outra cidade metropolitana. E isto era um prémio tentador. Chegados a este ponto, assistiu-se à deserção em massa por óbvia opção. Não há ninguém que não queira um lugarzinho ao sol. Alvo de vários meios de persuasão, a juventude invadiu o Sporting, o Desportivo, o Ferroviário, etc., e pôs de lado os seus tradicionais Beira-Mar, João Albasini, Inhambanense, Azar, Mahafil, etc. E estes clubes, ontem tão poderosos, encontram-se hoje seriamente atrapalhados para apresentar onze jogadores em campo devidamente equipados e a horas. Será uma crise passageira? Infelizmente assim não é. A crise desses clubes corresponde a uma evolução social irreversível. Esses clubes estão condenados. No contexto desportivo de Lourenço Marques, esses clubes cumpriram o seu destino em função da sua época. Agora já não têm cabimento. Vivendo de uma compartimentação, logo que desaparecida essa compartimentação faltou-lhes uma base de existência, e isso significa simplesmente a morte. Estão ultrapassados. A época não perdoa, são os juro do progresso [id., *ibid.*].

As pessoas deviam, continuou, «aprender a acostumar-se a novos valores; a integrar-se em novos ciclos de evolução e progresso; a amar os símbolos que estejam em conexão com a época em que vivem. Tenho um amigo dos velhos tempos da bola, o Vicente, que foi um grande jogador do GD Beira-Mar e um dos seus mais fervorosos adeptos. Pois sempre que o oiço discutir futebol é sempre para falar do Desportivo de cá e do Benfica de lá. Isto é sintomático. Entrou na engrenagem do seu tempo» (id., *ibid.*).

Craveirinha perderia em breve esta crença na engrenagem do seu tempo. Para ele, à época, o futebol parecia, no entanto, encontrar-se na vanguarda de um processo de mudança.

A nobilitação dos jogos de bairro

Debruçando-se sobre a transformação das identificações desportivas dos adeptos suburbanos, Craveirinha não se referiu às consequências deste processo na prática do jogo de futebol no subúrbio, assunto que despertara a sua curiosidade em meados da década de 50. A progressiva hegemonia das narrativas da «baixa» e da metrópole no *stock* de conhecimento específico dos adeptos de futebol do subúrbio e a conseqüente

subordinação da narrativa suburbana não eliminaram as características da ordem da interacção do jogo local e as suas pequenas moralidades. O subúrbio continuou a fabricar uma adaptação situada do jogo europeu na qual os gestos e movimentos dos jogadores remetiam para significados partilhados localmente. O aumento dos contactos sociais no interior da cidade, a intensificação das trocas, impelida pelo crescimento das interdependências económicas, a circulação de trabalhadores, capitais e mercadorias, não suprimiram a divisão estrutural entre a «cidade de cimento» e o subúrbio. O instável contrato social suburbano permanecia como fonte de direitos e das condições de segurança existencial mínimas. Nas peladas de bairro, a economia simbólica do jogo permanecia enquanto expressão das vicissitudes do processo de adaptação urbano. Quando a AFA acabou, salientou Augusto Matine, «começámos a manter o futebol de bairro e aproveitámos o campo do Mahafil para ir lá jogar». As apostas reforçavam a motivação de competir: «E jogávamos por quê? Porque a aposta nessa altura era cem ‘paus’ cada equipa.»

Quando os jogos entre os bairros envolviam apostas mais altas, recrutavam-se os melhores jogadores, mesmo quando provinham de bairros diferentes: «Quando os do bairro do Chamanculo tinham um jogo que era considerado difícil ou uma aposta forte de cento e cinquenta paus, eles podiam utilizar um ou dois elementos de outro bairro. Por exemplo, da Mafalala iam buscar o Eusébio e do Xipamanine iam buscar o Matine e vice-versa, às vezes era o Xipamanine que jogava contra a equipa do Eusébio, então eu ia buscar o Abel que jogou no Porto, ou o Zeca, ou o Messias.» Muitos jogadores contratados por equipas da «baixa» regressavam nos fins-de-semana a Xipamanine: «Vamos imaginar que na ‘baixa’ jogamos ao domingo, então, o treino acaba à sexta-feira, tudo está organizado para se jogar ao domingo [...] e tudo, aí três horas, mas a gente foge logo para Xipamanine onde jogamos sábado de manhã e à tarde e domingo de manhã, depois vamos para o futebol da ‘baixa’.» O regresso ao subúrbio fazia renascer o velho *association* do bairro; regressavam os seus pequenos significados, as rivalidades, as regras de uma troca simbólica particular. Libertos da mentalidade táctica imposta na «baixa», o *habitus* motor dos jogadores suburbanos readaptava-se aos esquemas de apreciação local. O espaço para o exercício da faculdade da malícia, princípio de gestão dos movimentos, dos gestos intimidatórios e das acções virtuosas, elementos primordiais do repertório motor do atleta suburbano, voltava a estender-se. A ordem da interacção local, como prática situada, sobreviveu à decadência da AFA e à debilitação dos seus clubes. Afinal, a malícia do jogo suburbano nascera das peladas de bairro. E aí permaneceu.

A proliferação dos jogos de bairro e de novos clubes organizados de modo mais ou menos informal revelou-se tão dinâmica que preocupou a administração colonial. Em 1965, a Direcção dos Serviços de Administração Civil questionou o governador do distrito de Lourenço Marques sobre as «condições em que vêm funcionando a Associação Académica de Chamanculo e o Futebol Clube de Chamanculo e se fizeram ali entrega de algum projecto de estatutos».¹¹ O governador do distrito, Augusto Vaz Spencer, respondeu, transcrevendo a informação prestada pela administração do concelho de Lourenço Marques.¹² Os grupos referidos não tinham existência legal nem regulamento interno. Quanto à Associação Académica de Chamanculo, não se tratava

de uma associação, como pomposamente se designa, mas apenas de um grupo de rapazes amantes de futebol que se reúnem nas horas de folga dos seus afazeres profissionais ou estudos em casa de um ou de outro para combinarem jogos com outros grupos idênticos. O seu actual orientador, que se intitulou presidente, é o Rafael Natal, que trabalha como motorista na firma Hunte Lenchars, na Matola, e o anterior foi o regedor Frederico. Acrescentou então que, em condições idênticas, existem na mesma área dos subúrbios talvez outros dez grupos e todos têm utilizado ultimamente o campo da câmara em Xipamanine nos seus jogos mediante a inscrição de 100\$00. Quem ganhar leva o bolo que aplica na aquisição de equipamento ou em repasto na cantina mais próxima. No que respeitava ao Futebol Clube de Chamanculo, o caso era idêntico ao primeiro, sendo orientado pelo seu fundador, o cantineiro Bazílio Fontoura Fernandes, um adepto do Futebol Clube do Porto que por isso escolheu o azul e branco para cores do grupo, oferecendo inicialmente as respectivas camisolas. O grupo é constituído apenas por fregueses da cantina (Botequim Chamanculo), oscilando as suas idades entre os 14 e os 25 anos.

A administração do concelho sugeriu que a Associação Distrital de Futebol de Lourenço Marques fosse informada da existência destes grupos para os integrar na 3.^a divisão da AFLM. Entre as equipas participantes encontravam-se o Barcelona de Xipamanine, o União Xipamanine, o

¹¹ AHM, DSAC, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 22, Grupo Desportivo Chamanculo, carta da DSAC ao governador do distrito de Lourenço Marques, 13-12-1965.

¹² AHM, DSAC, secção A, administração, agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo, associações desportivas, recreativas e culturais, caixa 22, Grupo Desportivo Chamanculo, carta do governador do distrito de Lourenço Marques à DSAC, 17-2-1966.

Morrumbene de Chamanculo, o Desportivo de Chamanculo, os Brasileiros da Mafalala e o Águias Negras da Mafalala.

Abissínia Ali encontrava-se entre os fundadores de um destes clubes de bairro: a CUF da Mafalala. A CUF (Companhia União Fabril) era um dos grandes grupos económicos portugueses, sediado na área industrial do Barreiro, na margem sul de Lisboa.¹³ Com o patrocínio da empresa, clubes como o Barreirense e o Grupo Desportivo da CUF alcançaram notoriedade durante as décadas de 60 e 70. Inspirados pelo clube metropolitano, os promotores da CUF da Mafalala adoptaram o seu nome; enviaram uma carta para o Barreiro a informar da iniciativa e a solicitar alguns equipamentos desportivos. Os membros da CUF da Mafalala tornaram-se sócios do clube da margem sul do Tejo. Quando a equipa conquistou um troféu de atletismo, uma equipa de hóquei em patins em viagem pela metrópole tratou de o entregar no Barreiro. Segundo Issufo, deve ainda permanecer na vitrina do clube português, hoje designado Grupo Desportivo Fabril do Barreiro: «Eles mandaram uma dúzia de camisolas e nós em agradecimento pedimos para ser sócios. Mandámos fotografias, fomos sócios da CUF.» Na inauguração do estádio da Machava, então baptizado estádio Salazar, a CUF da Mafalala desfilou com o estandarte do clube lisboeta.

José Craveirinha, recordou Abissínia Ali, não gostou do nome eleito:

- Quem são os donos da CUF de Mafalala? – perguntou-nos.
- Somos nós – respondemos.
- Então vocês não tiveram outro nome para pôr a não ser o da CUF? Digam lá por que é que puseram o nome de CUF?
- Não temos dinheiro para comprar camisolas, pensámos que, pondo o nome da CUF, haviam de vir pelo menos camisolas lá de Portugal-
- Não, vocês fizeram mal.

O poeta, repreendendo-os, alvitrrara uma alternativa: «Vocês punham Clube *Tumbula* de Mafalala. Vocês vinham ter comigo e eu dava as camisolas». *Tumbula*, em dialecto local, quer dizer mandioca, Clube Mandioca da Mafalala. A escolha do nome de um dos alimentos mais carac-

¹³ A Companhia União Fabril foi fundada por Alfredo da Silva em 1898, passando mais tarde a ser propriedade da família Mello. A CUF tinha actividade em inúmeros sectores económicos, desde a agroindústria à área financeira, nos seguros e na banca, passando pela indústria química, pela metalúrgica, pela construção naval e pelos têxteis. Por altura da revolução de Abril de 1974 era o maior grupo industrial e financeiro português. Uma importante dimensão da sua área empresarial encontrava-se nas colónias.

terísticos da dieta africana procurava reivindicar uma consciência local, contrastante com a referência a um clube representante de uma empresa com inúmeros interesses no mundo colonial, responsável pela inserção de milhares de africanos nas lógicas de produção trazidas pelo colonialismo. Para os jovens fundadores da CUF da Mafalala a «mandioca» não era, no entanto, um bom capital para esgrimir em jogos de bairro repletos de equipas com nomes internacionais, símbolos de um particular cosmopolitismo local.

Depois do fim da AFA, o jogo suburbano encontrava-se ainda mais protegido dos «perigos» da imposição táctica. O futebol dos bairros do subúrbio de Lourenço Marques continuou a produzir as suas histórias, os seus heróis e jogadas, consagrando as estratégias maliciosas dos jogadores e a lógica da sua economia simbólica, celebrando colectivamente os significados produzidos pelos gestos dos atletas. Este conhecimento, circunscrito às relações de proximidade, ignorado pelas narrativas mediáticas, ministrava recursos interaccionais limitados. Daniel Matavela, distinguindo os jogos praticados nos bairros das partidas oficiais realizadas na «baixa», referiu que «no subúrbio, todos os fins-de-semana, sábados e domingos, havia jogos e era aposta directa. Na «baixa» havia campeonatos». A inexistência de uma competição institucionalizada que atribuísse um troféu ao vencedor, e simultaneamente ao seu grupo de adeptos, eliminou o mecanismo da representatividade, ou reduziu-o a momentos ocasionais, à partilha entre pequenos grupos informais e a redes de amizades. A aposta, como foi referido, motivava os jogadores; o troféu partilhava-se com um colectivo maior, anunciado à comunidade pelos jornais. Na década de 60, as conquistas de troféus celebradas no subúrbio respeitavam às vitórias do Desportivo, do Ferroviário ou, de forma mais marcante, do Benfica, do Sporting e do Belenenses.

Como prática local, o jogo suburbano dissociou-se progressivamente de uma cultura popular urbana mediática, onde reinavam as narrativas da «baixa» e da metrópole. Como idiomas sociais de contacto, estas ajustavam-se mais eficazmente à fenomenologia dos encontros quotidianos proporcionados pelo aumento das mobilidades sociais e espaciais em Lourenço Marques; simultaneamente, os seus universos de referência respondiam melhor a expectativas de mobilidade e de participação social.

Capítulo 12

História incorporada

O jogo de futebol no subúrbio de Lourenço Marques foi um espaço de expressão da experiência colonial. Resultava, assim, de desempenhos realizados por corpos que transportavam consigo as idiossincrasias e contradições de um processo histórico e social. Na linguagem do jogo e na sua apropriação enquanto consumo no quadro de uma cultura popular urbana, lugar de argumentos e de retóricas, registaram-se formas de conceber o mundo e sobretudo de agir sobre ele, de reagir mas também de projectar. Ao contrário das concepções que tomavam o jogo como violento e o adepto do futebol como um ser irracional, os gestos dos jogadores e as atitudes dos adeptos respondiam a uma racionalidade situada e inteligível. A cultura popular urbana transformou-se num receptáculo de visões da sociedade, de formas de classificar e avaliar o quotidiano. Os gestos dos jogadores africanos enunciavam este mundo instável em mudança.

Na prática do futebol uma condição existencial encontrava um espaço de tradução simbólica, mas também de representação prática. A sua economia simbólica, consagrou a malícia como a propriedade elementar da troca. Transmutada em gesto desportivo, motivava as estratégias intimidatórias dos jogadores, concendendo-lhes o direito de se defenderem e protegerem, mesmo quando essa defesa conduzia à subversão da lei do futebol, para desencanto de uma pequena burguesia africana que atribuía ao jogo uma função civilizadora. À malícia se deviam os gestos malabaristas, os dribles extraordinários que demonstravam a possibilidade de vencer uma ordem da interacção que expunha os jogadores aos maiores riscos. Os argumentos e as retóricas verbais e gestuais utilizados pelos jogadores e pelo público para fundamentar perspectivas e opiniões sobre o estatuto de gesto, se foi justo, se foi belo, não eram menos maliciosos. Apesar da natureza conflitual destas discussões nos bairros do subúrbio, onde se chocavam identidades várias, o espectáculo do futebol, institucionalizado desde as primeiras décadas do século XX, ajudou a imaginar

uma comunidade definida primordialmente em oposição à «cidade de cimento», fronteira da segregação social.

Ao exaltar a malícia o subúrbio celebrava um capital de gestão quotidiana, necessário para enfrentar uma existência precária, sujeita a múltiplos riscos e inseguranças. Os corpos adquiriam faculdades mais ou menos ajustadas às solicitações deste ambiente e das suas relações sociais. Num contexto de fraca autonomização da sua linguagem, o futebol absorveu sentidos práticos e moralidades, constituindo a partir daí o seu espaço dos possíveis estéticos, da criação das suas obras e de uma «estética local». O *habitus* motor dos jogadores exibia, numa linguagem particular, as disposições de um genérico *habitus* suburbano. Espaço singular definido em relação ao domínio colonial, a um mercado de trabalho e a um sistema que categorizava as populações e lhes atribuía direitos e deveres civis e políticos diferenciados, o subúrbio converteu-se numa instância de enquadramento onde se negociavam, pela acção dos seus habitantes, modelos de organização da vida. O futebol participou neste processo de definição de um contrato social suburbano, nele se enunciando um conjunto de problemas, ansiedades e expectativas e se consagraram princípios de definição do «certo» e do «errado». O habitante do subúrbio devia preparar-se para defrontar interacções imprevisíveis, protegendo-se maliciosamente de uma violência descentralizada e da proliferação de relações de conflito; nas interacções na «cidade de cimento», onde não possuía direitos, o africano, dependente da inserção no mercado de trabalho para sobreviver, procurava retirar vantagens do desempenho astucioso de um papel subordinado.

Produto de uma condição urbana, a malícia era a história feita corpo.

Repositórios significantes de uma experiência colonial particular, os corpos dos jogadores e do público expunham também as condições da existência urbana promovida pelo colonialismo português na capital de Moçambique. A sociedade em miniatura do jogo de futebol exprimia um modelo de dominação colonial assente na ilegalização do espaço suburbano e das suas populações, fiscalizadas e vigiadas, excluídas dos direitos de cidadania, e na reprodução de uma mão-de-obra descartável, pouco qualificada, explorada nos acordos de trabalho com as regiões vizinhas e por empregadores locais, estatais e privados. Remetidos ao subúrbio por uma política urbana de separação racial, com os movimentos controlados, os trabalhadores africanos foram compelidos a sobreviver pelos seus próprios meios e empreender as suas estratégias. Esta «auto-gestão» suburbana, donde o futebol local emergira, útil durante décadas aos métodos de exploração do trabalho dominantes em Lourenço Mar-

ques, começou, progressivamente, a inquietar gestores políticos e grandes investidores económicos. Os subúrbios, por onde circulava a informação, poderiam converter-se em focos de organização política nacionalista, mais ou menos ancorados numa perigosa consciência de classe organizada por elites descontentes. Por outras razões, o *habitus* malicioso do subúrbio, representado pelos gestos dos jogadores dos bairros periféricos, anunciava uma moral prática e uma atitude incompatível com as necessidades laborais dos projectos desenvolvimentistas do pós-guerra. O aumento da produtividade exigia uma estabilidade da mão-de-obra e uma força de trabalho mais qualificada que apresentasse determinada ética laboral, um outro comportamento, determinado por uma relação diferente com o tempo e com o dinheiro, enquanto elemento de troca.

A malícia resultava de um contrato social suburbano que as instituições do Estado desejavam agora substituir. Após beneficiarem da reprodução a baixo custo da força de trabalho africana, o Estado e a grande empresa projectavam entrar no subúrbio, criar serviços e instituições de enquadramento que gerassem um novo trabalhador, um cidadão de pleno direito, depois do fim do indigenato, dotado de determinada conduta racional, integrado nas relações de mercado; exigir-se-ia uma nova racionalização da atitude quotidiana que desafiava concepções do mundo já enraizadas. A conduta individual do jogador suburbano respondia a uma troca simbólica valorizadora da estratégia ocasional, do benefício de curto prazo essencial à sobrevivência, da criatividade momentânea, da protecção violenta; o resultado do jogo atribuía-se à influência dos *vovós*, curandeiros e feiticeiros que intervinham sobre uma actividade muitas vezes imprevisível, como actuavam, noutras circunstâncias, para ordenar um mundo progressivamente confuso e gerador de permanentes desconfianças. Direito local intrínseco ao contrato social tácito no subúrbio, o *vovó* não era compatível com o desejo de criar um trabalhador qualificado, crente no resultado do seu trabalho e do mérito.

Os valores intrínsecos aos projectos de modernização colonial encontravam-se mais próximos da lógica dos esquemas tácticos, modelos de ordenação dos gestos individuais e dos movimentos colectivos que procuravam, pelo efeito de uma predeterminação das dinâmicas do jogo e da especialização das funções dos jogadores em campo, conduzir as equipas à vitória. Na sua versão mais sofisticada, os esquemas tácticos apresentavam algumas características da dinâmica desenvolvimentista: o cálculo, a predeterminação, a velocidade, a racionalização dos meios com vista a um fim preciso. Ao aproximar-se do subúrbio, não pela acção do Estado colonial, da empresa moderna ou do esforço missionário, mas

pelas redes da cultura popular e em sequência do processo de desportivização, a tática, fórmula para o sucesso desportivo, embateu contra as condições de existência locais. Ao contrário do *vovó*, também utilizado em nome do êxito, o esquema tático propunha uma nova economia simbólica ao jogo local, desafiando a sua **ordem de interacção** e, de modo mais abrangente, o contrato social suburbano. Este processo de racionalização da acção individual, implicando uma transformação do *habitus* motor dos atletas, carecia de condições de produção concretas, nomeadamente a possibilidade de os jogadores se profissionalizarem e desenvolverem um treino que lhes proporcionasse a aprendizagem de outra linguagem corporal. Alguns jogadores, que conseguiram ultrapassar a barreira de separação racial, beneficiando da semiprofissionalização existente na «baixa» e sobretudo na metrópole, sentiram nos seus corpos o choque produzido pela submissão à divisão social do trabalho e à especialização de funções típicas do futebol moderno; ficaram, nas suas palavras, «agarrados a um sistema», situação contrastante com a liberdade que diziam sentir nos jogos suburbanos. A tática não era, no entanto, uma réplica da empresa colonial. A sua racionalização apresentava uma dimensão de racionalidade instrumental, princípio delimitador do espaço dos estilos de jogo progressivamente dominante, mas a partir do qual, como noutras linguagens, concedia espaço a interpretações recriadoras, resultado também de lutas pela definição do movimento mais «correcto», «útil» e «belo». A capacidade de interpretar o jogo sob as condições da tática transformou jogadores moçambicanos como Matateu, Coluna, Vicente, Hilário ou Eusébio em referências do futebol mundial e grandes intérpretes criativos da sua linguagem.

O sucesso destes pioneiros foi um dos factores mais relevantes na transformação da morfologia da cultura popular urbana em Lourenço Marques, caracterizada, neste último período de domínio português, pela subordinação da narrativa do futebol suburbano e pelo incremento da disseminação das narrativas da «baixa» e da metrópole pelas redes de sociabilidades dos bairros periféricos da cidade. Para os adeptos do subúrbio, o futebol da «baixa» e da metrópole ligava-nos ao mundo e projectava as suas expectativas; facilitava ainda a penetração no mercado de trabalho da «cidade de cimento» ao conceder um repertório de interacção activo para lá da fronteira do subúrbio, capital significativo para enfrentar uma ordem da interacção hostil. A sujeição da narrativa suburbana foi ainda determinada pela discriminação mediática face às outras narrativas nos jornais controlados pelos colonos e também nas populares transmissões radiofónicas. O fim da Associação de Futebol Africana em 1959 e a

integração dos seus clubes na AFLM, medidas justificadas pela abertura política do já acochado sistema colonial português, eliminaram a estrutura de organização regular de competições, remetendo a prática do futebol do subúrbio para os jogos de bairro, onde se continuou a promover a malícia. A circunstância contribuiu para anular a possibilidade de o futebol suburbano se impor como um referente de comunidade autónoma presente na cultura popular.

Noutro sentido, porém, o interesse por narrativas do futebol internacional exprimia expectativas e desejos de modernidade, fenómeno inerente à disseminação de uma cultura popular internacionalizada. Em Lourenço Marques, os clubes metropolitanos onde os grandes intérpretes moçambicanos demonstravam o seu talento passaram tendencialmente a veículos formais da representação do subúrbio no universo do futebol. Base da representação e do contacto, vingaram enquanto meio de identificação dominante. No subúrbio, a narrativa metropolitana não deixou de proporcionar debates sobre os problemas da vida quotidiana discutidos em retóricas sobre o justo e o injusto, o correcto e o incorrecto. Os seus usos concediam ainda um capital reivindicativo. Na narrativa metropolitana contavam-se histórias dos heróis suburbanos e dos seus feitos, de como provaram, no terreno do adversário, um valor incontestável; as mesmas narrativas celebravam percursos de mobilidade ascendente, criando em muitos habitantes do subúrbio a esperança de uma vida melhor.

Como a malícia presente nos gestos dos jogadores do subúrbio, também a narrativa metropolitana se tornou corpo; institucionalizou-se como princípio de sustentação de encontros sociais, uma espécie de estrutura de interacção urbana reproduzida por hábitos sedimentados e plataforma de ligação ao mundo e de enunciação de expectativas. Foi nesta condição de promotor de laços sociais, irredutíveis a versões nacionalistas e imperialistas do passado, que, apesar da transformação drástica das condições institucionais da sua reprodução, sobreviveu à história política de Moçambique depois da independência, em 25 de Junho de 1975. Mas essa é outra história.

Referências

Fontes arquivísticas

Moçambique

Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

Direcção dos Serviços de Administração Civil
Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas
Governo do Distrito de Lourenço Marques
Governo-Geral

Arquivo do Conselho Provincial de Educação Física de Moçambique (ACPEFM)

(nas instalações do Ministério da Juventude e Desportos de Moçambique. Parques dos Continuadores).

Portugal

Arquivo Histórico Ultramarino

Direcção-Geral de Educação

Periódicos

A Bola (1945-1974)

A Equipa de Lourenço Marques (1966-1967)

A Tribuna (1962-1970)

Anuário de Moçambique, planeado e coordenado por Sousa Ribeiro (1908)

Anuário de Ensino de Moçambique (1935-1973)

Anuário de Lourenço Marques/Anuários de Moçambique (1913-1969)

Anuário Estatístico de Moçambique (1926-1973)

Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (1944-1963)

Boletim da Sociedade de Geografia (1923-1974)

Boletim Oficial de Moçambique

Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1926-1974)

Estudos Coloniais, Revista da Escola Superior Colonial (1948-1954)

Estudos Ultramarinos (1955-1962)

Guardian Desportivo/Guardian Desportivo e Cinéfilo (1951-1955)

Jornal da Mocidade Portuguesa de Moçambique (1947-1953)

Notícias da Tarde (1952-1969)

Futebol e Colonialismo

Notícias de Lourenço Marques (1926-1974)

O Brado Africano (1918-1974)

O Eco dos Sports (1938-1956)

O Ferroviário, boletim mensal do clube Ferroviário (1945-1955)

The Lourenço Marques Guardian/Diário de Lourenço Marques Guardian (1920-1974)

Entrevistas

Saide Mogue, 15-4-2006 e 18-4-2006, Maputo

Ângelo Gomes da Silva, 25-4-2006, Maputo

Mário Wilson, 28-4-2005, Lisboa

Hamido Nizamo, 2-5-2006, Maputo

Issufo Batata, 22-5-2006, Maputo

Armando Silva, 24-5-2006, Maputo

António Cruz, 25-5-2006, Maputo

João de Sousa, 31-5-2006, Maputo

Abissínia Ali, 2-6-2006, Maputo

Guilherme Cabaço, 6-6-2006, Maputo

Guerra Manuel, 13-6-2006, Maputo

Mário Coluna, 4-7-2006, Maputo

Hilário da Conceição, 11-12-2007, Lisboa

Augusto Matine, 13-12-2007, Lisboa

Daniel Matavela, 28-5-2008, Lisboa

Vicente Lucas, 4-9-2008, Lisboa

Bibliografia

- Aja, Teresa Gonzalez. 1998. «Spanish sports policy in republican and fascist Spain». In *Sport and International Politics. The Impact of Fascism and Communism on Sport*, orgs. Pierre Arnaud e Jim Riordan. Londres: E & FN Spon, 97-113.
- Alegi, Peter. 2004. *Laduma: Soccer, Politics and Society in South Africa*. Natal: University of Kwazulu-Natal Press.
- Alexander, Jeffrey. 2000. *La réduction: critique de Bourdieu*. Paris: Le Cerf.
- Alexandre, Valentim. 1999. *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Sá da Costa.
- Almeida, A. Rebelo. 1928. *O Futebol Tornado Perigo Social*. Lisboa: Tipografia de O Sport.
- Anderson, Benedict. 1991. *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- Anderson, Perry. 1966. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Lisboa: Civilização.
- Appadurai, Arjun. 1995. «Playing with modernity: the decolonization of Indian cricket». In *Consuming Modernity: Public Culture in a South Asian World*, org. C. A. Breckenridge. Minneapolis: University of Minnesota Press, 23-48.
- Archetti, Eduardo. 2003 [1999]. *Masculinities: Football, Polo and the Tango in Argentina*. Oxford: Berg.
- Archetti, Eduardo e Noel Dick, orgs. 2003. *Sport, Dance and Embodied Identities*. Oxford: Berg.
- Armstrong, Gary. 2004. «The migration of the Black Panther: an interview with Eusébio of Mozambique and Portugal». In *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, orgs. Gary Armstrong e Richard Giulianotti. Hampshire: Palgrave, 247-268.
- Armstrong, Gary, e Richard Giulianotti, orgs. 1999. *Football Cultures and Identities*. Londres: MacMillan Press.
- Armstrong, Gary, e Richard Giulianotti, orgs. 2001. *Fear and Loathing in World Football*. Oxford: Berg.
- Badenhorst, C., e C. Mather. 1997. «Tribal recreation and recreating tribalism: culture, leisure and social control on South Africa's gold mines, 1940-1950». *Journal of Southern African Studies*, vol. 23 (3): 473-489.
- Baker, W. L., e J. A. Mangan, orgs. 1987. *Sport in Africa, Essays in Social History*. Nova Iorque: Africana Publishing Company.
- Balandier, Georges. 1951. «La situation coloniale: approche théorique». *Cahiers internationaux de sociologie*, xi: 44-79.
- Bale, J., e J. Sang. 1996. *Kenyan Running: Movement Culture, Geography and Global Change*. Londres: Frank Cass.
- Barber, Karin, org. 1997. *African Popular Culture*. Indiana: James Currey.

- Barbosa, Ernesto. 2000. *A Radiodifusão em Moçambique, o Caso do Rádio Clube de Moçambique, 1932-1974*. Maputo: Promédia.
- Becker, Howard. 2010 [1982]. *Os Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bennett, Tony, Michael Savage, Elizabeth Silva, Alan Warde, Modesto Gayo-Cal, e David Wright. 2010. *Culture, Class, Distinction*. Londres: Routledge.
- Berger, Peter, e Thomas Luckmann. 1967. *The Social Construction of Reality*. Nova Iorque: Anchor Books.
- Bethencourt, Francisco, e Kirti Chaudhuri, orgs. 1999. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Billig, Michael. 1995. *Banal Nationalism*. Londres: Sage Publications.
- Blacking, John. 1987. «Games and sport in pre-colonial African societies». In *Sport in Africa*, orgs. William Baker e James Mangan. Nova Iorque: Africana, 3-22.
- Boer, Wiebe. 2004. «A story of heroes, of epics: the rise of football in Nigeria». In *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, orgs. Gary Armstrong e Richard Giulianotti. Hampshire: Palgrave, 59-79.
- Bourdieu, Pierre. 1962. *The Algerians*. Boston: Beacon Press.
- Bourdieu, Pierre. 2002 [1977]. *Esboço de Uma Teoria da Prática*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre. 1989. «Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada». In *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 75-106.
- Bourdieu, Pierre. 1996 [1992]. *As Regras da Arte*. Lisboa: Presença.
- Bourdieu, Pierre. 2010 [1979]. *Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, Pierre. 1998 [1997]. *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Brasão, Inês. 1999. *Dons e Disciplinas do Corpo Feminino: os Discursos sobre o Corpo na História do Estado Novo*. Lisboa: ONGCCCIDM.
- Brohm, Jean Marie. 1978. *Sport: a Prison of Measured Time*. Londres: Ink Books.
- Bromberger, Christian. 1995. *Le match de football, ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*. Paris: Maison des sciences de l'homme.
- Brubaker, Rogers, e Frederick Cooper, orgs. 2005. «Identity». In *Colonialism in Question, Theory, Knowledge, History*, eds. F. Cooper e R. Brubaker. Berkeley, Londres, Los Angeles: University of California Press, 59-90.
- Cahen, Michel. 1997. «Salazarismo, fascismo et colonialisme. Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception». In *Documentos de Trabalho*, 47. Lisboa: CEsa.
- Caldeira, Renato. 2003. *Coluna, o Monstro Sagrado*. Maputo: Edisport.
- Capela, José. 1973. *Vinho para o Preto*. Porto: Afrontamento.
- Capela, José. 1981. *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927*. Porto: Afrontamento.
- Carreira, Salazar. 1947. «A influência social da ginástica de Ling». *Boletim do INEF*, vols. 1 e 2: 71-74.
- Carvalho, Luís Miguel. 2005. «Explorando as transferências educacionais nas primeiras décadas do século XX». *Análise Social*, vol. XL (176): 499-518.
- Castelo, Cláudia. 2001. *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Castelo, Cláudia. 2007. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Castro, Ruy. 2004. *Garrincha: the Triumph and Tragedy of Brazil's Forgotten Footballing Hero*. Londres: Yellow Jersey Press.

- Clarence-Smith, Gervase. 1985. *The Third Portuguese Empire (1825-1975): A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press.
- Coelho, João Nuno. 2002. *A Equipa de Todos Nós - Nacionalismo, Futebol e Media*. Porto: Afrontamento.
- Coelho, João Nuno, e Francisco Pinheiro. 2002. *A Paixão do Povo*. Porto: Afrontamento.
- Coelho, Luís Furtado. 1935. *Espírito e Doutrina do Sistema Sueco de Educação Física: Rudimentos Pedagógicos e Doutrinários*. Lisboa: Tipografia do Reformatório Central de Caxias.
- Cohn, Bernard. 1996. *Colonialism and Its Forms of Knowledge: the British in India*. New Jersey: Princeton University Press.
- Comaroff, Jean, e John Comaroff. 1991. *Of Revelation and Revolution, Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa*. Vol. 1. Chicago: University of Chicago Press.
- Connerton, Paul. 1993. *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta.
- Cooper, Frederick. 1983. *Struggle for the City: Migrant Labor, Capital and the State in Urban Africa*. Beverly Hills: Sage.
- Cooper, Frederick. 2005. *Colonialism in Question, Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press.
- Coplan, David. 1979. «The African musician and the development of the Johannesburg entertainment industry, 1900-1960». *Journal of Southern African Studies*, vol. 5 (2):135-164.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine. 1991. «The process of urbanization in Africa (from the origins to the beginning of independence)». *African Studies Review*, vol. 34 (1): 1-98.
- Coser, Lewis. 1964. *The Functions of Social Conflict*. Nova Iorque: Free Press.
- Conselho Provincial de Educação Física da Província de Angola. 1959. *Manual de Preparação Física no Futebol*. Luanda: CPEF de Angola.
- Craveirinha, José. 6-11-1954. «Consciência de raça. Sobre arte e cultura». *O Brado Africano*, 2.
- Craveirinha, José. 22-1-1955. «O negro, o desporto e o feiticismo». *O Brado Africano*, 8.
- Craveirinha, José. 12-2-1955. «Terminologia ronga no futebol, em conjugação oportuna e sua interpretação». *O Brado Africano*, 8.
- Craveirinha, José. 11-4-1959. «A tática acima da técnica». *Notícias da Tarde*, 6.
- Craveirinha, José. 13-6-1964. «Clubes suburbanos o que foram e o que são». *Voz de Moçambique*, 4.
- Crehan, Kate. 2002. *Gramsci, Culture and Anthropology*. Berkeley: University of California Press.
- Crespo, Jorge. 1977. «História da educação física em Portugal. Os antecedentes da criação do INEF». *Ludens*, vol. 2 (1): 45-52.
- Crespo, Jorge. 1991. «A educação física em Portugal: génese da formação de professores». *Boletim da S. P. E. F.*, n.º 1: 11-19.
- Cronin, Mike, e David Mayall. 1998. *Sporting Nationalisms: Identity, Ethnicity, Immigration and Assimilation*. Londres: Frank Cass.
- Damo, Arlei Sander. 2005. «Senso de jogo». *Esporte e Sociedade*, ano 1, n.º 1, Nov. 2005-Fev. 2006: 1-36.
- Deniz, Manuel. 2005. «La musique a besoin d'une dictature»: musique et politique dans les premières années de l'État Nouveau (1926-1945)». Tese de doutoramento, Paris, Université de Paris VIII.
- Deville-Danthu, Bernardette. 1997. *Le sport en noir et blanc. Du sport colonial au sport africain dans les anciens territoires français d'Afrique occidentale (1920-1965)*. Paris: L'Harmattan.
- Dias, Jill. 1984. «Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930». *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1: 61:94.

- Douglas, Mary. 1970. *Natural Symbols*. Nova Iorque: Random House.
- Duarte, Serradas. 1951. «O pontapé». *Boletim do INEF*, 1 e 2: 139-157.
- Duffy, James. 1959. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press.
- Dunning, Eric. 1992. «A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto». In *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 299-325.
- Eisenstadt, S. N. 2007. *Múltiplas Modernidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Elias, Norbert. 1992a. «Introdução». In *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 39-99.
- Elias, Norbert. 1992b. «A génese do desporto: um problema sociológico». In *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 189-221.
- Elias, Norbert, e Eric Dunning, 1992. «A dinâmica dos grupos desportivos». In *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel: 279-297.
- Epstein, A. L. 1967. «Urban communities in Africa». In *Closed Systems and Open Minds: the Limits of Naivety in Social Anthropology*, org. Max Gluckman. Chicago: Aldine Publishing Company, 83-102.
- Eriksen, Thomas. 1998. *Common Denominators, Ethnicity, Nation-Building and Compromise in Mauritius*. Oxford: Berg.
- Estudo sobre o Absentismo e a Instabilidade da Mão-de-Obra Africana*. 1960. Vol. 3. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Fair, Laura. 2001. *Pastimes and Politics, Culture, Community, and Identity in Post-Abolition Urban Zanzibar, 1890-1945*. Oxford: James Currey.
- Fair, Laura. 2004. «Ngoma reverberations: Swahili music culture and the making of football aesthetics in early twentieth-century Zanzibar». In *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, orgs. Gary Armstrong e Richard Giulianotti. Hampshire: Palgrave, 103-113.
- Faria de Vasconcelos. 1928. *O Que É Que Deve Ser a Educação Física: Conferência no Ginásio Club Portuguez*. Lisboa: Papelaria Mais.
- Farnell, Brenda. 1999. «Moving bodies, acting selves». *Annual Review of Anthropology*, 28: 341-373.
- Feio, Noronha. 1972. *Plano de Trabalhos*. Lourenço Marques: Secretaria Provincial de Educação, Moçambique, Fundo de Fomento Desportivo.
- Ferguson, James. 1999. *Expectation of Modernity, Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press.
- Ferreira, António Gomes. 2004. «O ensino da educação física em Portugal durante o Estado Novo». *Perspectiva*, 22: 197-224.
- Filho, Mário. 2003 [1947]. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Filho, Wilson Trajano. 2004. «A constituição de um olhar fragilizado: notas sobre o colonialismo português em África». In *A Persistência da História, Passado e Contemporaneidade em África*, orgs. Clara Carvalho e João de Pina Cabral. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 21-59.
- Forde, Darry, org. 1956. *Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara*. Londres: International African Institute.
- Fortescue, Dominic. 1990. «The Accra crowd, the Asafo, and the opposition to the municipal corporations ordinance, 1924-25». *Canadian Journal of African Studies*, 24 (3): 348-375.
- Frankenberg, R. 1999 [1957]. *The Village on the Border, a Social Study of Religion, Politics and Football in a North Wales Community*. Illinois: Waveland Press.

- Freund, Bill. 2007. *The African City. A History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freyre, Gilberto. 1951. *O Mundo Que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, Gilberto. 1958. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Freyre, Gilberto. 1961. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do 5.º Centenário do Infante D. Henrique.
- Furtado Coelho, Luiz. 1935. *Espírito e Doutrina do Sistema Sueco de Educação Física*. Lisboa: Refeitório Central de Lisboa.
- Gallo, Donatto. 1988. *O Saber Português. Antropologia e Colonialismo*. Lisboa: Editores Reunidos.
- Geertz, Clifford. 1973. «Deep play: notes on the Balinese cockfighting». In *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books, 412-453.
- Giulianotti, Richard. 2004. «Between colonialism, independence and globalization: football in Zimbabwe». In *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, orgs. Gary Armstrong e Richard Giulianotti. Hampshire: Palgrave, 80-99.
- Gluckman, Max. 1955. *Custom and Conflict in Africa*. Oxford: Blackwell.
- Gluckman, Max. 1962. *Essays on the Ritual of Social Relations*. Manchester: Manchester University Press.
- Goffman, Erving. 1968. *Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. Harmondsworth: Penguin.
- Goffman, Erving. 1993. *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Goffman, Erving. 1999. «A ordem da interacção». In *Os Momentos e os Seus Homens*. Lisboa: Relógio d'Água, 190-235.
- Gomes, Rui. 1991. «Poder e saber sobre o corpo – a educação física no Estado Novo (1936-1945)». *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, 2-3: 109-136.
- Granovetter, Mark. 1973. «The strength of weak ties». *American Journal of Sociology*, 78 (6): 1360-1380.
- Guedes, Amâncio de Alpoim. 1971. «The caniços of Mozambique». In *Shelter in Africa*, org. Paulo Oliver. Nova Iorque: Praeger Publishers.
- Guedes, Nobre. 1947. «O desporto particular, forma interventiva do Estado». *Boletim do INEF*, 3-4: 17-18.
- Guimarães, Mesquita. 1941. «Biotipologia e orientação do desporto». *Boletim do INEF*, 2: 144-154.
- Guttman, Allen. 1994. *Games and Empires: Modern Sports and Cultural Imperialism*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Halbwachs, Maurice. 2010 [1930]. *Morfologia Social*. Lisboa: Edições 70.
- Hammond, R. J. 1966. *Portugal and Africa, 1815-1910*. Standford: Standford University Press.
- Hannerz, Ulf. 1980. *Exploring the City*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Hannerz, Ulf. 1996. *Transnational Connections, Culture, People, Places*. Londres: Routledge.
- Hannerz, Ulf. 1997. «The world of creolization». In *African Popular Culture*, org. Karen Barber. Indiana: James Currey, 12-17.
- Hargreaves, John. 1986. *Sport, Power and Culture*. Cambridge: Polity Press.
- Harries, Patrick. 1993. *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann.
- Harries, Patrick. 1998. «Christianity in black and white, the establishment of protestant churches in the South of Mozambique». *Lusotopie*: 317-333.

- Harris, Marvin. 1959. «Labour emigration among the Moçambique Thonga: cultural and political factors». *Journal of the International African Institute*, 29 (1): 50-66.
- Harris, Marvin. 1960. «Emigration among the Moçambique Thonga: a reply to Sr. Rita-Ferreira». *Journal of the International African Institute*, 30 (3): 243-245.
- Hasse, Manuela. 1999. *O Divertimento do Corpo, Corpo, Lazer e Desporto na Transição do Século XIX para o Século XX em Portugal*. Lisboa: Editora Temática.
- Hedges, David, org. 1999. *História de Moçambique*. Vol. II. Maputo: Livraria Universitária de Maputo.
- Henriques, Isabel Castro. 1999. «A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos». In *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5, orgs. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores: 216-274.
- Henriques, Isabel Castro. 2009. *A Herança Africana em Portugal*. Lisboa: CTT
- Hobsbawm, Eric. 2003. *Bandits*. Londres: Abacus.
- Hognestad, Hand, e A. Tollisen. 2004. «Playing against deprivation: football and development in Nairobi, Kenya». In *Football in Africa, Conflict, Conciliation and Community*, orgs. Gary Armstrong e Richard Giulianotti. Hampshire: Palgrave, 210-226.
- Honwana, Raúl Bernardo. 1989. *Memórias*. Porto: Edições Asa.
- Hutchinson, R. 1996. *Empire Games: The British Invention of Twentieth-Century Sport*. Edimburgo: Mainstream Publishing Company.
- Ingham, Allan G. 2004. «The sportification process: a biographical analysis framed by the work of Marx, Weber, Durkheim and Freud». In *Sport and Modern Social Theorists*, org. Richard Giulianotti. Londres: Palgrave, 11-32.
- Inquérito Habitacional Realizado no Bairro da Munhuana*. 1964. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Centro de Estudos de Serviço Social e de Desenvolvimento Comunitário.
- Jackson, Michael. 1983. «Knowledge of the body». *Man*, 18 (2): 327-345.
- Jarvie, S., e J. Maguire. 1994. *Sport and Leisure in Social Thought*. Londres: Routledge.
- Jenkins, Richard. 1992. *Pierre Bourdieu*. Londres: Routledge.
- Jerónimo, Miguel. 2010. *Livros Brancos, Almas Negras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jorge, Ismael Mário. 1931. «L'éducation physique et le sport». In *Portugal, colonie de Moçambique*. Paris: Exposition coloniale internationale, 1-26.
- Junod, Henri. 2009 [1912-1913]. *Usos e Costumes dos Bantu*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Kennedy, Dane. 1987. *Islands of White*. Dhuram: Duke University Press.
- King, Anthony D. 1990. *Urbanism, Colonialism and the World-System, Cultural and Spatial Foundations of the World System*. Londres: Routledge.
- Kirk, David. 1996. «Foucault and the limits of corporeal regulation: the emergence, consolidation and decline of school medical inspection and physical training in Australia, 1909-30.» *The International Journal of the History of Sport*, 13: 114-131.
- Kirk-Green, Anthony. 1987. «Imperial administration and the athletic imperative: the case of the district officer in Africa». In *Sport in Africa, Essays in Social History*, orgs. W. J. Bakere e J. A. Mangan. Nova Iorque: Africana Publishing Company, 81-113.
- Kuper, Adam. 1996. *Anthropology and Anthropologists: the Modern British School*. Londres: Routledge.
- Kuper, Adam. 2000. *Culture, the Anthropologists Account*. Cambridge: Harvard University Press.
- Leal de Oliveira, António. 1935. «Bases para a organização da educação física escolar». *I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Vol. VII. Lisboa: União Nacional.

- Leal de Oliveira, António. 1940a. «A pessoa e a sua educação física». *Boletim do INEF*, 2: 126-132.
- Leal de Oliveira, António. 1940b. «A lição de ginástica educativa – 1.ª lição de ginástica para o ensino primário». *Boletim do INEF*, 2: 169-181.
- Leal de Oliveira, António. 1941a. «Generalidades sobre as atitudes e o movimento do corpo humano em educação física». *Boletim do INEF*, 3: 273-289.
- Leal de Oliveira, António. 1941b. «Os movimentos». *Boletim do INEF*, 4: 382-401.
- Leal de Oliveira, António. 1942. «Construção e conservação dos ginásios e do respectivo material didáctico». *Boletim do INEF*, 1: 22-55.
- Leonard, Yves. 1999. «O império colonial salazarista». In *A História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, orgs. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Leseth, Anne. 1997. «The use of juju in football: sports and witchcraft in Tanzania». In *Entering the Field, New Perspectives on World Football*, orgs. Gary Armstrong e Richard Giulianotti. Oxford: Berg, 159-174.
- Little, Kenneth. 1957. «The role of voluntary associations in West African urbanization». *American Anthropologist*, 59 (4): 579-596.
- Lopes, Sérgio Leite. 1997. «Successes and contradictions in ‘multiracial’ Brazilian football». In *Entering the Field, New Perspectives on World Football*, orgs. Gary Armstrong e Richard Giulianotti. Oxford: Berg, 53-86.
- MacClancy, Jeremy, org. 1996. *Sport, Identity and Ethnicity*. Oxford: Berg.
- Mackenzie, J. M. 1988. *The Empire of Nature: Hunting, Conservation and British Imperialism*. Manchester: Manchester University Press.
- Magode, José. 2005. *Pouvoir et réseaux sociaux au Mozambique. Appartenances, interactivité du social et du politique (1933-1994)*. Paris: Ed. Connaissances et savoirs.
- Mahlo, Frederich. 1997 [1980]. *O Acto Tático no Jogo*. Lisboa: Compendium.
- Mangan, J. A. 1987. «Ethics and ethnocentricity: Imperial education in British tropical Africa». In *Sport in Africa, Essays in Social History*, orgs. W. J. Baker e J. A. Mangan. Nova Iorque: Africana Publishing Company, 138-171.
- Mangan, J. A., org. 1992. *The Cultural Bond: Sport, Empire, Society*. Londres: Frank Cass.
- Mangan, J. A., e A. Ritchie, orgs. 2004. *Ethnicity, Sport, Identity. Struggles for Status*. Londres: Frank Cass.
- Maradona, Diego. 2001. *Eu Sou el Diego*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Maranhão, Tiago. 2008. «Apollonians and Dionysians: The role of football in Gilberto Freyre’s vision of Brazilian people». In *Globalised Football, Nations and Migration. The City and the Dream*, orgs. Nina Clara Tiesler e João Nuno Coelho. Londres: Routledge: 71-84.
- Margarido, Alfredo. 1964. *Negritude e Humanismo*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- Margarido, Alfredo. 1975. «Le colonialisme portugais et l’anthropologie». In *Anthropologie et impérialisme*, org. Jean Copans. Paris: François Maspero, 307-344.
- Margarido, Alfredo. 2000. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universidade Lusófona.
- Marques Pereira, Celestino. 1939. *A Educação Física na Suécia e na Dinamarca, Contribuições para o Seu Estudo em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto para a Alta Cultura.
- Marques Pereira, Celestino. 1944. «A educação física na Mocidade Portuguesa». *Boletim do INEF*, 1, 2 e 3: 58-145.

- Marques Pereira, Celestino. 1947. «A função da ginástica perante o desporto como meio de formação física na juventude». *Boletim do INEF*, 1 e 2: 13-25.
- Marques Pereira, Celestino. 1950. «Sur la justification psycho-physiologique de la valeur educative des competitions sportives de la jeunesse». *Boletim do INEF*, 1 e 2: 83-105.
- Marques Pereira, Celestino. 1954. «Necessidade da análise psico-fisiológica e mecânica do comportamento motriz educativo do ser humano. Importância da análise cibernética como hipótese de trabalho e de investigação científica». *Boletim do INEF*, 1 e 2: 35-55.
- Martin, Phyllis M. 1995. *Leisure and Society in Colonial Brazzaville*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martin, Simon. 2004. *Football and Fascism, the National Game under Mussolini*. Oxford: Berg.
- Marx, Karl. 1971 [1852]. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra: Edições do Nosso Tempo.
- Matias, M. Goretti. 2006. «A questão do álcool e a exportação de vinho para o ultramar: o debate de 1902». In *O Douro Contemporâneo*, orgs. Gaspar Martins Pereira e Paula Montes Leal. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense, 233-246.
- Matos, Patrícia Ferraz. 2006. *As Cores do Império, Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mauss, Marcel. 1980 [1935]. «Les techniques du corps». In *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 365-386.
- Mellor, Phillip, e Chris Shilling. 1997. *Reforming the Body, Religion, Community and Modernity*. Londres: Sage Publications.
- Melo, Daniel. 2001. *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, Daniel. 2004. «Longe da vista, perto do coração: o associativismo regionalista no império português». *Comunicação ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 16-18 de Setembro de 2004.
- Mendes, Maria Clara. 1976. *Variação Especial da Densidade de População Urbana em Lourenço Marques*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Mendes, Maria Clara. 1979. *Maputo antes da Independência. Geografia de Uma Cidade Colonial*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Mitchell, J. C. org. 1969. *Social Networks in Urban Situations. Analysis of Personal Relationships in Central African Towns*. Manchester: Institute for Social Research University of Zambia and Manchester University Press
- Mitchell, J. C. 1956. *The Kalela Dance*. Manchester: Manchester University Press.
- Mitchell, J. C. 1987. *Cities, Society and Social Perception, a Central African Perspective*. Oxford: Clarendon Press.
- Morais, João Sousa. 2001. *Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Moreira, Adriano. 1960. «Problemas sociais no ultramar». *Estudos Ultramarinos*, 10 (4): 7-19.
- Nauright, John. 1997. *Sports, Cultures and Identities and South Africa*. Londres: Leicester University Press.
- Neves, José. 2004. «O eterno fado dos últimos 30 metros, nacionalismo e corpo». In *A Época do Futebol: o Jogo Visto pelas Ciências Sociais*, orgs. José Neves e Nuno Domingos. Lisboa: Assírio e Alvim, 103-142.
- Neves, Olga. 1989. «Em defesa da causa africana – intervenção do Grémio Africano na sociedade de Lourenço Marques, 1908-1938». Dissertação de mestrado em História

- dos Séculos XIX e XX. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Neto, Fréchaux. 1966. «O 'cuxo-cuxo' e as perplexidades da ignorância». *O Brado Africano*, 6-8-1966: 1; 17-9-1965: 1 e 5; 27-8-1966: 3; 13-8-1966: 5; 3-9-1966: 5.
- Newitt, Malyn. 1997. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América.
- Nogueira, Rodrigo Sá. 1960. *Dicionário Ronga-Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar
- Nóvoa, António. 1992. «A educação nacional». In *Nova História de Portugal*, orgs. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 455-519.
- O'Laughlin, Bridget. 2000. «Class and the customary: the ambiguous legacy of the Indigenato in Mozambique». *African Affairs*, 99, 5-42.
- O'Laughlin, Bridget. 2002. «Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique». *Journal of Southern African Studies*, 28: 3, 511-530.
- Oliveira, Cândido de. 1935. *Football, Técnica e Tática*. Lisboa: ed. de autor.
- Oliveira, Cândido de. 1936. *Relatório da Minha Viagem a Inglaterra ao Serviço do Football Nacional*. Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol.
- Oliveira, Cândido de. 1949. *WM. A Evolução Tática no Futebol*. Lisboa: ed. de autor.
- Oliveira, Mário. 1962. *Problemas Essenciais do Urbanismo no Ultramar*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- Pacheco, Carneiro. 1941. «Notável discurso de S. Ex.^a o Sr. Ministro da Educação». *Boletim do INEF*, 3: 257-263.
- Parkin, D. J. 1966. «Voluntary associations as institutions of adaptation». *Man*, 1: 90-95.
- Paula, F. 3-4-1955. «O ultramar e as relações desportivas com a metrópole». *Lourenço Marques Guardian*: 11.
- Peel, J. D.Y. 1984. «Social and cultural change». In *The Cambridge History of Africa*. Vol. 8, 142-191.
- Penvenne, Jeanne Marie. 1983. «'Here everyone walked with fear: the Mozambican labor system and the workers of Lourenço Marques, 1945-1962'». In *Struggle for the City*, org. Frederick Cooper. Berkeley: Sage, 131-166.
- Penvenne, Jeanne Marie. 1993. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Penvenne, Jeanne Marie. 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Londres: James Currey.
- Pereira, Rui Mateus. 1998. «Introdução à reedição de *Os Macondes de Moçambique*, de Jorge Dias». In *Os Macondes de Moçambique*. I, *Aspectos Históricos e Económicos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Pereira, Rui Mateus. 2005. «Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959». Dissertação de doutoramento em Antropologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, v-LII.
- Perkin, Harold. 1992. «Teaching the nations how to play: sport and society in the British Empire and Commonwealth». In *The Cultural Bond: Sport, Empire, Society*, org. J. A Mangan. Londres: Frank Cass, 211-219.
- Pfister, Gertrud. 2003. «'Cultural confrontations': German turnen, Swedish gymnastics and English sport. European diversity in physical activities from a historical perspective». *Culture, Sport and Society*, 6 (1): 61-69.

- Polanah, Luís. 12-7-1958. «Integração social recíproca». *O Brado Africano*, 1.
- Polanah, Luís. 1987. *O Nhamussoro e as Outras Funções Mágico-Religiosas*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- Prata, P. 1990. *Dicionário Macua-Português*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical
- Promoção Social em Moçambique*. 1964. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Centro de Estudos de Serviço Social e de Desenvolvimento Comunitário.
- Radway, Janice. 1984. *Reading the Romance: Womens, Patriarchy and Popular Literature*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Ramos do Ó, Jorge. 2003. *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal: Último Quartel do Século XIX - Meados do Século XX*. Lisboa: Educa.
- Ranger, Terence. 1975. *Dance and Society in Eastern Africa, 1890-1970. The Beni Nogma*. Londres: Heineman.
- Ranger, Terence. 1987. «Pugilism and pathology: African boxing and the black urban experience in Southern Rhodesia». In *Sport in Africa, Essays in Social History*, orgs. W. J. Baker e J. A. Mangan. Nova Iorque: Africana Publishing Company, 196-213.
- Reis, Ribeiro dos. 1927. *Foot-Ball*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- Relatório do Governador-Geral de Moçambique*. 1945. Lisboa: Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias.
- Relatório da Missão de São José de Lhanguene*. 1942. Lourenço Marques: Tipografia da Missão de São José de Lhanguene.
- Rigauer, Bero. 1981 [1968]. *Sport and Work*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Rita-Ferreira, António. 1960. «Emigration among the Moçambique Thonga: a comment on a study by Marvin Harris». *Journal of the International African Institute*, 30 (2): 141-152.
- Rita-Ferreira, António. 1967-1968. «Os africanos de Lourenço Marques.» In *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique/Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, vol. 9, série C: 95-491.
- Rocha, Aurélio. 2002. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia.
- Rocha, Manuel da. 1941. «A educação física na moral cristã». *Boletim do INEF*, 2: 125-142.
- Santandrea, Fr. S. 1938. «Evil and witchcraft among the Ndogo group of tribes». *Journal of the International African Institute*, 11 (4): 459-481.
- Santos, Ana. 2004. *Heróis Desportivos, Estudo de Caso sobre Eusébio – de Corpo a Ícone da Nação*. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.
- Schieffelin, Edward L. 1985. «Performance and the cultural construction of reality». *American Ethnologist*, 12 (4): 707-724.
- Scotch, N. A. 1961. «Magic, sorcery, and football among the urban Zulu: a case of reinterpretation under acculturation». *The Journal of Conflict Resolution*, 5 (1): 70-74.
- Scott, James. 1985. *Weapons of the Weak*. New Haven: Yale University Press.
- Scott, James. 1990. *Domination and the Arts of Resistance, Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press.
- Serpa, Homero. 2000. *Cândido de Oliveira: Uma Biografia*. Lisboa: Caminho.
- Shilling, Chris. 1993. *The Body in Social Theory*. Londres: Sage Publications.
- Silva Cunha, Joaquim da. 1952. «O enquadramento social dos indígenas destrabalizados». *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 5 e 6: 12-30.

- Silva Cunha, Joaquim da. 1953. *O Sistema Português de Política Indígena: Subsídios para o Seu Estudo*. Coimbra: Coimbra Editores.
- Silva Cunha, Joaquim da. 1956. *Movimentos Associativos na África Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Silva Cunha, Joaquim da. 1959. *Aspectos dos Movimentos Associativos na África Negra (Angola)*. Vol. II. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Silva, Astregildo. 2004. *Ribeiro dos Reis. Biografia*. Lisboa: Caminho.
- Silva, Tereza Cruz. 2001. *Igrejas Protestantes e Consciência Política no Sul de Moçambique: o Caso da Missão Suíça (1930-1974)*. Maputo: Promédia.
- Simmel, Georg. 2004. «A metrópole e a vida mental». In *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio d'Água, 75-94.
- Steinhart, E. I. 2006. *Black Poachers, White Hunters: A Social History of Hunting in Colonial Kenya*. Oxford: James Currey.
- Stoddart, Brian. 1988. «Sport, cultural imperialism, and colonial response in the British empire». *Comparative Studies in Society and History*, 30 (4): 649-673.
- Teja, Angela. 1998. «Italian sport and international relations under fascism». In *Sport and International Politics. The Impact of Fascism and Communism on Sport*, orgs. Pierre Arnaud e Jim Riordan. Londres: E & FN Spon, 147-170.
- Thompson, E.P. 1963. *The Making of the English Working Class*. Londres: Victor Gollnacz.
- Thompson, E. P. 1967. «Time, work-discipline, and industrial capitalism». *Past and Present*, 38: 56-97.
- Thompson E. P. 2008 [1971]. *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Lisboa: Antígona.
- Todorov, Tzvetan. 1984. *Mikhail Bakhtin: the Dialogical Principle*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Tolleneer, Jan. 1998. «The Belgian catholic gymnastic movement in its international context 1908-1940». In *Sport and International Politics. The Impact of Fascism and Communism on Sport*, orgs. Pierre Arnaud e Jim Riordan. Londres: E & FN Spon, 171-183.
- Torres, Adelino. 1991. *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher.
- Tuner, Bryan S. 1984. *The Body & Society: Explorations in Social Theory*. Londres: Sage.
- Turner, Bryan S. 1992. *Regulating Bodies, Essays in Medical Anthropology*. Londres: Routledge.
- Veblen, Thorstein. 1899. *The Theory of the Leisure Class. An Economic Study in the Evolution of Institutions*. Nova Iorque: Macmillan.
- Viana, M. Gonçalves. 1955. «Os problemas da selecção, orientação, preparação e treino do desportista considerados à luz da pedagogia». *Boletim do INEF*, 1 e 2: 29-53.
- Vidacs, Bea. 2006. «Through the prism of sports: why should Africanists study sports?». *Afrika Spectrum*, 41 (3): 331-349.
- Vidacs, Bea. 2010. «O esporte e os estudos africanos». In *Mais do que Um Jogo: o Esporte e o Continente Africano*, orgs. Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento. Rio de Janeiro: Apicuri, 37-69.
- Wacquant, Loïc. 2004. *Body and Soul: Notebooks of An Apprentice Boxer*. Oxford: Oxford University Press.
- Weber, Eugen. 1971. «Gymnastics and sports in fin-de-siècle France: opium of the classes?». *The American Historical Review*, 76 (1): 70-98.
- Weber, Max. 1995. *Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música*. São Paulo: Edusp.
- Welman, Barry, org. 1999. *Networks in the Global Village*. Boulder, CO: Westview Press.

- West, Harry G. 2005. *Kupilikula, Governance and the Invisible Realm in Mozambique*. Chicago: Chicago University Press.
- Williams, Raymond. 1965. *The Long Revolution*. Harmondsworth: Pelican Books.
- Williams, Raymond. 1977. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.
- Zamparoni, Valdemir. 1998. «Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890-1940». Tese apresentada para a obtenção do grau de doutor em História Social junto da Faculdade de Filosofia, São Paulo, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Zamparoni, Valdemir. 2000. «Monhés, baneanes, chunas e afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940». *Lusotopie*: 191-222.

À primeira vista este trabalho é sobre futebol e o modo como era praticado em Lourenço Marques – a maior cidade e centro administrativo da colónia portuguesa de Moçambique – na primeira metade do século XX. O trabalho interpreta o desenvolvimento do jogo, desde a fundação dos primeiros clubes formados por expatriados ingleses, passando pela organização em Moçambique de filiais de clubes metropolitanos, como o Sporting e o Benfica, até à abertura deste clubes a membros de uma elite africana, a maior parte deles mestiços, e à criação da Associação Africana de Futebol, com jogadores, na sua maioria, provenientes das classes trabalhadoras africanas que viviam na periferia pobre da cidade onde estes jogos decorriam.

Nestas páginas o futebol não é apenas um jogo, mas a peça-chave de um quadro vivo cujas personagens principais têm até ao momento sido insuficientemente estudadas. Assim sendo, este trabalho não só identifica as peças em falta na visão de conjunto da história portuguesa e moçambicana, para não falar da história do futebol, como oferece uma perspectiva excepcionalmente pormenorizada da experiência vivida do colonialismo português em Moçambique – permitindo comparações com experiências semelhantes noutros contextos –, ao mesmo tempo que nos alerta para as inúmeras e muitas vezes contraditórias potencialidades do desporto enquanto meio para moldar as subjectividades humanas.

Capa: Roberto Chichorro, Bola de Trapo em tempo de Beija Flor, 1996

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

UID/SOC/50013/2013



Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

